

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS (UFNT)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 03/2025 (UFJ/MIR)**

**MAYSA MAYARA COSTA DE OLIVEIRA
CHIRLEY RODRIGUES MENDES
(COORDS.)**

**RELATÓRIO TÉCNICO
MAPEAMENTO E REGISTRO DE FAMÍLIAS CIGANAS DAS ETNIAS CALON,
ROM E SINTI, DE TERRITÓRIOS E ROTAS DOS POVOS CIGANOS E DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS POR ESSE PÚBLICO NA REGIÃO
NORTE**

Tocantinópolis (TO)
2025

MAYSA MAYARA COSTA DE OLIVEIRA
CHIRLEY RODRIGUES MENDES
(COORDS.)

RELATÓRIO TÉCNICO
MAPEAMENTO E REGISTRO DE FAMÍLIAS CIGANAS DAS ETNIAS CALON,
ROM E SINTI, DE TERRITÓRIOS E ROTAS DOS POVOS CIGANOS E DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS POR ESSE PÚBLICO NA REGIÃO NORTE

Relatório técnico apresentado ao Ministério da Igualdade Racial, elaborado no Centro de Educação Humanidades e Saúde (CEHS) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), em cumprimento ao objeto do TED 05/2023.

Coords.: Prof^ª. Dr^ª. Maysa Mayara Costa de Oliveira e Prof^ª. Dr^ª. Chirley Rodrigues Mendes

Coord. Pesquisa de Campo: Prof^ª. Dr^ª. Lenilda Damasceno Perpétuo.

Pesquisadores(as): Prof^ª. Ms. Josy Marciene Moreira Silva; Alice Beatriz Ribas; Cícero Romão Batista Pereira; Lucas Wallace Silva Ribeiro.

Assessoria: Wanderley da Rocha (liderança cigana)

Tocantinópolis (TO)
2025

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Mesorregiões e microrregiões geográficas do estado do Tocantins (IBGE)

Quadro 2 – Divisão territorial do estado do Tocantins por municípios visitados

Quadro 3 – Indicadores sobre meio ambiente nos municípios visitados do estado do Tocantins

Quadro 4 – Indicadores sobre população, emprego e rendimento nos municípios visitados do estado do Tocantins

Quadro 5 – Indicadores sobre educação nos municípios visitados do estado do Tocantins

Quadro 6 – Indicadores sobre a saúde nos municípios visitados do estado do Tocantins

Quadro 7 – Principais indicadores das famílias em Porto Nacional (TO)

Quadro 8 – Principais indicadores das famílias em Silvanópolis (TO)

Quadro 9 – Principais indicadores das famílias em São Valério (TO)

Quadro 10 – Principais indicadores das famílias em Gurupi (TO)

Quadro 11 – Principais indicadores das famílias visitadas em Palmas (TO)

Quadro 12 – Principais indicadores das famílias em Paraíso do Tocantins (TO)

Quadro 13 – Principais indicadores das famílias em Divinópolis (TO)

Quadro 14 – Principais indicadores das famílias em Novo Alegre (TO)

Quadro 15 – Principais indicadores das famílias em Combinado (TO)

Quadro 16 – Principais indicadores das famílias em Paranã (TO)

Quadro 17 – Mesorregiões e microrregiões geográficas do estado do Pará (IBGE)

Quadro 18 – Divisão territorial do estado do Pará por municípios visitados

Quadro 19 – Indicadores sobre meio ambiente nos municípios visitados do estado do Pará

Quadro 20 – Indicadores sobre população, emprego e rendimento nos municípios visitados do estado do Pará

Quadro 21 – Indicadores sobre educação nos municípios visitados do estado do Pará

Quadro 22 – Indicadores sobre saúde nos municípios visitados do estado do Pará

Quadro 23 – Principais indicadores das famílias em Belém (PA)

Quadro 24 – Principais indicadores das famílias em Castanhal (PA)

Quadro 25 – Mesorregiões e microrregiões geográficas do estado do Amazonas (IBGE)

Quadro 26 – Divisão territorial do estado do Amazonas por municípios visitados

Quadro 27 – Indicadores sobre meio ambiente nos municípios visitados do estado do Amazonas

Quadro 28 – Indicadores sobre população, emprego e rendimento nos municípios visitados do estado do Amazonas

Quadro 29 – Indicadores sobre educação nos municípios visitados do estado do Amazonas

Quadro 30 – Indicadores sobre saúde nos municípios visitados do estado do Amazonas

Quadro 31 – Principais indicadores das famílias em Manaus (AM)

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Rotas de deslocamentos das famílias visitadas na Região Norte

Mapa 2 – Municípios da Região Norte com indicativo de presença cigana

Mapa 3 – Famílias ciganas inscritas no CadÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família na Região Norte

Mapa 4 – Municípios do estado do Tocantins com indicativo de presença cigana

Mapa 5 – Municípios do estado do Pará com indicativo de presença cigana

Mapa 6 – Municípios do estado do Amazonas com indicativo de presença cigana

Mapa 7 – Municípios do estado do Acre com indicativo de presença cigana

Mapa 8 – Municípios do estado do Amapá com indicativo de presença cigana

Mapa 9 – Municípios do estado de Rondônia com indicativo de presença cigana

ÍNDICE DE SIGLAS

ACEK-PATINS – Associação dos Ciganos da Etnia Kalon de Palmas

AC – Acre

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AM – Amazonas

ANEC – Associação Nacional das Etnias Ciganas

AP – Amapá

BA – Bahia

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CECAD/CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais

CF – Constituição Federal

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

DF – Distrito Federal

DRCCP – Diretoria de Renda, Cidadania e Combate à Pobreza

DP – Defensoria Pública

GO – Goiás

GSRES – Grêmio Recreativo Social Escola de Samba Andanças de Ciganos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MA – Maranhão

MP – Ministério Público

MT – Mato Grosso

PA – Pará

PI – Piauí

PB – Paraíba

PL – Projeto de Lei

RO – Rondônia

RR – Roraima

RS – Rio Grande do Sul

SEASTER – Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

SEMCAT – Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho

SEMCTUR – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

SESMAC – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TED – Termo de Execução Descentralizada

TO – Tocantins

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFJ – Universidade Federal de Jataí

UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins

UFT – Universidade Federal do Tocantins

EQUIPE DE PESQUISADORES (AS) AUTORES (AS) DO RELATÓRIO

Maysa Mayara Costa de Oliveira – Coordenação Geral da pesquisa desenvolvida na Região Norte. Professora Adjunta do curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Chirley Rodrigues Mendes – Coordenação Geral da pesquisa desenvolvida na Região Norte. Professora Adjunta do curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Brasília (UnB) e Mestra em Antropologia Social pela mesma universidade. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

Prof^a. Dr^a. Lenilda Damasceno Perpétuo – Coordenação da pesquisa de campo desenvolvida na Região Norte. Professora aposentada da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Doutora e Mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Ciências – Biologia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisadora ciganóloga.

Prof^a. Ms. Josy Marciene Moreira Silva - Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

SUMÁRIO

1. Apresentação/Introdução.....	13
1.1. Contextualizando os povos ciganos no Brasil: presença histórica e os desafios para situar sua população atual.....	13
1.2. Os povos ciganos, língua e tradição oral.....	15
1.3. Povos ciganos e os processos educacionais.....	16
1.4. Povos ciganos e relações com os territórios: itinerância, mobilidade e processos de sedentarização.....	18
1.5. Povos ciganos e sua inserção econômica: ofícios tradicionais, práticas comerciais e empregabilidade.....	21
1.6. Povos ciganos, identidade cultural e práticas artístico-culturais.....	26
1.7. Povos ciganos, moralidades e religiosidades.....	28
1.8. Povos ciganos e seus conflitos internos: acesso ao sistema de justiça e reconhecimento jurídico.....	35
1.9. Povos ciganos e o acesso à saúde e assistência social.....	35
2. Contextualização da Região Norte.....	41
2.1. A Região Norte no contexto nacional.....	41
2.2. As famílias e comunidades ciganas na Região Norte e o trabalho de busca.....	46
3. Metodologia de trabalho.....	54
3.1. Estratégias utilizadas para busca ativa das famílias ciganas.....	62
3.2. Rotas planejadas.....	63
3.2.1. Estado do Tocantins.....	64
3.2.2. Estado do Pará.....	64
3.3. Composição da equipe.....	65
4. Dados da Região Norte por estado.....	67
4.1. Tocantins.....	67
4.1.1. Identificação e caracterização geral do estado.....	67
4.1.2. Formação histórica e política.....	68
4.1.3. Organização territorial e demográfica atual.....	69
4.1.4. Características ambientais, biogeográficas e econômicas.....	71
4.1.5. Quadro geral dos municípios visitados.....	71

4.1.5.1. Mapeamento territorial e alguns indicadores socioeconômicos dos municípios visitados.....	72
4.1.6. Breve histórico e caracterização dos municípios visitados na pesquisa de campo do estado do Tocantins.....	77
4.1.6.1. Palmas.....	77
4.1.6.2. Divinópolis do Tocantins.....	80
4.1.6.3. Silvanópolis.....	81
4.1.6.4. Gurupi.....	83
4.1.6.5. Paraíso do Tocantins.....	84
4.1.6.6. Arraias.....	86
4.1.6.7. Novo Alegre.....	88
4.1.6.8. Combinado.....	90
4.1.6.9. Dianópolis.....	91
4.1.6.10. Taguatinga.....	93
4.1.6.11. Natividade.....	95
4.1.6.12. Paranã.....	97
4.1.6.13. Porto Nacional.....	99
4.1.7. Presença cigana no estado do Tocantins.....	101
4.1.8. Registros das visitas de campo por município.....	103
4.1.8.1. Porto Nacional.....	105
4.1.8.2. Silvanópolis.....	109
4.1.8.3. São Valério.....	113
4.1.8.4. Gurupi.....	114
4.1.8.5. Palmas – região satélite de Taquaralto.....	125
4.1.8.6. Paraíso do Tocantins.....	132
4.1.8.7. Divinópolis.....	136
4.1.8.8. Novo Alegre.....	142
4.1.8.9. Combinado, Taguatinga e Dianópolis.....	145
4.1.8.10. Paranã.....	147
4.1.9. Registros fotográficos da pesquisa de campo.....	149
4.1.9.1. Registros das entrevistas com os membros das famílias visitadas.....	149
4.1.9.2. Registros das residências e bairros.....	155
4.2. Pará.....	158

4.2.1. Identificação e caracterização geral do estado.....	158
4.2.2. Formação histórica e política.....	159
4.2.3. Organização territorial e demográfica atual.....	161
4.2.4. Características ambientais, biogeográficas e econômicas.....	165
4.2.5. Quadro geral dos municípios visitados	
4.2.5.1. Mapeamento territorial e alguns indicadores socioeconômicos dos municípios visitados.....	165
4.2.6. Breve histórico e caracterização dos municípios visitados na pesquisa de campo do estado do Pará.....	168
4.2.6.1. Belém.....	169
4.2.6.2. Ananindeua.....	171
4.2.6.3. Castanhal.....	174
4.2.7. Presença cigana no estado do Pará.....	175
4.2.8. Registros das visitas de campo por município.....	178
4.2.8.1. Belém e Ananindeua.....	179
4.2.8.2. Castanhal.....	188
4.2.9. Registros fotográficos da pesquisa de campo.....	190
4.3. Amazonas.....	193
4.3.1. Identificação e caracterização geral do estado.....	193
4.3.2. Formação histórica e política.....	194
4.3.3. Organização territorial e demográfica atual.....	197
4.3.4. Características ambientais, biogeográficas e econômicas.....	200
4.3.5. Quadro geral dos municípios visitados.....	201
4.3.5.1. Mapeamento territorial e alguns indicadores socioeconômicos dos municípios visitados.....	201
4.3.6. Breve histórico e caracterização dos municípios visitados na pesquisa de campo do estado do Amazonas.....	204
4.3.6.1. Manaus.....	204
4.3.7. Presença cigana no estado do Amazonas.....	207
4.3.8. Registros das visitas de campo.....	208
4.3.8.1. Manaus.....	210
4.3.9. Registros fotográficos da pesquisa de campo.....	217

5. Desafios e dificuldades enfrentadas para a realização da pesquisa.....	219
6. Considerações Finais.....	221
6.1. Cultura e reconhecimento étnico.....	221
6.2. Educação.....	223
6.3. Emprego e renda.....	225
6.4. Assistência social e previdência.....	226
6.5. Saúde.....	228
6.6. Segurança pública, justiça e direitos humanos.....	230
6.7. Direitos das mulheres ciganas.....	232
6.8. Regularização fundiária e acesso à moradia.....	233
6.9. Representação política e participação institucional.....	234
7. Referências.....	236
8. Anexos.....	239
ANEXO I – Mapa da presença cigana no estado do Acre.....	240
ANEXO II – Mapa da presença cigana no estado do Amapá.....	241
ANEXO III – Mapa da presença cigana no estado de Rondônia.....	242
ANEXO IV – Termo de registro de consulta livre, prévia e informada aos povos, comunidades e famílias ciganas – Região Norte.....	243
ANEXO V – “IBGE Cigano 2019” (ACEK-PATINS).....	249
ANEXO VI – Listagem de famílias ciganas inscritas no Cadastro Único no estado do Pará de acordo com Secretaria de Estado do Pará.....	252

1. Apresentação/Introdução

1.1. Contextualizando os povos ciganos no Brasil: presença histórica e os desafios para situar sua população atual

O Brasil é um país racialmente pluriétnico e, por isso, é constituído por muitas vozes, muitas cores e por uma amplitude de saberes e fazeres diversos, configurando-se um verdadeiro mosaico cultural. Os povos ciganos fazem parte da constituição deste mosaico e, portanto, do patrimônio pluricultural brasileiro. A presença histórica das populações ciganas em território nacional data de do período colonial, tendo ocorrido, sobretudo, a partir do século XVI, como resultado da política de degredo aplicada pela Coroa portuguesa. Segundo Teixeira (2008, p. 5) “a documentação conhecida indica que sua história no Brasil iniciou em 1574”, sendo que “em Minas Gerais, a presença cigana é nitidamente notada a partir de 1718, quando chegam ciganos vindos da Bahia (BA), para onde haviam sido deportados de Portugal”. Assim, a presença cigana no Brasil remonta ao período colonial, marcada inicialmente pelo degredo de famílias vindas de Portugal a partir do século XVII, acusadas de manter modos de vida nômades e práticas consideradas desviantes. Desde então, os principais grupos que compõem a diversidade cigana, construíram trajetórias historicamente atravessadas por discriminação, invisibilização institucional e resistências identitárias, como destacam Dolabela (2023) e Teixeira (2008).

Ainda, segundo Teixeira (2008), os registros históricos sobre os povos ciganos são escassos e dispersos, por tratar-se de povos ágrafos e a escassa documentação existente é mediada pelo olhar colonial dos poderes eclesiais, policiais e do aparato estatal que, historicamente, enquadrou estes povos em estereótipos degradantes – boa parte deles decorrentes de uma visão negativa acerca de seu nomadismo. Um conjunto de estudiosos (Teixeira, 2008; Costa e Rolim, 2014; Vasconcelos, 2014; Capella 2017; Karpowicz, 2023; Paixão, 2024) e pesquisadores brasileiros do tema, apontam para a criminalização e as inúmeras violações de direitos que acompanham a história dos povos ciganos, mesmo antes de sua chegada ao território brasileiro. O que, por sua vez, nos ajuda a compreender parte das dificuldades atuais no mapeamento das populações ciganas no país, tendo em vista não só uma ausência histórica do Estado brasileiro frente aos povos ciganos, como também a persistente cultura discriminatória e persecutória que se consolidou ao longo do tempo.

Tornando, assim, urgente o desenvolvimento de ações reparatórias e restitutivas, bem como de reconhecimento e inclusão social.

Assim, há consenso na literatura especializada, e que é corroborado pela própria experiência de pesquisa deste levantamento, de que os povos ciganos fazem parte de uma minoria étnica que tem sofrido muitos preconceitos e discriminações. Suas identidades e modos de vida são incompreendidos, invisibilizados, ignorados e negligenciados não só pela população não cigana como pelo poder público, nomeadamente pela ausência de amparo e proteção do Estado. A partir dos dados aqui levantados e de pesquisas já realizadas e correntes junto aos povos ciganos, é possível afirmar que gerações de famílias ciganas têm sido negligenciadas às margens da sociedade e experienciam no seu cotidiano a ausência de cidadania marcada pela ausência de direitos sociais e violação de direitos humanos fundamentais que deveriam ser garantidos pelo Estado.

A literatura, de modo geral, não conta a sua real história, a Constituição Federal (CF) brasileira não contempla o seu povo, no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as populações ciganas não aparecem como grupo étnico, além de sua invisibilização na formulação das Políticas Públicas e na oferta de equipamentos e serviços públicos que possam atender às especificidades desse grupo étnico. Segundo (GODOY 2016), a palavra-chave para a compreensão dos ciganos é a invisibilidade. Logo, é preocupante que o censo populacional do IBGE ainda não os reconheça como minoria étnica, bem como não tenha produzido dados acerca da população cigana no país, visto constituir o principal levantamento para instrumentalizar as ações do Estado a nível federal. Diante disso, se justifica a relevância desse mapeamento, a fim de que algumas lacunas possam ser preenchidas, novas lacunas e ausências do Estado possam ser apontadas, as principais necessidades da população cigana sejam visibilizadas e os povos ciganos sejam, efetivamente, incluídos nos dados censitários.

No cenário acadêmico também é possível observar a histórica invisibilidade dos povos ciganos que, até poucos anos, não apareciam nas pesquisas acadêmicas como populações que ofereceram e continuam oferecendo suas contribuições para a construção da sociedade brasileira, como também na situação de grupo minoritário cuja realidade é atravessada por um conjunto de problemáticas estruturantes das desigualdades sociais em nosso país. Os trabalhos científicos direcionados para esse povo ainda são escassos e o conhecimento acadêmico sobre as populações ciganas está em processo inicial de construção e consolidação. O que, por sua vez, também contribui para o desconhecimento

da população brasileira como um todo acerca dos povos ciganos, de seus modos de vida e de sua participação na história do país, bem como impacta na instrumentalização do poder público para subsidiar a criação de políticas públicas e aperfeiçoamento dos serviços públicos existentes.

Dentre os principais grupos que compõem os povos ciganos no Brasil, temos as etnias: Rom, Sinti e Calon. Segundo Teixeira (2008), o grupo Rom é demograficamente majoritário ao redor do mundo e dividido em subgrupos: Kalderash, Matchuara, Lovara e Tchurara. Os Sinti estão presentes no Brasil desde o século XIX, oriundos de países europeus como Alemanha, Itália e França. Os Calon, grupo numericamente majoritário no Brasil, concentraram-se na Península Ibérica de onde migraram para outros países europeus e para as Américas. Aqui, a menção às etnias ciganas deve-se não só à caracterização desses povos, mas visa, sobretudo, chamar atenção para a diversidade interna dos povos ciganos e para as especificidades étnicas de seus grupos e subgrupos. Trata-se, portanto, de elementos importantes para que se faça jus à complexidade da identidade e cultura cigana, mas também para possibilitar um melhor direcionamento das ações do Estado a partir da consideração das particularidades de cada grupo e de cada região do país.

1.2. Os povos ciganos, língua e tradição oral

Como já foi dito aqui, os grupos ciganos, predominantemente, apresentam-se como ágrafos, uma vez que não produzem registros escritos, preservando sua história e cultura predominantemente por meio da oralidade. Este é o caso da etnia calon, à qual se refere a maior parte dos dados apresentados neste relatório. A oralidade é central para a manutenção das línguas ciganas que funcionam como fronteiras étnicas e formas de autoproteção. Entretanto, a ausência de políticas de valorização linguística, somada ao analfabetismo estrutural e às dificuldades de transmissão intergeracional, coloca em risco a vitalidade desses idiomas. A língua, estigmatizada pela sociedade envolvente, foi também associada a embustes e marginalidade nos discursos coloniais e oitocentistas (Teixeira, 2008). Nesse sentido, assim como outros povos tradicionais com forte tradição oral, os povos ciganos são, frequentemente, associados a mitos e a um imaginário social, que oscila entre o folclórico e o estigmatizado e que está na base de representações sociais distorcidas de sua cultura e práticas socioculturais, econômicas e políticas.

O fato dos povos ciganos terem na tradição oral sua principal fonte de conhecimento e ferramenta de transmissão e circulação de saberes, não significa que não valorizem a educação formal ou que não se interessem em engajar-se nos processos de alfabetização, formação educacional básica e profissionalização. Entretanto, a trajetória educacional das populações ciganas no Brasil é marcada pela exclusão estrutural. O processo de alfabetização ocupa lugar ambíguo na vida comunitária cigana, pois, por um lado, representa instrumento de acesso à cidadania, possibilitando o registro civil, a participação em políticas sociais e a reivindicação de direitos, mas, por outro, é visto por alguns grupos como ameaça de assimilação cultural, uma vez que a oralidade é central na transmissão de saberes e tradições (Rothenburg e Stroppa, 2020). Essa tensão faz com que muitas famílias mantenham uma postura seletiva diante da escola, enviando os filhos para adquirir a leitura básica, mas priorizando a preservação das práticas culturais transmitidas oralmente (Costa e Rolim, 2014).

1.3. Povos ciganos e os processos educacionais

O analfabetismo permanece elevado entre crianças e adultos, em grande medida devido à ausência histórica de políticas públicas específicas e ao preconceito que desestimula a frequência escolar, conforme destaca Costa e Rolim (2014). Em coletânea intitulada “Povos Ciganos: direitos e instrumentos para a sua defesa”, o Ministério Público Federal registra que a exigência de endereço fixo para matrícula escolar representou, por décadas, um obstáculo concreto para grupos itinerantes ou instalados em acampamentos sem reconhecimento jurídico, tanto no que diz respeito ao acesso à educação, quanto a um conjunto de outros direitos, serviços e equipamentos públicos. Na educação básica, muitas famílias enfrentaram, e ainda enfrentam, dificuldades em manter os filhos na escola diante da discriminação cotidiana, da falta de materiais pedagógicos adequados e da incompreensão dos professores e demais profissionais da educação sobre a cultura cigana.

Os altos índices de analfabetismo entre crianças e adultos ciganos evidenciam o desencontro entre a escola pública — estruturada a partir da lógica sedentária — e a dinâmica cultural cigana. De modo que a mobilidade territorial e as relações com a terra, os espaços urbanos e os lugares que habitam, ainda que temporariamente, atravessam também a dimensão do acesso e permanência de crianças jovens e adultos nas instituições de ensino formal. Além disso, os preconceitos e práticas discriminatórias presentes nas

instituições de ensino desestimulam a permanência, resultando em uma histórica violação do direito à educação.

A presença escolar cigana ainda é marcada por: 1) evasão precoce, ligada ao preconceito sofrido nas salas de aula em decorrência do persistente imaginário social em que “ciganos” são vistos como sinônimo de preguiça ou desonestidade; 2) currículo pouco inclusivo, sem menção positiva à história e cultura ciganas, bem como às contribuições dos povos ciganos para a história do país e para a sociedade brasileira como um todo; 3) falta de preparação que instrumentalize os profissionais da educação, sobretudo, professores, para lidar com a diversidade étnica e linguística; 4) discriminação institucional que, muitas vezes, interpreta a ausência de documentos equivocadamente como “desinteresse” das famílias. Essas barreiras fazem da escolarização um processo frágil, fragmentado e sujeito à interrupções constantes, uma vez que as pessoas ciganas, sejam jovens ou adultos, não se sentem acolhidos pelo “projeto educacional convencional” (Rothenburg e Stroppa, 2020).

O quadro educacional dos povos ciganos no Brasil revela um ciclo de exclusão, marcado pela falta de políticas específicas que perpetuam os altos índices de analfabetismo e evasão escolar; pelo analfabetismo que termina por limitar o acesso a documentos e políticas públicas; pela evasão escolar que também restringe a profissionalização formal e a inserção no mercado de trabalho; e pela informalidade econômica que reforça o preconceito e a invisibilidade social, intensificando o distanciamento entre as pessoas ciganas e os espaços formais de ensino e profissionalização. Paradoxalmente, a Constituição de 1988 e os instrumentos internacionais como a Convenção 169 da OIT reconhecem o direito dos povos ciganos à educação diferenciada e intercultural, mas a implementação prática permanece escassa, precária, frágil e insuficiente para romper com este ciclo de exclusão. A escolaridade, quando oferecida sem diálogo cultural, tende a ser vista como imposição assimilacionista e, quando negada, reforça a marginalização.

No que tange à educação superior e aos processos formais de profissionalização, observa-se que o ingresso de jovens ciganos no ensino superior ainda é uma realidade extremamente restrita. Mesmo com avanços recentes em políticas afirmativas no Brasil, os povos ciganos não foram contemplados de forma sistemática nas políticas de ações afirmativas dentro das cotas raciais ou sociais. O ingresso no ensino superior, sobretudo na pós-graduação, restringe-se a casos onde, geralmente, há forte engajamento individual ou comunitário, visto que os ambientes educacionais formais são ainda muito hostis à população cigana. Na esfera da profissionalização formal, as barreiras educacionais se

convertem em restrições no acesso ao mercado de trabalho assalariado. Parte significativa das famílias permanece vinculada às formas de subsistência no comércio ambulante, artesanato e serviços informais, reforçando a exclusão de empregos que exigem certificação escolar – como foi possível observar nas pesquisas de campo efetuadas dentro deste mapeamento.

Ainda no que se refere à escolarização formal, observa-se nas gerações mais jovens tanto uma postura de resistência, acompanhada por sentimentos de estranhamento e de não pertencimento a esse espaço, como alguns comportamentos de não identificação com o espaço escolar, recusa do ambiente escolar e abandono dos estudos. Há também problemas de adaptação às práticas escolares, pois o modo de vida pautado na mobilidade, nas viagens e nas festividades comunitárias distancia as pessoas ciganas do ambiente escolar em função da forma como suas atividades estão estruturadas e calendarizadas. Nesse sentido, o acesso dos povos ciganos à alfabetização, escolarização e profissionalização formal é atravessado por contradições.

Se, por um lado, este acesso representa uma porta de entrada para cidadania e direitos, por outro lado, também constituem processos e espaços de reprodução de preconceitos e de risco de apagamento cultural. A escola pública, por sua vez, constitui um espaço rico em possibilidades e diversidade, podendo atuar como um território fértil, embora contraditório, marcado por fronteiras e tensões, condições fundamentais para a promoção e a construção coletiva do conhecimento. Assim, qualquer política educacional, voltada às populações e comunidades ciganas, precisa conjugar inclusão escolar com valorização cultural, garantindo que a escola seja espaço de reconhecimento e pluralidade, e não de assimilação forçada e apagamento.

1.4. Povos ciganos e relações com os territórios: itinerância, mobilidade e processos de sedentarização

Além da oralidade, outra importante característica dos povos ciganos é a itinerância e o nomadismo que, frequentemente, são entendidos de modo generalizado e estereotipado, entendimento este que moldou a forma como os ciganos foram tratados pelo Estado e pela sociedade brasileira. Desde os séculos XVII e XVIII, os ciganos chegaram ao Brasil majoritariamente como degredados da Coroa portuguesa. Essa inserção foi marcada por dispersão forçada e pela ausência de reconhecimento de vínculos territoriais.

Documentos e relatos da época mostram que os grupos ciganos eram tratados como “elementos incivilizáveis”, cuja mobilidade era interpretada como vagabundagem ou ameaça à ordem pública, o que também levou a confrontos com forças policiais, as chamadas “correrias de ciganos” entre o final do século XIX e o início do século XX (Teixeira, 2008). Esse imaginário consolidou a associação entre nomadismo e marginalidade, o que contribuiu para dificultar qualquer forma de legitimação de territórios próprios.

O nomadismo cigano, real ou atribuído, constituiu-se em uma barreira concreta ao acesso a direitos. Teixeira (2008, p. 38), destaca como esta característica dos povos ciganos era um empecilho ao projeto civilizatório, pois, “o nomadismo propiciava que as fronteiras dos territórios ciganos fossem portáteis”. A legislação brasileira exige endereço fixo para registro civil, matrícula escolar, inscrição em programas sociais e exercício pleno da cidadania. Tal exigência impactou gerações de famílias ciganas, deixando-as em situação de invisibilidade documental e de exclusão institucional. De modo que, tanto as pesquisas aqui mencionadas, como a própria experiência de campo da pesquisa deste mapeamento, demonstram que a exigência de endereço fixo para acessar direitos básicos reforça os padrões de exclusão. Esse processo evidencia como o território, entendido pelo Estado em termos de fixidez e estruturado pela lógica da propriedade privada, funciona como um dispositivo de marginalização, expropriação e exclusão social.

A ideia que se faz do nomadismo, como uma forma de habitar os territórios que não estabeleceria vínculos com o lugar, contribui para tais processos na medida em que desconsidera a diversidade de formas com que diferentes grupos e populações constroem suas relações com a terra, o território e a moradia. As pesquisas sobre povos ciganos e a própria experiência de campo deste mapeamento têm demonstrado que nas práticas nômades também há criação de memória e pertencimento, reprodução sociocultural e identitária, estabelecimento de vínculos e relações sociais comunitárias. Teixeira (2008) argumenta que a forma cigana de ocupação e apropriação do espaço seria direcionada por uma racionalidade comunitária e pelo nomadismo. Os terrenos que abrigam os acampamentos são um exemplo de espaço onde se desenvolve uma convivência familiar e comunitária, como ressalta o autor. Dolabela (2020), argumenta que a vida comunitária é um componente essencial para o compartilhamento e a atualização da identidade e da cultura cigana, como também criar e manter uma rede de apoio, esta última sustentada nas relações de convivência e parentesco.

A diversidade dos povos ciganos é tal que, apesar do estereótipo do “cigano nômade”, muitos grupos ciganos no Brasil vivenciam processos de sedentarização parcial ou definitiva. A pesquisa etnográfica de Cupertino (2023) em Minas Gerais demonstra que a identificação dos Calon como “povos e comunidades tradicionais” foi crucial para legitimar reivindicações territoriais. O reconhecimento dos povos ciganos como povos e comunidades tradicionais abriu, portanto, espaço para disputas e reivindicações territoriais inéditas, em áreas urbanas e rurais, deslocando o debate de uma lógica de criminalização para uma de direitos coletivos – como aponta o pesquisador. A literatura especializada destaca que a sedentarização, nesses casos, não significou perda cultural, mas reconfiguração de práticas sociais em novos contextos de fixidez. O que demonstra uma possibilidade real de inserção das populações ciganas e de suas comunidades nas esferas jurídica e política, bem como a reconfiguração de sua cidadania e do arcabouço legal de seus direitos a partir da mobilização coletiva.

Ressalta-se que o processo de sedentarização dos ciganos no Brasil não pode ser reduzido a uma passagem linear do nomadismo à fixidez. Ele deve ser compreendido como: 1) um campo de disputa simbólica, em que o estigma do nomadismo sustenta práticas discriminatórias ainda hoje; 2) um campo de luta política, no qual o reconhecimento, como povos e comunidades tradicionais, tem possibilitado reivindicações territoriais; 3) um processo dinâmico de reconfiguração cultural, em que grupos negociam formas de habitar territórios, sem abdicar de práticas sociais e valores identitários. A sedentarização constitui um aspecto relevante quando se trata de populações ciganas da região norte do país, nomeadamente do estado do Tocantins, onde concentra-se o maior número de famílias ciganas da região. Ainda, assim, foi possível observar que, mesmo com residências fixas, há grande mobilidade das famílias ciganas entre cidades e regiões dentro do próprio estado, como também entre o estado do Tocantins e outros estados como: Goiás, Pará, Maranhão e alguns casos de fluxos migratórios entre outros estados da região nordeste.

Especificamente nas pesquisas de campo deste mapeamento, as famílias visitadas encontram-se em situação sedentária, como residentes ou “moradores” – denominação utilizada pelos próprios ciganos. Constituindo, assim, um cenário que se diferencia de outras regiões do país nas quais as equipes de pesquisadores deste mapeamento encontraram uma parte significativa da população vivendo em acampamentos estruturados como espaços coletivos partilhados com outras famílias ciganas. Entretanto, esta não constitui uma característica majoritária na região norte, como a pesquisa pôde apurar. Outro

elemento que se destaca no contexto nortista, especialmente Tocantinense, é a concentração de famílias ciganas em regiões e bairros periféricos das cidades, por sua vez, com menos infraestrutura, serviços básicos e equipamentos públicos disponíveis.

Campos e Fotta (2023), no dossiê “Ciganos no Brasil: relações entre continuidade, mudança e diferença”, destacam que, embora os povos ciganos tenham sido recentemente incluídos na categoria estatal de “povos tradicionais”, os mesmos ainda enfrentam problemas como: precariedade habitacional, expulsões e ausência de segurança jurídica nos acampamentos – e, aqui, poderíamos dizer que também moradias convencionais. Os autores destacam que o processo de sedentarização ocorre, portanto, em meio a tensões seja pela pressão por fixação territorial como condição para acessar políticas públicas, seja pelo risco de que tal fixação venha acompanhada de assimilação forçada ou perda de autonomia cultural.

No que diz respeito ao levantamento deste mapeamento, observou-se que a situação de “morador”, de cigano sedentarizado, mantém a maioria das famílias ciganas em situação de vulnerabilidade social com exposição a precariedades diversas, dificuldades no acesso a direitos, políticas públicas, equipamentos e serviços urbanos. Tal cenário decorre do fato dessas famílias habitarem residências, sejam elas próprias ou alugadas, em bairros periféricos com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana. Essa fragilização das condições de vida também decorre de vulnerabilidades socioeconômicas como: 1) dificuldades no acesso à empregabilidade formal; 2) falta de cobertura de serviços de assistência social e previdência; 3) instabilidade da ocupação da moradia, provocada pela desproteção jurídica e ausência de segurança pública em contextos em que membros da família sofrem discriminação, perseguição e violências (inclusive físicas); 4) ocorrências de conflitos internos e externos sem a devida assistência do Estado.

1.5. Povos ciganos e sua inserção econômica: ofícios tradicionais, práticas comerciais e empregabilidade.

Com relação às práticas comerciais tradicionais dos povos ciganos também é possível traçar sua historicidade e dinâmicas contemporâneas. De acordo com Karpowicz (2023) aponta que, no Brasil, o comércio é exercido pelos grupos ciganos desde o século XVI, tendo se intensificado durante o século XIX, como uma forma de sobrevivência da grande maioria dos grupos. As trocas, permutas e transações diversas aparecem como

práticas internas e externas – feitas com ciganos e não ciganos. A autora destaca que “é possível perceber que o tipo de comércio exercido pelos ciganos possibilita aos grupos não só a sobrevivência, em termos financeiros, mas a continuidade de suas tradições que se faz muito presente através do nomadismo” (KARPOWICZ, 2023, p. 8).

Teixeira (2008), também chama atenção para o fato de como o comércio se convertia num espaço de interação entre os ciganos e as populações locais não ciganas. Documentos e relatos históricos mostram atuação dos povos ciganos na compra e venda de tecidos, joias, quinquilharias, cavalos e animais de carga, bem como em atividades ligadas ao espetáculo popular (saltimbancos, circos, leitura de mãos). Essa inserção no comércio itinerante não apenas garantia a subsistência, mas também funcionava como estratégia de adaptação a um contexto em que o acesso à terra e ao trabalho formal lhes era negado. Contudo, tais práticas foram frequentemente criminalizadas ou descritas por viajantes e autoridades de forma etnocêntrica, vinculando-as ao roubo e à trapaça, desqualificando a economia cigana.

É notório que os ofícios tradicionais dos povos ciganos guardam ligação direta com suas relações com o território e sua mobilidade territorial, como destaca Dantas (2020). A literatura especializada estabelece essa correlação entre mobilidade territorial e práticas comerciais, apontando que as últimas respondiam às necessidades dos trânsitos e deslocamentos, mas a itinerância também favorecia uma diversificação das práticas comerciais, visto ser possível ampliar as transações comerciais com clientes não ciganos, populações locais dos territórios nos quais os povos ciganos transitavam e ainda transitam. Os dados apresentados por Leite (2023), no contexto sul maranhense, apontam como as práticas comerciais e a busca pela ampliação e consolidação de seus negócios, também levam os ciganos a realizarem diversas rotas migratórias e colocarem-se em itinerância.

No entanto, a permanência e fixação nos territórios sempre esteve constantemente ameaçada pelas situações de discriminação, perseguição e violência – tanto por parte das populações locais quanto do próprio Estado e suas instituições. O que, por sua vez, nos leva a considerar que os processos de sedentarização têm, de alguma maneira, produzido mudanças nas dinâmicas das práticas comerciais e nos ofícios tradicionais. Dantas (2020) destaca, entre as atividades laborais e práticas comerciais dos povos ciganos, uma série de ofícios já praticados antes dos processos de sedentarização, ocorridos no Brasil a partir da década de 80. Entre eles tem-se os ofícios ligados ao artesanato com metais, como o alumínio e o cobre, a partir dos quais produziam tachos, potes, panelas e outros utensílios

domésticos; o ofício de ourives na confecção artesanal de joias em ouro, prata ou cobre; como ferreiros, fabricando ferraduras, ferramentas, rodas, panelas.

O autor completa que também é possível mapear o trabalho artesanal com a madeira em atividades de entalhamento artístico ou na produção de utensílios de madeira; além do artesanato com materiais de cestarias. Havia, ainda, de acordo com o autor, os ciganos especialistas em cuidado e comércio de animais, os músicos e dançarinos ciganos e os adestradores de animais. Apesar dessa diversidade de ofícios, constata-se um consenso na literatura em torno da centralidade do comércio como atividade econômica predominante e vital dentro das comunidades e famílias ciganas. De modo que, ainda hoje, o comércio ambulante permanece como estratégia econômica, mas sob constante vigilância social e institucional. Essa vigilância é marcada pela deslegitimação social que consolidou, ao longo do tempo, o estereótipo do “cigano enganador”, impedindo o reconhecimento do comércio ambulante como atividade legítima e, por consequência, restringindo a integração dos ciganos em mercados formais de trabalho. Assim, práticas de sobrevivência, historicamente aceitas em outras populações – tais como: trocas, itinerância, artesanato –, foram ressignificadas de forma seletiva quando se trata da população cigana e tidas como sinais de “ociosidade” ou “marginalidade”, o que tem criado e mantido barreiras históricas à empregabilidade e desigualdades profundas e estruturais.

No entanto, se consideramos, sob olhar crítico, o panorama das práticas comerciais e da renda entre os povos ciganos no Brasil, sem as lentes estigmatizantes e restritivas do imaginário social vigente, é possível observar: 1) resiliência econômica: visto que o comércio itinerante e os serviços informais constituem formas de resistência diante de sua exclusão histórica dos modos de produção formais; 2) precariedade estrutural: paralelamente, a deslegitimação do trabalho cigano e as barreiras documentais mantêm os grupos à margem do mercado de trabalho assalariado e dos direitos sociais; 3) paradoxo da empregabilidade: enquanto inserção econômica das populações ciganas é marcada pela autonomia e pelo caráter comunitário, ao mesmo tempo, é também interpretada socialmente como indício de fraude ou ilegalidade, reforçando o ciclo de exclusão.

Apesar da fragilidade e escassez dos levantamentos estatísticos sobre a população cigana no Brasil, até aqui, nota-se haver um consenso na literatura – que também pode ser observado na experiência deste mapeamento e nas demandas dos grupos ciganos organizados – de que a maioria dos ciganos permanece excluída do mercado de trabalho formal. Em parte, devido à baixa escolaridade e, por outro lado, pela persistência de práticas

discriminatórias por parte da população não cigana e do próprio Estado. Há um hipodimensionamento do desemprego entre os povos ciganos, seja pela ausência de levantamentos abrangentes e especificamente voltados para as populações ciganas, como também em função das categorias utilizadas nas pesquisas censitárias que dificultam a diferenciação entre trabalho, emprego e renda, assim como entre atividades e ocupações formais e informais (Dantas, 2023).

Segundo Dantas (2023, p. 381), há “formas sócio-históricas que contribuíram para o desemprego e os baixos níveis escolares de grande parte dos ciganos no Brasil”. Ainda de acordo com o autor, trata-se de um processo histórico de violações de direitos, nas relações de trabalho e educação, que atua diretamente na precarização das condições de trabalho dentro dos ofícios já praticados, o comércio e a produção artesanal, como também das condições de acesso e permanência nos espaços educacionais. Tal situação tem feito com que muitos grupos e famílias dependam do comércio ambulante e das feiras onde podem comercializar roupas, utensílios, artesanato, animais; dos serviços informais como o tarô, a quiromancia, a música e apresentações artístico-culturais diversas; bem como de pequenos negócios familiares, transmitidos de geração em geração. Essa configuração reforça a predominância de uma economia de subsistência sujeita à precariedade, à instabilidade e à ausência de seguridade social, ainda que esta economia também seja espaço de manutenção de ofícios tradicionais e de reprodução cultural e dos laços comunitários. Este espaço necessita ser reconhecido e protegido pelo Estado, no sentido de que as comunidades recebam a assistência necessária e tenham seus direitos assegurados.

No que diz respeito aos levantamentos produzidos no âmbito deste mapeamento, foi possível constatar que, efetivamente, na base dessa problemática estão os processos discriminatórios, persecutórios e os cenários de violências diversas e desamparo estatal. Visto que o ciclo de exclusões, precariedades e vulnerabilidades é desencadeado pelas dificuldades de acesso e permanência no ensino básico, estendendo-se ao ensino superior. Dificuldades essas que estão diretamente ligadas à ausência de políticas públicas e ações do Estado no sentido de promover a cultura cigana, o respeito aos seus grupos e às suas tradições, bem como de prover as condições para formação educacional básica e profissionalização. Entretanto, observou-se que, mesmo quando as gerações mais jovens conseguem acessar tanto a formação educacional básica quanto cursos de profissionalização, sejam técnicos ou graduações, tais acessos não asseguram,

plenamente, a entrada no mercado de trabalho em virtude das barreiras impostas pelas práticas discriminatórias e diferentes formas de marginalização e exclusão social.

A equipe de pesquisa localizou famílias com membros inseridos no serviço público a nível municipal e estadual, entretanto, estes se mostraram casos isolados e restritos, na maioria das vezes, a um único membro da família. Se a baixa escolaridade constitui também um fator de exclusão do mercado de trabalho e limitador do acesso à empregabilidade, as condições de entrada e permanência de jovens no ensino básico estão na raiz do problema. Pois, parte significativa desses jovens abandonam a escola em decorrência de uma cultura escolar discriminatória da identidade cigana que termina por tornar o ambiente escolar hostil para crianças e jovens ciganos e por conduzi-los ao abandono dos estudos e à evasão escolar. O que, por sua vez, impacta diretamente a entrada de pessoas ciganas no mercado de trabalho, sobretudo em atividades formais, e aprofunda a situação de desemprego já intensificada pelas exclusões estruturais históricas.

As barreiras à empregabilidade, assim como em outros setores, situam-se, principalmente, no enraizamento de uma mentalidade discriminatória na sociedade brasileira e na ausência de ações estatais que atuem no combate às práticas preconceituosas e excludentes, como também que garantam proteção dos direitos das pessoas ciganas. Tais ações do Estado podem se converter em políticas que busquem coibir práticas discriminatórias nos processos de recrutamento, promover o incentivo à contratação de pessoas ciganas e uma cultura empresarial, institucional, e da sociedade como um todo, voltada para o respeito, a convivência, a inclusão e a reparação histórica. Foram inúmeros os relatos sobre processos seletivos e entrevistas nos quais os empregadores preferiram candidatos ciganos ao tomar ciência de seu pertencimento étnico. Somados a uma série de histórias em que pessoas ciganas foram obrigadas a ocultar e omitir seu pertencimento étnico para acessar e/ou se manter em postos de trabalho, geralmente precarizados e informais.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, a prática de ocultação da identidade étnica funciona como estratégia para acessar e manter empregos, ainda que boa parte dos postos se situem na informalidade e em trabalhos precarizados e desvalorizados como o serviço doméstico. Foi recorrente, durante a pesquisa, ouvir de mulheres que a principal desconfiança acionada no momento de oferecer um serviço ou se candidatar a uma vaga é acerca de sua idoneidade e honestidade. É possível traçar uma conexão direta entre o enquadramento das pessoas ciganas na posição de suspeitas e o histórico estereótipo do

roubo. Teixeira (2008), busca desmontar essa narrativa, por meio da análise de documentação do começo do século XIX, demonstrando que os ciganos não tinham direito à posse de bens, o que também reforçava a fragilidade das acusações de roubo que, segundo o autor, não eram de ocorrências policiais formais. Ele também relata que boa parte das denúncias vinham de pessoas que tentavam ludibriar os ciganos sem sucesso, apontando para as formas como as classes dominantes lidam com aqueles que não aceitam seus desmandos, propostas e acordos injustos, criminalizando as populações que não se encaixam na ordem vigente.

Ainda assim, trata-se de uma imagem demasiadamente cristalizada na mentalidade dos brasileiros e que carece de educação para diversidade étnico-racial e de promoção da cultura cigana para que seja desconstruída. A equipe de pesquisa também observou que a maioria das pessoas ciganas, sobretudo vivendo em cidades interioranas, optam por não se identificar como ciganas, tanto em contextos nos quais participam em pesquisas e levantamentos, como em situações de cadastramento e registro nos serviços públicos de saúde e assistência social. Tal comportamento é acionado como forma de proteção diante das práticas discriminatórias, violações de direitos, exclusões, marginalizações e violências sofridas, como também em decorrência de conflitos internos e externos que exigem que pessoas ciganas e, por vezes, famílias inteiras mantenham-se no anonimato, ainda que por tempo determinado. Em outras palavras, há famílias ciganas que não querem e não podem ser localizadas e identificadas, sob risco para as vidas de seus membros.

1.6. Povos ciganos, identidade cultural e práticas artístico-culturais

As práticas culturais e artísticas — da música à dança, passando pela oralidade e pelo simbolismo das festas — constituem dimensões centrais de afirmação identitária e de resistência. As mesmas também estão englobadas nos ofícios tradicionais dos povos ciganos e, portanto, guardam relação direta com as dimensões econômica, comercial e de subsistência. Apesar de, reiteradamente, exotizadas pela sociedade não cigana, essas expressões operam como mecanismos de coesão comunitária e transmissão de valores, mesmo diante das pressões assimilacionistas. A dimensão cultural da vida social do povo cigano relaciona-se, também, com o território, a itinerância, a língua, os saberes e fazeres, incluindo as práticas oraculares e artes divinatórias, como a cartomancia e a quiromancia (leitura de mãos) – segundo Teixeira (2008, p. 55), “a prática cigana da quiromancia (leitura

das mãos), no Brasil é documentada pelo menos desde os fins do século XVII e início do XVIII”.

Como já apontado, a cultura cigana se sustenta fundamentalmente na oralidade, por possuírem linguagem ágrafa. Mitos, genealogias, narrativas históricas e saberes práticos, tais como curas, leitura da sorte, benzeduras, são transmitidos entre gerações, sobretudo pelas figuras dos mais velhos, tal qual ocorre com outros povos tradicionais. Essa característica foi, historicamente, interpretada de forma preconceituosa pela sociedade majoritária, que vinculou a ausência de escrita à incapacidade intelectual, ociosidade ou à ignorância, quando, na verdade, trata-se de um modo de produção cultural distinto e de formas de comunicação e linguagem que privilegiam a fala. As artes ciganas — música, dança, circo, leitura de mãos, artesanato — estiveram sempre ligadas tanto à identidade cultural quanto à estratégia de sobrevivência econômica. Ofícios artísticos foram historicamente combinados com o comércio itinerante, destacando-se a tradição circense dos povos ciganos.

Segundo Teixeira (2008, p. 54), por volta dos fins do século XIX, constava “que várias famílias ciganas foram proprietárias de circos, ou então trabalhavam em circos que circulavam não somente no Brasil, como também em outros países sul-americanos”. O autor assinala, ainda, que “durante o oitocentos, e até o início do século XX, vários ciganos se casaram com circenses não-ciganos. Era comum famílias ciganas proprietárias de circos contratarem não-ciganos e vice-versa” (TEIXEIRA, 2008, p. 54-55). O que demonstra o intercâmbio entre ciganos e não-ciganos não só nas práticas comerciais como no campo artístico-cultural, a despeito das imagens distorcidas, estereotipadas e simplificadas dos povos ciganos (KARPOWICZ, 2023), construídas ao longo da história, e que alimentam um conjunto de discriminações, tais como a associação das pessoas ciganas ao roubo (KARPOWICZ, 2023; TEIXEIRA, 2008). Apesar disso, as práticas artísticas permaneceram como formas de resistência, reforçando a coesão interna e permitindo interação com a sociedade envolvente.

Algumas especificidades se destacam quando falamos de arte e cultura ciganas, entre elas: 1) a centralidade da música e da dança em festas e rituais de passagem (casamentos, batizados, reuniões familiares); 2) a estética indumentária, com uso de roupas coloridas – as saias longas, adornos e joias entre as mulheres e chapéus e cintos com fivelas entre os homens, são um exemplo – como símbolo de identidade cultural e diferenciação social; 3) o artesanato e o comércio de animais, que carregam valor tanto

econômico quanto cultural; 4) a religiosidade plural, que mistura práticas próprias com elementos do catolicismo e, mais recentemente, do pentecostalismo, sempre reinterpretados à luz da tradição cigana. Sendo consenso, na literatura especializada, que essas práticas não configuram apenas expressões folclóricas, mas constituem formas de afirmação política e cultural frente ao estigma e à exclusão. Tal aspecto de afirmação política e cultural também foi notório nas entrevistas com algumas pessoas ciganas no estado do Tocantins, sobretudo aquelas que atuam como lideranças em suas comunidades locais. Essa afirmação da identidade e do pertencimento étnico também se dá pelo emprego da categoria “ciganidade” como uma forma de pautar a especificidade do “ser cigano” (NUNES, 2024).

Contudo, paralelamente a essas experiências de mobilização de elementos culturais e artísticos como ferramentas de luta e afirmação, há outra realidade nos contextos mais interioranos. Com acirrado preconceito e intolerância, nas pequenas cidades tocantinenses foram registrados diversos relatos nos quais mulheres ciganas declaram evitar o uso de suas vestimentas típicas em locais públicos por temerem situações de discriminação. Há, ainda, conforme relatos, recorrentes limitações para realização das suas festividades, tais como: disponibilidade de locais para realização, diminuição da duração dos encontros e até mesmo denúncias policiais de vizinhos alegando importunação e perturbação da ordem. Nota-se que, mesmo quando não ocorrem atos de repressão e cerceamento formal, há uma espécie de vigilância nos bairros onde residem que vem do próprio olhar da população local não cigana para com seus vizinhos ciganos. Ainda assim, também registrou-se que pessoas ciganas, tanto homens quanto mulheres, usam dos espaços das festividades locais de suas cidades para a realização do comércio e venda ambulante.

1.7. Povos ciganos, moralidades e religiosidades

No campo das práticas religiosas e das moralidades é possível observar o mesmo processo histórico de estigmatização das populações ciganas que atravessa os domínios da língua e do território, já discutidos, das práticas comerciais, culturais e artísticas (que veremos a seguir). Karpowicz (2023), destaca que as práticas religiosas e morais dos ciganos sempre foram objeto de desconfiança e perseguição pelo clero. Teixeira (2008) aponta que fontes históricas do século XVIII já registravam a crítica do clero brasileiro à recusa de sacramentos católicos (casamentos e batismos oficiais) para preservação de seus

costumes e cerimônias próprias. Tal recusa era vista como uma afronta à Igreja e à moral religiosa católica que pretendia controlar a sociedade do período. De modo que, historicamente, casamentos realizados segundo costumes ciganos eram rotulados como uniões ilegítimas, alimentando discursos de heresia, feitiçaria e marginalidade. Além disso, conforme relata o autor, há que se considerar que as exigências formais da Igreja Católica para realização tanto de casamentos quanto de batizados, tais como apresentação de documentos e residência fixa, impediam os ciganos de adotarem tais ritos. Diante disso, do ponto de vista da sociedade envolvente, casamentos ciganos foram historicamente vistos como “ilegais” ou “informais”, por não se adequarem à legislação civil ou canônica. De acordo com Monteiro e Figueiredo (2020, p 356), “os casamentos são, preferencialmente, entre pessoas do próprio grupo, seguindo a regra endogâmica”, uma vez que os povos ciganos reforçam a centralidade da família como garantidora da continuidade do grupo e de sua segurança.

No entanto, observou-se em campo, um grande número de casamentos de pessoas ciganas com não ciganas, tanto homens quanto mulheres. Mas, destaca-se, paralelamente, a incorporação do novo membro não cigano à família cigana e a adoção de suas tradições. Ferrari (2019), ressalta que o casamento endogâmico não é prescritivo e, com isso, tanto novos membros ciganos de outros grupos quanto não ciganos são incorporados. Ao longo das visitas realizadas na pesquisa de campo e no contato direto com famílias ciganas, foi possível observar que os casamentos constituem, ao mesmo tempo, festividades e alianças que movimentam os grupos ciganos, mobilizando trocas, viagens e deslocamentos, além de diversos aspectos de sua cultura material, já citados aqui. De acordo com Leite (2023), os novos casamentos também são responsáveis por criar novas redes de relação.

No contexto da região norte do país, observou-se que os casamentos nas comunidades ciganas são uma parte central da rede comunitária e das relações de apoio e cuidado, mesmo quando as uniões ocorrem entre pessoas ciganas e não ciganas. Nessas uniões, podemos ver a noção de “ciganidade” sendo acionada como categoria de diferenciação (NUNES, 2024), no sentido de traçar alguma distinção entre ciganos e os não-ciganos que adentram as famílias pela via do casamento. As práticas de casamento entre ciganos no Brasil variam conforme os subgrupos (Calon, Rom, Sinti), mas em linhas gerais caracterizam-se por: 1) uniões endogâmicas: há uma forte preferência por casamentos dentro do grupo, como forma de preservação cultural e linguística; 2) negociação entre famílias: o casamento é compreendido como aliança entre famílias extensas, envolvendo

trocas materiais e simbólicas (dotes, pactos de convivência, reconhecimento de linhagens); 3) idade precoce: em alguns grupos, sobretudo entre os Calon, a união ocorre ainda na adolescência, sendo interpretada como mecanismo de proteção da honra feminina e de reforço da coesão comunitária.

De acordo com Santos (2025, p. 19), “no cenário cigano, o casamento não se baseia apenas no reconhecimento do estado, mas em normas e valores comunitários que vão além das definições legais convencionais”. A autora destaca, ainda, os desafios do arcabouço jurídico brasileiro para desenvolver práticas inclusivas e que compreendam as tradições ciganas, sobretudo, no que diz respeito ao casamento de menores de 14 anos. Segundo ela, o modelo de casamento cigano “carrega significados e valores que transcendem o entendimento jurídico tradicional, sendo uma prática enraizada em tradições que refletem a identidade desse grupo” (SANTOS, 2025, p. 11).

Outro tema, relacionado ao casamento, que merece destaque é a relação dos povos ciganos com a esfera religiosa e moral. Suas práticas, frequentemente narradas de forma enviesada por viajantes e observadores externos ao longo da história, foram associadas à suposta ausência de moralidade ou de “verdadeira religião”, reforçando estereótipos etnocêntricos. A literatura especializada destaca como a discrepância entre as moralidades hegemônicas da sociedade brasileira e as moralidades dos povos ciganos, gera tensões permanentes. Enquanto para os ciganos, suas práticas asseguram identidade, dignidade e coesão interna, para o Estado e a sociedade majoritária, tais práticas são vistas como desvio da norma jurídica e religiosa. O que, por sua vez, aponta como a religião e a moralidade ciganas foram sistematicamente desqualificadas por olhares externos, reforçando o anticiganismo. Ao mesmo tempo, a presença de traços culturais materializados em valores morais no seio das comunidades ciganas contemporaneamente evidencia a resiliência dos povos ciganos, que têm reconfigurado suas práticas matrimoniais em contextos urbanos e rurais, conciliando elementos tradicionais e adaptações às exigências do Estado e das igrejas.

De acordo com Melo (2021, p. 2), os ciganos costumam ser vistos como uma “ramificação esotérica de religiões espiritualistas”, uma associação que, segundo o autor desagradada as pessoas ciganas por reforçar estereótipos. Ele destaca, ainda, que a questão religiosa entre os povos ciganos também está atravessada pela relação com o Estado e os processos de tutela, sobretudo, a partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988. Segundo Melo (2021), as relações dos povos ciganos com o Estado estiveram

atravessadas pela presença da Igreja Católica por meio da Pastoral dos Nômades que atuou, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, como mediadora entre grupos ciganos e parlamentares. Tal questão pauta também o problema da representação dos povos ciganos dentro e/ou perante o Estado, uma representação que teve contornos problemáticos neste caso, dado o histórico de perseguição da Igreja Católica contra povos ciganos.

Segundo o autor, esse período foi seguido por um momento de protagonismo de lideranças, associações e grupos ciganos na representação dos povos ciganos no Brasil, marcado pelo acionamento da laicidade do Estado e sua relação com grupos minoritários na busca por acesso e garantia de direitos fundamentais. Nos anos mais recentes, Melo (2021) destaca o surgimento e expansão da Igreja Evangélica Pentecostal Assembleia de Deus Comunidade Cigana dentro do processo mais amplo de crescimento das igrejas evangélicas no Brasil. Os vínculos com o segmento evangélico também estão atravessadas pelas discussões políticas e relações com o Estado, assim como ocorreu com as instituições católicas. Assim, a relação dos povos ciganos com os diversos segmentos religiosos no contexto brasileiro atual é marcada pela pluralidade, de um lado, e pela estigmatização histórica de outro.

A pluralidade das práticas contemporâneas e a dinamicidade da religiosidade entre os povos ciganos demonstram sua capacidade de diálogo e negociação de sentidos religiosos com o mundo não cigano. Enquanto as moralidades internas disputam espaço com as normatividades das matrizes religiosas contemporâneas, interpretando-as e atualizando-as na perspectiva cigana, de modo a validar seus ritos e práticas que ainda são objetos de tensionamento com agentes públicos e instituições religiosas. De modo que a dimensão religiosa da vida cigana ainda carece do devido reconhecimento pelo Estado e suas políticas públicas. Tanto no sentido de legitimar as práticas ciganas quanto de valorizar e respeitar as festividades que estruturam seu calendário comunitário a fim de não comprometer a participação de pessoas ciganas em outras atividades e sua permanência na escola e no trabalho. Portanto, observa-se nos dados e conhecimento produzido na literatura especializada e na experiência de campo dessa pesquisa que o repertório moral e ritualístico dos povos ciganos constitui uma matriz cultural, identitária e política.

1.8. Povos ciganos e seus conflitos internos: acesso ao sistema de justiça e reconhecimento jurídico

A relação dos povos ciganos com o Estado brasileiro é, historicamente, marcada por violências institucionais, invisibilidade jurídica, criminalização e perseguições diversas aos seus modos de vida. Tal cenário produziu uma realidade de acesso desigual a direitos e de constantes tensões nas interações com agentes públicos. Registros históricos do final do século XIX dão conta desse cenário, como assinala Teixeira (2008, p. 42): “ser cigano significava, no mínimo, estar sob suspeita. As ações policiais eram precipitadas na apuração de supostos crimes cometidos por ciganos. Muitas vezes, eram presos, torturados, tinham confiscados seus bens e enfrentavam tiroteios apenas por serem ciganos”. Ao longo da trajetória dos povos ciganos no Brasil, destaca-se as dificuldades para que o Estado brasileiro os reconhecesse como *sujeitos coletivos de direitos*, uma situação que vem se modificando nas últimas décadas. Mesmo após a Constituição de 1988 ter estabelecido o princípio da proteção à diversidade, faltaram políticas e legislações específicas para os ciganos, diferentemente do que ocorreu com povos indígenas e quilombolas.

O não reconhecimento dos povos ciganos como sujeitos coletivos de direitos produziu um quadro comprometedor da sua cidadania plena. A ausência histórica do reconhecimento e fortalecimento de sua cidadania se materializa em dificuldades cotidianas que invisibilizam as populações ciganas e limitam, ou mesmo impedem, o acesso a bens, serviços, equipamentos públicos e políticas públicas. Dentre tais dificuldades situam-se: a falta de documentação civil em muitos grupos; dificuldades de acesso à escola e saúde; obstáculos legais, políticos, sociais e econômicos para reivindicação de territórios ou participação política institucional. Aqui é preciso considerar que o reconhecimento jurídico e cidadania estão, também, diretamente na base dos processos de criminalização dos povos ciganos e na ausência de políticas públicas qualificadas e específicas para gestão de conflitos internos em suas comunidades. Tal processo de criminalização é intensificado pelo “tratamento ultrajante dispensado pela imprensa aos ciganos, reforçando preconceitos e fomentando a intolerância” (VEIGA; MELLO, 2020, p. 232).

Como já foi dito aqui, os ciganos já convivem há séculos com o estigma de sua associação ao crime e ao roubo, bem como com a visão negativa, e carregada de suspeição, sobre sua itinerância. O que fez com que, ao longo da história, os povos ciganos fossem alvo do preconceito e perseguição policial, com suspeitas automáticas direcionadas aos seus grupos, principalmente quando circulam ou realizam comércio ambulante. De modo que, observa-se que as próprias práticas comerciais dos povos ciganos são

criminalizadas e tomadas como atividades não só informais, mas suspeitas. Traçando-se aqui uma interface entre as esferas jurídica, da segurança pública, do trabalho e geração de renda, como também da identidade cultural e suas relações com os territórios. Isso implica que qualquer política pública no campo do sistema judiciário e da segurança pública precisa considerar todas essas esferas em relação para que possa empreender ações de gestão de conflitos e reconhecimento jurídico e cidadão entre os povos ciganos.

As comunidades ciganas, assim como outros povos e comunidades tradicionais, possuem e mantêm sistemas próprios de mediação de conflitos, baseados na autoridade dos mais velhos, nomeadamente homens, e na moralidade comunitária. Um mecanismo que, sustentado pelas relações de parentesco e pela honra como valor regulatório, atua na gestão de disputas familiares e cotidianas sem recorrer ao sistema formal de justiça. Historicamente, esse modelo que, por vezes, pode ser bastante eficiente na mediação de conflitos internos, foi desqualificado por não obedecer regras e ordenamentos legais do Estado e porque coloca em cheque a ideia de monopólio estatal da justiça, fazendo com que suas normas internas sejam associadas ao atraso e/ou desordem. Há, portanto, um histórico de falta de diálogo entre os ordenamentos jurídicos e sistema de justiça do Estado brasileiro e as formas próprias de justiça praticadas pelas comunidades ciganas.

Essa falta de diálogo entre poder público, especificamente do sistema de justiça e outros agentes públicos associados à sua atuação, e populações ciganas tem produzido não só um vazio jurídico do ponto de vista do reconhecimento desses povos como cidadãos de direito, mas também no que diz respeito à assistência jurídica nas situações, tanto internas quanto externas, de conflito. Observa-se que o Estado se faz presente como aparato de controle dessas populações através, por exemplo, da atuação das forças policiais, mas está ausente quando se trata de proteger os povos ciganos e seus direitos, bem como garantia de ambientes seguros para as famílias e de orientação e assistência jurídica especializada nas ocorrências de conflitos e atos criminosos. Como qualquer outra população, as comunidades ciganas, em seus diferentes grupos étnicos, são atravessadas por contradições, disputas políticas, econômicas, territoriais, familiares e morais. Muitas vezes tais disputas podem acarretar ocorrências de violência que exigem mediação e assistência do poder público local.

No entanto, durante o trabalho de pesquisa de campo, observou-se um grande número de situações conflituosas e violentas entre grupos de parentesco, de vizinhança, espaços comunitários e famílias (extensas ou não), algumas delas com desfechos trágicos e

violentos. Mas, por outro lado, não se constatou a atuação das forças policiais e das instituições do judiciário em favor dos ciganos, seja na garantia dos direitos de ciganos encarcerados e da assistência às suas famílias, seja na proteção de vítimas e seus familiares, ou ainda no desenvolvimento de ações permanentes de mediação de conflitos e educação para uma cultura de paz. A equipe observou, ainda, que muitos dos atos de violência e crimes relatados nas visitas guardam relação direta com a situação de marginalidade e desamparo das populações ciganas, mas também decorrem da ausência de espaços internos de diálogo e mediação, visto que tais espaços parecem ter sido reduzidos à medida que os processos de sedentarização foram isolando as famílias nas vizinhanças de bairros periféricos e dispersando suas redes de apoio.

Aqui, novamente, precisamos pautar a relação direta entre os problemas enfrentados pelas populações ciganas na esfera econômica e da empregabilidade formal e o acesso ao sistema oficial de justiça. Observou-se em campo, casos de famílias em que o pai, chefe de família, encontrava-se em reclusão e a família não pôde ser beneficiada pelo auxílio-reclusão – para dar um exemplo concreto. Ocorre que, como a maioria dos ciganos está fora da empregabilidade formal, acessando emprego e renda por meio de atividades comerciais diversas, trocas e venda ambulante, conseqüentemente, essas pessoas também estão fora do sistema de seguridade social. O que, por sua vez, deixa suas famílias em situação de vulnerabilidade social não só nos casos de reclusão penitenciária como também de acidentes e problemas de saúde.

Em algumas situações, as famílias ciganas também relataram certa negligência do Estado, nomeadamente de forças policiais e agentes públicos do poder judiciário, que poderíamos caracterizar como uma espécie de seletividade criminal e penal entendida como mecanismo que distribui desigualmente as ações do poder punitivo. Algumas famílias informaram recorrer às delegacias e agentes policiais e não terem suas demandas e denúncias acolhidas e priorizadas ou, mesmo, ignoradas. É notória a persistência de um *anticiganismo de Estado*, associado às necropolíticas contemporâneas, que expõe as comunidades ciganas ao escalonamento de conflitos internos e externos como estratégia de comprometimento e deterioração das condições e possibilidades de vida dos povos ciganos.

Por vezes, os conflitos marcados por violência física e, até mesmo, mortes, desencadeiam perseguições e acertos de contas que forçam indivíduos e, em alguns casos, famílias inteiras a abandonarem seus territórios, casas, cidades, estados, e a se afastarem de suas redes comunitárias. O que, já num curto prazo, significa uma perda considerável da

sustentabilidade das comunidades ciganas e um comprometimento concreto de seus modos de vida e de sua cultura como um todo, visto que as pessoas envolvidas nesses conflitos acabam sendo forçadas a viver relativamente isoladas e em anonimato. Durante o trabalho de campo da região norte foram registrados casos com tais características e pontuadas as dificuldades de acesso aos serviços especializados de assistência social e jurídica, observando-se a necessidade de desenvolvimento de ações específicas para os povos ciganos no âmbito de órgãos como a Defensoria Pública, delegacias e unidades penitenciárias.

Ainda assim, há que se considerar a abertura recente do Estado para disputas jurídicas e reconhecimento territorial aponta para a possibilidade de um *novo regime de cidadania*, no qual os ciganos tornam-se agentes ativos de transformação institucional das estruturas que historicamente os excluíram. Dentre tais iniciativas destaca-se a atuação do Ministério Público Federal e a criação e consolidação do Estatuto dos Povos Ciganos, como também a atuação do Ministério da Igualdade Racial na priorização de ações de promoção da igualdade racial voltadas especificamente para as populações ciganas no Brasil e não apenas para os povos tradicionais de maneira geral. É preciso destacar que, neste processo, tem sido fundamental o papel da Associação Nacional das Etnias Ciganas (Anec), como destaca Silva (2023), bem como das associações locais e regionais. O reconhecimento dos ciganos como povos e comunidades tradicionais permitiu, também, a abertura de litígios em torno de direitos territoriais e de reconhecimento do pertencimento étnico. A valorização da identidade étnica cigana e de seus aspectos culturais paralela ao combate às práticas discriminatórias, na sociedade como um todo e dentro da própria estrutura do Estado, são elementos centrais para a garantia do acesso aos serviços, políticas e equipamentos públicos a partir do aprimoramento da atuação de agentes públicos junto às comunidades ciganas, dentre os quais também se inclui o sistema de justiça.

1.9. Povos ciganos e o acesso à saúde e assistência social

A trajetória histórica dos povos ciganos no Brasil é marcada por exclusão estrutural e invisibilidade institucional, dimensões que se manifestam de forma particularmente contundente no campo da saúde e da assistência social. Durante décadas, os ciganos permaneceram fora dos censos oficiais e das bases de dados administrativas, o que os tornava praticamente inexistentes para as políticas de Estado. É recorrente ouvir de pessoas

ciganas, e isso também foi observado no trabalho de campo desta pesquisa, queixas e questionamentos sobre a “falta de informação que há em instituições públicas quando se trata de populações ciganas, (...) a forma grosseira como são tratados em hospitais, postos de saúde, escolas e repartições públicas” (MEDEIROS; GOLDFARB, 2020, p. 94). A não identificação étnica em cadastros como o CadÚnico e o SUS comprometeu o acesso a benefícios assistenciais e programas de saúde, impedindo o planejamento de ações específicas. Essa invisibilidade estatística tem efeitos diretos: a ausência de dados alimenta a negação de direitos, e a negação, por sua vez, perpetua a invisibilidade.

No campo da saúde, tal situação se reflete na ausência de políticas e ações diferenciadas, como, por exemplo, o atendimento diferenciado para essa população, na dificuldade de registro de atendimentos e na descontinuidade de ações básicas como vacinação, pré-natal e acompanhamento de doenças crônicas. A literatura especializada destaca que a falta de endereços fixos, a carência documental e a desconfiança dos profissionais de saúde funcionam como barreiras persistentes ao atendimento das famílias ciganas. No entanto, há projetos de lei como o Projeto de Lei (PL) no 248/2015 que cria o Estatuto dos Povos Ciganos que prevê que seja “assegurado o atendimento na rede pública de saúde ao cigano que não for civilmente identificado (art. 10)” (ROTHENBURG; STROPPIA, 2020). Mas que, segundo os autores e conforme se verifica no próprio artigo 9º do Estatuto, desconsiderou as especificidades dos povos ciganos ao restringir a dispensa de documentação apenas aos atendimentos de urgência e emergência na rede do Sistema Único de Saúde (SUS). O que, por sua vez, limita o exercício do direito constitucional básico de acesso universal aos serviços de saúde na rede pública para a população cigana.

Na prática, apesar dos esforços governamentais, os serviços e equipamentos de saúde ainda carecem de recursos e de treinamento de pessoal para ofertar atendimento adequado às necessidades dos povos ciganos de modo a respeitar seus traços culturais e dinâmicas de vida social. “É preciso respeitar as concepções que as comunidades ciganas têm de saúde, ao definirem-se ações relacionadas, por exemplo, a vacinação, ao planejamento familiar e a doenças contagiosas, inclusive programas de educação” (ROTHENBURG; STROPPIA, 2020, p. 312). Entre as especificidades da população cigana em relação ao encaminhamento de questões relativas à saúde, temos restrições no atendimento das mulheres ciganas que, por motivações de ordem cultural, de seus usos e costumes, só podem procurar atendimento médico-hospitalar junto a profissionais do sexo feminino.

Na cartilha “Subsídios para o Cuidado à Saúde do Povo Cigano” (2016) – publicada pelo Ministério da Saúde em parceria com a Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK) – são destacadas as dificuldades das mulheres ciganas no acesso aos serviços de saúde na rede pública. Observa-se a vergonha em buscar as unidades básicas de saúde, acompanhada da proibição de irem sozinhas aos hospitais e à Unidade Básica de Saúde (UBS) e de serem atendidas por profissionais da saúde do sexo masculino (BRASIL, 2016). Durante o trabalho de campo desta pesquisa, foram recorrentes os relatos que retratavam esse tipo de dificuldade, acompanhados da recusa do atendimento quando não atendidas as condições que respeitem sua cultura e seus modos de vida, mas também que enfatizavam a confiança e adesão aos tratamentos quando tais condições são garantidas. O atendimento precário e o preconceito são dimensões recorrentes nas interações entre comunidades ciganas e profissionais de saúde ou assistência social. Muitos agentes públicos reproduzem estereótipos que mobilizam imagens em torno da “vagabundagem” e da “fraude”, negando atendimento sob a alegação de ausência de comprovação de residência ou identidade civil.

A itinerância, que faz parte do modo de vida de diversos grupos, é interpretada pelas instituições como sinônimo de “instabilidade” ou “irresponsabilidade social”. Assim, a estrutura normativa do Estado — baseada em fixidez territorial e documentação formal — não reconhece os modos ciganos de organização social, resultando na exclusão sistemática desta população de serviços universais. No campo da assistência social, as barreiras se repetem: o acesso a benefícios como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada é limitado pela exigência de residência permanente e pela falta de interlocutores institucionais capazes de compreender as dinâmicas culturais desses povos. Ainda que, segundo Costa e Cavalcante (2020, p. 130), essa situação já possa ser minimizada, no caso da área da saúde, se aplicadas normativas como “a Portaria MS nº 940, de 28 de abril de 2011, que regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão), e no § 1º do art. 23, ‘afirma a não obrigatoriedade de comprovação de domicílio para população cigana nômade se cadastrar’ (...)”. As autoras ressaltam as lacunas nos relatórios e levantamentos de dados realizados pelo Estado, quando se trata de produzir bases de dados sobre povos ciganos. Uma vez que tais lacunas, imprecisões e fragilidades, bem como a forma de uso desses dados, impactam diretamente a condução das políticas públicas no país.

Os dados produzidos por levantamentos oficiais e relatórios institucionais indicam que os ciganos enfrentam níveis alarmantes de vulnerabilidade social, com altos índices de

pobreza extrema, insegurança alimentar e falta de saneamento básico. Essa vulnerabilidade está diretamente relacionada à exclusão dos serviços públicos essenciais e à inexistência de políticas de atenção intersetorial. Costa e Cavalcante (2020), analisam dados de denúncias do Disque 100, registrados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) entre 2011 e 2018, que apontam para um tipo de violação específica, com responsabilidade direta do Estado. Segundo as autoras, no período registrou-se um “total de 135 vítimas, dos quais 32,59% sofreram negligência, 22,96% violência institucional e 11,85% violência sexual” (COSTA; CAVALCANTE, 2020, p. 138), no que diz respeito às violências sofridas por mulheres ciganas. Ainda segundo elas, “no caso das famílias, a palavra negligência (que carece de maiores estudos e investigações) atinge o maior número de representações por desamparo, alimentação e saúde” (COSTA; CAVALCANTE, 2020, p. 139). Tais análises, evidenciam também a ausência de protocolos culturalmente sensíveis e de capacitação de profissionais, reforçando o distanciamento entre as políticas públicas e as realidades das comunidades, a despeito dos avanços em termos de acordos e convenções internacionais e novas legislações em âmbito federal no contexto nacional.

Observa-se na literatura especializada, como também na experiência de pesquisa no levantamento dos dados deste mapeamento, que o campo da saúde e da assistência social é atravessado por relações de desconfiança mútua entre pessoas ciganas e agentes públicos. Por um lado, as famílias ciganas, frequentemente, evitam procurar serviços públicos em decorrência de experiências anteriores de discriminação; por outro, os profissionais, despreparados para lidar com especificidades culturais, reproduzem práticas de exclusão, negligência e vigilância moral. Além disso, práticas tradicionais de cuidado e cura — transmitidas oralmente e baseadas em ervas, benzeduras e rituais — são frequentemente desqualificadas como “superstição”, o que evidencia um choque cultural e epistêmico entre a medicina oficial e os saberes populares ciganos. Essa hierarquização dos saberes contribui para a marginalização, tanto simbólica quanto material, e impede a construção de políticas de saúde culturalmente dialogadas. De acordo com a cartilha “Subsídios para o Cuidado à Saúde do Povo Cigano”, em alguns grupos familiares ciganos, as mulheres são responsáveis “pela conservação dos saberes tradicionais do uso das ervas e plantas medicinais como forma de tratamento das enfermidades comumente encontradas nas comunidades” (BRASIL, 2016, p. 13). Dentre as principais doenças, a cartilha destaca a hipertensão, as hérnias, febres, queimaduras, cólicas, cefaleias, tensões musculares, coceiras e machucados em geral.

A ausência de equipes especializadas e a falta de articulação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tornam o atendimento à população cigana dependente de iniciativas pontuais, muitas vezes vinculadas à atuação de agentes individuais sensíveis à causa. O resultado é um acesso desigual e frágil, que varia conforme o território e a presença de lideranças locais. Sobre esse aspecto, encontrou-se nas visitas de pesquisa um número considerável de casos nos quais servidores e agentes públicos das prefeituras, secretarias, dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), entre outros que omitiram a presença de famílias ciganas e de registros das mesmas nos seus municípios, negando o fornecimento de dados à equipe de pesquisa. Paralelamente, também notou-se a recorrência do desconhecimento sobre o perfil étnico-racial da população atendida e até mesmo sobre a necessidade de registro desse tipo de dado nos formulários de cadastro de assistidos. E a equipe se deparou com alguns casos isolados nos quais os próprios profissionais notificaram as dificuldades de trabalhar com a população cigana pela falta de treinamento adequado e de conhecimento sobre os povos ciganos e sua cultura. Também demandaram materiais informativos como cartilhas, manuais para procedimento operacional padrão e protocolos específicos, e a ressaltaram a necessidade de treinamentos para as equipes e profissionais dos órgãos do SUS e SUAS à nível da gestão municipal.

Registre-se que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) publicou um Informativo “Atendimento a povos ciganos no SUAS” (ao que tudo indica, publicado em 2017, já que o documento não apresenta data de publicação), o qual apresenta um conjunto de informações e orientações para subsidiar o atendimento à população cigana no âmbito da assistência social. No entanto, o contato direto com agentes públicos em campo demonstrou que tais subsídios não têm alcançado municípios da região norte do país. O documento destaca a necessidade de que os serviços oferecidos pelo CRAS utilizem abordagens culturalmente adequadas, assegurando que os Centros de Referência de Assistência Social estão impedidos de negar atendimento à população cigana, ainda que cheguem às repartições públicas sem portar documentação. O documento ainda recomenda a implementação de “busca ativa” como estratégia para fazer com que os serviços, programas, projetos e políticas cheguem até as famílias ciganas. Durante a pesquisa de campo, observou-se a prática da busca ativa apenas em um dos municípios visitados. O comportamento padrão mais generalizado nos órgãos governamentais municipais foi de

negação da presença cigana, depreciação dos grupos ciganos que foram referenciados, identificados e adjetivados de forma pejorativa e discriminatória, ou desconhecimento sobre quem são os povos ciganos no Brasil.

Assim, o acesso dos povos ciganos aos serviços de saúde e assistência social no Brasil revela a face mais concreta do anticiganismo estrutural: um sistema público que, embora formalmente universal, opera sob lógicas excludentes de fixidez territorial, burocratização documental e hierarquização cultural. Principalmente, se consideramos que, mesmo com adequações nas normativas, diretrizes e protocolos, a burocratização e o manejo dos equipamentos e serviços públicos pelos agentes estatais continua seguindo uma lógica de negação da presença cigana nos municípios e de perpetuação da invisibilização e da exclusão. A invisibilidade institucional não é mero descuido administrativo, mas produto histórico de uma negação política da diferença. As políticas públicas, quando chegam, tendem a tratar os ciganos como população residual ou emergencial, e não como sujeitos de direitos com formas próprias de organização social e de cuidado. A história do acesso dos povos ciganos aos serviços de saúde e assistência social no Brasil revela um percurso de invisibilidade transformada lentamente em reivindicação.

Ferreira e Batista (2020), discorrem sobre o “I Encontro Cigano no Nordeste na cidade de Souza-PB”, demonstrando como os grupos ciganos têm se articulado para reivindicar sua participação na formulação de políticas públicas e ações governamentais, bem como a efetivação de seus direitos. Na “Carta Aberta dos Povos Ciganos do Nordeste em Sousa - PB”, as lideranças ciganas reivindicam no campo da saúde, por exemplo, a divulgação e aplicação das cartilhas produzidas junto às comunidades ciganas, a inclusão das mesmas no Programa Nacional de Saneamento Básico e disponibilidade de profissionais do sexo feminino para atendimento das mulheres ciganas. Há também casos de “discriminação indireta” como os retratados pelo Procurador da República em Belo Horizonte, Edmundo Antônio Dias Netto Junior (2020), nos quais as próprias administrações municipais e o legislativo municipal criam instrumentos nos quais as condições de saúde e a higiene que deveriam ser garantidas pelo Estado para toda a população, incluindo as comunidades ciganas, são acionadas para criminalizar e interditar as formas de moradia dos povos ciganos, como acampamentos e moradias provisórias¹.

¹ POÇOS DE CALDAS. Lei municipal nº 7.625, de 26 de junho de 2002. Dispõe sobre moradia temporária em terrenos vagos nos limites do município de Poços de Caldas e dá outras providências.

Estes casos demonstram a necessidade urgente de articulação entre as diversas esferas de atuação estatal nos âmbitos municipal, estadual e federal a fim de alinhar as diretrizes, marcos legais, instrumentos burocráticos e ações políticas para garantia dos direitos das comunidades ciganas. Tanto os relatos de inúmeros casos que compõem coletânea, de publicação relativamente recente, do Ministério Público Federal – “Povos Ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa” – quanto as experiências das equipes de pesquisa deste mapeamento apontam para uma desarticulação entre as ações do governo federal e das administrações estaduais e municipais, no sentido de efetivar de forma universal os direitos das populações ciganas. Ainda verifica-se, sobretudo na gestão municipal, a ausência de reconhecimento, a discriminação institucional e a falta de políticas específicas que têm contribuído para reprodução de um cenário de exclusão que perdura até o presente.

Mas, paralelamente, o crescente protagonismo das comunidades ciganas, sobretudo nas capitais, e o apoio de instituições como o Ministério Público Federal e de setores do executivo como o Ministério da Igualdade Racial indicam o início de uma reconfiguração. No entanto, identificamos que ainda há o desafio de alcançar as cidades médias e os pequenos municípios nos interiores dos estados, principalmente quando falamos da região norte do país que é marcada por um esquecimento e negligência históricos. De modo que, para que se efetive a construção de um Estado que reconheça, proteja e valorize a diversidade cigana como parte constitutiva da nação brasileira e assegure seus direitos, sua cidadania e dignidade humana, é necessário que a dívida histórica do Estado brasileiro com os territórios do norte do país também seja equacionada. Nesse sentido, espera-se que os dados, análises, observações e recomendações deste relatório possam contribuir para o direcionamento de investimentos em políticas públicas para a população cigana da região norte do país.

2. Contextualização da Região Norte

2.1. A Região Norte no contexto nacional

Poços de Caldas: Câmara Municipal, [2002].

A região hoje chamada Norte do Brasil (Amazônia e demais porções do norte continental) foi ocupada, majoritariamente, por uma diversidade de povos indígenas com sistemas socioculturais e modos de subsistência adaptados a diferentes ecossistemas fluviais e de várzea – incluindo redes de gestão agrícola, práticas de manejo de fauna e flora e densidades populacionais variáveis ao longo do tempo. Estudos etno-históricos e arqueológicos têm mostrado que grande parte da paisagem amazônica foi, historicamente, moldada por atores indígenas através de práticas como manejo agrícola, queimadas controladas e domesticação de espécies, contradizendo leitura anterior que via a floresta como “vazia” antes da chegada europeia. A penetração europeia no Norte ocorreu de forma desigual: o litoral e os rios serviram como eixos de contato primeiro com expedições portuguesas, francesas e outras. Ao longo do período colonial consolidaram-se padrões de exploração extrativista (pau-brasil, castanha, látex da seringueira), missões religiosas, alianças e conflitos com povos indígenas, além de um frágil tecido urbano e administrativo nos portos fluviais. Essa organização do espaço fora marcada por dispersão populacional, fracas estruturas de colonização agrícola de caráter latifundiário típico do Nordeste açucareiro e por uma economia voltada para produtos de coleta ou gado em áreas de margem.

O ciclo da borracha (final do século XIX e primeiras décadas do século XX) alterou radicalmente a economia e a paisagem urbana de certos centros amazônicos. O rápido aumento da demanda internacional por látex transformou Manaus e Belém em cidades cosmopolitas, com investimentos em infraestruturas (ex.: teatros, importação de bens de luxo), ao mesmo tempo em que aprofundou relações de trabalho precárias nos seringais e deslocamentos de populações internamente. A literatura especializada enfatiza a complexa articulação entre capital, Estado e redes transnacionais, bem como os impactos socioambientais e a posterior queda decorrente da transferência da produção de seringueira para as colônias britânicas no Sudeste Asiático. Durante a Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro, atendendo a acordos com os aliados, recrutou dezenas de milhares de trabalhadores para extrair látex — os chamados “soldados da borracha” —, em sua maioria nordestinos, para seringais onde as condições sanitárias e trabalhistas extremamente precárias e mesmo desumanas.

A partir da ditadura militar (1964–1985) a Amazônia passou a ser alvo de políticas agressivas de “integração nacional” e ocupação: projetos rodoviários (como a abertura da BR-230, a Transamazônica), incentivos fiscais (zonas francas e incentivos industriais em

Manaus), e programas de colonização dirigidos a migrantes nordestinos e de outras regiões. Essas políticas produziram acelerações de desmatamento, mudanças nos usos do solo, conflitos por terra e violações de direitos de populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas tradicionais. De modo que, não só a ocupação territorial da região norte do país e da chamada Amazônia Legal, mas a própria constituição dos territórios e de suas estruturas administrativas são um produto histórico de articulações entre interesses de empreiteiras, Estado e capital agropecuário e mineral. Cabe destacar que as políticas desenvolvimentistas de interiorização empregadas no norte do país, diferente das regiões sudeste e sul, adotaram uma perspectiva predatória que tornou a região norte um apêndice das demais regiões. Reproduzindo a estrutura de dominação da geopolítica global, o norte foi enquadrado numa espécie de colonização interna dentro da qual, perante o Estado brasileiro, seu papel se resumiu ao fornecimento à exploração de matérias-primas e mão de obra.

A economia do Sudeste e do Sul é historicamente mais diversificada e industrializada (serviços avançados, indústria de transformação, setores financeiros), o que se traduz em maior geração de empregos qualificados e em maior produtividade média. A Região Norte inclui atividades extrativistas (madeira, minério, agroextrativismo), agropecuária e um polo industrial localizado (Zona Franca de Manaus). Mas, enfrenta custos logísticos, menor densidade de mercados locais e entraves institucionais que limitam a incorporação de tecnologia e a formação de cadeias produtivas de alto valor agregado. Cabe também lembrar que a fronteira agrícola amazônica, que atravessa todas as regiões que compõem a Amazônia Legal – Amazonas (AM), Acre (AC), Rondônia (RO) e Roraima (RR), e a Amazônia Oriental, composta, por exclusão, pelos Estados do Pará (PA), Maranhão (MA), Amapá (AP), Tocantins (TO) e Mato Grosso (MT) –, não só ameaça as vidas dos povos tradicionais da região, como também impõe um regime de empobrecimento e vulnerabilização da população.

As séries de contas regionais e os dados registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as regiões Sul e Sudeste concentram parcela desproporcional do PIB nacional e apresentam PIB per capita substancialmente acima da média nacional, enquanto a Região Norte apresenta PIB per capita relativamente inferior à média. De acordo com o IBGE (2023), as regiões Sudeste e Sul concentram mais de 70% do PIB nacional, enquanto o Norte responde por cerca de 6,6%. O PIB per capita médio do Sudeste é mais que o dobro do verificado no Norte, refletindo maior densidade de atividades

industriais, financeiras e de serviços. Os dados demonstram tanto menor densidade de atividades de alto valor agregado quanto diferenças demográficas e de infraestrutura. Em termos agregados, o Sudeste e o Sul mantêm posições de maior renda média per capita quando comparadas ao Norte (IBGE — Contas Regionais e divulgados de 2022–2023). Celso Furtado ([1959] 2005), já apontava para o desencadeamento de um processo de industrialização no país que se iniciou durante a Primeira Guerra Mundial, período em que se deu a primeira fase da aceleração do desenvolvimento industrial.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD; IPEA; FJP, 2023), os dados referentes ao IDH também refletem uma hierarquia regional — Sudeste e Sul com valores médios superiores; Norte com valores médios inferiores, sendo o IDH médio de (0,789), (0,788) e 0,730 respectivamente — que persiste e ainda é um aspecto crucial para compreender as lacunas em capital humano e serviços públicos. Pesquisas do IBGE sobre pobreza e linha de extrema pobreza mostram que, em 2022, a região Norte reunia parcela de pessoas em situação de pobreza maior que sua participação populacional — isto é, o Norte concentrou proporção de pobres superior à sua quota demográfica. Enquanto o Sudeste, embora concentrador de renda agregada, ainda continha parcelas significativas da população pobre em termos absolutos. Indicadores censitários recentes (Censo Demográfico 2022/IBGE) mostram desigualdades de acesso a serviços básicos. No caso do saneamento, o acesso à rede de coleta de esgoto no Brasil atingiu 62,5% em 2022, mas as desigualdades regionais permanecem acentuadas. Norte e Nordeste apresentaram as menores coberturas relativas — um fator que repercute em saúde pública e qualidade de vida. No campo educacional, os índices de alfabetização e escolarização também apresentam variação regional: Sul e Sudeste têm taxas de alfabetização mais elevadas que a Região Norte, cuja taxa, apesar de ter melhorado, permanece aquém das regiões com maior infraestrutura.

Esses déficits estruturais na provisão de serviços públicos essenciais são determinantes para a reprodução intergeracional das desigualdades. A explicação das disparidades regionais não se esgota em diferenças técnicas de produtividade e requer uma historicização das relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Tais relações estão estruturadas em, pelo menos, três elementos centrais:

a) Legado dos padrões de inserção econômica colonial e pós-colonial

A economia amazônica foi historicamente organizada em ciclos extrativistas que produziram riqueza em pontos focalizados (portos, feitorias) sem promover ampla

infraestrutura e formação de mercados internos, como aconteceu no Sudeste – cuja industrialização e urbanização foram mais precoces e amplamente difundidas.

b) Política pública de desenvolvimento e integração territorial

Iniciativas estatais (transamazônica, programas de colonização, missões e incentivos como a Zona Franca de Manaus) foram ambivalentes. Aumentaram a presença do Estado e incentivaram fluxos migratórios, mas, ao mesmo tempo, reproduziram modelos de exploração que aprofundaram desigualdades internas e não consolidaram bases estáveis de desenvolvimento inclusivo. A literatura especializada chama atenção para articulações entre interesses de capital (agronegócio, mineração), empreiteiras e políticas que privilegiaram ocupações e extrativismo em detrimento de investimentos em capital humano e serviços públicos, como se pode observar até a atualidade.

c) Custo e dispersão espacial:

A grande extensão territorial, a baixa densidade e a predominância de modos de vida e economias fluviais implicam maiores custos unitários para provisionamento de serviços públicos e logística, reduzindo a eficiência relativa de políticas universais concebidas para contextos urbanos densos — um ponto frequentemente subestimado por modelos de política pública homogênea.

As disparidades regionais produzem fenômenos sociais articulados, tais como: migrações internas (fluxos para polos do Sudeste/Sul), padrões de exclusão em saúde e educação, conflitos por terra e recursos naturais, vulnerabilidades socioambientais. Politicamente, as desigualdades territoriais geram demandas por reconhecimento, redistribuição e políticas específicas que levem em conta condições ecológicas e culturais específicas, como no caso de populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas e também ciganas. Do ponto de vista econômico, esse cenário de disparidades reproduz mercados locais de baixa produtividade e fragiliza capacidades institucionais de regulação. Nesse contexto, a região norte do Brasil foi, historicamente, colocada numa posição periférica, em termos políticos, em relação às demais regiões nas quais se concentraram os investimentos em infraestruturas urbanas, equipamentos e serviços públicos. Apesar de seu papel estratégico e de sua relevância – em termos econômicos e ecológicos, sobretudo – para o restante do país.

Furtado ([1959] 2005) demonstra como, entre as décadas de 1920 e 1950, houve uma progressiva concentração do processo de industrialização em São Paulo paralela à diminuição da participação de outras regiões do país nesse processo. Naquela altura, o

autor prospecta que a segunda metade do século XX seria marcada pelo crescimento intenso de uma região e, conseqüentemente de estagnação das demais. Destaca, ainda, que era possível observar a concentração regional de renda como fenômeno universal de reversão espontânea quase impossível. Observa-se, portanto, a conformação de uma estrutura interna desigual no que diz respeito à cidadania, bem-estar social e autonomia das populações em decorrência das disparidades na distribuição de recursos entre os entes federados e da concentração de investimentos internos e externos nas regiões Sul e Sudeste. Esse processo é, também, desencadeador do apagamento e esquecimento da região norte quanto aos investimentos públicos e ao asseguramento de direitos sociais e da dignidade humana. Aqui, chama-se atenção para as especificidades da região norte em relação às demais regiões e para as limitações impostas pelas condições geográficas e sociodemográficas de seu território e por seu histórico de ocupação e apropriação de recursos naturais. Entre elas estão, como já foi dito, os processos históricos que impactaram seus territórios e populações e que, conseqüentemente, estabeleceram custos logísticos e operacionais que acarretam a instalação de frágeis e restritas estruturas da gestão pública – em forma de equipamentos, serviços e infraestrutura – nos municípios. Paralelamente, esses fatores impõem limitações à realização de levantamentos, mapeamentos e diagnósticos num território extenso e atravessado por longas distâncias, com localidades interioranas e ribeirinhas de difícil acesso, que demandam uma série de esforços e custos em termos logísticos e de mobilidade.

2.2. As famílias e comunidades ciganas na Região Norte e o trabalho de busca

Seguindo as indicações da Base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CECAD/CadÚnico (2024) –, que fornece informações sobre a presença de populações ciganas na região Norte, a equipe focou os trabalhos nos três estados que apresentavam municípios com maiores índices de incidência dessas populações — Amazonas, Pará e Tocantins. Dessa maneira, dentro da área coberta pela pesquisa de campo não foram visitados os municípios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Ainda assim, a equipe levantou a presença de famílias ciganas nesses estados a partir da base do CadÚnico a fim de registrá-los neste relatório por meio de mapas. Os mapas destes estados constam nos anexos deste relatório, com exceção do estado de Roraima no qual, até o

período de confecção do material, não havia sido identificada presença cigana – posteriormente foi identificada uma família nos registros do CadÚnico no estado.

De acordo com os dados do CadÚnico e oriundos de pesquisas acadêmicas, a população cigana que se encontra na região Norte é, em sua maioria, do tronco étnico Calon e seus grupos familiares não chegam a conviver organizados politicamente em comunidades ou acampamentos. Encontram-se reunidos em famílias nuclearizadas em residências, estendidas em residências contíguas ou em terrenos compartilhados, ou mesmo concentrando-se nas mesmas ruas e bairros, configurando uma comunidade que não está, necessariamente, reunida dentro de acampamentos no modelo tradicional cigano. Coletivamente constroem seus modos de vida se apoiando uns nos outros de forma colaborativa e afetiva, mediante extensas redes de parentesco e afinidade.

Das famílias visitadas, a maioria encontra-se residindo em regiões periféricas, encostas, bem afastados dos centros comerciais, em casas ou barracos alugados ou cedidos por algum familiar. Apesar de boa parte das residências possuírem estrutura em alvenaria, majoritariamente, encontram-se sem acabamentos como reboco, piso e banheiros equipados. É possível encontrar famílias até mesmo em barracos de madeira, sem acesso à água encanada e saneamento básico. Há residências localizadas em regiões consideradas “invasões” que, na realidade, são ocupações periféricas, distantes de equipamentos públicos como: hospitais, postos de saúde, escolas, creches, delegacias ou secretarias de segurança pública, CRAS. Tal situação dificulta o acesso a esses espaços, aos atendimentos e serviços prestados, bem como sua inserção nos mesmos enquanto cidadãos detentores de direitos sociais básicos.

As incursões em campo, realizadas em municípios dos estados da Região Norte, principalmente do Tocantins, se depararam com uma situação de acentuada vulnerabilidade e exclusão social, decorrentes das violações dos direitos dos povos ciganos e do distanciamento do poder público. Dos municípios visitados, constatou-se que nenhum possui políticas públicas voltadas para as populações ciganas, constando no âmbito dos estados apenas a instituição de conselhos estaduais de políticas de promoção da igualdade racial, como é o caso de Belém e projetos de lei em tramitação que instituem o Dia Estadual dos Povos Ciganos, como se pode averiguar junto à Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Paralelamente, os levantamentos apontam, também, iniciativas do Ministério Público nos estados em apoio aos pleitos das populações ciganas locais e para Decreto

Federal n.º 12.128/2024, que trata do Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos (PNPC), em âmbito estadual e municipal.

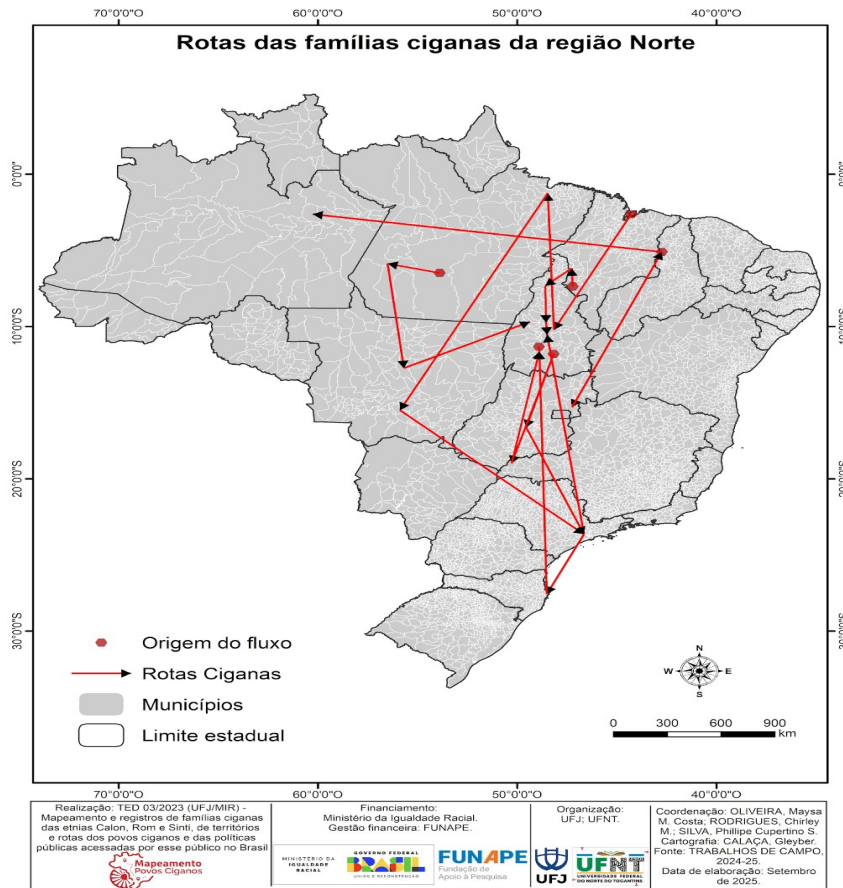
Dentre os órgãos do sistema de Assistência Social visitados, na grande maioria deles os gestores demonstravam não possuir conhecimento da presença de povos ciganos em seus municípios e microrregião. Posteriormente, observou-se que esta era, em alguns casos, um tipo de postura adotada para invisibilização das comunidades ciganas locais e negação da sua inclusão nos registros oficiais da administração pública. Alguns agentes públicos manifestaram surpresa com a chegada de uma equipe de pesquisa, a serviço do governo federal, com foco específico na população cigana. Muitos desses funcionários públicos, seja em cargos de carreira ou comissionados, apresentaram posturas evasivas ao serem questionados sobre a presença de famílias ciganas nos municípios e atendimento dessa população em suas unidades de serviços, tanto na área de assistência social quanto de saúde. Em grande parte dos municípios do estado do Tocantins e em algumas localidades no estado do Pará, os agentes públicos demonstraram resistência em apresentar dados e registros acerca da população cigana local, como cadastros nas unidades de atendimento, em programas sociais e outros. A equipe de pesquisa enfrentou uma série de dificuldades no levantamento de informações acerca desse grupo étnico, deparando-se com um vazio de dados, bem como com a falta de letramento étnico-racial dos servidores e agentes públicos municipais e de comprometimento com a inclusão de populações marginalizadas.

Um dado interessante, observado em campo, é que embora muitas famílias e pessoas ciganas não se identifiquem e evitem produzir registros que as identifique etnicamente e localize suas residências, como também não costumem trajar suas roupas tradicionais nos locais próximos às suas residências, a vizinhança dos bairros visitados reconhecia a presença de famílias ciganas no local. Ou seja, os gajon e gajin (pessoas não ciganas) reconhecem as pessoas ciganas e, infelizmente, no geral as temem e as apontam como “esquisitas”, “diferentes”, “andarilhas”, “perigosas”, até mesmo como “criminosas” potenciais. Configurando assim, atitudes preconceituosas, discriminatórias, xenofóbicas e aporofóbicas que reforçam os estereótipos e contribuem para o fortalecimento de narrativas distorcidas do senso comum. Tal situação afeta a qualidade de vida e o cotidiano das pessoas ciganas, comprometendo também a manutenção de suas identidades e a reprodução de seus grupos sociais e de parentesco e, ainda, restringindo sua livre

circulação e direito de habitarem as cidades, seu acesso aos equipamentos públicos e sua inserção nos serviços prestados pelas gestões públicas municipais.

Como já destacado anteriormente, a equipe de pesquisa identificou que o perfil majoritário da população cigana da Região Norte do país é de “moradores”, categoria nativa empregada pelos próprios ciganos para identificar a situação de sedentarização e diferenciá-la da itinerância – esta característica que, historicamente, acompanhou os povos ciganos. No entanto, isso não significa que, no passado, essas famílias não tenham vivido de modo itinerante, uma prática que foi relatada ao longo das visitas, sobretudo por membros mais velhos das famílias – geração dos pais e avós. Nesse sentido, quanto às rotas realizadas pelas famílias visitadas, é importante apontar que nesta pesquisa não foi possível identificar rotas de itinerância, devido à configuração de residente fixo da maioria das famílias visitadas. Embora não fossem apontados os deslocamentos realizados pelas famílias, a partir de seus relatos e as menções aos locais de moradia anteriores, pudemos construir um mapa com as rotas, deslocamentos e fluxos migratórios que essas famílias realizaram até se fixarem nas cidades em que foram encontradas pela equipe de pesquisa. O mapa abaixo apresenta o fluxo desse deslocamento, da cidade de origem (nascimento) até o destino final – local de fixação de moradia.

Mapa 1 – Rotas de deslocamentos das famílias visitadas na Região Norte



Fonte: Elaborado por Gleyber Silva (2025)

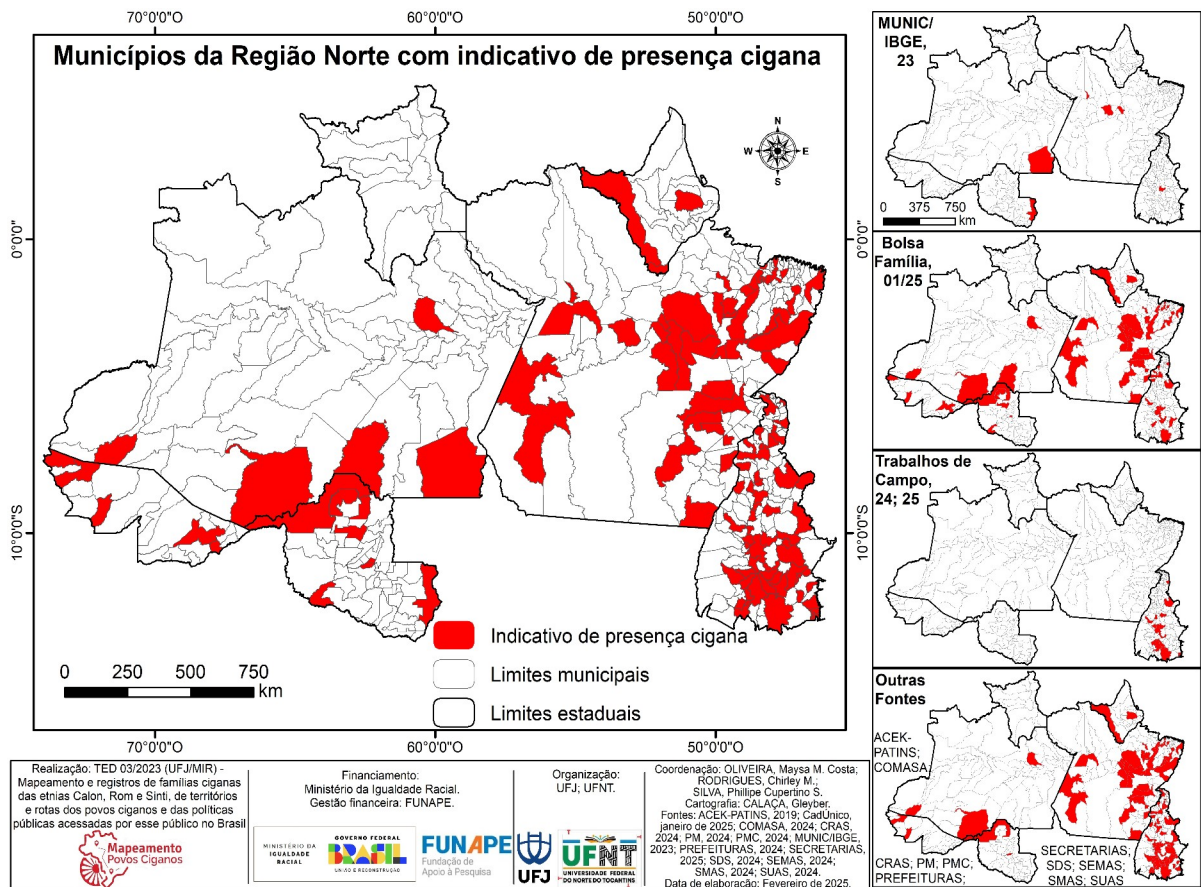
No mapa, podemos observar que o fluxo de deslocamentos das famílias presentes na Região Norte, passa principalmente pelos estados do Tocantins, Goiás, São Paulo – passando também por alguns estados da Região Nordeste, como Maranhão e Piauí. Embora os dados sobre as rotas sejam, em grande parte, das famílias presentes no estado do Tocantins, o fluxo se concentra entre esses três estados. Essas rotas são caracterizadas nesta pesquisa como rotas de deslocamentos, ou seja, locais onde as famílias nasceram, por onde passaram e, por fim, onde se estabeleceram ou se encontravam no momento de realização da pesquisa. Também foram identificadas rotas de fuga e fluxos migratórios – internos aos estados e interestaduais – nas situações de conflitos ocorridos dentro de um agregado familiar, entre famílias e entre vizinhanças, sobretudo, quando tais conflitos ocasionam mortes, desencadeando não só o deslocamento de famílias e agregados familiares inteiros como também a necessidade do anonimato e sigilo de sua localização. Em algumas poucas cidades do estado do Tocantins e do Pará foram relatados à equipe de

pesquisa a presença provisória de famílias ciganas e, raramente, de acampamentos. Em alguns desses municípios a equipe foi informada da existência de grupos ciganos que haviam acabado de deixar as localidades, seja em busca de outros territórios para se fixar, seja em decorrência de conflitos internos ou com o poder público local.

Outro aspecto importante, já mencionado aqui, são as redes de relações tecidas entre famílias e comunidades ciganas, como também entre essas e pessoas não ciganas. Tais redes podem ser marcadas por laços de parentesco, mas também por vínculos de afinidade. A maioria das famílias das cidades visitadas, principalmente no estado do Tocantins, possuem um conhecido ou um familiar em uma cidade próxima ou vizinha dos municípios onde residem, ou seja, essas famílias mantêm uma rede de relações que atravessam os estados. Foi recorrente ouvir, durante as visitas, menções a determinadas famílias e lideranças, mesmo de outros estados, que as famílias entrevistadas identificavam como pessoas próximas ou de atuação reconhecida dentro da militância dos povos ciganos. Também foi observado, durante a pesquisa de campo, que essas redes de relações entre famílias e grupos ciganos também são mantidas por meio do contato e troca de informações em grupos de Whatsapp por meio dos quais se comunicam até mesmo com ciganos de outras regiões do país. O que nos leva a crer que, além dos fluxos migratórios tradicionais e da itinerância, há um circuito que movimenta fluxos de informações e que mantém e consolida relações e trocas por meio das tecnologias de comunicação.

Abaixo os mapas com a representação da presença cigana na Região Norte do País, com base nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CECAD) e também acerca das famílias ciganas inscritas no CadÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família na região.

Mapa 2 – Municípios da Região Norte com indicativo de presença cigana



Fonte: Elaborado por Gleyber Silva (2025)

Observa-se a concentração da população cigana nos estados do Pará e do Tocantins, sobretudo em regiões fronteiriças e próximo às capitais, regiões metropolitanas e centrais dos estados. Pode-se levantar a hipótese, também, de que tal concentração decorra da maior proximidade desses estados com a região Nordeste, que abriga grande parte dos povos ciganos do Brasil e a partir da qual podem ter se desencadeado fluxos migratórios e itinerâncias para o Norte.

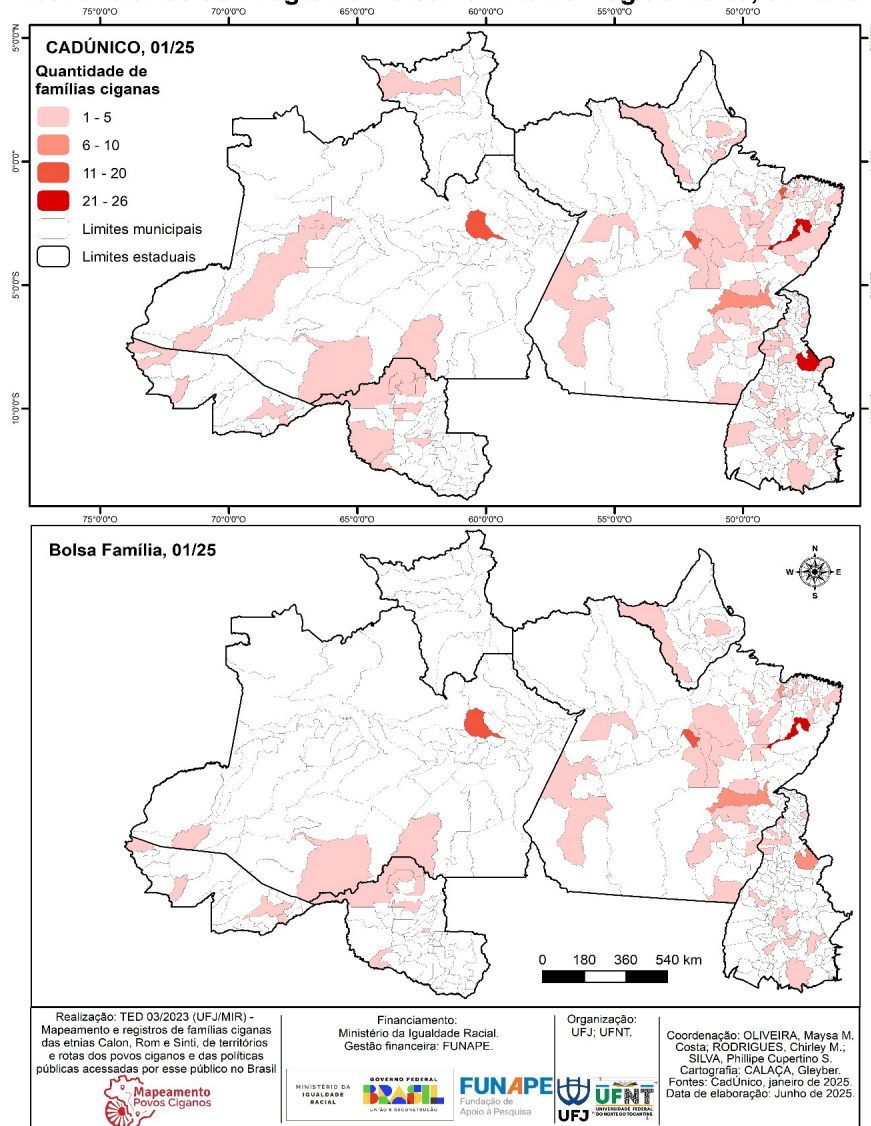
Já o mapa a seguir aponta a cobertura da assistência social para população cigana na Região Norte. Mapeando, a partir das bases de dados governamentais, as famílias nortistas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e beneficiárias do Programa Bolsa Família. O mapa aponta para uma baixíssima cobertura, tanto de famílias ciganas cadastradas no CadÚnico, quanto assistidas pelo Programa Bolsa Família, com alguns pontos isolados onde os números estão acima de 10 (dez) famílias. Este dado é corroborado pela pesquisa e suas buscas, sobretudo, no contato com os órgãos públicos

municipais como Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – confirmando o apagamento da população cigana das políticas sociais.

Há algumas questões que podem estar na base desse apagão de famílias ciganas nos registros e atendimentos da assistência social na Região Norte. Em primeiro lugar, foi verificado ao longo da pesquisa que as famílias ciganas evitam identificar publicamente sua pertença étnica em função de tratamentos discriminatórios e hostis que, por vezes, são praticados também em órgãos públicos, por servidores, gestores, agentes e funcionários públicos e que acarretam prejuízos nos atendimentos. Há também famílias ciganas que vivem no anonimato, encobrendo sua pertença identitária não só em função das discriminações e violências sofridas – tanto institucionais quanto da população não cigana –, mas também por estarem envolvidas de alguma maneira em conflitos internos, algumas delas até mesmo estando em fuga. Paralelamente, os gestores, agentes, servidores e funcionários públicos desconhecem, em sua maioria, a existência e das comunidades ciganas e as situações de vulnerabilidade social vividas por algumas famílias ciganas, ignorando totalmente a pauta e orientando o trabalho prestado pela lógica do que aqui chamaremos de “espera pela demanda”. Ou seja, sem promover a busca dessas famílias, um mapeamento efetivo dos bairros em seus municípios e a aproximação entre os órgãos públicos locais e a população cigana. Portanto, a representação abaixo reflete um problema de causas multifatoriais.

Mapa 3 – Famílias ciganas inscritas no CadÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família na Região Norte

Quantidade de famílias ciganas inscritas no CADÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família na Região Norte, 01/2025



Fonte: Elaborado por Gleyber Silva (2025)

3. Metodologia de trabalho

Como já destacado aqui, a Região Norte possui uma configuração atípica em termos das dinâmicas tradicionais de ocupação territorial dos grupos ciganos que são mais comuns em outras regiões como Nordeste, Sul e Sudeste. A equipe constatou a inexistência de grupos de ciganos acampados – no entanto, é preciso reforçar que esta pesquisa tem caráter preliminar e não cobriu todo território –, como também a ausência de grupos

organizados politicamente ou representados por associações. Paralelamente, tem-se o cenário, já descrito aqui, de uma região atravessada por: 1) uma série de limitações de mobilidade e logística em decorrência das infraestruturas precarizadas ou mesmo inexistentes; 2) redes de serviços públicos municipais insuficientes diante das demandas; 3) ausência de dados e registros sobre população cigana; 4) gestores públicos da administração municipal e estadual pouco familiarizados com o atendimento a grupos étnicos, como também pouco profissionalizados e letrados numa perspectiva inclusiva e de não reprodução de práticas discriminatórias na gestão pública.

Diante disso, o trabalho se pautou na busca ativa por famílias ciganas, o que demandou muito mais tempo de operacionalização, reduzindo os recursos – de humanos e logísticos – para a efetivação do levantamento de um quantitativo maior de famílias e grupos ciganos. Em outras palavras, como as os deslocamentos, em sua maioria, precisavam ser feitos por meio de transporte terrestre – sem o suporte de veículos institucionais e motoristas –, atravessando longas distâncias de um município e/ou região a outro/a, ao mesmo tempo em que a busca ativa interna nos municípios exigia muito tempo de circulação pelas localidades e busca por informantes, o tempo para as visitas foi comprometido. Esse contexto, também exigiu que a equipe – já reduzida – trabalhasse em conjunto, sem que se pudesse dispersar os/as pesquisadores/as por diversas localidades. A dispersão dos membros da equipe também exigiu longos deslocamentos de logística complexa e trechos fragmentados, ao passo que a composição da equipe por alguns membros inexperientes e a totalidade sem dedicação exclusiva ao trabalho de pesquisa ocasionou a redução do quantitativo de viagens, operações de busca e visitas domiciliares. Comprometendo, assim, os resultados alcançados na região que mais dependia de disponibilidade em recursos financeiros, logísticos e humanos.

A pesquisa de campo foi iniciada por meio de contatos feitos com grupos ciganos de outros estados e municípios; informações colhidas a partir fontes disponíveis na internet, informações coletadas em páginas eletrônicas e bases de dados de plataformas digitais, sobretudo, governamentais (CECAD/CadÚnico); com a realização de entrevistas via google meet e informações e relatos compartilhados por redes sociais como WhatsApp. Foi realizado levantamento de contatos de alguns órgãos das administrações municipais e estaduais e remetidas mensagens de e-mail e ofícios para: secretarias municipais e estaduais de assistência social, CRAS, secretarias municipais e estaduais de saúde, secretarias de educação, prefeituras municipais, entre outros. O objetivo era obter

informações e registros acerca da presença de grupos ciganos nas localidades e, também, de notificar a existência de políticas públicas – em processo de criação, implementação e desenvolvimento – voltadas para os povos ciganos. Apesar do baixíssimo retorno da parte dos órgãos públicos e da carência de dados e informações sobre povos ciganos na região norte, de um modo geral, foi a partir desse mapeamento preliminar do campo que a pesquisa foi estruturada e as incursões para localização de famílias ciganas foram organizadas. Ao longo das visitas, informações adicionais fornecidas pelas famílias e grupos visitados foram incorporadas e utilizadas na orientação dos roteiros de visita, visto que os próprios ciganos nos confirmavam informações já coletadas e/ou nos atualizavam sobre as condições de residência de algumas famílias, bem como sobre situações de mudança e migração para outras localidades. Evidentemente que o mesmo não acontecia quando as famílias, em deslocamento ou que haviam acabado de deixar seus municípios de residência até então, não desejavam ser encontradas ou estavam vivendo em anonimato em função de envolvimento em situações de conflito.

Dentro da estruturação do trabalho de levantamento de dados em campo, foram estabelecidas rotas de visita conectando cidades vizinhas dentro de uma mesma microrregião ou de microrregiões próximas para realização de visitas conjuntas nos estados. Chegando aos municípios a equipe de pesquisa realizou buscas por pessoas ciganas ou informações sobre as mesmas em locais e espaços públicos como: entornos de feiras, praças, supermercados, agências bancárias; e também pelo contato direto com informantes-chave como mototaxistas, vendedores ambulantes e frentistas de postos de gasolina. Como já mencionado, foi acionado o método “bola de neve” para coleta de informações dentro da rede de contatos estabelecida entre famílias, tanto no mesmo município quanto em diferentes municípios e regiões, de modo que uma pessoa cigana fornecia os contatos e localizações de outras a partir de suas relações de parentesco e afinidade. A consultoria de lideranças ciganas também foi uma importante ferramenta para o estabelecimento de contatos e diálogos com pessoas e famílias ciganas, sobretudo nos estados de mais difícil acesso, como Pará e Amazonas.

A pesquisa foi iniciada pelo estado do Tocantins, tendo em vista que os poucos dados disponíveis nas bases governamentais apontavam uma concentração de grupos ciganos neste estado. No Tocantins foram visitados quinze (15) municípios: Palmas, Taquaralto, Porto Nacional, Silvanópolis, São Valério do Tocantins, Chapada de Natividade, Natividade, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Divinópolis, Arraias, Paranã, Novo Alegre,

Combinado, Taguatinga. Em seguida, foi realizada uma visita no estado do Amazonas, concentrada em bairros da capital, Manaus, e regiões circunvizinhas, dentre estes: Cachoeirinha, Ponta Negra e Centro. Na sequência, foi visitado o estado do Pará e realizadas buscas por famílias ciganas nas cidades de Belém, Ananindeua e Castanhal que, juntas, compõem uma região metropolitana central do estado. As visitas às cidades interioranas, sobretudo nos estados do Amazonas e Pará, foram acentuadamente comprometidas pela abrangência territorial que implica longos deslocamentos, pelo difícil acesso a determinadas áreas, visto que muitas localidades podem ser acessadas apenas por transporte fluvial e estradas não asfaltadas, implicando numa série de limitações e mesmo riscos aos membros da equipe que não estavam cobertos por seguro ou realizando os trajetos em veículos institucionais próprios para esse tipo de trajeto.

Os levantamentos e pesquisas de campo realizados na Região Norte, mesmo enfrentando todos esses desafios, cumpriu com seu objetivo na medida em que permitiu apontar e visibilizar a presença de famílias ciganas e identificar, em linhas gerais, suas principais demandas e dificuldades. Portanto, este relatório apresenta apontamentos que reforçam a necessidade de realização de pesquisas com um caráter efetivo de mapeamento, que realizem levantamentos de grande porte, com aportes de investimento financeiro e recursos logísticos necessários à cobertura da extensão e complexidade territorial da Região Norte. Tais apontamentos também evidenciam o distanciamento entre os povos ciganos, enquanto grupo étnico, e o Estado. Os elementos levantados permitem a compreensão das motivações das famílias e comunidades para a manutenção de certo anonimato e os esforços para não exposição de sua identidade étnica em determinados contextos, incluindo os levantamentos e registros dos órgãos estatais.

Essas motivações têm sua raiz em não só em eventos e situações discriminatórias cotidianas, mas também em processos históricos de violação, exposição a vários tipos de violência, marginalização e exclusão. Ou seja, entre seus pares essas pessoas se identificam como ciganas, mas fora dos seus grupos, elas preferem manter suas identidades em segredo, o que também tem dificultado a localização desses grupos. Reforçando, aqui, a necessidade de políticas afirmativas, de valorização da identidade étnica cigana, de combate às práticas discriminatórias na sociedade como um todo e dentro dos próprios órgãos do poder público, de educação para a diversidade e letramento étnico-racial, de incentivo às famílias ciganas para registro e devida identificação de pertencimento étnico nas unidades de atendimento, cadastramento e pesquisas governamentais.

O trabalho realizado e aqui sistematizado apresenta relevância social, política e científica, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas para os povos ciganos, bem como para o alinhamento e estruturação de programas e ações conjuntas e articuladas entre as administrações federal, estadual e municipal e seus entes. Os dados aqui apresentados são resultado de: 1) abordagem de pesquisa social qualitativa, de caráter indutivo e orientados por método etnográfico, contendo levantamentos quantitativos, dados numéricos e índices; 2) registro, análise e compreensão das percepções das pessoas entrevistadas e dos termos e formas de expressão próprios com os quais definem e qualificam os assuntos abordados; 3) priorização do uso de técnicas de escuta ativa e de registro de relatos pessoais daqueles que figuram como os atores centrais das problemáticas levantadas; 4) emprego de análise compreensiva e crítica com recorte nas relações do público-alvo com as estruturas estatais e a sociedade como um todo; 5) formulação de explicações e análises sobre questões abrangentes, gerais e estruturais em articulação com situações e contextos localizados, específicos e contingenciais. Trata-se de uma construção coletiva de subsídios para embasamento e fundamentação de possíveis mudanças em relação à elaboração de políticas públicas e à atuação do Estado dentro dos territórios dos entes federados. Espera-se que o trabalho realizado, como um todo, promova novos espaços de diálogo e interlocução entre instituições governamentais, entre estas e a sociedade civil organizada, como também entre todos esses atores sociais e a universidade pública.

Os dados são apresentados dentro de uma combinação de variáveis e resultados de caráter quantitativo e qualitativo que estão organizados em gráficos e tabelas, por um lado, como também por meio de dados de caráter descritivo, agrupados não só a partir das variáveis preestabelecidas como daquelas emergidas do próprio trabalho de campo, abordados por meio de análise de conteúdo - perspectiva de Bardin (2011). Nas análises elaboradas, são reconhecidos os desafios e enfrentamentos da pesquisa de campo com povos e comunidades tradicionais ciganas e evidenciados elementos que dialogam com outros trabalhos na área. Segundo Carlos Gil:

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a

compreensão. (...) Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007, p. 37).

Utilizou-se, também, o recurso da pesquisa bibliográfica, no que diz respeito ao estudo e análise de outros trabalhos de pesquisa e resultados publicados através de livros, coletâneas, artigos científicos, teses, dissertações e monografias que abordam a população cigana. Nesse aspecto, Fonseca nos faz refletir que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Toda a pesquisa de campo foi realizada com base no uso do tipo de amostragem denominada “bola de neve”. A bola de neve consiste em um tipo de amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referência. Segundo Vinuto (2016), a partir desse tipo de amostragem é possível tornar útil estudar grupos difíceis de serem acessados, apesar desse tipo de amostragem não determinar a seleção de cada participante na pesquisa. A execução dessa metodologia acontece da seguinte forma: primeiro, utiliza-se o recurso, inicialmente, de documentos ou informantes-chave necessários para localizar o perfil das pessoas pesquisadas. Em seguida, solicita-se que as pessoas contatadas indiquem novos contatos, e assim sucessivamente, até a saturação dessa amostragem, ou seja, quando os contatos já se tornarem repetitivos. A utilização desse método deve ser ponderada, pois ela é recomendada para acessar grupos de difícil acesso, localização e identificação, como foi o caso das populações ciganas no norte do país.

Segundo Bernard (2005), essas dificuldades são encontradas nos mais variados tipos de população, mas em especial em três tipos: as que contêm poucos membros e que estão espalhados em uma grande área; os estigmatizados e reclusos; e os membros de grupos de elite. No caso da população cigana, podemos observar duas dessas características: apesar da ausência e/ou insuficiência de dados oficiais do quantitativo de pessoas e famílias ciganas, aparentemente, constituem um segmento social minoritário e estigmatizado em relação a outras populações no país e estão espalhados numa vasta

extensão territorial, no caso da Região Norte. Como instrumento de coleta de dados, as equipes das cinco regiões elaboraram um roteiro de entrevista semiestruturado, com dezesseis perguntas, a fim levantar elementos que ajudassem na compreensão das histórias, memórias, práticas culturais ciganas, da organização social e política; das relações com o Estado e com a sociedade não cigana; das dinâmicas internas aos grupos e comunidades; dos desafios e restrições para exercício de sua cidadania, reconhecimento étnico e garantia de seus direitos sociais e humanos fundamentais. A equipe de pesquisa da Região Norte visitou, estabeleceu diálogo, entrevistou e ouviu, ao todo, vinte (20) pessoas ciganas, das quais apenas treze (13) se sentiram à vontade para responder formalmente os questionários. Tal número também decorre do fato de que, no momento de realização das pesquisas – turnos matutino e vespertino –, poucos membros das famílias eram encontrados nas residências, visto que muitos deles estavam em atividades laborais fora do domicílio. As pessoas presentes nos domicílios nesses horários eram, no geral, mulheres, em sua maioria acima dos 30 anos e envolvidas nos cuidados domésticos e familiares. Foram realizadas visitas com abordagens dialogadas e rodas de conversas com os membros das famílias presentes nos domicílios durante a passagem da equipe – respeitadas as recusas daqueles/as que não se sentiram a vontade para responder às questões colocadas pela equipe.

É preciso destacar que a equipe de pesquisa da Região Norte, diante das limitações de deslocamento e da dinâmica de deslocamento impostas pelas condições de pesquisa, não dispuseram de tempo e recursos logísticos para realização de mais de uma visita, tendo acontecido um segundo encontro apenas com o grupo da cidade de Palmas para registro das imagens do documentário – que figura como um dos produtos do TED. Nesse sentido, há que se levar em consideração que este perfil de pesquisa exige, necessariamente: 1) a aplicação de uma abordagem de aproximação progressiva para que os pesquisadores consigam obter a confiança dos sujeitos e grupos pesquisados e, com isso, romper as resistências e desconfianças iniciais; 2) a distribuição do volume de perguntas e demandas por informações ao longo de algumas visitas a fim de não pressionar os/as entrevistados/as e de criar um ambiente para respostas e reações mais espontâneas e que reflitam com mais precisão a realidade e a percepção dos sujeitos de pesquisa; 3) a realização de um número maior de visitas em horários diferentes para que se tenha a possibilidade de entrevistar um número maior de membros das famílias e também para que se possa checar as primeiras informações coletadas e complementá-las.

A experiência de pesquisa junto às estruturas estatais demonstrou que, mesmo dispondo de um corpo técnico especializado, as ações carecem de estruturação e organização técnica; de escuta, acolhimento e compreensão das orientações e recomendações do corpo de pesquisadores que realizará diretamente o trabalho; de disponibilização de um volume de recursos – financeiros, logísticos e humanos – condizente com as proporções dos levantamentos propostos e com as necessidades específicas para produção de determinados tipos de dados; de articulação – prévia, durante a pesquisa de campo e no pós coleta de dados –, com outros entes governamentais, agentes públicos e instituições, tais como Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DP), Secretarias dos Governos Estaduais, Secretarias dos Municípios e Comissões de Trabalho específicas no campo da Promoção da Igualdade Racial nos estados. Observou-se que o não atendimento dessas necessidades, associado à falta de autonomia dos/as pesquisadores/as e da não priorização de disponibilização de recursos logísticos e de articulação prévia com demais entes governamentais, restringiu consideravelmente o alcance dos levantamentos e a produção de dados.

O que esta experiência demonstra, de forma contundente, é que este tipo de levantamento – que não proveu a estrutura necessária à modalidade de produção de dados por mapeamento – com abrangência nacional exige a estruturação de equipes locais, articuladas a partir da contratação de bolsistas de universidades federais, em cada estado, que disponham de dedicação exclusiva para o trabalho de campo. Proposta essa que, inclusive foi estruturada pelas equipes de pesquisa e rejeitada pelos gestores vinculados ao Ministério da Igualdade Racial. A contratação de pesquisadores/as de fora dos estados e regiões onde seriam realizados os levantamentos, impôs não só uma demanda maior de trabalho para composição e articulação dos membros das equipes, como também gerou um elevado volume de gastos com passagens aéreas e terrestres e deslocamentos cuja dificuldade logística comprometeu a cobertura de mais territórios e localização de número maior de famílias.

Aqui, cabe, portanto, ressaltar o princípio da boa gestão dos recursos públicos e de comprometimento dos agentes públicos com a otimização desses recursos. Princípio este que pode ser bem respeitado e cumprido se o conhecimento técnico e a experiência dos/as pesquisadores/as são, também, respeitados e incorporados pelos gestores públicos. Observou-se, ainda, a urgente necessidade de aprimoramento dos serviços prestados pelas gestoras dos recursos, seja pelo estabelecimento de parcerias com entidades e agências

com comprovada experiência e reputação, ou mesmo pela revisão dos padrões de contratação de serviços de gestão financeira. Ao longo de toda a pesquisa, as equipes lidaram com percalços passíveis de serem evitados e remediados como: falta de planejamento e organização dos processos de contratação e renovação de contratos vigentes; ineficiência na comunicação com funcionários da agência de fomento gestora e no atendimento ágil às demandas e solicitações de informação; negligência no acompanhamento das atividades e na assessoria ao corpo de pesquisadores/as; inconsistências e falta de transparência na gestão dos recursos financeiros; ineficiência na execução de demandas, principalmente, na contratação de serviços dos serviços necessários à realização das viagens a trabalho para a equipe pesquisa. Todos esses procedimentos operacionais básicos foram retardados e arrastados ao longo de toda a execução do TED, ocasionando prejuízos de diversas ordens, comprometendo a realização das atividades de trabalho planejadas para as equipes e a devida aplicação e otimização dos recursos financeiros.

Dessa maneira, considera-se que a pesquisa deste TED traz um conjunto de elementos fundamentados na experiência empírica e no conhecimento técnico dos/as pesquisadores/as que permitirão aperfeiçoar tanto instrumentos quanto procedimentos de trabalho no sentido de adequá-los às diferentes realidades do território nacional e prover infraestrutura e logística específica para realização de levantamentos de dados mais efetivos e abrangentes na Região Norte do país. O próprio desconhecimento do estado perante essa região – atestado pelo vazio de dados sobre as populações ciganas – é um reflexo e um confirmador de que as práticas de mapeamento e produção de dados, de articulação governamental e alinhamento de políticas e ações públicas têm sido empreendidas de forma inapropriada para as realidades sociais de contextos fora do eixo centro-sudeste-sul. Com ciência de tal problemática, este relatório procura não só organizar, analisar e apresentar as informações levantadas, mas também elaborar observações, ponderações e recomendações alinhadas com o propósito desta pesquisa e com as demandas que nos foram apresentadas pelo Estado, de um lado, e pelos povos ciganos, de outro. Sendo assim, o intuito aqui é oferecer subsídios que possam prover, orientar e fortalecer o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas, em primeiro lugar, com o legítimo interesse público.

3.1. Estratégias utilizadas para busca ativa das famílias ciganas

1. Busca no banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CECAD;
2. Seleção das cidades onde as bases de dados governamentais apontavam a presença de famílias ciganas;
3. Adoção da estratégia de busca ativa nas cidades que apresentavam maior número de famílias ciganas com base nos dados do CECAD.
4. Estruturação de rotas de deslocamento e de circuitos de visitas que otimizassem a visitação do maior número possível de cidades;
5. Estabelecimento de contatos prévios com órgãos públicos das administrações estaduais e municipais: CRAS, Prefeituras, Postos de Saúde e Secretarias.
6. Realização de percursos a pé por espaços públicos como feiras abertas, praças, mercados e supermercados para reconhecimento territorial e busca por pessoas ciganas inseridas no trabalho informal e por informantes.
7. Realização de buscas por informantes-chave como mototaxistas (que conhecem bem as cidades, seus bairros e vizinhanças), frentistas de postos de gasolina e vendedores ambulantes;
8. Localização de famílias ciganas e mediação dos contatos com as mesmas por meio de consultorias junto à lideranças ciganas e pessoas ciganas inseridas em associações ciganas e afins.

3.2. Rotas Planejadas

Para a realização do trabalho de campo foram planejadas algumas rotas nos estados do Tocantins e Pará. Esta estratégia foi utilizada na tentativa de otimização de tempo e logística de deslocamento, dadas as especificidades da região. No contexto nortista, mesmo os deslocamentos dentro dos próprios estados, como no caso do Tocantins e Pará, requerem muitas horas de viagem e, nem sempre, as cidades dispõem de transporte terrestre e malhas viárias que as conectem e permitam o acesso efetivo aos territórios. No caso do Amazonas, Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, os deslocamentos necessários à cobertura dos territórios só seriam possíveis por meio da conjugação de transporte aéreo, terrestre e, em muitos casos, fluviais. Demandando, assim, disponibilidade de tempo de semanas para visitação de um único município, o que se tornou inviável diante da composição das equipes de pesquisa que, como já mencionado, eram constituídas por

pesquisadores/as residentes em outras regiões do país e sem dedicação exclusiva. Tal situação exigiu que a pesquisa priorizasse os territórios mais acessíveis, inseridos nos estados mais próximos.

Assim, as rotas foram planejadas para os estados do Tocantins e Pará, levando-se em consideração todos esses fatores e priorizando as visitas em que se pudesse realizar o deslocamento de carro – ainda que os entes governamentais envolvidos na execução do TED não tenham disponibilizado veículos institucionais e seguros para os passageiros, o que exigiu que os trajetos fossem percorridos por veículos próprios dos/as pesquisadores/as, veículos alugados e corridas de veículos de aplicativos (estes para deslocamentos dentro das cidades, entre bairros e localidades). Há que se considerar, aqui, que os TEDs, muitas vezes, não possuem uma estrutura de custeio que comporte esse tipo de despesa, necessitando, portanto, de adequações. Como também é preciso salientar a necessidade de atenção especial, por parte dos gestores públicos e instituições, às questões de mobilidade e à realização dos deslocamentos necessários a procedimentos de busca ativa e de localização de famílias, grupos e comunidades.

A busca ativa consiste num processo que exige circulação pelos territórios, realização e repetição de percursos, previsibilidade de recursos para retorno aos domicílios e agendamento de novas visitas nos casos de domicílios fechados e vazios no momento das visitas. Outro ponto que exige adequação, respeito à legislação vigente e previsão orçamentária é a contratação de seguro para os viajantes e passageiros, bem como a disponibilização de veículos institucionais em consonância com as disposições legais, visto que a administração pública tem responsabilidade direta sobre as viagens realizadas para atender demandas institucionais de trabalho.

3.2.1. Estado do Tocantins

- Primeira rota de campo: Palmas – Porto Nacional – Silvanópolis – Chapada da Natividade – Natividade – Gurupi – Paraíso do Tocantins – Divinópolis.
- Segunda rota: Arraias – Novo Alegre – Combinado – Lavandeira – Aurora – Taguatinga – Dianópolis – Paranã.
- Terceira rota Tocantins: Araguaína – Goiatins (não realizada)

3.2.2. Estado do Pará

- Primeira rota: Belém – Ananindeua – Castanhal.
- Segunda rota: Santarém – Vitória do Xingu (não realizada)
- Terceira rota: Xambioá (TO) – Marabá (PA) – Dom Eliseu – Paragominas – Ipixuna do Pará (não realizada)

No estado do Tocantins, foram realizadas a primeira e a segunda rota, que tiveram como objetivo realizar buscas nas cidades do sul do estado, tendo como ponto de partida e base para a equipe de pesquisa, na primeira rota, a capital Palmas. Uma parte da equipe se deslocou do norte do estado (Tocantinópolis-TO), até a capital, outra parte se deslocou do extremo sul (Arraias-TO) e de fora da região norte (Brasília-DF). No total, cinco (5) pesquisadoras realizaram a primeira etapa de levantamento da presença de famílias ciganas no estado do Tocantins. Partindo de Palmas, a equipe realizou a rota planejada em 7 dias, com busca ativa das famílias ciganas em cada uma das cidades e tentando, ao localizá-las, traçar os vínculos de pertencimento dessas famílias ciganas na região.

A segunda rota foi realizada apenas por uma dupla de pesquisadoras, tendo como ponto de partida a cidade de Arraias, no extremo sul do estado, com cumprimento do roteiro planejado em dez (10) dias. Enquanto a terceira rota, apesar de menor, não foi realizada, em decorrência de interstícios burocráticos na renovação dos contratos e na liberação de passagens e diárias pela administradora dos recursos financeiros, que produziram atrasos consideráveis e impactaram negativamente a execução do trabalho de campo.

No estado do Pará, foi realizada apenas a primeira rota prevista que precisou ser reagendada várias vezes em decorrência de atrasos e interstícios impostos pelo fluxo burocrático da gestora dos recursos financeiros e ineficiência nos serviços prestados. Ressalta-se que esses entraves burocráticos também contribuíram para o não cumprimento da agenda de trabalho de campo estruturada pela coordenação da equipe, paralelamente à indisponibilidade de pesquisadores/as com dedicação exclusiva às demandas essa pesquisa.

3.3. Composição da Equipe

A equipe da região norte é composta por coordenadoras de região, coordenadora de pesquisa de campo, pesquisadores de campo ciganos e não ciganos e um bolsista de iniciação científica, distribuídos conforme abaixo:

02 coordenadoras da região norte (Tocantinópolis-Tocantins)

01 Coordenadora de pesquisa (Arraias-Tocantins)

01 pesquisadora de campo (Tocantinópolis-Tocantins)

01 pesquisadora de campo cigano (Brasília-DF)

01 pesquisador de campo cigano (Sousa-PB)

01 bolsista Pibic (Goiânia-GO)

A composição da equipe da região norte sofreu várias mudanças com saída e entrada de pesquisadores, o que também mudou a dinâmica do trabalho e acarretou atrasos na realização do trabalho de campo. É importante, ainda, apontar que o fato dos pesquisadores de campo residirem em outros estados dificultou a realização do trabalho de campo e levantamento de dados. A dispersão da equipe fora dos territórios onde o trabalho de campo deveria acontecer em âmbito regional e a falta de dedicação exclusiva dos pesquisadores de campo, trouxe enormes prejuízos ao desenvolvimento da pesquisa na região norte.

Desde a concepção do desenho da pesquisa, a maioria das coordenações concordou que, na composição de equipes, deveriam ser priorizados o seguinte perfil: pesquisadores residentes nos respectivos estados e regiões onde seriam realizados os levantamentos de dados; pesquisadores treinados e com conhecimento técnico e especializado na realização de levantamento de dados junto a populações tradicionais; pesquisadores com disponibilidade para viagens de longa duração. Tais critérios foram propostos a fim de otimizar a realização do trabalho de campo, o uso dos recursos e, com isso, maximizar os resultados. De modo que a flexibilização deste perfil fosse acompanhada do devido treinamento, com as condições necessárias para acompanhamento direto e presencial das equipes.

No entanto, o processo de execução da pesquisa sofreu uma série de interferências e intervenções da instituição contratante que, por sua vez, impuseram um conjunto de limitações ao trabalho. Uma delas foi a contratação de profissionais sem perfil técnico para o tipo de trabalho a ser executado e o não provimento do treinamento necessário, o que

acarretou: concentração de trabalho em poucos pesquisadores; resistência e dificuldade dos pesquisadores em seguir as orientações da coordenação; falta de familiaridade e habilidade com situações do trabalho de campo – desde as mais rotineiras até as mais complexas; obstrução da pesquisa por meio de ocultação de dados e impedimento do acesso a determinadas pessoas ciganas; dificuldades com registro de informações e estruturação de relatórios, entre outros.

Esta experiência, assim como outros trabalhos com a mesma estrutura, demonstra a importância do conhecimento técnico para realização de pesquisas e levantamentos, do conhecimento especializado das Ciências Sociais e campos afins para compreensão das dinâmicas socioculturais, políticas e econômicas envolvidas e do domínio da linguagem estatal e burocrática, para que se construa subsídios para políticas públicas. Destacamos, também, a responsabilidade e comprometimento ético que o trabalho de pesquisa exige para que não haja vieses e distorções. As ponderações realizadas pela coordenação da região sobre a execução desta pesquisa reconhecem a necessidade de se trabalhar em parceria com os grupos pesquisados e avalia como positivas as contratações de serviços de consultoria, assessoria e suporte aos pesquisadores por lideranças e membros das comunidades. No entanto, considera que o trabalho direto de levantamento de dados e a elaboração de produtos exige conhecimento especializado nessas atividades.

Ademais, acrescenta-se que pesquisas dessas proporções dependem de equipes maiores e multidisciplinares, longas incursões em campo, alinhamento com as especificidades locais e autonomia para a condução dos trabalhos.

4. Dados da Região Norte por estado

4.1. Tocantins

4.1.1. Identificação e caracterização geral do estado

O Tocantins, unidade federativa criada pela Constituição Federal de 1988, constitui o estado brasileiro de criação mais recente. A análise integrada de sua formação política e de sua composição ambiental é essencial para compreensão sobre seu desenvolvimento territorial, gestão de recursos naturais e políticas públicas locais. O estado do Tocantins foi instituído em 1º de janeiro de 1989 e sua criação é resultante de um processo de

emancipação política da porção norte do Estado de Goiás. Essa reivindicação autonomista remonta a décadas anteriores, mas intensificou-se no final da década de 1980. Consequentemente, a promulgação da Constituição Federal de 1988 – por meio do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) – formalizou a criação do novo estado em 5 de outubro de 1988. Geograficamente, o Tocantins limita-se com os estados de Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Pará (PA), Maranhão (MA), Piauí (PI) e Bahia (BA), conforme dados do IBGE.

O Tocantins constitui um estado cuja formação política tardia não impede a existência de uma identidade histórica consolidada, construída ao longo de séculos de ocupação, circulação humana, pressões socioeconômicas, bem como por disputas territoriais e por recursos naturais que se estendem até a atualidade. Sua criação, resultante de reivindicações seculares, articulou elementos de pertencimento regional, desigualdades históricas dentro do antigo estado de Goiás e estratégias de desenvolvimento territorial que também foram modeladas pelas políticas de interiorização na região norte do país e de assimilação dos povos indígenas e outras populações tradicionais. Hoje, o Tocantins apresenta desafios específicos em áreas como ordenamento territorial, conservação ambiental e modelagem de crescimento urbano, especialmente em Palmas. Ao mesmo tempo, destaca-se como área estratégica para estudos sobre fronteiras agrícolas, transições biogeográficas, políticas regionais e formação identitária, povos tradicionais e biodiversidade, conflitos e disputas territoriais, questões climáticas, entre outros.

4.1.2. Formação histórica e política

Historicamente, a ocupação da região correspondente ao atual Tocantins pode ser rastreada a partir do século XVII, quando exploradores europeus – dentre os quais se destacam franceses que partiam do Maranhão – navegaram pela foz do rio Tocantins, abrindo caminho para a penetração no interior. Nos séculos seguintes, a presença portuguesa intensificou-se com expedições de reconhecimento, missões religiosas e o desenvolvimento de núcleos populacionais ligados a rotas comerciais entre o norte e o centro-sul da colônia, destacando-se as conexões fluviais entre Belém do Pará e a Capital da Capitania, Goiás.

Esta e outras vias fluviais serviram como rotas para a exploração dos sertões tocantinenses. Os trabalhos de Giralдин (2002) e Painkow (2021) evidenciam que a

construção de uma identidade “tocantinense” antecede a emancipação e foi central para legitimar o movimento político. A historiografia aponta três grandes ciclos de mobilização pela emancipação: 1821-1823, movimentos nas décadas de 1950-1960, e, finalmente, o impulso decisivo entre 1985 e 1988, culminando com a Constituição de 1988. A criação do estado foi formalizada no artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, estabelecendo a separação administrativa do norte goiano. A imprensa regional — especialmente jornais como *Ecoss do Tocantins* — desempenhou papel essencial na difusão de discursos autonomistas. Essa dinâmica consolidou o território como corredor estratégico entre a Amazônia e o planalto central, configurando uma ocupação marcada por diversidade cultural e dispersão demográfica.

4.1.3. Organização territorial e demográfica atual

O estado do Tocantins apresenta uma organização territorial que reflete a sua história recente e a sua divisão administrativa para fins de gestão, planejamento e estatística. Essa organização é estruturada em diferentes níveis, desde a divisão política em municípios até as delimitações geográficas do IBGE. O Tocantins é composto por 139 municípios, sendo a capital Palmas o centro administrativo e político do estado. Para fins de coleta e divulgação de dados estatísticos e planejamento regional, o IBGE utiliza uma hierarquia de divisões que foi atualizada em 2017 e se estrutura por meio da divisão em apenas 2 (duas) Regiões Geográficas Intermediárias (que substituíram as antigas Mesorregiões), refletindo os principais centros de atração e gestão do território:

- Região Geográfica Intermediária de Palmas: engloba a porção centro-sul e leste do estado, atuando como polo administrativo e concentra a maior parte da população em sua área de influência direta;
- Região Geográfica Intermediária de Araguaína: abrange a porção norte e oeste do estado (incluindo o Bico do Papagaio), atuando como o polo econômico e logístico dessa macrorregião – sobretudo, para as atividades do agronegócio.

As Regiões Geográficas Intermediárias subdividem-se em 11 (onze) Regiões Geográficas Imediatas (que substituíram as Microrregiões). Estas unidades representam a rede urbana de menor escala, organizadas em torno de um centro urbano principal. Exemplos incluem as Regiões Imediatas de Palmas, Araguaína, Gurupi e Tocantinópolis.

Para promover o planejamento integrado das funções públicas e o desenvolvimento socioeconômico da área de maior densidade populacional, o Tocantins instituiu a Região Metropolitana de Palmas. Esta região é um agrupamento de municípios conurbados ou de forte interdependência com a capital do estado. Atualmente, a RMP é composta por 21 (vinte e um) municípios, incluindo cidades como Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Silvanópolis, sendo um dos principais instrumentos de gestão territorial do estado.

Geograficamente, o estado é frequentemente dividido em eixos de desenvolvimento que se sobrepõem às divisões do IBGE:

- Eixo Central: engloba Palmas e sua Região Metropolitana, com forte foco em serviços e administração pública;
- Eixo Norte (Bico do Papagaio e Araguaína): caracterizado pela forte atividade agropecuária e pela logística, dada a proximidade com o Corredor Norte-Sul;
- Eixo Sul (Gurupi): outro polo agroindustrial, agropecuário e voltado para os investimentos nos setores do agronegócio e de transportes para o escoamento dessa produção;
- Eixo Leste (Jalapão e Dianópolis): região mais focada na preservação ambiental e no ecoturismo.

A capital, Palmas, é uma cidade planejada que foi fundada em 1989 e cuja expansão urbana é frequentemente tema de estudos sobre ordenamento fundiário (Lima, 2023). O território estadual possui 277.423,63 km² (IBGE, 2023), dos quais aproximadamente 553,49 km² correspondem a áreas urbanizadas (IBGE, 2019). O IDH estadual é de 0,731 (IBGE, 2021), situando-se na faixa de desenvolvimento humano considerado “alto” pela metodologia do PNUD. O Censo Demográfico de 2022 registrou 1.511.460 habitantes, e estimativas para 2024 indicam crescimento para aproximadamente 1.577.342 habitantes, com densidade demográfica de 5,45 hab./km², evidenciando um padrão de povoamento disperso, típico de áreas de transição amazônica e cerrado.

Quadro 1 – Mesorregiões e microrregiões geográficas do estado do Tocantins (IBGE)

	Região Geográfica Intermediária (Nova Mesorregião)	Número de Municípios	Regiões Geográficas Imediatas (Novas Microrregiões)	Cidades-Sede (Principais Polos)
1.	Palmas	18	Palmas	Palmas, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins
		17	Dianópolis	Dianópolis, Taguatinga

		10	Gurupi	Gurupi, Alvorada
		13	Guaraí	Guaraí, Colmeia
		25	Tocantinópolis	Tocantinópolis, Augustinópolis
2.	Araguaína	14	Araguaína	Araguaína, Wanderlândia
		10	Colinas do Tocantins	Colinas do Tocantins, Filadélfia
		16	Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins, Miranorte
		12	Pedro Afonso	Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins
		9	Araguatins	Araguatins, São Sebastião do Tocantins
		15	Paraná	Paraná, Peixe
Total Geral do estado		139	11 Regiões Imediatas	23 Cidades-Sede (Polos)

Fonte: Elaborado pela equipe a partir da divisão atual do IBGE (2017).

4.1.4. Características ambientais, biogeográficas e econômicas

O Tocantins integra, administrativamente, a Região Norte, embora sua posição geográfica lhe permita fronteiras com estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Cerca de 87% do território é coberto pelo bioma Cerrado (Embrapa, 2020), enquanto o restante apresenta áreas de transição para a Amazônia, especialmente na porção norte, integrando áreas do estado à chamada Amazônia Legal. Essas características ambientais sustentam grande diversidade de vegetação e solos, o que explica sua inserção no corredor agroprodutivo denominado MATOPIBA — uma fronteira agrícola composta por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Com isso, a região tem sido marcada pela expansão de soja, milho e oleaginosas. Essa presença do agronegócio e dos complexos de agroindústria na região têm sido responsáveis pela apropriação de frutos e plantas típicos, como o coco babaçu, como também pela exploração da mão de obra de comunidades coletoras ou, até mesmo, pela exclusão das mesmas da cadeia produtiva. Tal cenário tem transformado profundamente o uso da terra e demandado atenção crescente para impactos socioambientais e conflitos territoriais que, apesar de históricos, têm se tornado cada vez mais críticos.

4.1.5. Quadro geral dos municípios visitados

4.1.5.1. Mapeamento territorial e alguns indicadores socioeconômicos dos municípios visitados

Conforme já mencionado, no estado do Tocantins foram visitados quinze (15) municípios: Palmas, Taquaralto, Porto Nacional, Silvanópolis, São Valério do Tocantins, Chapada de Natividade, Natividade, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Divinópolis, Arraias, Paranã, Novo Alegre, Combinado, Taguatinga. Nesse sentido, as informações sobre o estado são apresentadas aqui de forma focada nesses municípios e agrupadas nos quadros abaixo a fim de fornecer dados gerais sobre o perfil socioeconômico da população de cada um dos municípios visitados.

a) Território

Como já exposto neste relatório o território é um elemento de extrema importância para os povos ciganos. Obviamente, as geografias e cartografias traçadas pelos deslocamentos e fluxos migratórios diversos não necessariamente leva em conta divisões de ordem administrativa. No entanto, é importante observar a organização territorial oficial no sentido de entender não só os processos históricos de constituição dos municípios como também qual a dinâmica de “vizinhança” de cada região, considerando que, a depender das relações históricas, políticas, econômicas e socioculturais estabelecidas entre os municípios, haverá uma configuração específica de mobilidade entre eles. Quanto ao mapeamento territorial do estado do Tocantins, podemos localizar os municípios visitados nesta pesquisa conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 – Divisão territorial do estado do Tocantins por municípios visitados

Municípios	Área da unidade territorial	Região de Influência	Região intermediária	Região imediata	Mesorregião	Microrregião
Arraias	5.803,085 km ²	Campos Belos - Centro de Zona B (4B)	Gurupi	Dianópolis	Oriental do Tocantins	Dianópolis
Chapada da Natividade	1.640,833 km ²	Natividade - Centro de Zona B (4B)	Palmas	Porto Nacional	Oriental do Tocantins	Dianópolis
Combinado	208,791 km ²	Campos Belos - Centro de Zona B (4B)	Gurupi	Dianópolis	Oriental do Tocantins	Dianópolis

Divinópolis do Tocantins	2358,282 km ²	Paraíso do Tocantins - Centro Subregional B (3B)	Palmas	Paraíso do Tocantins	Ocidental do Tocantins	Miracema do Tocantins
Gurupi	1844,164 km ²	Palmas - Capital Regional B (2B)	Gurupi	Gurupi	Ocidental do Tocantins	Gurupi
Natividade	3.241,672 km ²	Palmas - Capital Regional B (2B)	Palmas	Porto Nacional	Oriental do Tocantins	Dianópolis
Novo Alegre	200,412 km ²	Campos Belos - Centro de Zona B (4B)	Gurupi	Dianópolis	Oriental do Tocantins	Dianópolis
São Valério	2.520,465 km ²	Gurupi - Centro Subregional A (3A)	Gurupi	Gurupi	Oriental do Tocantins	Dianópolis
Silvanópolis	1258,771 km ²	Palmas - Capital Regional B (2B)	Palmas	Porto Nacional	Oriental do Tocantins	Porto Nacional
Paraíso do Tocantins	1292,267 km ²	Palmas - Capital Regional B (2B)	Palmas	Paraíso do Tocantins	Ocidental do Tocantins	Rio Formoso
Palmas	2227,329 km ²	Arranjo Populacional de Goiânia/GO - MetrÓpole (1C)	Palmas	Palmas	Oriental do Tocantins	Porto Nacional
Paraná	11.217,373 km ²	Palmas - Capital Regional B (2B)	Gurupi	Gurupi	Oriental do Tocantins	Dianópolis
Porto Nacional	4.434,680 km ²	Palmas - Capital Regional B (2B)	Palmas	Porto Nacional	Oriental do Tocantins	Porto Nacional

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em abril de 2025.

b) Meio ambiente

Destaca-se que as questões ambientais estão diretamente ligadas à ocupação do território, à saúde pública, às condições de vulnerabilidade social e à qualidade de vida de modo geral. Nesse sentido, elas contemplam também o mapeamento de determinados serviços e equipamentos públicos no que diz respeito aos sistemas de saneamento básico e

gestão de resíduos e limpeza urbana. Quanto às questões ambientais, taxas de urbanização e bioma dos territórios, os municípios visitados nesta pesquisa estão organizados e apresentados de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 3 – Indicadores sobre meio ambiente nos municípios visitados no estado do Tocantins

Municípios	Esgotamento sanitário adequado	Bioma	Área urbanizada
Arraias	0,96 %	Cerrado	2,66 km ²
Chapada da Natividade	0,51%	Cerrado	0,83km ²
Combinado	0,3 %	Cerrado	1,72 km ²
Divinópolis do Tocantins	6,6 %	Cerrado	2,26 km ²
Gurupi	42 %	Cerrado	35,19 km ²
Natividade	0,79%	Cerrado	3,54km ²
Novo Alegre	19,48%	Cerrado	0,66km ²
São Valério	0,39%	Cerrado	2,44km ²
Silvanópolis	0,9 %	Cerrado	2,47 km ²
Paraíso do Tocantins	19,2 %	Cerrado	17,95 km ²
Palmas	67,6 %	Cerrado	104,46 km ²
Paraná	0,81%	Cerrado	3,14 km ²
Porto Nacional	49,04%	Cerrado	44,95 km ²

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em abril de 2025.

c) População, emprego e renda.

Aqui, as variáveis de emprego e renda estão atreladas aos índices de mensuração do desenvolvimento humano (IDH) e à riqueza produzida nos municípios. Considerando, portanto, a distribuição dessa riqueza e sua relação direta com as condições materiais de vida e possibilidades de desenvolvimento da população. Quanto às questões relacionadas a emprego e renda, tem-se no quadro abaixo a correlação entre os indicadores do PIB, IDH e salário médio – considerando os trabalhadores formais – nos municípios visitados nesta pesquisa. Cabe ressaltar que, com relação a boa parte da população cigana, esses indicadores podem não refletir a realidade visto que as bases governamentais contabilizam os vínculos formais de empregabilidade, enquanto parte significativa dos povos ciganos vive do comércio informal.

Quadro 4 – Indicadores sobre população, emprego e rendimento nos municípios visitados do estado do Tocantins

Município	IDHM*	PIB per capita (R\$)	População censo (2022)	População estimada (2024)	Densidade demográfica (hab/km ²)	Salário médio mensal dos trabalhadores formais
-----------	-------	----------------------	------------------------	---------------------------	--	--

Arraias	0,651	21.263,55	10.287 pessoas	10.511 pessoas	1,77	2,3 salários mínimos
Chapada da Natividade	0,620	44.736,71	3.117 pessoas	3.176 pessoas	1,90	1,5 salários mínimos
Combinado	0,697	15.713,45	4.756	4.906	22,78	1,6 salários mínimos
Divinópolis do Tocantins	0,683	35.676,38	7.024 pessoas	7.297 pessoas	2,98	1,6 salários mínimos
Gurupi	0,759	29.950,02	85.125 pessoas	89.574 pessoas	46,16	2,0 salários mínimos
Natividade	0,673	26.722,15	8.754 pessoas	8.956 pessoas	2,70	2,1 salários mínimos
Novo Alegre	0,699	15.232,02	1.846 pessoas	1.817 pessoas	9,21	1,2 salários mínimos
São Valério	0,643	40.731,32	4.422 pessoas	4.554 pessoas	1,75	1,7 salários mínimos
Silvanópolis	0,675	44.080,81	5.108 pessoas	5.252 pessoas	4,06	1,7 salários mínimos
Paraíso do Tocantins	0,764	28.820,73	52.360 pessoas	55.164 pessoas	40,52	1,8 salários mínimos
Palmas	0,788	32.977,35	302.692 pessoas	323.625 pessoas	135,90	3,6 salários mínimos
Paraná	0,595	30.250,98	10.542 pessoas	10.877 pessoas	0,94	1,7 salários mínimos
Porto Nacional	0,740	68.063,36	64.418 pessoas	69.551 pessoas	14,53	2,2 salários mínimos

* Índice de Desenvolvimento Humano do Municipal (IDHM)

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em abril de 2025.

d) Educação

O foco, aqui, recai sobre as infraestruturas de serviços e equipamentos públicos no campo educacional. Considerando que na Região Norte como um todo já se tem avaliações de que a quantidade de instituições tem sido consideravelmente baixa. Cabe, ainda, chamar atenção para a fragilidade dos dados sobre taxa de escolarização, visto que os mesmos, não necessariamente, refletem a qualidade do ensino. Uma vez que as políticas educacionais das últimas décadas têm focado mais em índices de aprovação e eliminação de retenção de alunos sem, no entanto, observar questões estruturais da formação e promover melhorias reais em aspectos dos quais as estatísticas de ingresso e conclusão são dependentes – disponibilidade de profissionais qualificados e ampliação de quadros, por exemplo. Quanto aos índices educacionais, o quadro abaixo apresenta o quantitativo de

instituições de Ensino Básico por município e aponta para um aspecto sensível do Tocantins, que é a baixa oferta de equipamentos e serviços públicos refletida no número de escolas em alguns municípios do interior do estado.

Quadro 5 – Indicadores sobre educação nos municípios visitados do estado do Tocantins

Municípios	Número de estabelecimentos de ensino fundamental	Número de estabelecimentos de ensino médio	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade
Arraias	16 escolas	4 escolas	99,19 %
Chapada da Natividade	2 escolas	1 escola	97,99 %
Combinado	3 escolas	2 escolas	98,47 %
Divinópolis do Tocantins	6 escolas	1 escola	97,5 %
Gurupi	44 escolas	14 escolas	96,1 %
Natividade	7 escolas	3 escolas	97,16 %
Novo Alegre	2 escolas	1 escola	100 %
São Valério	4 escolas	1 escola	98,74 %
Silvanópolis	4 escolas	1 escola	97,5 %
Paraíso do Tocantins	25 escolas	11 escolas	98,4 %
Palmas	100 escolas	36 escolas	98 %
Paraná	19 escolas	3 escolas	100%
Porto Nacional	45 escolas	15 escolas	98,59%

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em abril de 2025.

e) Saúde

A saúde constitui um índice crítico, sobretudo quando se olha para municípios de pequeno porte com fragilidades na instalação de infraestruturas urbanas. É comum nos municípios tocantinenses a transferência de gestantes para realização de partos naturais em cidades vizinhas de médio porte, assim como a ausência de médicos especialistas. De modo que o baixo número de unidades de saúde também está acompanhado da escassez de profissionais especializados e de equipamentos que atendam urgências e emergências graves. Quanto ao campo da saúde, sobretudo às políticas universais e atendimentos básicos, são apresentados abaixo o quantitativo de unidades de atendimento do SUS e as taxas de mortalidade infantil – enquanto índice que funciona como um importante marcador das condições de vida em determinada localidade. Aqui, também se observa a baixa oferta de serviços públicos de saúde nos municípios menores, que consiste num registro fidedigno da fragilidade do sistema público de saúde na Região Norte do País, principalmente no estado do Tocantins – o mais jovem da federação.

Quadro 6 – Indicadores sobre a saúde nos municípios visitados do estado do Tocantins

Municípios	Estabelecimentos de Saúde SUS	Mortalidade Infantil
Arraias	5 estabelecimentos	19,35 óbitos por mil nascidos vivos
Chapada da Natividade	1 estabelecimento	- óbitos por mil nascidos vivos
Combinado	3 estabelecimentos	46,15 óbitos por mil nascidos vivos
Divinópolis do Tocantins	3 estabelecimentos	11,49 óbitos por mil nascidos vivos
Gurupi	33 estabelecimentos	6,43 óbitos por mil nascidos vivos
Natividade	5 estabelecimentos	17,24 óbitos por mil nascidos vivos
Novo Alegre	1 estabelecimento	- óbitos por mil nascidos vivos
São Valério	4 estabelecimentos	37,74 óbitos por mil nascidos vivos
Silvanópolis	3 estabelecimentos	26,32 óbitos por mil nascidos vivos
Paraíso do Tocantins	13 estabelecimentos	6,58 óbitos por mil nascidos vivos
Palmas	90 estabelecimentos	10,71 óbitos por mil nascidos vivos
Paraná	6 estabelecimentos	28,17 óbitos por mil nascidos vivos
Porto Nacional	27 estabelecimentos	15,43 óbitos por mil nascidos vivos

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em abril de 2025.

4.1.6. Breve histórico e caracterização dos municípios visitados na pesquisa de campo do estado do Tocantins

4.1.6.1. Palmas

Localizado na Região Norte do Brasil, Palmas integra o estado do Tocantins e constitui a mais jovem capital brasileira. A cidade foi fundada em 20 de maio de 1989, no contexto da criação do Estado do Tocantins pela Constituição Federal de 1988. A execução do projeto de implantação da capital foi conduzida pelo então governador José Wilson Siqueira Campos, responsável pela definição da área territorial, pelo processo de desapropriação e pela coordenação das obras iniciais. O município é banhado pelo Rio Tocantins e apresenta clima tropical semiúmido, com regime de chuvas marcado por forte sazonalidade. O relevo predominante varia entre planícies e áreas suavemente onduladas, favorecendo a implantação do núcleo urbano. Com 306.296 habitantes, Palmas constitui o maior centro urbano do estado e sua principal referência econômica, administrativa e de serviços. A área municipal é de 2.227,329 km², apresentando densidade populacional ainda moderada em função de sua expansão urbana planejada – uma população atual de 302.692 habitantes no Censo de 2022 com estimativa de 328.499 habitantes para 2025 e uma densidade demográfica de 135,90 hab./km².

A capital destaca-se na Região Norte por seus indicadores de qualidade de vida, infraestrutura urbana e oferta de serviços, situando-se entre as cidades com melhor desempenho socioeconômico na macrorregião. Embora jovem quando comparada às demais capitais brasileiras, Palmas dispõe de uma ampla variedade de equipamentos culturais e naturais. A cidade encontra-se próxima a importantes atrativos turísticos do Tocantins, como o Parque Estadual do Jalapão e a Cachoeira da Roncadeira, sendo referência para o ecoturismo regional. O represamento do Rio Tocantins, decorrente da construção de usinas hidrelétricas, originou um conjunto de ilhas e áreas de lazer urbanas, destacando-se a Ilha da Canela, a Praia da Graciosa e a Praia do Prata, que se consolidaram como elementos identitários e de promoção turística do município.

A história de Palmas está diretamente vinculada ao processo de criação do Estado do Tocantins e aos movimentos separatistas do norte goiano. Esses movimentos possuem registros desde o início do século XIX, em que podemos destacar alguns marcos centrais:

- 1809: inicia-se um movimento separatista na região conhecida como Vila da Palma, à confluência dos rios Palma e Paranã.
- 1821: o isolamento administrativo imposto por D. João VI provoca novo levante separatista, liderado pelo desembargador Joaquim Teotônio Segurado, que chega a proclamar um governo autônomo.
- 1824-1825: o movimento é suprimido por Caetano Maria Gama, então presidente da província por nomeação do imperador D. Pedro I.

A pauta separatista permaneceu latente ao longo do século XIX e XX, sendo retomada com maior intensidade a partir da década de 1970 no Congresso Nacional, culminando na aprovação da criação do estado do Tocantins pela Constituição de 1988. Com o desmembramento do norte goiano, tornou-se necessária a definição de uma capital para o novo estado. Assim, desdobra-se uma sequência de atos que operacionalizaram e materializaram a constituição da cidade de Palmas enquanto unidade administrativa e capital do estado:

- 10 de janeiro de 1989: Miracema do Tocantins é instituída como capital provisória.
- 15 de fevereiro de 1989: a Assembleia Legislativa autoriza o governador a proceder à desapropriação da área da Serra do Carmo e de áreas a leste do povoado de Canela, escolhidas para sediar a nova capital.
- 6 de março de 1989: cria-se, por decreto, a Comissão de Implantação da Nova Capital (Novacap), responsável pelo planejamento técnico e urbanístico.

- 20 de maio de 1989: ocorre o lançamento da pedra fundamental da cidade, em cerimônia com cerca de dez mil pessoas na Praça dos Girassóis; na mesma data, inicia-se a abertura da primeira via estruturante, a Avenida Teotônio Segurado.

Grande parte da força de trabalho empregada na construção da cidade foi composta por migrantes oriundos de diversas regiões do país, configurando forte heterogeneidade demográfica e social desde os primeiros anos de formação. Em 19 de julho de 1989, a Assembleia Estadual Constituinte aprova a lei de criação do município de Palmas, sancionada em 1º de agosto de 1989. Nessa data, consolida-se a transferência da capital provisória de Miracema para o novo núcleo urbano, embora a estrutura administrativa ainda estivesse em construção. A transferência definitiva das funções de capital ocorre em 1º de janeiro de 1990, quando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário passam a operar no Plano Diretor de Palmas. O primeiro prefeito do município foi Fenelon Barbosa Sales, responsável pelas estruturas administrativas iniciais da cidade.

A cidade de Palmas encontra-se delimitada da seguinte maneira: ao norte por Lajeado (TO) e Aparecida do Rio Negro (TO); a leste por Novo Acordo (TO) e Santa Tereza do Tocantins; a sudeste e sul por Monte do Carmo (TO); a sul, sudeste e oeste por Porto Nacional e a noroeste por Miracema do Tocantins. A capital tocantinense está localizada na porção central do estado do Tocantins, o que a coloca em uma posição estratégica. A cidade é banhada pelo Rio Tocantins a oeste, onde está situado o Lago de Palmas, formado pela Usina Hidrelétrica de Lajeado (localizada no município vizinho de Lajeado). Atualmente, a Região Metropolitana de Palmas é composta pelos seguintes 21 municípios: Palmas (Cidade-Sede); Aparecida do Rio Negro; Barrolândia; Brejinho de Nazaré; Fátima; Ipueiras; Lagoa do Tocantins (de inclusão recente); Lajeado; Miracema do Tocantins; Miranorte; Monte do Carmo; Nova Rosalândia (de inclusão recente); Novo Acordo (de inclusão recente); Oliveira de Fátima; Paraíso do Tocantins; Porto Nacional; Pugmil; Rio dos Bois (de inclusão recente); Santa Tereza do Tocantins (de inclusão recente); Silvanópolis; Tocantínia.

Palmas representa um caso singular de capital planejada no contexto brasileiro contemporâneo, caracterizada por rápido crescimento urbano, forte papel institucional e influência regional expressiva. Sua história recente, associada ao processo de criação do Estado do Tocantins, evidencia um projeto político e territorial que envolve planejamento estatal, ocupação dirigida e integração sociocultural. O município destaca-se atualmente como polo administrativo, econômico e turístico, consolidando-se como referência de qualidade de vida na Região Norte, cuja economia está, predominantemente, orientada para

o setor de serviços. O que também leva a empregabilidade a estar bastante voltada tanto para este setor quanto para a estrutura burocrática da administração pública. A posição geográfica central, o planejamento urbano e a infraestrutura rodoviária reforçam sua função como eixo regional de desenvolvimento e integração estadual.

4.1.6.2. Divinópolis do Tocantins

A origem de Divinópolis do Tocantins, enquanto unidade político-administrativa, está relacionada ao processo de desmembramento do município de Miracema do Tocantins, ocorrido em 1988. A formação inicial do povoado remonta à década de 1950, quando o comerciante Divino Luís Costa se estabeleceu na região, atraindo fluxos migratórios provenientes, sobretudo, de Minas Gerais e Bahia. Migrantes que seguiam rota em direção ao Pará utilizavam a localidade como ponto de pouso, sendo que parte deles optou por fixar residência no local, consolidando o núcleo populacional. O nome do município constitui homenagem ao seu primeiro morador estabelecido e a população local passou a ser denominada divinopolina.

Inicialmente, o local era distrito de Miracema do Tocantins (antiga Miracema de Goiás). Do ponto de vista jurídico-administrativo, Divinópolis foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 10.407, de 30 de dezembro de 1987, com a denominação de Divinópolis de Goiás, ainda no contexto do então Estado de Goiás. A sede municipal foi fixada no antigo povoado que originou a localidade. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de junho de 1989. Com a criação do Estado do Tocantins pela Constituição Federal de 1988, o município passou a denominar-se Divinópolis do Tocantins, conforme estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 1, de 1º de janeiro de 1989, que efetivou a alteração toponímica. A instalação dos poderes executivo e legislativo ocorreu em 1º de junho de 1989, quando tomou posse o primeiro prefeito e vereadores. As divisões territoriais subsequentes, registradas em 1988, 2003 e 2007, mantiveram o município constituído exclusivamente pelo distrito sede.

Com área de 2.358,282 km², o município de Divinópolis do Tocantins tem uma população de 7.024 habitantes, de acordo com o Censo de 2002, e uma população estimada (2025) de 7.343 habitantes, com densidade demográfica de 2,98 hab./km². Os municípios limítrofes são: Abreulândia (TO), Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins. A circulação regional que envolve Divinópolis é influenciada pela malha

rodoviária do Tocantins e vias estaduais que conectam o município a polos regionais (Paraíso do Tocantins, Miracema, Palmas). Ainda que esteja há cerca de 65 km da capital, Palmas, e também próximo a Paraíso do Tocantins e Miracema, Divinópolis do Tocantins é um município de baixa densidade e com uma economia dominada pela atividade da agropecuária.

Ressalta-se, portanto, que o município de Divinópolis do Tocantins apresenta formação histórica recente, marcada pelo processo de colonização espontânea e posterior institucionalização decorrente da criação do Estado do Tocantins. Seus indicadores demográficos, econômicos e ambientais evidenciam características próprias de municípios de pequeno porte, com forte dependência fiscal e desafios estruturais em saneamento e infraestrutura urbana. O desempenho educacional situa-se em níveis intermediários no estado, com destaque para os anos finais do ensino fundamental. Contudo, persistem vulnerabilidades em saúde pública e infraestrutura, que demandam ações contínuas de planejamento e investimento público. Culturalmente, eventos tradicionais marcam a vida local: há festividades religiosas, como o festejo de Nossa Senhora do Carmo

4.1.6.3. Silvanópolis

A origem do atual município de Silvanópolis remonta ao povoado conhecido como Extrema, localizado nas proximidades do ribeirão homônimo, em terras pertencentes à Fazenda Landi, então situada no município de Porto Nacional. A área era propriedade de Januário da Silva Guimarães e demais membros da tradicional Família Silva Guimarães, responsáveis pelo processo inicial de ocupação humana. A constituição do povoado decorreu de práticas religiosas locais. No início da década de 1900, especificamente por volta de 1903, realizavam-se na sede da fazenda de João Guimarães — irmão de Januário — rezas do terço dedicadas a Nossa Senhora Sant'Ana. A primeira missa foi celebrada por Frei Reginaldo, oriundo de Porto Nacional, evento que contribuiu para consolidar o calendário de festejos religiosos.

Em 1931, foi edificada a primeira capela do povoado, construída em adobe e coberta com telhas, pelos pedreiros Tertuliano Rodrigues Campos e Vicente de Carvalho Oliveira. A presença da capela estimulou a criação da primeira unidade escolar da comunidade, uma escola isolada construída em pau-a-pique e coberta com palha. O primeiro professor foi Arcino da Silva Guimarães, popularmente conhecido como Sulino. Posteriormente, o Sr.

Januário da Silva Guimarães doou 57 alqueires de terra à devoção de Nossa Senhora Sant'Ana, o que favoreceu a expansão do povoado. As primeiras moradias foram erguidas em ranchos de palha, motivadas principalmente pela busca por educação escolar para os filhos e pela participação nos festejos religiosos, que se tornaram tradição regional e permanecem ativos até os dias atuais, sendo celebrados anualmente em 22 de julho.

Com o falecimento de Januário, em 1933, constatou-se durante o processo de inventário que as terras doadas não haviam sido registradas oficialmente como patrimônio religioso. A fim de evitar prejuízos ao povoado em expansão, Eloy da Silva Guimarães, filho de Januário, empenhou-se na realização de novos festejos, cujos recursos permitiram recomprar os 57 alqueires pertencentes à irmã, Elvira da Silva Guimarães. Desse total, 37 alqueires foram regularizados como patrimônio da Santa, enquanto 20 alqueires foram alienados.

A consolidação administrativa de Silvanópolis ocorreu ao longo de várias etapas pautadas pelos marcos listados abaixo:

- Resolução nº 04/63 — Elevação à categoria de Distrito de Porto Nacional, com o topônimo Silvanópolis, em homenagem à Família Silva Guimarães.
- 10 de junho de 1980 — Elevação à categoria de cidade, desmembrada do município de Porto Nacional.
- 01 de fevereiro de 1983 — Instalação oficial da sede municipal e eleição do primeiro prefeito, Alexandrino Ferreira dos Santos.

O município perfaz uma área total de 1.258,771 km², com população de 5.108 habitantes, nos registros do Censo de 2022, e população estimada para 2025 de 5.259 habitantes, com densidade demográfica em torno de 4,06 hab/km². Silvanópolis limita-se com os seguintes municípios: Monte do Carmo, Porto Nacional, Ipueiras, Santa Rosa do Tocantins, Pindorama do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins. A distância entre Silvanópolis e a capital do Tocantins, Palmas, é de aproximadamente 129 km. Esta ligação é feita pela rodovia BR-010 (antiga TO-050) que tem servido ao escoamento de produção do agronegócio, já que Silvanópolis é considerada uma das maiores cidades produtoras de soja de Tocantins – possuindo, inclusive, infraestrutura logística de armazéns e maquinário – a despeito de sua economia de pequeno porte e da pouca infraestrutura urbana da cidade.

Silvanópolis apresenta uma formação histórica vinculada à tradição religiosa, ao esforço comunitário e à atuação significativa da Família Silva Guimarães no processo de consolidação do povoado. Tornou-se município na década de 1980, caracterizando-se

atualmente como território de pequeno porte populacional, economia de baixa diversificação e alta dependência fiscal. Os indicadores educacionais e socioambientais apontam desafios estruturais que requerem planejamento integrado, políticas públicas contínuas e investimentos em saúde, saneamento, infraestrutura escolar e desenvolvimento econômico local.

4.1.6.4. Gurupi

A história de Gurupi está intrinsecamente relacionada à construção da rodovia Belém–Brasília (BR-010), obra emblemática que fomentou o surgimento e desenvolvimento de diversos municípios no antigo norte goiano. O pioneiro Benjamim Rodrigues, reconhecido como fundador do município, estabeleceu-se na região no início da década de 1950. Registros históricos indicam que ele chegou a procurar, em Goiânia, o engenheiro responsável pela obra, Bernardo Sayão, para pleitear que a rodovia passasse pelas terras recém-ocupadas por sua família e outros migrantes. A fixação definitiva de Benjamim Rodrigues ocorreu em 1952, quando ele concluiu a abertura do trecho da rodovia projetada por Sayão, até alcançar a estrada que conectava os municípios de Peixe e Porangatu.

Nesse mesmo período, Benjamim Rodrigues realizou o levantamento da planta urbana de Gurupi e instalou o primeiro estabelecimento comercial da futura cidade. A chegada do primeiro caminhão ao local — de propriedade do senhor Buta — em setembro de 1952, com o objetivo de abastecer o comércio local, marcou simbolicamente o início da vocação comercial do povoado. A expansão demográfica foi impulsionada pela migração de moradores provenientes de diversas localidades, como Porto Nacional, Peixe, Cristalândia, Dueré e Formoso do Araguaia, que foram atraídos pelas oportunidades decorrentes da nova rota rodoviária e do surgimento de atividades comerciais. A área territorial do município é de 1.844,164 km², com uma população de 85.125 habitantes de acordo com o Censo de 2022 e uma estimativa para 2025 de 90.209 habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 46,16 hab/km².

Na constituição administrativa de Gurupi podemos destacar alguns marcos centrais que nos permitem localizar e compreender esse processo de fundação do município, entre eles estão:

- Lei nº 251, de 09/10/1956 — Criação do distrito de Gurupi, desmembrado de Brejinho de Nazaré e subordinado ao município de Porto Nacional.

- Lei Estadual nº 2.140, de 14/11/1958 — Elevação à categoria de município, desmembrado de Porto Nacional.
- Divisão territorial de 1960 — Município composto pelo distrito sede.
- Lei Municipal nº 5, de 10/05/1963 — Criação do distrito de Cariri, anexado ao município.
- Lei Municipal nº 61, de 27/08/1963 — Criação do distrito de Aliança do Norte.
- Divisão territorial de 1963 — Município formado pelos distritos de Gurupi, Cariri e Aliança do Norte.
- Lei Estadual nº 10.439, de 10/01/1988 — Desmembramento do distrito de Aliança do Norte, elevado a município.
- Divisão territorial de 1991 a 2014 — Gurupi permanece constituído apenas pelo distrito sede.

Gurupi está circunscrito com os seguintes municípios: Aliança do Tocantins (TO); Cariri do Tocantins (TO); Dueré (TO); Figueirópolis (TO); Peixe (TO) e Sucupira (TO). A localização estratégica na BR-153 e a proximidade com eixos multimodais reforçam a importância territorial de Gurupi para o escoamento da produção agrícola e pecuária da região sul do Tocantins – tornando o município um grande polo do agronegócio no estado. O bioma predominante no município é o cerrado, situando-se no divisor de águas entre os Rios Araguaia e Tocantins.

O município de Gurupi destaca-se como um dos principais polos urbanos, econômicos e educacionais do Estado do Tocantins. Sua formação histórica está profundamente conectada à construção da rodovia Belém-Brasília, que estruturou fluxos migratórios e consolidou sua vocação comercial. Os indicadores socioeconômicos demonstram capacidade administrativa robusta e volume financeiro expressivo, enquanto os dados ambientais e de saúde revelam áreas que requerem políticas públicas estratégicas, especialmente no que se refere à urbanização, saneamento e vigilância em saúde.

4.1.6.5. Paraíso do Tocantins

O município de Paraíso do Tocantins possui uma extensão territorial de 1.292,267 km², com população de 52.360 habitantes no Censo de 2022 e uma estimativa de 55.704 habitantes para 2025, perfazendo uma densidade demográfica (2022) de 40,52 hab./km² segundo o IBGE. Sua origem remonta a um povoado emergente durante a construção da

rodovia BR-14, posteriormente conhecida como Belém–Brasília (BR-153). Essa rodovia foi decisiva para a ocupação de áreas até então pouco acessíveis, sendo um vetor de desenvolvimento regional. Situa-se no bioma do cerrado e tem inserção hidrográfica no sistema Tocantins-Araguaia. O fundador identificado historicamente é José Ribeiro Torresc, que chegou à região em 1958, estabelecendo-se próximo ao acampamento da empreiteira denominada Companhia Nacional, responsável pela obra rodoviária.

A presença de Torresc atraiu outros habitantes, formando um núcleo populacional primário. O topônimo Paraíso foi sugerido por Luzia de Melo Balthazar, esposa de Adjúlio Balthazar, encarregado da Companhia Nacional. Luzia teria se encantado com as belezas naturais locais — especialmente os córregos cristalinos Pernada e Buriti, a Serra do Estrondo e a vegetação típica de cerrado — e passou a usar a denominação “Paraíso” para referir-se ao local, disseminando-se entre os moradores já a partir de 1958.

No âmbito institucional e administrativo, podemos elencar alguns marcos que construíram o percurso de fundação e desenvolvimento de Paraíso, entre eles:

- Lei Estadual nº 4.716, de 23 de outubro de 1963, o povoado foi elevado à condição de município e distrito, com a denominação de Paraíso do Norte de Goiás. Houve desmembramento do então município de Pium.
- Instalação oficial em 1º de janeiro de 1964, com sede no distrito originário.
- Status mantido nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1968 e 1971.
- A criação do Estado do Tocantins (1988-1989), por meio do Decreto Legislativo nº 1, de 1º de janeiro de 1989, alterou o nome para Paraíso do Tocantins, refletindo a nova configuração estadual.
- Nas divisões territoriais posteriores (até 2022), o município permanece constituído apenas pelo distrito sede.

Paraíso do Tocantins faz fronteira com os seguintes municípios: Pugmil (TO) — ao sul. Pium (TO) — a oeste; Chapada de Areia — a noroeste; Monte Santo do Tocantins, Barrolândia e Miracema do Tocantins (TO) — ao norte; Porto Nacional — a leste. Por estar bem conectado – via BR-153 – e em contato com municípios importantes como Porto Nacional, há potencial para atuar como um nó logístico regional, tanto para o escoamento de produção quanto para turismo. A proximidade (cerca de 67 km) com a capital, Palmas, também contribui para o desenvolvimento econômico do município e diversificação de comércio e serviços.

O município de Paraíso do Tocantins apresenta trajetória histórica fortemente associada à expansão da malha rodoviária federal (BR-153), tendo sua gênese vinculada à empreiteira Companhia Nacional e à mobilização social ao redor de sua implantação. Desde a década de 1950, vem se consolidando enquanto polo local de comércio, serviços e centralidade regional. Os elementos que compõem o perfil do município, combinados, sugerem que Paraíso do Tocantins possui características de município de porte médio-regional, com relevância estratégica para o estado do Tocantins. Ao mesmo tempo, são evidentes os desafios de infraestrutura, saneamento e autonomia econômica, os quais demandam intervenções planejadas e sustentadas para promover um desenvolvimento local mais equilíbrio e sustentável.

4.1.6.6. Arraias

Arraias é um município historicamente ligado ao ciclo do ouro e à circulação de gado na região das Serras Gerais e sua origem remonta ao antigo arraial da Chapada dos Negros (século XVIII) e à posterior formação do arraial de Nossa Senhora dos Remédios de Arraias. Localizada no sudeste do Tocantins, possui uma população de 10.287 habitantes, segundo dados do IBGE 2022 e situa-se na divisa do município de Campos Belos, no estado do Goiás. Atualmente, o município apresenta baixa densidade demográfica ($\approx 1,77$ hab./km² em 2022) e indicadores socioeconômicos que o posicionam como município de porte pequeno-médio no contexto tocantinense. Trata-se de um município de grande extensão territorial e baixa concentração populacional — perfil típico de municípios do interior com forte componente rural e áreas de proteção/serras.

Arraias é um dos municípios mais antigos do estado do Tocantins e sua trajetória está marcada por mobilidades populacionais, atividades mineradoras e ações administrativas coloniais (postos de fiscalização/“contagens”). Territorialmente situa-se na porção sudeste do Tocantins, na região de Serras Gerais, e faz divisa com importantes municípios tocantinenses e com o Estado de Goiás. O histórico da fundação de Arraias e sua formação territorial situam as origens do município no contexto do ciclo minerador (século XVIII), como já mencionado, de modo que sua ocupação se inicia com a descoberta de veios auríferos na região conhecida como Chapada dos Negros.

O garimpo e a circulação de pessoas (incluindo escravizados em fuga) deram origem a um arraial que, por volta de meados do século XVIII, passou a ser referido como arraial de

Nossa Senhora dos Remédios de Arraias. Nesse período, a Coroa portuguesa instalou, na região, postos de fiscalização (contagens) para tributar gado e outras mercadorias, reforçando a importância estratégica do ponto no trânsito entre as capitanias. Com o tempo, o arraial consolidou arruamentos, capela e funções administrativas. Dentro da sua formação histórica pode-se destacar os seguintes marcos ligados ao ciclo do ouro e à Chapada dos Negros:

- A ocupação que deu origem a Arraias iniciou-se no contexto do ciclo aurífero do interior do Brasil, de modo que o sítio conhecido como Chapada dos Negros passou a atrair garimpeiros e populações em busca de ouro por volta de meados dos anos 1730–1740;
- Registros históricos apontam a presença significativa de grupos de origem africana (escravizados e fugidos) e a formação de um arraial que receberia depois o nome de Nossa Senhora dos Remédios de Arraias;
- A riqueza aurífera levou autoridades coloniais a intervir localmente, sobretudo, em 1740 (data tradicionalmente considerada para a fundação/transferência do povoado) quando o governador visitou o local e tomou providências sobre a exploração dos veios e, posteriormente, foram instalados postos de fiscalização e arrecadação (as “contagens”), fortalecendo Arraias como nó de circulação e arrecadação entre capitanias – eventos que colocam Arraias como ponto estratégico de controle e circulação de minérios no período colonial;
- Ao longo do século XIX Arraias alternou status administrativo entre vila e julgado até sua emancipação formal — promovida a vila em 1 de abril de 1833, posteriormente sofreu alterações de vinculação municipal e foi, novamente, elevada até se tornar oficialmente cidade em 1 de agosto de 1914, com instalação em 19 de setembro de 1914.

Hoje, Arraias é conhecida regionalmente como a “Cidade das Colinas” em função do relevo e da altitude da sede municipal. Destaca-se, nesse processo de formação histórica, a persistência de práticas culturais que se manifestam em festividades locais ligadas à tradição histórica e religiosa da cidade. Arraias preserva vestígios do período colonial como ruínas e muros da Chapada dos Negros e cultos e tradições religiosas como a Romaria de Nossa Senhora dos Remédios. Estes elementos e manifestações de seu patrimônio e cultura material e imaterial estruturam a identidade local e atraem turismo religioso e

cultural. O município ocupa, portanto, papel de centro histórico e polo de atração cultural na microrregião.

Arraias é um município com atual perfil de baixa densidade e porte populacional reduzido, mas com presença de alguns indicadores sociais que exigem atenção. Situa-se no sudeste do estado do Tocantins – na região de Serras Gerais, como já mencionado –, com relevo ondulado a serrano e bioma predominante do cerrado. Limita-se territorialmente com Novo Alegre (TO) — município limítrofe a sudeste/nordeste; historicamente vinculado por processos de divisão territorial; Combinado (TO) — adjacente na malha territorial regional; Aurora do Tocantins (TO) — município limítrofe na região imediata; Taipas do Tocantins (TO); Conceição do Tocantins (TO); Ponte Alta do Bom Jesus (TO); Taguatinga (TO); divisa com o estado de Goiás — em especial Campos Belos (GO) e Monte Alegre de Goiás (GO). Arraias situa-se a cerca de 430 km da capital Palmas e mantém conexões rodoviárias com Dianópolis (TO) e Campos Belos (GO).

Há um rio que passa dentro da cidade que, segundo uma pesquisa de TCC do estudante de pedagogia de Pedro neto Alves Ferreira (2019) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), o nome do rio é Rio Cigano por causa de passagens de ciganos pela cidade que acampavam na beira do rio e as mulheres ciganas lavavam roupas neste rio e faziam suas cantorias. Atualmente em Arraias (TO), não possui mais famílias ciganas, é apenas usada como rota dos povos ciganos em suas viagens. Segundo uma nativa e idosa, dona Maria de 86 anos, em épocas de festejos sempre aparecem mulheres ciganas vendendo roupas de cama nas feiras livres, mas ficam pouco tempo, apenas na semana dos festejos de Nossa Senhora dos Remédios.

4.1.6.7. Novo Alegre

O município de Novo Alegre foi instituído juridicamente no período de reorganização territorial do antigo norte goiano e figura nas divisões territoriais recentes do estado. A memória local registra formação de povoado e posterior emancipação administrativa no final do século XX (início dos anos 1990). Novo Alegre foi fundado em 1995, possui área territorial de 200,412 km², população de 1.846 habitantes de acordo com o Censo de 2022 e uma população estimada para 2025, pelo IBGE, de 1.817 habitantes, com densidade demográfica de 9,21 hab./km². Ou seja, as estatísticas marcam um padrão de decréscimo populacional. Trata-se de um município de pequena população absoluta e baixa densidade,

o que caracteriza demanda pública reduzida em escala, mas também limita a disponibilidade de serviços especializados. A economia do município é voltada para a agricultura, especialmente soja e milho, além de pecuária. O clima é tropical, com estação seca e chuvosa. A cidade está situada no bioma do cerrado e oferece infraestrutura básica de saúde e educação, embora com limitações devido ao seu porte pequeno. Novo Alegre é um município de pequena população absoluta e baixa densidade, o que caracteriza demanda pública reduzida em escala, mas também limita economias de aglomeração e disponibilidade de serviços especializados.

O município de Novo Alegre originou-se como povoado vinculado à Fazenda Alegre (distrito de Arraias), recebeu denominação de Distrito de Novo Alegre na década de 1960 e foi emancipado e instituído legalmente como município em 20 de fevereiro de 1991 (Lei Estadual nº 251/91), com instalação administrativa em 1º de janeiro de 1993. Territorialmente integra a Mesorregião Oriental e a Microrregião de Dianópolis. Suas divisas municipais o colocam em contato direto com outros municípios tocantinenses e com o Estado de Goiás. A ocupação moderna do sítio que originou Novo Alegre tem seu marco na Fazenda Alegre, que, em meados do século XX (década de 1940), passou por sucessivas transferências de propriedade e assentamentos de famílias migrantes — sobretudo famílias vindas da Bahia (Inocêncio, Henrique e Rufino Pereira dos Santos, entre outros) e outras parentes/condições locais. Essas famílias estabilizaram o povoado e promoveram a abertura de lotes e o início da vida comunitária no local.

Assim, a formalização como distrito e doação de terrenos (1965–1967) e o processo de emancipação e criação municipal (1989–1993) tiveram os seguintes marcos:

- Em 21 de setembro de 1965, pela Lei Municipal nº 10/65 (município de Arraias), a Fazenda Alegre foi elevada à condição de Distrito, recebendo a denominação “Distrito de Novo Alegre”. Em 18 de novembro de 1967 várias famílias doaram lotes (cerca de 10 alqueires goianos no total) para fins de organização dos lotes residenciais do povoado — ato que consolidou a malha urbana incipiente.
- A promulgação da Constituição do Estado do Tocantins (5 de outubro de 1989) possibilitou o procedimento plebiscitário para emancipação de distritos (previsão no ADCT estadual). O município foi legalmente criado em 20 de fevereiro de 1991 (Lei Estadual nº 251/91) e teve sua instalação administrativa em 1º de janeiro de 1993.

O município limita-se com: Arraias (TO) — município do qual Novo Alegre foi desmembrado originalmente (leste / nordeste em relação a Novo Alegre); Combinado (TO)

— município limítrofe, integrante da mesma microrregião; Lavandeira (TO) — município vizinho ao norte/noroeste; Aurora do Tocantins (TO) — limítrofe na malha municipal; estado de Goiás (municípios goianos próximos, em especial Campos Belos, GO). Novo Alegre situa-se na divisa interestadual com Goiás, por isso há adjacência com municípios do estado vizinho. Novo Alegre encontra-se em região distante dos grandes centros, visto que a distância rodoviária aproximada até Palmas é de cerca de 470 km.

Em termos de seu papel regional, por sua localização na microrregião de Dianópolis, Novo Alegre integra um conjunto de municípios do sudeste tocantinense que partilham padrões socioeconômicos, tais como: economia rural, baixa densidade, presença de pequenos centros urbanos e forte dependência de circuitos regionais de comércio e serviços, dos quais alguns dos principais polos são as cidades de Dianópolis e Arraias. O fato de o município fazer divisa com o estado de Goiás impõe demandas administrativas como gestão de estradas inter-estadual, coordenação ambiental e de recursos hídricos transfronteiriços, além de repercutir na dinâmica migratória e comercial com municípios goianos vizinhos.

4.1.6.8. Combinado

Combinado foi concebido nos anos 1960 como parte de um projeto de colonização liderado pelo então governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira, inspirado nas experiências dos kibutz israelenses. Por meio dos Decretos nº 63 e 64 de 27 de junho de 1962, uma área de aproximadamente 6.500 alqueires, das Fazendas Suçuãrana e Caatinga, foi declarada de utilidade pública. Inicialmente, foram organizadas quatro rurópolis (R-1 a R-4) – tipo de assentamento urbano planejado com foco na integração e suporte à área rural – para colonos agrícolas integrados a um núcleo urbano, o que deu origem ao nome “Combinado” – combinação das rurópolis. Com a eclosão do regime militar (1964), o projeto cooperativista perdeu força e os colonos que o defendiam enfrentaram resistências, e muitos venderam suas terras para particulares, alterando o perfil social original da comunidade.

O processo de emancipação do município pode ser sintetizado em três marcos principais:

- Elevação de Combinado a distrito com o nome Combinado Agro-Urbano de Arraias por meio da Lei estadual nº 9.189, de 14 de maio de 1982;

- Em 30 de dezembro de 1987, pela Lei estadual nº 10.402, o distrito foi desmembrado de Arraias e convertido em município Combinado, com instalação oficial em 1º de junho de 1989;
- A mudança de nome (de “Combinado Agro-Urbano” para “Combinado”) ocorreu nesse mesmo ato legislativo.

O município de Combinado possui área territorial de 208,791 km², com população total de 4.756 habitantes, de acordo com o Censo de 2022, e estimativa populacional de 4.906 habitantes para 2025, com uma densidade demográfica de 22,78 hab./km². Apesar da baixa população, o município possui densidade demográfica alta se comparado a outros municípios do estado.

A economia de Combinado ainda reflete sua origem rural e colonizadora, com forte presença da agricultura e da produção cooperativista no passado. Nos últimos anos, há um esforço para diversificar a economia local por meio do turismo e da valorização da produção local – laticínios, artesanato, cachaça. A produção local de queijos, cachaça artesanal, doces caseiros e artesanato foi destacada como parte integrante da cultura material do município e guarda potencial para o turismo gastronômico. A criação recente (2025) da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCTUR) sinaliza intenção de institucionalizar o turismo ecológico, cultural e gastronômico como vetor de desenvolvimento econômico – sendo este um dos elementos de destaque da região que reúne um conjunto de rios, cachoeiras e balneários.

Combinado (TO) é um município de origem única, nascido de um projeto de colonização cooperativista idealizado nos anos 1960, cujo percurso histórico transita entre os ideais coletivos iniciais e a realidade de propriedade privada. Sua economia combina produção rural tradicional com potencial emergente vinculado ao turismo e à cultura local. No entanto, fragilidades estruturais, como o saneamento básico e a diversificação econômica, se mostram desafios para um desenvolvimento de forma socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável.

4.1.6.9. Dianópolis

Dianópolis constitui uma das localidades mais antigas do território tocantinense, tendo sua formação vinculada ao ciclo do ouro no período colonial. Fundada originalmente

no século XVIII, recebeu inicialmente o nome de São José do Duro e estruturou-se como um importante núcleo urbano de apoio às atividades mineradoras em expedições de colonização interiorana. A região desempenhou papel relevante como eixo de ocupação e circulação na antiga Capitania de Goiás, posteriormente consolidando-se como referência institucional e histórica do sudeste tocantinense. Com o processo de reorganização federativa que culminou na criação do Estado do Tocantins em 1988, Dianópolis reforçou sua centralidade regional, tornando-se sede de comarca, polo educacional e centro de articulação política e administrativa no novo estado.

A formação do município de Dianópolis está diretamente vinculada ao ciclo de expansão colonial portuguesa no interior do Brasil no século XVIII, particularmente às frentes auríferas que redefiniram a ocupação territorial da região hoje correspondente ao sudeste do Estado do Tocantins. Sua origem remonta ao ano de 1750, quando bandeirantes, mineradores e sertanistas, procedentes principalmente da Capitania de São Paulo e de Minas Gerais, atravessaram o Vale do Rio Tocantins em direção às áreas de exploração mineral emergentes do planalto central. O povoado surgiu como um arraial de mineração denominado São José do Duro, fundado por sertanistas que exploravam jazidas auríferas e garimpos manuais. Assim como Arraias, também foi um ponto de administração e controle fiscal exercidos pela Coroa Portuguesa, seguindo o modelo aplicado em outros núcleos mineradores da Capitania de Goiás. E consolidou-se, também, como ponto de abastecimento e apoio logístico para expedições que percorriam os sertões goianos.

A localização privilegiada, próxima a cursos d'água e rotas de circulação, favoreceu a permanência e o crescimento do núcleo populacional mesmo após o declínio da mineração aurífera no final do século XVIII. Com o esgotamento das lavras, Dianópolis – então São José do Duro – sofreu reorientação econômica gradual. As atividades mineradoras foram substituídas por novas formas de exploração regional, como: pecuária extensiva – impulsionada pela disponibilidade de pastagens naturais; agricultura de subsistência – voltada ao abastecimento local; atividades comerciais de ligação entre povoados goianos, como Cavalcante, Natividade e Porto Nacional. Essa reestruturação evitou o abandono do núcleo urbano, fenômeno comum em muitas vilas mineradoras do período.

Durante o século XIX e início do XX, o núcleo assumiu crescente importância administrativa, destacando-se os seguintes marcos:

- Elevação de categoria administrativa, com reconhecimento como distrito e, posteriormente, como município pela legislação da então Província e, depois, estado de Goiás;
- Instalação de unidades administrativas e judiciais, tornando-se referência regional.

O nome Dianópolis foi adotado posteriormente, refletindo reorganizações legais e o processo de municipalização consolidado ao longo da Primeira República. Com a reivindicação histórica de separação do norte goiano, intensificada na segunda metade do século XX, Dianópolis participou ativamente das mobilizações sociais e políticas que culminaram na criação do estado do Tocantins em 1988. A partir dessa fase, Dianópolis passou a desempenhar papel estratégico como centro regional de serviços públicos, administração municipal, comércio e formação educacional.

No final do século XX e início do XXI, o município vivenciou processos de expansão urbana progressiva, com crescimento do setor de serviços e ampliação da área urbanizada; fortalecimento das instituições educacionais e culturais, ampliando a oferta de ensino fundamental, médio e superior; reestruturação econômica gradual, com aumento da importância do comércio, do funcionalismo público e de empreendimentos vinculados à agropecuária e à logística regional. A permanência de marcos arquitetônicos, festividades religiosas e elementos culturais do período colonial garantiu a manutenção de uma identidade histórica singular, distinta dentro da configuração cultural tocantinense.

A economia municipal apresenta diversificação intermediária, com predomínio do setor terciário, seguido da agropecuária e de atividades industriais de pequeno porte. A posição estratégica de Dianópolis na ligação com Bahia e Goiás fortalece sua função como polo regional de circulação de bens, serviços, comércio e administração pública. O município apresenta dinâmicas populacionais influenciadas por movimentos migratórios internos regionais, fluxo de estudantes e mobilidade laboral para municípios vizinhos e para as capitais estaduais mais próximas. Hoje seu território possui uma extensão 3.318,094 km², com população total de 17.739, de acordo como Censo de 2002, e estimativa populacional de 17.966 para 2025, além de densidade demográfica de 5,35 hab./km². Destaca-se sua relação histórica com a cidade de Taguatinga e a influência mútua entre estes municípios que antecede a criação do estado do Tocantins.

4.1.6.10. Taguatinga

A fundação e o desenvolvimento de Taguatinga estão intimamente ligados ao ciclo econômico da mineração no antigo Norte da Província de Goiás (atual Tocantins), durante o período colonial português. Assim, seu povoamento remonta ao século XVIII e foi marcado pelo ciclo do ouro e, portanto, pela ocupação e exploração bandeirante que adentrava os sertões e acompanhava o processo de interiorização do país. A descoberta de jazidas auríferas na região atraiu o primeiro fluxo de colonizadores, estabelecendo um acampamento inicial que daria origem ao núcleo urbano. Do ponto de vista econômico, o ouro foi o catalisador para o estabelecimento permanente, já que a localidade era, também, estratégica para o escoamento do minério e para o fornecimento de suprimentos. O nome “Taguatinga” tem origem indígena, derivado da língua tupi e resulta da junção de “taguá” (barro ou argila) e “tinga” (branco ou esbranquiçado), significando “barro branco” ou “claro”. Essa denominação é uma referência direta às características geológicas e ao tipo de solo encontrado na região, muitas vezes associado à presença de minérios.

Com o declínio da mineração no final do século XVIII, a povoação de Taguatinga não desapareceu, mas consolidou-se como um centro de comércio e agropecuária, substituindo o ouro como base econômica. A importância crescente do núcleo populacional levou à sua elevação à categoria de Vila em 1832. E a autonomia política foi alcançada em 1848, quando Taguatinga se desmembrou do município de Dianópolis, tornando-se uma das primeiras cidades formalmente constituídas na região leste do que viria a ser o Tocantins. Essa emancipação transformou Taguatinga em um polo de influência regional, no período. De modo que, durante mais de 140 anos, Taguatinga pertenceu ao Estado de Goiás. Sua localização no chamado “Norte Goiano” a manteve numa posição estratégica, ainda que, muitas vezes, distante dos centros de poder em Goiás, como Goiânia.

No contexto do antigo Norte de Goiás, Taguatinga firmou-se como polo histórico e cultural, mantendo a herança das primeiras vilas mineradoras da Capitania. Com a criação do Estado do Tocantins, em 1988, o município foi integrado ao novo estado, passando a fazer parte da Região Geográfica Intermediária de Palmas e reforçando seu papel como porta de entrada e centro de serviços, tanto para a microrregião de Dianópolis quanto para o extremo sudeste tocantinense. A economia de Taguatinga é historicamente vinculada ao setor agropecuário, mas atualmente é impulsionada principalmente pelo comércio e serviços, que atendem a uma microrregião estendida.

O município está estrategicamente localizado no sudeste do estado, sendo cortado por importantes rodovias estaduais que o ligam a Palmas e outras cidades do leste

tocantinense. O território está situado próximo à área de influência do Jalapão, apresentando paisagens típicas de cerrado. Taguatinga possui um rico patrimônio histórico-cultural, com edificações antigas remanescentes do período colonial e das primeiras décadas do século XX. O município preserva tradições religiosas e folclóricas características do antigo Norte de Goiás. Cabe destacar que todo o estado do Tocantins apresenta, ainda nos dias atuais, uma forte ligação com seu antigo estado, o Goiás. Mas, observa-se que esta relação se faz mais acentuada na parte centro-sul do estado, enquanto no norte do Tocantins temos uma zona de trocas e influências mútuas muito maior com o Maranhão e o Pará.

O município de Taguatinga apresenta um perfil territorial e demográfico que o posiciona como um centro regional de porte médio para os padrões do estado. Com uma área territorial que se estende por aproximadamente 2.341,919 km² e uma densidade demográfica relativamente baixa, estimada em cerca de 5,98 hab./km², típica de áreas do interior do Brasil, especialmente na Região Norte. Em termos populacionais, o Censo Demográfico de 2022 do IBGE registrou uma população total de 14.011 habitantes e uma estimativa populacional de 14.199 para 2025. O município demonstrou um crescimento populacional moderado no período intercensitário (2010-2022), mantendo o seu contingente estável.

O perfil da população segue a tendência do estado do Tocantins, com uma predominância da população parda em sua composição étnico-racial. O município está inserido na Região Geográfica Imediata de Dianópolis e na Região Geográfica Intermediária de Palmas (IBGE/2017), reforçando seu papel como um polo de serviços essenciais dentro de sua microrregião. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), registrado em 2010 como 0,634 (nível médio), um pouco abaixo da média nacional e próximo à média da Região Norte do país.

4.1.6.11. Natividade

O município de Natividade representa um dos mais importantes polos históricos do Tocantins, com origem estreitamente ligada ao ciclo do ouro. Sua estrutura político-administrativa se consolidou ao longo do tempo, e hoje convive com desafios e potencialidades econômicas marcados pela mineração, pelo turismo cultural e pela preservação de seu patrimônio arquitetônico. Natividade tem origem no antigo Arraial de

São Luiz, fundado por volta de 1734 – por bandeirantes (incluindo Antônio Ferraz de Araújo), durante a expansão do ciclo aurífero na Capitania de Goiás, que mais tarde se tornou parte do Estado do Tocantins. Como em outros municípios tocantinenses, desde o período como parte do estado de Goiás, a mineração justificou a chegada de bandeirantes, sertanistas, escravizados e missionários, moldando um arraial de intensa atividade extrativa.

A localização do arraial no sopé da serra (Serra da Natividade) não foi casual: era estratégica para a mineração e para o acesso a cursos d'água. A mineração ocasionou não apenas riqueza, mas também tensão social, pois os escravizados, os mineradores, os missionários e os sertanistas disputavam o controle da paisagem e dos recursos. O Arraial de São Luiz (Natividade) foi, portanto, um dos primeiros pontos de fixação colonial na região que hoje compreende o Tocantins, fruto direto da expansão aurífera no século XVIII. Com o declínio da mineração (por volta de 1770), a economia local gradualmente migrou para a pecuária, preservando parte da riqueza social e construindo nova base de poder local. Esgotadas as lavras auríferas, parte da população migrou para áreas planas abaixo da serra, reorganizando a economia local com base na pecuária e agricultura. A transição do ciclo do ouro para a pecuária reflete uma estratégia de adaptação socioeconômica dos colonos e dos escravizados, que garantiu a sobrevivência do núcleo quando as minas secaram. Em 1831, o arraial foi elevado à categoria de vila e, somente em 1901 tornou-se município, desmembrando-se de Porto Nacional. O nome “Natividade” deriva da devoção dos colonos à Nossa Senhora da Natividade, padroeira local.

A cidade conserva ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída por escravizados em pedra canga, e outras igrejas (Matriz de Natividade, São Benedito), que são símbolos da memória religiosa e social. A tradição da ourivesaria de filigrana (trabalho artesanal em ouro) remonta ao período minerador e é uma prática cultural ainda viva. Também há manifestações imateriais: festas religiosas como a Romaria do Senhor do Bonfim e do Divino Espírito Santo transformaram-se em parte essencial da identidade cultural nativitana. O conjunto arquitetônico colonial de Natividade foi tombado pelo IPHAN em 1987, como reconhecimento de seu valor histórico e patrimonial. Em 2007, o Programa Monumenta (Ministério da Cultura / IPHAN) restaurou importantes marcos históricos da cidade, como a Igreja Matriz e a Praça da Matriz, reforçando a importância do patrimônio local para o turismo. O Museu Histórico de Natividade, instalado em antiga cadeia pública, documenta a trajetória social da cidade: acervo sobre mineração, ourivesaria, religiosidade, gado. Atualmente, há iniciativas para registro da ourivesaria junto

ao IPHAN, reforçando seu valor cultural e histórico. A cidade é amplamente reconhecida como um dos berços históricos do Tocantins, elemento fundamental da memória do estado.

Atualmente, Natividade representa um dos mais importantes polos históricos do Tocantins, com origem estreitamente ligada ao ciclo do ouro. Sua estrutura político-administrativa se consolidou ao longo do tempo, e hoje convive com desafios e potencialidades econômicas marcados pela mineração, pelo turismo cultural e pela preservação de seu patrimônio arquitetônico. Com uma extensão territorial de 3.241,672 km², uma população total de 8.754 habitantes, de acordo com o Censo de 2022, e estimativa populacional de 8.956 para 2025, perfaz uma baixa densidade demográfica de 2,70 hab./km². Segundo informações derivadas do Censo 2022 do IBGE, Natividade possui 967 pessoas autodeclaradas quilombolas, conforme dados reportados por fontes locais. Esse número representa uma parcela significativa para um município de menor porte, indicando a presença histórica e contínua de comunidades afrodescendentes remanescentes de quilombos no território.

A economia de Natividade ainda tem forte caráter rural, com presença de atividades agropecuárias e, em parte, extrativistas ou de mineração histórica, o que caracteriza muitos municípios do interior tocantinense. Além disso, existe potencial para turismo cultural e histórico, dada a tradição de sua arquitetura colonial, igrejas antigas e eventos religiosos, que podem gerar renda por meio de turismo e serviços associados. Também é relevante para a economia local a produção de artesanato e práticas econômicas típicas do cerrado, que podem ser aproveitadas em políticas de desenvolvimento local sustentável.

4.1.6.12. Paranã

O município de Paranã, localizado na região sul do Tocantins, é um dos mais antigos do estado, com uma história profundamente ligada ao ciclo da mineração e à formação territorial do antigo Norte Goiano. Sua organização atual reflete essa herança histórica, consolidada por um perfil econômico e demográfico específico. O município surgiu no século XVIII, impulsionado pela descoberta do ouro na antiga Capitania de Goiás, seguindo o mesmo padrão de outras cidades históricas do Tocantins. O povoamento começou a se formar por volta de 1740, após a descoberta de minas de ouro e diamante na região. A atração de garimpeiros e bandeirantes levou à rápida formação de um núcleo populacional. A localidade se estabeleceu como um ponto de apoio e suprimento para as rotas que

ligavam os centros mineradores do interior goiano – como o próprio Paranã, Cavalcante e Arraias – a outras regiões do Brasil.

A origem de Paranã, inicialmente batizada como Nossa Senhora da Piedade do Paranã, está diretamente ligada à febre do ouro no antigo Norte da Capitania de Goiás. O nome “Paraná” é de origem tupi e significa “rio grande” ou “mar”, em referência ao Rio Paranã, que banha a região e foi uma via fluvial fundamental para o transporte e comunicação no período. Inicialmente chamada de São João da Palma ou São João das Duas Barras, o povoado foi elevado à categoria de vila por alvará em 25 de fevereiro de 1814, com sede na Barra da Palma. Foi instalada como vila em 17 de julho de 1815. Posteriormente, recebeu a denominação de “Palma” por resolução provincial em 5 de outubro de 1857, quando foi elevada à condição de cidade. Pertenceu ao Estado de Goiás até a criação do Tocantins em 1988, integrando o novo estado na sua porção sul.

Durante os séculos XIX e início do XX, Paranã prosperou como ponto de comércio fluvial no Rio Tocantins, com embarcações de cerca de 15 toneladas movidas a remos e mão de obra, transportando mercadorias e pessoas. Esse comércio era central para a sua dinâmica econômica, conectando comunidades ribeirinhas e impulsionando a pecuária e o abastecimento local. Assim como outros municípios tocantinenses da região, com o declínio da mineração no final do século XVIII, Paranã transitou sua base econômica e elevando seu status político-administrativo. A economia local migrou gradualmente para a pecuária extensiva, aproveitando os vastos campos de cerrado para a criação de gado. Essa atividade assegurou a sobrevivência e o crescimento da povoação mesmo após o esgotamento das jazidas. A agricultura (cultivo de grãos e lavouras permanentes) é relevante em menor escala.

Atualmente, Paranã faz parte da Região Geográfica Intermediária de Palmas e é sede de uma das Regiões Geográficas Imediatas do IBGE, destacando-se como um polo para municípios adjacentes. A economia e a cultura de Paranã evoluíram do ciclo minerador para uma base sustentada principalmente pela agropecuária. O Setor Terciário – comércio e serviços, impulsionado pela função de centro regional e pelo funcionalismo público, é o principal motor de geração de renda e emprego.

Paraná possui um rico patrimônio histórico, com arquitetura antiga que remete ao período colonial. A cultura local é marcada por fortes tradições religiosas e folclóricas herdadas do Norte Goiano, sendo um dos municípios mais tradicionais do Tocantins. A cultura religiosa é forte: celebrações tradicionais incluem a Festa de São João Batista, do

Divino Espírito Santo e também das Reis Magos / Reis Gordos. A memória do comércio fluvial e da tradição agrária está presente nas narrativas locais, nos museus ou registros comunitários, servindo de base para identidade cultural. Localizado na confluência dos Rios Palma e Paranã, afluentes do rio, o município tem investido no turismo ligado à paisagem fluvial, reforçando uma vocação de ecoturismo e turismo comunitário.

De acordo com o Censo de 2022, o município de Paranã possui população total de 10.542 habitantes – com estimativa populacional de 10.877 habitantes para 2025, distribuídos em uma área territorial de 11.217,373 km², o que resulta em uma densidade demográfica extremamente baixa, de aproximadamente 0,94 habitantes por quilômetro quadrado. Esse valor caracteriza Paranã como um município de ocupação dispersa, com forte ruralidade e grandes extensões de terras com baixa concentração humana.

4.1.6.13. Porto Nacional

Porto Nacional é uma das cidades mais antigas e historicamente relevantes do Tocantins. A região era originalmente habitada por indígenas Xerentes, e seus primeiros contatos com colonizadores aconteceram já no século XVIII, quando bandeirantes lusitanos, como Félix Camôa, chegaram à margem do Rio Tocantins atraídos pela extração de ouro. Nesse contexto, em 1738, missionários carmelitas fundaram o Arraial de Nossa Senhora das Mercês do Porto Real, atual Porto Nacional, instalando uma capela que se tornou o primeiro marco institucional da ocupação local. O controle territorial era exercido simultaneamente pelo poder colonial e pelas ordens missionárias, cuja presença era fundamental para o enquadramento político, religioso e cultural das populações indígenas da região, sobretudo dos grupos Javaé, Karajá e Xerente.

Com a riqueza mineral, consolidou-se uma pequena povoação que, ao longo do tempo, recebeu diferentes denominações: inicialmente “Porto Real”, depois “Porto Imperial” quando elevado a vila, e, finalmente, “Porto Nacional” a partir de 1890, após a proclamação da República. A navegação fluvial pelo Rio Tocantins foi essencial para o desenvolvimento local: barcos transportavam ouro, mercadorias e pessoas, e Porto Nacional tornou-se ponto estratégico para o escoamento do ouro e de produtos da região. Entre o final do século XVIII e início do XIX, Porto Nacional se consolidou como núcleo urbano estratégico às margens do Rio Tocantins, então principal eixo de circulação de mercadorias, gado e passageiros entre Goiás, Maranhão e Pará. A economia local, inicialmente vinculada ao ouro e ao

extrativismo, progressivamente passou a se basear na pecuária, no agro extrativismo e no comércio fluvial. Em 1821, Porto Nacional recebeu status administrativo de Vila, expandindo sua estrutura político-administrativa com a instalação de Câmara Municipal, cartório, comércio regular e postos fiscais, tornando-se um dos mais importantes centros urbanos do norte de Goiás.

No século XIX e XX, a mineração perdeu parte do vigor, e a economia local se diversificou, tornando a pecuária dominante e estabelecendo-a como atividade base de sustentação econômica, especialmente nas áreas vizinhas à cidade. Além disso, a cidade capitalizou sua posição geográfica e histórica para se firmar como centro regional de comércio, serviços e administração. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que criou oficialmente o Estado do Tocantins, Porto Nacional desempenhou papel fundamental como base política e administrativa da nova unidade federativa. Durante o período de transição, antes da construção de Palmas, parte dos órgãos institucionais do governo funcionou em Porto Nacional, reforçando temporariamente sua centralidade político governamental. A partir dos anos 1990, a cidade experimentou novo ciclo de crescimento econômico, associado à expansão do setor de serviços, da educação superior; da produção agropecuária e da integração viária e logística promovida pelo governo estadual.

Porto Nacional exerce papel de município de grande relevância no Tocantins. Seu governo municipal é composto por um prefeito e por uma Câmara de Vereadores, no âmbito da administração local. Como uma das cidades históricas do estado, Porto Nacional mantém forte presença administrativa, sendo centro de serviços públicos, educação e saúde para uma região circundante. Além disso, seu território se estende por uma grande área de 4.434,680 km² – segundo o Censo de 2022. O município possui uma população de 64.418 habitantes, de acordo com o Censo 2022, e estimativa populacional para 2025 de 69.551 habitantes. A densidade populacional é de cerca de 14,53 hab./km², indicando uma combinação de zonas urbanas e extensas áreas rurais.

O município também faz parte de arranjos regionais mais amplos por meio da sua função estratégica na rede de cidades do Tocantins. A economia de Porto Nacional é relativamente diversificada para uma cidade com forte raiz rural e histórica. A pecuária (especialmente bovina) continua sendo uma das atividades mais importantes, aproveitando a extensão territorial e a estrutura fundiária. Estudos geográficos apontam que, historicamente, a agropecuária e a pecuária foram as bases econômicas da região.

Paralelamente, o setor de serviços desempenha papel relevante. Porto Nacional é polo de comércio, administração pública e ensino, e sua localização propicia a prestação de serviços para municípios vizinhos, ampliando seu mercado regional.

No campo educacional, Porto Nacional tem tradição acadêmica: o curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), por exemplo, completa décadas de atividade, demonstrando a importância da cidade como centro de formação superior. Paralelamente, o município possui patrimônio histórico e cultural relevante que representa um vetor de desenvolvimento local a partir do turismo cultural vinculado às construções antigas, à navegação do Tocantins e à história do garimpo oferece oportunidades para diversificar a economia e atrair visitantes. A cidade também preserva um importante patrimônio histórico e parte de seu núcleo urbano conserva traços arquitetônicos e urbanos coloniais, refletindo a longa trajetória da ocupação. A proximidade com a capital, Palmas, também confere certa dinamicidade à cidade, sobretudo em termos econômicos, logísticos e infraestruturais de modo geral.

4.1.7. Presença cigana no estado do Tocantins

O mapa abaixo apresenta a distribuição de famílias ciganas de acordo com as bases de dados governamentais – nomeadamente da Base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CECAD/CadÚnico (2024). Os registros apontam 28 (vinte e oito) municípios com presença cigana no estado do Tocantins, no entanto, a Associação dos Ciganos da Etnia Kalon de Palmas - Tocantins (ACEK-PATINS), visitada na pesquisa de campo realizada na cidade de Palmas, informou um total de 50 (cinquenta) municípios com presença cigana no estado, ou seja, o que representa um acréscimo de 22 (vinte e dois) municípios. O que destaca a necessidade de novos levantamentos com estrutura de trabalho mais robusta para a realização de um trabalho mais ostensivo e intensivo no estado do Tocantins.

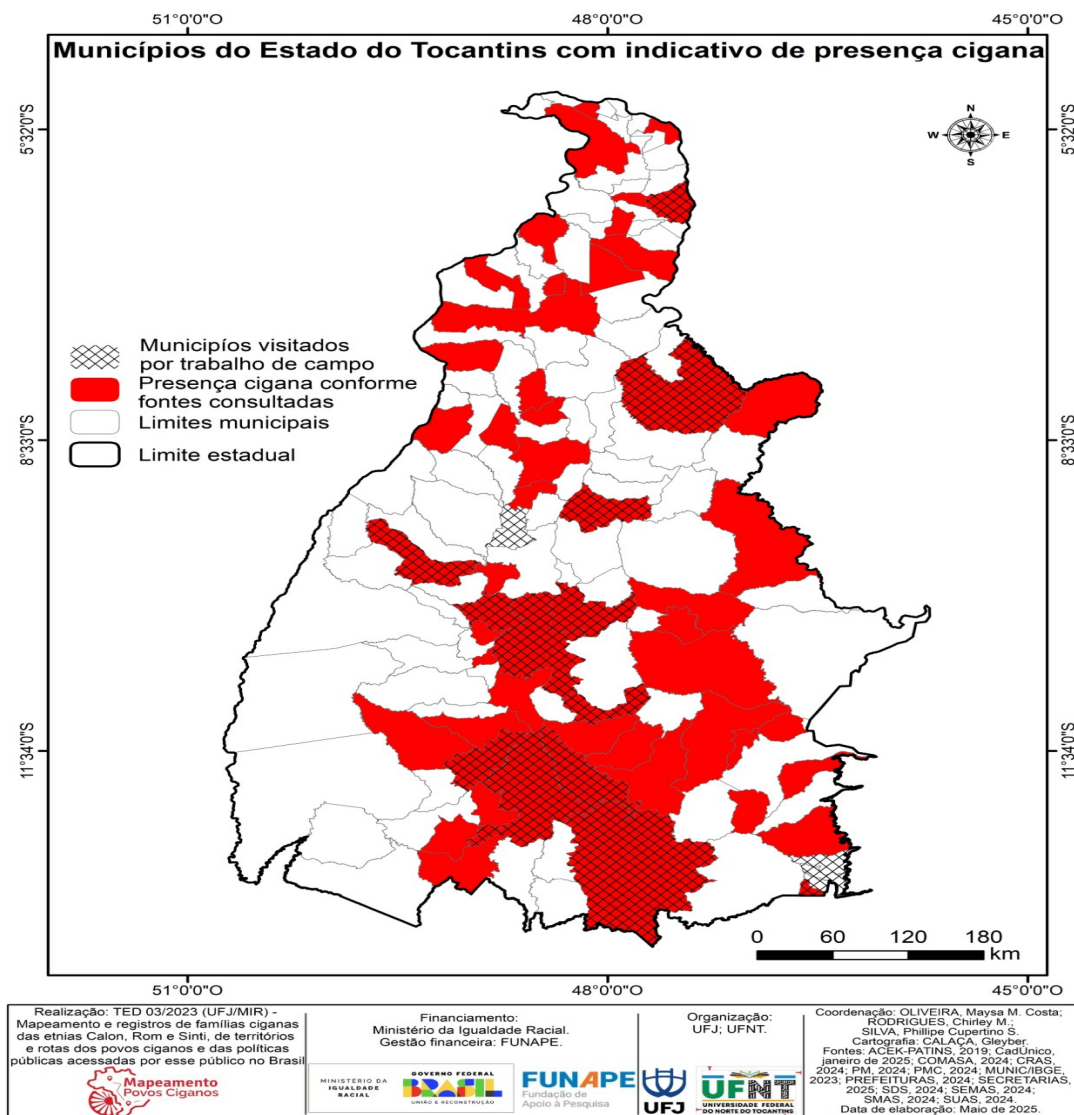
Salienta-se que, dos 15 (quinze) municípios visitados no estado do Tocantins, 13 (treze) municípios apresentaram presença cigana. Ou seja, tanto houve municípios não identificados nas bases de dados governamentais em que se encontrou presença cigana, quanto houve municípios cuja presença cigana estava apontada nos registros governamentais, mas, nos quais a equipe não localizou famílias ciganas durante a pesquisa

de campo. Assim, dos 15 municípios visitados nos quais as bases de dados governamentais apontavam presença cigana, não foram localizadas famílias ciganas em 2 (dois) deles.

Em muitos dos casos, como se poderá observar nas descrições das visitas de campo, as famílias que residiam nesses municípios haviam se mudado para outros municípios vizinhos, ou até migrado para outros estados e regiões em virtude de diversas motivações. Dentre elas busca por condições de acesso à empregabilidade e escolaridade; dificuldades de adaptação em função de situações de discriminação étnica; envolvimento em situações de conflitos com outras famílias ciganas ou com pessoas não ciganas (vizinhos, colegas de trabalho, etc.).

Do total de 28 (vinte e oito) municípios em que as bases de dados governamentais apontavam presença cigana, 13 (treze) deles não foram visitados, em decorrência de impedimentos logísticos e infraestruturais da própria pesquisa, já relatados aqui. O mapa aqui apresentado informa presença cigana em 50 (cinquenta) municípios, levando em consideração o levantamento realizado pela ACEK-PATINS. O mapa também destaca os municípios visitados durante a pesquisa, apontando para grande concentração de famílias ciganas na região centro-sul do estado e também em municípios próximos às fronteiras do Tocantins com outros estados. Isso constitui não só um elemento relevante para se pensar a ocupação territorial pela população cigana, mas, a concentração em áreas fronteiriças também reflete um pouco de sua característica de povo itinerante, em trânsito – ainda que no estado do Tocantins, aparentemente, tenha se consolidado um processo de sedentarização e retração dos acampamentos.

Mapa 4 – Municípios do estado do Tocantins com indicativo de presença cigana



Fonte: Elaborado por Gleyber Silva (2025)

4.1.8. Registros das visitas de campo por município

Nesta seção apresenta, de forma descritiva, a realização das visitas de campo e levantamento dos dados de pesquisa, dando enfoque para o trabalho de busca ativa, localização e identificação de famílias ciganas nos municípios visitados no estado do Tocantins. As descrições elaboradas apresentam detalhes referentes a um conjunto de elementos-chave para um retrato preliminar da situação da população cigana na região norte, tais como:

- ambiente e condições infraestruturais das localidades visitadas;

- condições de moradia das famílias;
- composição dos grupos familiares;
- abordagem das equipes e recepção por parte das famílias;
- relações com outras famílias, comunidades e grupos ciganos;
- compartilhamento, por parte das famílias visitadas, de informações sobre a presença de outras famílias ciganas na região;
- condições de deslocamento e itinerância;
- condições de fixação e sedentarização;
- condições gerais de vida, com enfoque nas questões socioeconômicas e acesso a serviços e equipamentos públicos (moradia, saneamento, saúde, educação, emprego, cultura, justiça);
- relações das famílias ciganas com os órgãos públicos locais, nomeadamente com a administração municipal, e com a população não cigana;
- situações de discriminação e violência;
- demandas das famílias por ações governamentais, políticas e serviços públicos.

Os relatos descritivos também apresentam reproduções de falas e expressões nativas a fim de oferecer elementos para o aprofundamento da compreensão do universo da cultura cigana e conhecimento de suas formas de concepção da realidade que os circunda – como nomeiam fatos, eventos e situações; como classificam, definem e qualificam pessoas, situações e acontecimentos; como se localizam na realidade em que estão inseridos; em que termos expressam saberes e fazeres de sua cultura; de que maneira posicionam a estrutura estatal e seus agentes; como ressignificam sua história e atualizam seus conhecimentos.

As descrições também veem acompanhadas de observações e breves análises e recomendações para os gestores e demais interessados, que serão sistematizadas ao final deste relatório. Cabe, aqui, destacar que alguns municípios foram visitados pela equipe de pesquisa, mas neles não foram encontradas famílias e grupos ciganos a partir do instrumento de busca ativa e da solicitação de informações junto aos órgãos do poder público local.

No estado do Tocantins, as cidades de Arraias, Natividade e Chapada da Natividade não figuram na lista por terem sido ponto de apoio da equipe de pesquisa e por nelas não haver registros de presença cigana. As cidades de Taguatinga e Dianópolis estão

agrupadas com a cidade de Combinado com a qual compunham rota e, por apesar de visitadas e realizadas as buscas, não terem sido encontradas famílias ciganas. Por fim, os relatos buscam oferecer uma aproximação com as cenas cotidianas e as condições concretas de vida da população cigana do estado do Tocantins. Os quadros que acompanham as descrições registram apenas os dados referentes às famílias entrevistadas.

4.1.8.1. Porto Nacional

Processo de busca e localização

No domingo, dia 01 de setembro de 2024, às 07h53min, a equipe de pesquisa saiu do Hotel Estrela, localizado em Palmas (TO), sentido ao município de Porto Nacional (TO), para cumprir a primeira rota do Mapeamento dos Povos Ciganos. No caminho foi realizada uma parada para abastecer o carro. Às 08h41min a equipe fez outra parada no Posto Trevo Treze, localizado na zona rural de Porto Nacional (TO), onde foram obtidas informações sobre a presença cigana na cidade – através do frentista Márcio, que informou a localização de famílias ciganas no setor Praia Bela, próximo ao galpão da loja Nosso Lar. A equipe seguiu para o endereço informado, onde identificamos 05 famílias ciganas da etnia calon, que possuem relação de parentesco – no sentido lago, próximo ao portal da cidade.

Fluxos migratórios, rotas, processo de fixação e composição familiar

Uma das famílias entrevistadas informou que chegou ao loteamento em 2016 por meio de um familiar que comprou um lote no local. Os demais membros da família vieram na sequência e ficaram acampados por um tempo, depois começaram a comprar lotes. A equipe estabeleceu o primeiro contato com as famílias, enfatizando o objetivo do projeto e o papel e responsabilidade das pesquisadoras para a observação da realidade local, para a escuta e o registro das principais demandas dessas pessoas. A equipe foi recebida pela matriarca de uma das famílias, a Sr^a Ana Maria, pela sua nora Lenice e pela sua neta Samara e, horas depois, também chegou ao local o seu filho Jean. Durante a nossa escuta, a matriarca narrou sobre os períodos de “andanças”, informando já ter passado por localidades dos estados do Tocantins, Pará, Mato Grosso, DF, e São Paulo. Estas passagens, segundo a senhora cigana, se deram quando ela era jovem e foram realizadas

em grupos que, nos percursos de itinerância, iam fazendo paradas e “arranchando” – expressão que indica que os grupos montavam acampamentos temporários, os chamados “ranchos”, nos quais estabeleciam moradia por tempo indeterminado nas cidades visitadas.

Perfil socioeconômico, condições de moradia e acesso a políticas e serviços públicos

A mesma também informou ter nascido em 1965 e ainda não ser aposentada – uma vez que, na altura da visita ainda não havia completado 60 anos – no entanto, a senhora relatou estar há meses tentando ser contemplada com um Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ela encontrava-se acometida pelas sequelas de um acidente que a deixou debilitada e com os movimentos do lado direito comprometidos. Assim, além dos problemas citados, separada do marido e tendo estudado até o 3º ano do Ensino Fundamental, hoje a sua renda é proveniente das trocas (venda de pequenos artesanatos) e da ajuda do filho que trabalha como operador de máquina. Seu ex-marido, o Sr. Geraldo Queiroz, não se encontrava na cidade quando aconteceu a visita da equipe de pesquisa, tendo, posteriormente, estabelecido contato com parte da equipe, por intermédio de sua filha Ana Cléia – cujo relato será apresentado mais adiante – e participado do documentário que compõe um dos produtos da execução do TED.

Lenice, sua nora, nos falou sobre a Associação dos Ciganos da Etnia Kalon de Palmas-TO (ACEK PATINS), presidida por Ana Cléia (filha da Sr^a. Ana Maria e do Sr. Geraldo) ao lado de seu marido, Johny. Até onde a equipe levantou, a ACEK PATINS é, atualmente, a única associação cigana na Região Norte – discorreremos mais sobre ela adiante. Nesse momento, a Sr^a. Ana Maria e a nora Lenice nos mostraram suas carteirinhas de associadas. Esta última enfatizou que ali os ciganos já são “morador” – ou seja, já passaram por um processo de sedentarização, onde agregados familiares mais nuclearizados e conjuntos de famílias extensas residem em casas partilhadas ou não. Foi comum, ao longo da pesquisa, encontrar um conjunto de famílias morando na mesma rua ou em ruas paralelas no mesmo bairro, como também morando no mesmo terreno, em casas separadas ou não. Esta última era a situação da família da senhora Ana Maria, cujo filho e outros parentes moravam em casas próximas em terrenos limítrofes.

Perguntadas sobre o acesso a alguns serviços públicos básicos como assistência social, educação e saúde, Lenice diz à equipe que acessá-los ali naquela região ainda era muito complicado. Segundo ela, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), as

escolas, creches e Unidades Básicas de Saúde (UBS) ficam em outro bairro e, em suas palavras: “a agente de saúde só vem aqui de ano em ano”. De fato, circulando pelo bairro é possível perceber que se trata de uma localidade relativamente isolada de equipamentos e serviços, bem como das áreas centrais da cidade. O bairro também aparentava ser de ocupação recente, com poucas casas e quase nenhum comércio e prestação de serviços, sejam estes públicos ou privados, apesar de pavimentado e com quadras e lotes divididos. No entanto, a maioria das casas não possuem terrenos murados, o que evidenciou grande concentração de poeira nas habitações e indica que em períodos chuvosos esses locais podem concentrar muita lama.

Acrescente-se que as residências eram próprias, mas ainda encontravam-se em processo de construção, com estrutura simples, sem acabamento e em condições precárias de acesso à água e rede de esgoto. A relação com a vizinhança é marcada por certa hostilidade, sobretudo no que diz respeito à ocupação dos espaços externos da casa e realização de festas e confraternizações familiares. A falta de saneamento básico que implica a ausência de serviços, quais sejam: fornecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo de água pluvial, limpeza urbana etc, demonstra a carência de infraestruturas básicas nos bairros e comunidades periféricas das cidades tocantinenses, algo que também está diretamente relacionado à saúde da população local. A equipe observou que, como já mencionado, o setor Praia Bela também não possui escola nem Unidade Básica de Saúde (UBS) - estas estão localizadas em outros setores, assim, as famílias precisam se deslocar para outros bairros para serem atendidas. Um cenário que aprofunda as questões de saúde pública e confirma o que a literatura no campo das pesquisas com comunidades ciganas já afirma: como as comunidades ciganas são empurradas para as margens dos centros urbanos e como os ciclos de vulnerabilidade e exclusão social se reproduzem e se aprofundam.

Jovens, acesso à educação e convívio no ambiente escolar

A Sr^a. Ana Maria, possui uma neta, Samara, cuja mãe encontra-se residindo no estado da Bahia e, por conta disso, a jovem, naquele momento, se planejava para ir para ao estado morar com a mãe e, talvez, retomar os estudos. Ainda que não estivesse frequentando a escola naquele momento, a jovem ficou animada ao saber que lá tem cotas para ciganos nas universidades. A jovem interrompeu os estudos ao concluir o 6º ano do

Ensino Fundamental e, em vários momentos da visita, a equipe questionou o motivo da jovem estar fora da escola e a mesma mantinha uma postura de evitação, desconversando e dizendo que não gostava de estudar. Insistimos em saber o porquê e, por fim, Samara confessou que o cotidiano escolar não era nada fácil e que as discriminações sofridas nesse ambiente haviam lhe desmotivado a estudar – algo bastante comum entre crianças e jovens ciganas, registrado também na literatura especializada e em pesquisas na área. Seus olhos se enchiam de entusiasmo ao compartilhar com a equipe o sonho de participar de atividades artísticas de dança e de como seria bacana ter essa possibilidade dentro da escola. Na sequência, ela mostra à equipe suas vestimentas típicas ciganas com orgulho e alegria. Este foi um gesto recorrente nas visitas domiciliares, ao serem questionadas sobre a manutenção de práticas culturais tradicionais, ainda que não utilizassem as vestimentas no dia a dia, as mulheres de todas as idades sempre apresentavam seus trajes típicos, muitas vezes, rememorando de forma saudosa os eventos e atividades comunitárias em que podiam usá-los. Ao final foram feitas algumas fotografias com a família e assinado termo de consentimento. Dali, a equipe seguiu em direção à Silvanópolis/TO.

Quadro 7 – Principais indicadores das famílias em Porto Nacional (TO)

Nº	Categorias	Situação local em Porto Nacional
01	Nº de famílias	05 (cinco)
02	Nº de pessoas	15 pessoas: sendo 04 crianças, 05 adolescentes, 04 adultos e 02 idosos.
03	Tipo de moradia	Casa de alvenaria ainda em processo de construção, com 04 cômodos, telhado com telhas de amianto, sem reboco, sem muro, sem piso, sem água encanada, sem banheiro interno. Lote comprado e dividido em 60 parcelas.
04	Região	Periférica com pouca ou nenhuma estrutura. Loteamento novo, sem aparelhos do estado.
04	Saneamento básico	Sem água encanada, sem rede de esgoto.
05	Educação	A população adulta e idosa não tiveram acesso, mas as crianças e adolescentes encontram-se matriculados na Educação Básica na rede pública de ensino.
06	Segurança Pública	Não têm acessos, haja vista que estão expostos à violência urbana e quando necessitam, não são ouvidos.
07	Saúde	Os idosos encontra-se com a saúde precária, necessitando medicamentos e cuidados médicos.
08	Assistência Social	Apenas uma pessoa da família recebe o benefício do bolsa-família. Nenhum dos dois idosos recebem aposentadoria.
09	Trabalho	Trabalho informal de vendas ambulantes e sem acesso a CLT e nem direitos trabalhistas.
10	Situação econômica	Vivem em vulnerabilidade social, sem renda fixa, sem apoio do governo e de forma precária fazem em média duas refeições por dia.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.1.8.2. Silvanópolis

Processo de busca e localização

A equipe chegou à cidade de Silvanópolis/TO, às 11h24min do dia 01 de setembro de 2024. Ao chegar na cidade, a equipe solicitou informações sobre a presença cigana em um posto de gasolina às margens da rodovia TO-050. Os frentistas do posto mencionaram haver pessoas ciganas na cidade, no entanto, por conta de um forte conflito com mortes ocorrido pouco tempo antes, talvez não encontrássemos muitas famílias ou pessoas que estivessem dispostas a conversar, recomendando cuidado e cautela na aproximação. Mediante tais informações a equipe se dirigiu à “Feirinha” da cidade em busca de pessoas ciganas ou de informantes. Na Feirinha, que está localizada nas proximidades da Rodoviária Municipal de Silvanópolis, a equipe se deparou com atividades comerciais já encerradas.

Em seguida, buscou-se por informações no Hospital Municipal de Silvanópolis e lá foi possível coletar dados sobre a presença cigana no município, por intermédio do vigilante do hospital, o qual forneceu o endereço de famílias ciganas que se organizam no Setor Oeste, Avenida Castelo Branco e orientou a equipe a chegar ao local. O que agilizou muito o trabalho da equipe, pois, a longo da realização das rotas foi comum o dispêndio de várias horas circulando por diversos bairros periféricos, abordando transeuntes para solicitar informações (em boa parte das vezes sem sucesso) e observando as casas e seus entornos a fim de identificar a presença não só de pessoas, mas de objetos que pudessem sugerir a presença de famílias ciganas. Havia certos padrões nas moradias, como a existência de muitos objetos na parte externa – nas residências não muradas –, sobretudo, veículos, alguns deles desmontados, assim como peças de maquinários de pequeno porte. Tal cenário aponta a persistência das práticas de troca e de pequenas vendas, do comércio interno à própria comunidade cigana e suas vizinhanças.

Composição familiar, fluxos migratórios, rotas e processo de fixação

Em direção ao endereço informado, a equipe foi recebida no local por um membro de uma das 04 (quatro) famílias ciganas que ainda moram na mesma rua, sendo 03 (três) delas dividem o mesmo terreno. O jovem de aproximadamente 17 anos, sentado em uma cadeira

de plástico embaixo da sombra de uma mangueira plantada dentro do terreno residencial, estava a tocar um violão. A equipe se certificou com ele se o endereço estava correto e, em seguida, foi encaminhada pelo mesmo ao interior de uma das casas na qual se encontrava sua mãe, a Sr^a. Márcia. A equipe se apresentou e também apresentou o objetivo da pesquisa em curso para, então, dar início à escuta.

Márcia explicou que as famílias ciganas que ali residem pertencem ao grupo Calon e são chefiadas por seu sogro Abdoral, que não estava presente no momento da visita. Na ocasião, as famílias foram representadas por ela e por sua sogra e matriarca Noélia, que se juntou ao grupo na parte externa da casa e as pesquisadoras com certa desconfiança e de forma reticente. A senhora de 83 anos endereçou algumas perguntas às coordenadoras, a fim de se certificar que de fato as profissionais estavam ali para um propósito que não trouxesse prejuízos à família. Apesar de não alfabetizada, ela foi mostrando-se bastante interessada no trabalho que estava sendo realizado e na possibilidade de que os órgãos públicos pudessem dar atenção às famílias ciganas e ao contexto em que estava inserida na cidade de Silvanópolis. A senhora Noélia é de origem cearense e migrou para o Tocantins depois de temporadas de andanças e de uma vida arranchada em diversos territórios.

Perfil socioeconômico, condições de moradia e acesso a políticas e serviços públicos

Em relação às condições de habitabilidade, as casas possuíam estrutura de alvenaria, em tijolos e sem reboco, em terreno próprio e sem muro, com acesso à energia elétrica e água potável. A equipe observou que os limites das residências são feitos por cerceamentos em arame. Márcia – pessoa não cigana, casada com um cigano, filho da Sr^a. Noélia e do Sr. Abdoral – informou que, antes da construção, seus familiares viviam em barracões cobertos por lona. O bairro em que vivem apresentou problemas na oferta de saneamento básico, com ruas que carecem de pavimentação e cujas coletas de lixo são irregulares, conforme informado pela família. A pequena cidade de Silvanópolis apresentou precárias infraestruturas urbanas, de modo que o bairro em que a família foi localizada não possui asfaltamento, nem rede de tratamento de esgoto. A falta de asfaltamento foi observada em diversas ruas, assim como a escassez de serviços e equipamentos públicos urbanos.

A senhora Noélia atualmente vive da aposentadoria e das trocas por meio da comercialização de panos de prato. Relatou à equipe que seu esposo, Abdoral, sempre

sustentou a família por intermédio das trocas de móveis e diferentes objetos. Seu filho Rivelino, esposo de Márcia, trabalha no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município – o que, segundo Márcia, tem possibilitado a permanência do grupo no local. Ao serem questionadas se estão registradas no Cadastro Único Para Programas Sociais (CadÚnico), Márcia respondeu que seu cadastro foi repassado à filha, em função de sua maternidade solo e situação de desemprego. A senhora Noélia relatou ter pouco acesso às políticas de saúde, já que não existem políticas públicas específicas para o público cigano, especialmente para as mulheres. Ambas reforçam que os poucos acessos que lhe são possíveis, decorrem do fato do filho da senhora Noélia ser funcionário do CRAS. Ainda assim, destacaram a precariedade dos serviços de saúde no município. Diante dessa realidade, Márcia e sua filha Riane ressaltaram, principalmente, a falta de acesso ao trabalho, ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao ensino superior, bem como a outras possibilidades de profissionalização.

Acesso a emprego e renda

Apesar de o marido de Márcia estar empregado formalmente, dentro das estruturas da gestão pública municipal – algo incomum para pessoas ciganas e de difícil acesso em cidades pequenas onde cargos são acessados, majoritariamente, mediante relações clientelistas –, ela relata que uma das grandes dificuldades enfrentadas pela família naquele momento era o acesso ao emprego. Com lágrimas nos olhos, a jovem mulher, fala das dificuldades enfrentadas pelos filhos na busca por oportunidades de emprego na cidade. Ela atribui a falta de acesso a emprego e renda não só à escassez de oportunidades no contexto local – uma cidade de pequeno porte e pouco estruturada –, mas, sobretudo à discriminação étnico-racial sofrida pela população cigana. Segundo Márcia, as possibilidades de emprego são totalmente interditas às pessoas ciganas quando estas revelam seu pertencimento étnico. Ela destaca, principalmente, o estereótipo que associa pessoas ciganas ao roubo (“o cigano ladrão”), às práticas desonestas e trapaceiras. Ela relatou à equipe que seus filhos já sofreram racismo por serem ciganos, o que foi confirmado por sua filha Riane, de 19 anos, ao mencionar um episódio de racismo sofrido no ambiente escolar. Riane é mãe solo e seu bebê tem a aproximadamente um ano de vida.

Conflitos internos e dispersão territorial

Outro aspecto destacado pela família foi a questão dos conflitos internos e externos à comunidade cigana local. Os eventos violentos desencadeados no primeiro caso envolvem, geralmente, disputas e desentendimentos em negócios e trocas, enquanto no segundo caso a principal motivação costuma ser a discriminação étnico-racial e de classe. No entanto, os conflitos internos à comunidade cigana também estão marcados por questões familiares, quebras de normas morais estabelecidas na cultura cigana, rompimento de relações de confiança e lealdade, bem como violência doméstica e feminicídio. Na ocasião, as mulheres nos confirmaram a partida de um conjunto de famílias que ali residiam – conforme dito pelo frentista – em decorrência do assassinato de uma mulher e de um bebê – visto que a mesma estava grávida – pelos familiares da vítima.

Esse tipo de situação, mostrou-se recorrente em outros municípios do estado do Tocantins, demonstra a urgência de ações conjuntas entre órgãos do judiciário e polícias a fim de instrumentalizar os profissionais da área para o trabalho junto às comunidades e famílias ciganas e atendimento humanizado e orientado para os modos de vida dessa população e sua efetiva proteção. A equipe vê como de extrema necessidade e relevância o desenvolvimento de protocolos de atendimento voltados para as populações ciganas, bem como de ajustes na própria legislação, a fim de construir espaços de mediação e gestão de conflitos, sem destituir a identidade e autonomia dos povos ciganos e sem que isso implique a criminalização de suas práticas culturais e tradições.

Ao final foram feitas algumas fotografias com a família e assinado termo de consentimento. Na sequência, a equipe de pesquisa deixou o local às 13h00min com destino à Natividade (TO) onde seria feita uma parada para pernoite.

Quadro 8 – Principais indicadores das famílias em Silvanópolis (TO)

Nº	Categorias	Situação local em Silvanópolis TO
01	Nº de famílias	04 (quatro)
02	Nº de pessoas	13 pessoas: sendo 02 crianças, 03 adolescentes, 03 jovens, 03 adultos e 02 idosos.
03	Tipo de moradia	Casa precária, de alvenaria, com 04 cômodos, telhado com telhas de zinco e amianto, sem reboco, sem muro, apenas com cerca de arame, sem piso, com água encanada, com banheiro interno. Casa adquirida com recursos próprios.
04	Região	Periférica com pouca estrutura, ruas sem pavimentações.
04	Saneamento básico	Não existe nem asfaltamento, nem esgoto encanado.
05	Educação	A população adulta e idosa não possuem acesso, mas as

		crianças, jovens e adolescentes encontram-se matriculados na Educação Básica na rede pública de ensino. Os adultos manifestaram interesse em fazer EJA – educação de Jovens e Adultos, mas o município não oferece.
06	Segurança Pública	Não têm acessos, haja vista que estão expostos à violência e quando acontecem conflitos os policiais deixam que eles mesmos se resolvam entre si, não são acolhidos, nem ouvidos com legitimidade. Sentem-se desprotegidos.
07	Saúde	Os idosos encontra-se com a saúde precária, necessitando medicamentos e cuidados médicos. O município tem apenas um hospital municipal e um posto de saúde com atendimento reduzido e precário.
08	Assistência Social	Apenas uma pessoa da família recebe o benefício do bolsa-família. A senhora idosa recebe o benefício da aposentadoria.
09	Trabalho	Apenas um adulto da casa trabalha com emprego formal, os demais são desempregados, ou realizam trabalho informal de vendas de panos de pratos e sem acesso a CLT e nem direitos trabalhistas.
10	Situação econômica	Vivem em vulnerabilidade social, a maioria sem renda fixa, sem apoio do governo e de forma precária fazem em média duas refeições por dia.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.1.8.3. São Valério

Processo de busca e localização

No dia 2 de setembro de 2024 a equipe saiu de Natividade (TO) com destino a cidade de Gurupi (TO), precisamente às 10h10min e chegou à cidade de São Valério (TO) por volta das 11h00min. Logo na chegada, a equipe obteve informações sobre a presença cigana num Posto de Gasolina, onde os frentistas mencionaram um homem conhecido na cidade como “Paulinho Cigano” e suas filhas Leila e Lélia, as quais trabalham em atividades comerciais em postos de venda de produtos derivados de Açai. Dirigindo-se até o endereço de um dos postos de venda, a equipe encontrou o local fechado. Contudo, como a fachada do estabelecimento informava dois contatos telefônicos, a equipe realizou ali mesmo uma chamada, conseguindo falar com o genro de “Paulinho Cigano”, que se identificou como Gugu. O mesmo informou o endereço do sogro, no entanto, chegando lá, a equipe não encontrou ninguém em casa e, ao que tudo indica, nem o senhor Paulinho, nem as filhas se encontravam na cidade. Diante disso, a equipe de pesquisa seguiu para o próximo destino da rota.

As informações abaixo foram coletadas por meio de contato telefônico e em diálogo com outros grupos que conhecem o senhor Paulinho e sua família.

Quadro 9 – Principais indicadores das famílias em São Valério (TO)

Nº	Categorias	Situação local em São Valério - TO
01	Nº de famílias	03 (três)
02	Nº de pessoas	10 pessoas: sendo 02 crianças, 02 adolescentes, 01 jovens, 04 adultos e 01 idoso.
03	Tipo de moradia	Casa precária, de alvenaria, ainda em construção, telhado com telhas de cerâmica, sem reboco, sem muro, apenas com cerca de arame, sem piso, com água encanada, com banheiro interno. Casa adquirida com recursos próprios.
04	Região	Periférica, ruas sem pavimentações e com energia elétrica.
04	Saneamento básico	Não existe nem asfaltamento, nem esgoto encanado.
05	Educação	A população adulta e idosa não possuem acesso, mas as crianças, jovens e adolescentes encontram-se matriculados na Educação Básica na rede pública de ensino.
06	Segurança Pública	Pouco acessos, mas se sentem discriminados e sentem-se desprotegidos.
07	Saúde	Não conseguimos detectar nada nesse aspecto.
08	Assistência Social	Apenas uma pessoa da família recebe o benefício do bolsa-família.
09	Trabalho	O pai trabalha com vendas e oficina mecânica e as filhas são microempresárias e possuem comércio de venda de açaí perto da rodoviária.
10	Situação econômica	Vivem de forma simples, com recursos frutos dos seus trabalhos no comércio formal e informal.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.1.8.4. Gurupi

Processo de busca e localização

No dia 02 de setembro de 2024 a equipe de pesquisa chegou à Gurupi/TO, uma cidade movimentada, situada numa extensa região de agronegócio, com comércio bastante variado e movimentado, apresentando uma boa infraestrutura urbana. Após fazer check-in no hotel, a equipe buscou realizar alguns percursos por áreas centrais da cidade a buscar por pessoas ciganas nos pontos de comércio ao ar livre, em estabelecimentos e espaços públicos. Como também para abordar transeuntes e levantar algumas informações acerca da presença de ciganos na cidade e região. A equipe abordou uma série de pessoas nas ruas e no comércio, algumas receptivas, outras bastantes desconfiadas e, muitas delas, demonstrando abertamente sua resistência à presença cigana. Diante dessa primeira

imersão na atmosfera da cidade, a equipe retornou ao hotel para organizar a rota e reformular as estratégias para busca ativa das famílias ciganas ali.

No dia seguinte, 03 de setembro de 2024, às 9h40min, em busca de dados sobre a população cigana no município, a equipe se dirigiu ao Supermercado Atacadão que havia sido citado pelos transeuntes como possibilidade para encontrar uma mulher cigana com filhos. Os informantes relataram que a referida mulher costumava vender panos de pratos de prato na frente do supermercado e isso foi confirmado por funcionários do estabelecimento, no entanto, neste dia, ela não se encontrava lá. Diante disso, a equipe se dirigiu ao centro da cidade com o intuito de abordar alguns mototaxistas e, junto a eles, obteve-se algumas informações sobre bairros periféricos da cidade onde se tinha notícia da presença de famílias ciganas – como o bairro João Lisboa da Cruz, Setor Nova Fronteira e Setor Bela Vista. Contudo, a equipe resolveu se dirigir primeiro ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para averiguar a possibilidade de pessoas e famílias ciganas cadastradas no CadÚnico e atendidas ali.

Chegando ao CRAS, a equipe conversou com a servidora Adriana, que não forneceu as informações solicitadas, alegando que o CRAS não trabalhava com população cigana e que o responsável pela pasta trabalha na Prefeitura Municipal de Gurupi/TO. A servidora passou o contato do servidor Luiz, que, a princípio, não atendeu a ligação, mas horas depois retornou o contato da equipe por mensagens via WhatsApp, marcando um encontro às 13h00min, na Prefeitura Municipal de Gurupi/TO. Confirmado o encontro, a equipe seguiu para o bairro João Lisboa da Cruz, às 10h41min, e lá, circulando pelas ruas pouco movimentadas, o morador Zilney forneceu a informação de que no denominado setor Bela Vista, nas proximidades do Residencial Nova Fronteira e do Fronteira Country Club, havia oito famílias ciganas. A equipe avançou para o setor Nova Fronteira, com ruas também muito pouco movimentadas, e lá encontrou duas mulheres sentadas embaixo de árvores em um terreno limpo. Uma delas confirmou a presença de ciganos no bairro e levantou uma série de suspeições diante de nossa busca, dizendo, entre outras coisas, que “cigano mata a sangue frio”. Confirmando as impressões dos primeiros percursos pela cidade, onde a equipe se deparou com uma acentuada estigmatização social das pessoas, famílias e comunidades ciganas, acompanhada de certa repulsividade por sua presença na cidade.

Ainda assim, as mulheres indicaram a localização de uma casa onde tinha conhecimento da residência de pessoas ciganas, mas afirmou que a família não recebia ninguém. Ao questionar os motivos, a equipe ouviu que tais moradores ciganos seriam

perigosos, violentos e muito desconfiados. Apesar disso, a equipe seguiu para o Setor Nova Fronteira às 11h10min e, confirmando algumas das informações fornecidas pelos mototaxistas da cidade, encontrou uma família cigana de etnia Calon que possui parentesco com os/as ciganos/as Calon de São Valério/TO. Depois de um pouco de insistência para que alguém atendesse o portão e de comunicar quem estava à procura da família e com que objetivo, foi que o portão foi aberto, a nossa identificação foi checada e um jovem convidou a equipe a entrar.

Composição familiar, fluxos migratórios, rotas e processo de fixação

A família é representada pela senhora Jane (gajin/não-cigana), uma jovem cearense, mãe de três filhos, um deles já maior de idade, outro adolescente e uma criança de cinco anos – uma filha de 5 anos, um filho de 16 anos e outro de 18 anos. Jane parecia, ao mesmo tempo contente e receosa com a presença da equipe de pesquisa em sua residência. No momento da visita da equipe de pesquisa encontravam-se na residência de Jane, além dela, seu sogro Luiz, um cigano idoso de 80 anos, seu cunhado, seu filho do meio e sua filha caçula. O sogro e o cunhado de Jane, ambos ciganos Calon, estavam de passagem na residência vindos de São Valério, onde residiam até a data da visita. Ela relatou ter saído de casa “fugida”, entre os seus 15 e 16 anos, e ter ido morar com o marido em São Valério onde, por muito tempo, viveram de aluguel e que aquela casa onde residia atualmente com sua família havia sido cedida por um primo do marido. Relatou, ainda, já ter residido nos estados de Goiás e Santa Catarina, até retornar ao Tocantins e fixar residência em Gurupi. O sogro de Jane, senhor Luiz, que visitava e prestava alguma assistência à família do filho naquele momento de dificuldade, relatou viver no estado do Tocantins há mais de 20 anos, sempre trabalhando para manter seu grupo/família, tendo sido mascate e dono de bar. Informou que seus filhos encontram-se espalhados pelo Tocantins, Goiás, Ceará e Minas Gerais.

Conflitos internos e vulnerabilidades sociais

Logo no início da conversa, a equipe constatou a motivação do comportamento, relatado pela mulher abordada anteriormente, de vigilância e desconfiança. O marido de Jane (cigano Calon) havia sido preso em decorrência de conflitos internos, ao que tudo

indica, motivados por desentendimentos em negócios e trocas comerciais. Por conta dessa situação, ela relata que a família tem se mantido mais reclusa em casa, circulando pouco pela cidade – o filho estava saindo de casa apenas para o trabalho –, ao que tudo indica para evitar que o ciclo de acertos de contas se estendesse. A jovem mãe (33 anos) também se mostrou bastante preocupada com a situação do marido e de sua família, demonstrou não possuir informações e orientações sobre o encarceramento do mesmo e seu julgamento, conformando uma situação de abandono por parte das instituições. Esse cenário, se agrava pelo fato de que a família se encontrava em dificuldades financeiras e não estava sendo assistida com o auxílio-reclusão.

Aqui, evidencia-se um grande gargalo que acentua a marginalização e desproteção da população cigana, uma vez que este benefício só pode ser acessado por famílias cuja pessoa reclusa possuía emprego formal e, portanto, estava em dia com as contribuições previdenciárias. Como a maioria das pessoas ciganas vive de trocas, negócios e comércio interno, das vendas de rua e encontram-se inseridas, majoritariamente, em atividades do mercado informal, estão automaticamente excluídas dessa assistência. A assistência às famílias envolvidas em situações de violência e ocorrências de crimes configura-se, portanto, um problema urgente associado às políticas de gestão de conflitos.

A equipe observou, entre várias famílias ciganas que encontravam-se em contextos nos quais conflitos graves tinham se desenrolado recentemente, uma atmosfera de medo, silêncio, vigilância e desconfiança e, muitas vezes, até de segredo, visto que famílias diretamente envolvidas nesses conflitos mobilizam uma série de arranjos para não serem localizadas. Um dos mecanismos acionados é a fuga ou migração de todo agregado ou rede familiar para outras cidades ou mesmo para outros estados.

Perfil socioeconômico, condições de moradia e acesso a políticas e serviços públicos

A residência possui energia elétrica, água encanada e foi construída em alvenaria, com muros e portão de ferro na frente. A família acessa a Unidade Básica de Saúde (UBS), com visitas de Agentes de Saúde e Agentes de Endemias, mas Jane assinalou que a quantidade de visitas é baixa. A rua onde está localizada a residência possui pavimentação e, aparentemente, recebe coletas de lixo regulares. Jane relatou que seus filhos têm acesso à escola e que ela está cursando a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) a fim

de concluir o Ensino Básico. Portanto, a família acessa alguns serviços e equipamentos públicos centrais com regularidade.

Perguntada sobre o acesso de sua família ao CRAS, Jane informou que possui o CadÚnico e é beneficiária do Bolsa Família, no entanto, assinalou esconder a identidade e pertencimento étnico dela e dos filhos ao buscar atendimento tanto nos setores da assistência social municipal, quanto na rede pública de ensino e nas unidades do SUS. Ela se autodeclara cigana, pois, em suas palavras, se tornou uma Calin ao casar-se com um cigano Calon e, desde então, assumiu a identidade cigana, foi inserida na rede comunitária e de parentesco do marido e adotou as práticas culturais e tradições ciganas. Jane alega que em virtude da discriminação que os ciganos vêm sofrendo na cidade, inclusive por parte de agentes e funcionários públicos, ela tem optado por manter a identificação da família em segredo a fim de assegurar o acesso aos serviços e equipamentos públicos. Ela destaca, ainda, que as unidades do CRAS na cidade são setorizadas e o atendimento se dá mediante muitas “exigências”. Acredita que só tem conseguido certo acesso a tais serviços básicos por não revelar sua identidade cigana.

Essa informação, por um lado, nos permite compreender o desconhecimento dos agentes e funcionários públicos da administração municipal acerca da presença de pessoas e famílias ciganas na cidade, mas, por outro lado, é possível observar que nas cidades pequenas os ciganos são facilmente identificáveis e quase todo mundo sabe quem é cigano. De modo que, é pouco provável que os funcionários da assistência social que receberam a equipe não soubessem, de fato, que a unidade atende pessoas ciganas, ainda que esta informação não conste nos cadastros. Tal cenário reforça não só a necessidade de ajustes nos formulários e ferramentas cadastrais das instituições públicas, mas, principalmente, de treinamento dos servidores e funcionários contratados e terceirizados no atendimento instrumentalizado para o devido acolhimento de pessoas ciganas. A fim de garantir a liberdade de manifestação de sua pertença étnico-racial como também a proteção e a segurança pra que pessoas ciganas e suas famílias possam acessar atendimentos especializados e voltados para as necessidades da população cigana local.

Educação, emprego, renda e vulnerabilidades sociais

A falta de acesso ao trabalho formal com melhores condições de salário também foi uma das queixas e demandas de Jane. Disse ela que atualmente trabalha como diarista,

que um dos seus filhos trabalha no mercado Atacadão Dia a Dia e que seu esposo, hoje preso, não possui Ensino Básico completo e com isso, associado à sua identidade cigana, nunca conseguiu emprego de carteira assinada, precisando recorrer às trocas e vendas ambulantes para sustentar a família. Estando o esposo encarcerado e sem acesso à defesa, Jane destacou que as dificuldades são ainda maiores, afetando a vida material da família, bem como os aspectos emocionais e psicológicos. Perguntada se ela ou o marido haviam recebido assistência da defensoria pública local, a mesma mostrou desconhecimento da prestação desse tipo de serviço para pessoas com problemas com a justiça. A família mostrou-se bastante afetada e desprotegida em todos os níveis.

Práticas artísticas, cultura material e imaterial na identidade cigana

Não alfabetizado, o Sr. Luiz, sogro de Jane, declarou ser músico e compositor e, no contexto da entrevista, cantou uma de suas canções intitulada “Partida do Amor”, que trata de uma desilusão amorosa vivida por um grande amigo seu – também disse ter sido compositor de músicas do cantor André Andrade (Itaguari/GO). Segundo ele, a música é uma arte que serve para trazer alegria, força e resistência para o seu povo. Ele e a nora informaram que ainda há festejos na cidade, como casamentos, nos quais a comunidade cigana consegue se reunir e festejar. O idoso não permitiu que este momento fosse registrado em fotos, vídeo ou áudio, o que também reforça a postura de precaução e reserva da família num momento de extrema vulnerabilidade. Entendendo isso, a equipe de pesquisa também não solicitou permissão para realização de registro fotográfico ao final da entrevista, como vinha fazendo, mas apenas a assinatura no termo de consentimento.

Contato com órgãos públicos municipais e fornecimento de dados públicos sobre a população cigana

Findada a visita, a equipe se dirigiu à sede da Prefeitura Municipal de Gurupi/TO para a reunião que havia sido marcada pelo Coordenador do CadÚnico para fornecimento de informações e dados sobre as famílias ciganas cadastradas e assistidas. O servidor mencionou apenas duas famílias cadastradas, mas não forneceu o endereço das mesmas. Mostrou-se pouco receptivo à equipe e ao trabalho de pesquisa realizado, às pautas da comunidade cigana e em relação aos ciganos de modo geral, demonstrando nenhum

conhecimento do assunto ou interesse no mesmo. Na verdade, tudo indicava que aquela reunião havia sido marcada para o servidor se certificasse de quem eram as mulheres que compunham a equipe de pesquisa e de que trabalho se tratava, uma espécie de averiguação que, em certa altura, tornou-se até mesmo constrangedora.

Foi evidente a recusa do funcionário em fornecer os dados solicitados, bem como a falta de letramento em questões étnico-raciais e o extremo preconceito para com os povos ciganos – chegando, inclusive, a afirmar que a prefeitura realizava um certo controle e retirada de famílias ciganas de determinados espaços, configurando nitidamente a aplicação de práticas higienistas e aporofóbicas. Cabe ressaltar que Gurupi não foi o único município em que a equipe registrou esse tipo de conduta e existência de práticas de proibição de acampamentos e outras formas de inibição da presença cigana, bem como de expulsão de pessoas e grupos ciganos dos territórios. A literatura embasada em pesquisas com comunidades ciganas já registra uma série de casos em que se verifica a criação de projetos de lei e implementação de legislações, à nível municipal, que proíbem acampamentos e qualquer tipo de moradia “improvisada” ou localizada em determinados espaços.

Sem obter qualquer avanço na dita reunião com o funcionário da prefeitura, a equipe seguiu para outro bairro periférico indicado pelas pessoas entrevistadas nas ruas – setor Bela Vista. Chegando ao bairro, a equipe se dirigiu, primeiramente, à Unidade Básica de Saúde (UBS) em busca de informações mais precisas sobre a localização de famílias ciganas naquele setor, haja vista que os bairros na cidade eram extensos. A equipe foi atendida pelas recepcionistas Gisele e Sabrina, que também não detinham nenhuma informação a respeito. Apesar de não terem demonstrado resistência às demandas da equipe de pesquisa e também não terem assumido posturas preconceituosas em relação à população cigana, as funcionárias manifestaram até certo espanto com a busca por famílias ciganas no setor. Elas chegaram, inclusive, a declarar nunca ter atendido ou feito qualquer tipo de cadastro para pessoas ciganas, o que as levava a crer que não havia ciganos na cidade. O que confirma, mais uma vez, como o ciclo discriminação-anonimato-invisibilidade se retroalimenta e se reproduz, pois, muito provavelmente os ciganos que procuram a UBS não declaram seu pertencimento étnico, conforme já havia nos relatado a primeira família visitada.

Processo de busca e localização

Sem êxito, a equipe foi obrigada a fazer percursos pelas ruas do bairro na tentativa de encontrar moradores e transeuntes que pudessem fornecer informações sobre a presença de famílias ciganas ali. Um desses moradores, que não quis se identificar, num primeiro momento, reagiu ao questionamento das pesquisadoras com a seguinte fala: “esse povo é ruim e perigoso” – ao se referir aos ciganos. Na sequência, o informante confirmou que algumas famílias ciganas passaram pelo bairro e acrescentou que o setor Bela Vista é o bairro com maior vulnerabilidade social da cidade. Adiante, outro morador, também não identificado, confirmou a existência de famílias ciganas no bairro, indicando a real localização que foi ratificada por outra moradora informante. No percurso, a equipe identificou a presença de um conjunto habitacional, observou a falta de pavimentação nas ruas localizadas na parte interna no bairro, ou seja, afastadas das vias principais. Essas ruas, careciam de limpeza urbana, dada a quantidade de lixo a céu aberto encontrada em alguns pontos extremos do bairro.

Composição familiar, fluxos migratórios, rotas e processo de fixação

A equipe, enfim, encontrou a residência de uma família cigana, representada pela Sr^a. Aparecida, de 58 anos. Filha de mãe maranhense e natural de Aliança do Norte/TO, atual Aliança do Tocantins/TO, ela mudou-se para Gurupi com a família aos 7 anos de idade e relatou que sua mãe era cigana, nascida no estado do Maranhão, e viveu de forma itinerante na juventude. Já a avó da senhora Aparecida, mãe de seu pai, viveu em Silvanópolis/TO e havia falecido com 109 anos. Aparecida é cigana de etnia Calon, casada com um homem não-cigano de 71 anos, aposentado, mas que continua trabalhando como pedreiro para complementar a renda da família – o mesmo não se encontrava na residência no momento da visita. A Sr^a. Aparecida é mãe de três filhos, um deles, falecido aos 21 anos, deixou duas filhas, uma delas com um filho e a outra com dois, portanto, duas netas e três bisnetos. Possui outras duas filhas que moram, atualmente, no mesmo bairro, assim como mais três irmãs de Aparecida e suas respectivas famílias. Uma de suas filhas também já tem dois filhos, Laura Sofia de 4 anos de idade e um garoto de 17 anos de idade que não estava presente no momento da visita.

Aparecida relatou à equipe que a sua família chegou àquele bairro em 2011, após o falecimento de seu filho, pois, segundo ela, com a morte de um familiar os ciganos deixam o

lugar onde viveram com a pessoa falecida por causa da tristeza. Sua família possui relações não consanguíneas com os ciganos Calon de Silvanópolis/TO, da família de Abdoral e Noelia, e também com os ciganos Calon de São Valério/TO, da família do Cigano Paulinho. O que, novamente, reafirma aquilo que já foi colocado neste relatório sobre as redes de relações entre ciganos. Por mais que haja um processo de sedentarização e de certa nuclearização das famílias, em curso, estas mantêm extensas redes de parentesco e de relações de afinidade, baseadas no pertencimento étnico, sobretudo dentro do próprio estado e da mesma região. Não foi relatado à equipe o quanto essas redes são acionadas como rede de apoio e como isso aconteceria, mas os demais dados da pesquisa sugerem essa possibilidade.

Perfil socioeconômico, condições de moradia e acesso a políticas e serviços públicos

Aparecida informou que o bairro é fruto de uma ocupação e que quando sua família ali chegou se organizou por muito tempo em ranchos cobertos por lona. Segundo ela, sua casa é abastecida por energia elétrica, contudo, a água consumida por ela e por sua família vem de um poço artesiano no quintal e não há sistema de esgotamento, mas uma fossa séptica. Uma de suas filhas, Eliene – que reside numa rua paralela à casa da mãe e que se juntou à equipe durante a entrevista –, informou que sua casa possui sistema de água encanada. A casa de Aparecida é construída em alvenaria e não possui muro, apenas um cercado com arame e madeira no seu entorno. A senhora enfatizou o desejo e esperança em receber o título do terreno em que vive, pois, até agora, disse ela: “é só mais uma promessa do prefeito”. Analisando a situação, Eliene comentou que “antigamente” os ciganos conseguiam espaços para acampamento com certa facilidade, no entanto, atualmente estava bem mais difícil em virtude das exigências e restrições impostas pelas prefeituras, como também em função da necessidade das famílias de matricular os filhos na escola. Fatores que, visivelmente, estão relacionados aos processos de sedentarização e consolidação da figura do “cigano morador”.

Sobre o acesso a serviços e equipamentos públicos, Aparecida e sua filha Eliene comentam que “o governo precisa parar de ignorar os ciganos”. Em suas palavras: “o cigano é sempre o último da fila”. Essas palavras conjugam duas problemáticas, por um lado, a invisibilização das pessoas ciganas, tanto pela necessidade do anonimato quanto pelas práticas discriminatórias nos ambientes institucionais e na sociedade como um todo; e, por

outro, a estigmatização e reforço de estereótipos de suspeição e criminalização. Esses dois aspectos combinados, na perspectiva das duas gerações de mulheres entrevistadas ali, restringem o acesso de pessoas ciganas aos serviços públicos básicos e às políticas públicas e direitos fundamentais, materializando e mantendo a exclusão e marginalização histórica deste grupo étnico. Aparecida ainda relatou à equipe, com o grande descontentamento, que quando acontece algum problema no seu bairro ou na cidade, automaticamente, as pessoas não ciganas culpabilizam os ciganos e as autoridades locais, em suas palavras: “tira o olho do *gajon* e só olha para os ciganos”. Ou seja, independente de qualquer averiguação, a pessoa cigana é sempre a primeira suspeita, o que configura um processo de desumanização constante e persistente. Eliene, compartilha com a equipe uma cena vivenciada por ela em um estabelecimento comercial no qual uma atendente, reconhecendo que ela era uma mulher cigana lhe dirige a seguinte fala: “E o que é cigano?”. À qual Eliene, prontamente, responde: “É gente!”.

Eliene ressalta que há resistência e medo dos ciganos de se identificar e manifestar publicamente seu pertencimento étnico pelo fato de, ao fazê-lo, serem tratados com indiferença, distanciamento e isolamento. Ela também relata que, tanto no CRAS quanto nas UBSs, os formulários e fichas cadastrais não registram etnia e que os funcionários também não fazem perguntas sobre a identidade étnica. O que também aponta para outro binômio que se retroalimenta mutuamente. De um lado, os instrumentos cadastrais do governo não estão adequados para o devido registro e produção de dados sobre populações ciganas e, com isso, produz um processo de invisibilização, já diagnosticado, pelo vazio de dados e, paralelamente, reforça os preconceitos e práticas institucionais discriminatórias. Do outro lado, as próprias pessoas ciganas temem se identificar em função dessas práticas discriminatórias por parte dos próprios agentes públicos, como também pela necessidade de anonimato decorrente do estigma social e também dos conflitos internos, como já foi abordado aqui.

Ainda assim, Eliene reconhece um avanço em relação à geração de sua mãe que teve seus filhos em casa, visto que ela conseguiu acesso aos hospitais, em condição de parturiente, e com atendimento de profissionais mulheres, haja vista as regras/normas sociais do grupo. Mas, ela destaca que, em muitos casos, as mulheres ciganas não conseguem receber atendimento completo de médicos (profissionais do sexo masculino) e, quando são encaminhadas para profissionais do sexo feminino, acabam tendo que recorrer a serviços de saúde privados. Eliene, atualmente, é cuidadora de idosos e comenta com a

equipe que sempre informa que é uma pessoa cigana ao ser contratada. Ela ainda traça uma distinção entre ciganos e não-ciganos, enfatizando que na cultura cigana os idosos não são levados para asilos ou casas de repouso, pois, o cuidado dessas pessoas não costuma ser terceirizado ou delegado a terceiros fora da família. Por fim, Aparecida disse que não acessa nenhuma política pública e que a renda de seu núcleo familiar advém apenas do trabalho de seu esposo, enquanto ela aguarda o momento de sua aposentadoria. Eliene disse ter concluído o Ensino Médio, destacando que “antes nós não podia estudar, cigano era barrado”.

Identidade cigana e marcadores culturais (língua e vestimentas tradicionais)

Tanto a Sr^a. Aparecida, quanto suas filhas falam o idioma chibi e ela relata também que sua avó fazia leitura de mãos (quiromancia). Ela ressalta que apenas conversam na língua tradicional cigana entre elas e no ambiente doméstico, assim como também não saem em público com suas vestimentas tradicionais, pois, em função da acentuada discriminação, considera prudente não manifestar sua identidade pertencimento étnico em espaços públicos. Ainda assim, foi uma vizinha sua que informou a equipe que Aparecida e a família eram de origem cigana. A neta, Laura Sofia, assume a identidade cigana no ambiente escolar e é incentivada pela mãe. Durante a visita a criança, com muito entusiasmo, mostrou algumas de suas vestimentas tradicionais para as pesquisadoras. Aparecida comenta que a formatura de uma de suas netas – filha de seu filho já falecido – estava próxima e que a mesma nutria o desejo de vestir com trajes tradicionais nesta ocasião, contudo, a matriarca ainda manifestava certa preocupação com o desejo da neta que estava concluindo uma graduação em Direito.

Com o fim do dia e sem encontrar a localização de outras famílias ciganas, a equipe se preparou para o retorno à cidade de Palmas/TO.

Quadro 10 – Principais indicadores das famílias em Gurupi (TO)

Nº	Categorias	Situação local em Gurupi - TO
01	Nº de famílias	06 (seis)
02	Nº de pessoas	20 pessoas: sendo 04 crianças, 04 adolescentes, 05 jovens, 05 adultos e 02 idosos.
03	Tipo de moradia	02 (duas) famílias com casa alugada com piso, água e energia elétrica e 03 famílias com casa própria precária, de alvenaria, em média com 03 ou 04 cômodos, telhado com telhas normais, sem reboco, com muros, piso, água encanada e banheiro interno. Três (03) dessas

		famílias com residência adquirida com recursos próprios e uma (01) residência em situação irregular, oriunda de ocupação.
04	Região	Periférica com pouca estrutura, ruas com poucas pavimentações e infraestrutura precária.
04	Saneamento básico	Pouco acesso a saneamento básico, apenas água do poço e energia elétrica da rua.
05	Educação	A população adulta teve pouco acesso à educação, os dois idosos são analfabetos, não possuem acesso, mas as crianças, jovens e adolescentes encontram-se matriculados na Educação Básica na rede pública de ensino. Uma mulher adulta mãe de 03 crianças fazendo a EJA.
06	Segurança Pública	Não têm acessos, haja vista que estão expostos à violência e quando acontecem conflitos são tratados como marginais, são desqualificados e desacreditados. Uma das famílias visitadas, possui um homem preso e a família encontra-se sem acesso à assistência jurídica. Sentem-se totalmente desprotegidos.
07	Saúde	Os idosos encontra-se com a saúde precária, necessitando medicamentos e cuidados médicos. No município tem postos de saúde, mas os que foram visitados e interrogados, nenhum reconhece a presença de ciganos. Os atendimentos são totalmente deficitários.
08	Assistência Social	Apenas uma pessoa da família das 05 famílias recebe o benefício do bolsa-família. Nenhum dos idosos recebem o benefício da aposentadoria.
09	Trabalho	Apenas duas mulheres adultas trabalham com emprego formal, de faxineira e cuidadora de idosos os demais são desempregados, ou realizam trabalho informal de vendas de produtos de casa, como panos de pratos, roupas de cama e nenhum deles ou delas possui carteira de trabalho assinada, ou seja, sem acesso a CLT e nem direitos trabalhistas.
10	Situação econômica	Vivem em total abandono do estado, em vulnerabilidade social, a maioria sem renda fixa, sem apoio do governo e de forma precária fazem em média duas refeições por dia.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.1.8.5. Palmas – região satélite de Taquaralto

Processo de busca e localização

Na manhã do dia 4 de setembro de 2024 a equipe retornou à capital Palmas/TO, pois, por meio de contatos telefônicos foi marcado um encontro com um casal nas mediações da região de Taquaralto que constitui um bairro satélite da capital. Em Palmas, a equipe organizou os dados coletados e fez o planejamento da rota de campo a ser realizado nas cidades de Paraíso do Tocantins e Divinópolis, no dia seguinte. Parte do grupo cigano residente em Taquaralto é da mesma família da senhora Ana Maria (Porto Nacional), que

compartilhou o contato de sua filha Ana Cléia com a equipe e viabilizou o agendamento de uma conversa. De modo que, em muitas das buscas, famílias foram encontradas a partir de indicações decorrentes de suas redes de relações previamente estabelecidas.

Fluxos migratórios, rotas, processo de fixação e localização de grupos ciganos no Tocantins

Foi no retorno da cidade de Divinópolis, no dia 05/09/2025, que a equipe de pesquisa se encontrou com a jovem cigana Ana Cléia e seu esposo Jhony. Na visita a Porto Nacional, a equipe já havia obtido a informação de que ela era filha da Sr^a. Ana Maria e do Sr. Geraldo. Ciganos Calon, Ana Cléia e Jhony fundaram a Associação dos Ciganos Kalon do Tocantins (ASCEK Patins) – criada em 2018 e da qual Cléia é a presidente. Foi entre os anos de 2017 e 2018 que, a partir da associação, realizaram o que denominaram “nosso IBGE” (ANEXO V), um levantamento populacional que contabilizou 4.500 ciganos no estado do Tocantins e identificou grande quantidade de ciganos que tinham o estado como local de “pouso” nos percursos migratórios. Porém, o tempo de pouso era curto, devido às perseguições sofridas e à proibição de acampamentos em municípios como o de Palmas/TO. O que pode também ser um fator que explica a predominância do perfil de “morador”, cigano sedentarizado, no estado. De acordo com os relatos de Cléia e Jhony, a maioria das famílias ciganas, localizadas na cidade de Palmas e região metropolitana, residem no bairro “Pouso Alegre”, contabilizando mais de 300 ciganos.

Em relação às dificuldades em mapear a presença de pessoas ciganas nos territórios, Jhony relatou à equipe algo que a literatura no campo dos estudos sobre povos ciganos já afirma e que a experiência de pesquisa neste mapeamento confirmou. Que a população não cigana local esconde a existência dos ciganos nas cidades e de que as discriminações e violências sofridas pelas comunidades ciganas os levam a ocultar sua identidade étnica. Dois elementos que se complementam numa dinâmica de exclusão que é histórica. Segundo ele, um outro fator que limita a localização e identificação das pessoas ciganas é a falta de documentações – um elemento que também já foi extensamente notificado na literatura especializada. Dentre estes documentos oficiais, Jhony destacou a certidão de nascimento e o título eleitoral, uma documentação essencial para o exercício da cidadania.

Ambos líderes ciganos da região, Ana Cléia e Jhony manifestaram interesse e disponibilidade em colaborar com a equipe por meio do compartilhamento de dados sobre a população cigana na Região Norte. Além disso, demonstraram um profundo conhecimento da rede de famílias, parentes e afins, no estado do Tocantins, sobretudo na região mais próxima à capital Palmas, onde residem. Eles também se mostraram surpresos com a possibilidade de presença cigana em outros estados do norte do país, bem como interessados em expandir essa rede associativista e fortalecer as comunidades ciganas da região. Diante das dificuldades e desafios da organização coletiva das famílias ciganas num estado tão vasto quanto o Tocantins, da falta de articulação e de diálogo permanente com as esferas estatais e do isolamento político da população política cigana da região, eles se mostraram entusiasmados com as possibilidades que podem se abrir a partir deste mapeamento preliminar.

Perfil socioeconômico, condições de moradia e acesso a políticas e serviços públicos

Cléia é pedagoga e professora na rede pública do município, enquanto o marido é licenciado em História, mas, atualmente, trabalha com a classe política de Palmas, prestando serviços de assessoria. Informou, ainda, à equipe que uma parte dos seus parentes ciganos têm formação superior, mas que muitos ainda vivem da troca e dos negócios comerciais, possuindo moradias próprias e fora de situações de vulnerabilidade social. Atualmente, além de ser funcionária pública, Cléia trabalha com a locação de quitinetes, aspecto que reforça a vocação cigana para os negócios, tendo ela própria destacado as suas habilidades no campo comercial e de vendas desenvolvidas por meio do acúmulo de conhecimento tradicional de seu povo e na prática cotidiana. Apesar de ambos serem bastante ativos na vida comunitária e política de sua comunidade, eles relataram que naquele momento a associação estava inativa na sua atuação – apesar da situação formal regular e ativa que a equipe já havia checado. De modo que a presença de uma equipe de pesquisa contratada pelo governo federal para coletar dados acerca da situação das populações ciganas que possam subsidiar a criação e implementação de políticas públicas, os deixou esperançosos e motivados a retomar os trabalhos da associação. Era dessa associação, a carteirinha que sua cunhada apresentou à equipe na visita à casa de sua mãe em Porto Nacional – a confecção de uma carteira de identificação e vinculação à associação

foi uma das ações que eles conseguiram implementar junto com outras desenvolvidas ao longo do período pandêmico.

Identidade cigana, discriminação e letramento da população não-cigana

Cléia compareceu ao encontro – para o qual eles próprios definiram um local público próximo à região administrativa de Taquaralto – com vestimentas típicas das mulheres ciganas e foi logo apresentando o universo Calon ao dizer: “a gente tem um mundo bem legal”. Mas, apesar da riqueza e complexidade da cultura de seu povo, ela ressaltou que os ciganos ainda são muito ameaçados pela sociedade e que existe falta de valorização e discriminação de sua cultura e seus modos de vida, motivos pelos quais os ciganos tentam se camuflar nas cidades e suas localidades periféricas. Ela comenta com a equipe que em sala de aula sempre busca levar um pouco de conhecimento sobre seu grupo étnico e romper com concepções e práticas discriminatórias. Citando, por exemplo, a confusão que existe entre ciganos autênticos de etnia e ciganos ligados as questões religiosas de matrizes africanas e enfatizando a necessidade de letramento étnico-racial para lidar com desinformações e estigmas.

Na perspectiva de Jhony, no que corresponde ao estigma social atrelado aos povos ciganos, é preciso uma política nacional que mobilize os meios de comunicação, a fim de diminuir o preconceito e a discriminação étnico-racial contra a população cigana no Brasil. Em suas palavras: “se falar bem do povo cigano a sociedade passa a gostar”. E Cléia acrescenta: “se uma cultura não é valorizada, ela morre”, destacando nesta fala algo que o conhecimento antropológico já argumenta há algumas décadas, que o etnocídio leva ao genocídio, pois, com a morte da cultura seu povo também pode desaparecer. Sobre essa questão, Jhony destacou, ainda, a necessidade de um modelo de escola específico para crianças e jovens ciganos, com vistas à proteção e valorização de suas tradições ou, em suas palavras, para “não perder a cultura”.

Práticas artísticas, cultura material e imaterial, políticas culturais.

Observa-se que o casal aponta a lacuna nas políticas afirmativas atuais que muito pouco contemplam os povos ciganos enquanto etnia e minoria política, como também denuncia a falta de ações efetivas de valorização da cultura cigana. Nesse âmbito, Cléia

também destaca a importância da tradição artística cigana e de sua cultura material e imaterial para o reconhecimento de seu povo nos espaços públicos e valorização da cultura cigana e de suas contribuições para a formação cultural brasileira de modo geral. Enfatizando a necessidade de políticas de incentivo à cultura que contemplem e incluam os povos ciganos e que possibilitem que as manifestações culturais ciganas adentrem espaços escolares, tomem parte nas festividades locais e que as pessoas ciganas possam também fazer do trabalho artístico uma fonte de renda.

Ela mencionou familiares músicos, nomeadamente uma dupla sertaneja que existe na cidade, reforçando o espírito festivo do povo cigano e a importância das festividades para toda vida sociocultural deste grupo, tendo em vista que as festas são um espaço de reunião, confraternização e fortalecimento de laços comunitários. Johnny também enfatizou que os ciganos precisam participar de eventos organizados pelo governo para falarem sobre as suas conquistas e desafios, e de festivais e atividades culturais para fortalecer sua cultura. Ele também atrela o direito e garantia de acesso à terra a este tópico, entendendo-os como elementos essenciais para que as comunidades ciganas tenham um espaço para fortalecimento dos vínculos, festejos e celebrações com liberdade e tranquilidade.

Acesso à educação, emprego e renda

No que diz respeito às políticas e ações afirmativas para povos ciganos no campo da escolaridade, da empregabilidade e da inserção nas estruturas burocráticas do estado, um ponto enfatizado por ambos foi a necessidade de criação e implementação de cotas para pessoas ciganas no serviço público, em todos os níveis da administração pública. Cléia e Jhony compreendem que este tipo de política é uma forma de garantir acesso, presença, participação e representatividade a comunidade cigana dentro da estrutura burocrática estatal, visto que os ciganos são historicamente empurrados para as bordas da sociedade e do Estado. Segundo eles, o estatuto e outras legislações podem subsidiar ações no campo da educação, diretamente nas escolas públicas e outros espaços educacionais, para que se ensine sobre o povo cigano e seus modos de vida. Nas palavras de Jhony: “assim, os alunos vão aprender que cigano não é bicho”.

Johny criticou o fato de ainda não existir uma política de cotas para ciganos em concursos públicos, destacando que as pessoas ciganas que ocupam atualmente algum cargo ou função na gestão pública, como ele sua esposa, constituem casos isolados, haja vista que a maioria da população cigana tem um acesso limitado ao próprio ensino superior.

Cléia reconhece que sua situação está longe de ser a regra para pessoas ciganas que, geralmente, enfrentam obstáculos socioeconômicos e culturais para acessar postos de trabalho, sobretudo, formais.

Políticas para povos ciganos, articulação e alinhamento na estrutura estatal

Jhony relatou, ainda, que ele e sua família apoiam um vereador que tem lutado pela pauta cigana em Palmas (TO) e que a associação foi criada pensando em mudar essa realidade. E lembrou que muitos ciganos do Tocantins se cadastraram em programas do governo através de Elias, liderança cigana de Brasília (DF), a quem conheceu há muito tempo. Dentre outras alianças com lideranças e figuras políticas, Johny também chegou a conhecer o Senador Paulo Paim (PT/RS) que foi o autor e relator do Estatuto Cigano e figura importante e aliada à luta cigana no Brasil. A costura dessas redes de contatos políticos, apesar de sua importância e da notória contribuição de algumas lideranças político-partidárias e da militância cigana, também aponta para a necessidade de estabelecimento de políticas de Estado que não dependam apenas de projetos políticos pessoais ou partidários.

Nesse sentido, Jhony destacou a necessidade de articulação e alinhamento entre os entes estatais a nível municipal, estadual e federal, evidenciando a importância não só do diálogo entre as três esferas do executivo, como também do apoio das instâncias governamentais federais – ministérios, secretarias, entre outros – às iniciativas no estado e à atuação das lideranças locais. Ele convidou a equipe a participar de uma reunião na Câmara Municipal, com o vereador conhecido como Folha, com o intuito de unir forças com ele e Cléia, representando a associação, e mobilizar atores políticos locais para promoção de ações que possibilitem mudanças efetivas na situação das comunidades ciganas do Tocantins.

Johny e Ana Cléia também enfatizaram que o governo federal precisa estabelecer articulações com lideranças políticas e que é fundamental a criação do estatuto cigano e sua implementação nos estados para preservação da cultura cigana no Brasil. Ele se mostrou, ainda, bastante interessado em continuar lutando pela causa cigana e contribuir para abrir espaços institucionais para os povos ciganos dentro do executivo local e junto a outros órgãos do estado do Tocantins para criação e implementação de leis, políticas públicas e

programas governamentais em áreas estratégicas para o atendimento das demandas da população cigana.

Conflitos internos, coesão social e vulnerabilidades sociais

Jhony também comentou sobre a necessidade de maior atenção do Estado às questões relacionadas à gestão dos conflitos internos e apontou este como um dos fatores que tem dificultado a organização coletiva entre os ciganos. Acredita que o preconceito e a rivalidade entre os ciganos calon, são os principais fatores que dificultam a inclusão e ascensão social dos ciganos. Ele ainda acrescentou que é necessário alguém para intermediar a paz entre os ciganos, a fim de promover a organização social e política desse grupo étnico. Johnny relatou algumas estratégias e mecanismos internos acionados para gerir esses conflitos e disputas dentro da comunidade cigana. Ele cita o exemplo dos casamentos entre jovens de famílias distintas e/ou grupos distintos com o objetivo de pôr fim às guerras e, até mesmo, episódios de violência entre os ciganos. Nesse momento, Johnny e Ana Cléia ressaltaram a necessidade de “um lugar possível para unir os ciganos”, como a criação de ranchos coletivos para acolhimento de pessoas ciganas em rotas itinerantes e fornecimento de cestas básicas para as famílias em vulnerabilidade social.

Com o avançar da noite, a equipe se despediu de Cléia, que tinha outro compromisso naquele dia. Mas, a despeito do breve encontro, a interlocução da equipe de pesquisa com ela e seu marido continuou ao longo do trabalho e pudemos contar com o suporte de ambos no fornecimento de informações e dados do estado do Tocantins e na mediação de contatos com outras famílias ciganas. Ambos também participaram do documentário, produzido no âmbito da execução deste TED – junto com o senhor Geraldo, pai de Cléia e sogro de Jhony – e estiveram presentes no seminário de apresentação dos dados parciais da pesquisa ocorrido na cidade de Brasília no mês de maio deste ano. A equipe também tem acompanhado a participação deles nos fóruns e eventos de discussão acerca da promoção da igualdade racial junto aos povos e comunidades tradicionais no âmbito das iniciativas do governo federal – nomeadamente do Ministério da Igualdade Racial – e também do município de Palmas.

Quadro 11 – Principais indicadores das famílias visitadas em Palmas (TO)

Nº	Categorias	Situação local em Palmas e região periférica de Palmas Taquaralto - TO
01	Nº de famílias	04 (quatro), sendo que 01 dessas famílias não está em vulnerabilidade social.
02	Nº de pessoas	13 pessoas: sendo 02 crianças, 03 adolescentes, 03 jovens, 03 adultos e 02 idosos.
03	Tipo de moradia	Casa precária, de alvenaria, com 04 cômodos, telhado com telhas de zinco e amianto, sem reboco, sem muro, apenas com cerca de arame, sem piso, com água encanada, com banheiro interno. Casa adquirida com recursos próprios. Apenas 01 dessas famílias, possui casa própria e em bom estado.
04	Região	Periférica com pouca estrutura, ruas sem pavimentações.
04	Saneamento básico	Não existe nem asfaltamento, nem água nem esgotos encanados.
05	Educação	A população adulta e idosa não possuem acesso, mas as crianças, jovens e adolescentes encontram-se matriculados na Educação Básica na rede pública de ensino. Os adultos manifestaram interesse em fazer EJA – educação de Jovens e Adultos. Apenas 01 dessas famílias, a mulher possui curso superior.
06	Segurança Pública	Não têm acessos, haja vista que estão expostos à violência e quando acontecem conflitos os policiais deixam que eles mesmos se resolvam entre si, não são acolhidos, nem ouvidos com legitimidade. Sentem-se discriminados e desprotegidos no quesito segurança pública no Estado e no Município.
07	Saúde	Os idosos encontra-se com a saúde comprometida, necessitando medicamentos e assistência médica. O município tem hospitais e postos de saúde, mas o atendimento é deficitário.
08	Assistência Social	Apenas uma pessoa da família recebe o benefício do bolsa-família. Os idosos não recebem aposentadoria.
09	Trabalho	Apenas as três mulheres adultas trabalham com vendas ambulantes, uma jovem trabalha em casa de família como babá, mas no trabalho não se identifica como cigana. Nenhuma delas possuem direitos trabalhistas. Apenas 01 dessas famílias possui emprego fixo, sendo a mulher professora do município e o seu esposo trabalha no setor público como assessor parlamentar.
10	Situação econômica	Vivem em vulnerabilidade social, sem renda fixa, sem apoio do governo e de forma precária, realizam apenas uma refeição por dia em família. Apenas 01 dessas famílias possui emprego fixo e não está em vulnerabilidade social.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.1.8.6. Paraíso do Tocantins

Processo de busca e localização

A saída para Paraíso do Tocantins (TO) ocorreu às 7h41 do dia 5 de setembro de 2024. A equipe de pesquisa chegou à cidade às 8h45min e fez uma parada em um posto de gasolina para busca de informações sobre a presença cigana na cidade. Os frentistas

informaram que as famílias ciganas costumavam “acampar” nas proximidades do posto, em um terreno baldio, mas, naquele momento não foi encontrado nenhum tipo de acampamento ou sinal de presença desse grupo nas mediações do posto – a equipe fez uma verificação no local. As pesquisadoras acreditam que se tratavam de grupos ciganos em situação de *pouso* que, provavelmente, já tinham se deslocado para outras paragens. Segundo um dos frentistas informantes, os ciganos mencionados eram ferreiros e fabricavam facas para comercializar, acrescentando ainda que eram pessoas “enroladas”, falas que reforçam o estigma social de discriminação e preconceito racial. Esse tipo de manifestação de falas discriminatórias foi recorrente em todos os municípios percorridos e sempre acontecia de forma muito naturalizada, sem nenhum tipo de constrangimento, ainda que fossem dirigidas a pesquisadoras que estavam trabalhando com a população discriminada. Atestando a conformação de uma mentalidade social e de práticas socioculturais já arraigadas no cotidiano das pessoas não ciganas e que criam uma atmosfera repulsiva à população cigana e, por vezes, negadora de sua presença.

Ainda assim, os funcionários do posto informaram haver um grupo de famílias ciganas residentes num bairro periférico de Paraíso do Tocantins/TO, denominado “Baixada”. Outras informações, obtidas na unidade do CRAS da cidade e junto a mototaxistas locais, também conduziram a equipe à identificação de presença cigana na cidade. Foram referenciados um cigano de nome Bonfim e sua esposa Cléia, ao lado de outro cigano denominado Salomão, que teria um filho que trabalhava como vigilante numa agência do Banco Itaú. Pessoas que foram mencionadas por mais de um informante como ciganos publicamente conhecidos na cidade, o que também sugeriu às pesquisadoras que poderiam se tratar de pessoas ciganas que dispunham de algum prestígio social ou respeitabilidade no contexto local, destoando do perfil “cigano suspeito”. Seguindo tais informações, a equipe se dirigiu até o Banco Itaú, mas o referido vigilante, filho do cigano Salomão, não foi encontrado. Um mototaxista nas mediações da agência, apontou o bairro Nova Fronteira como local de concentração de um grupo muito grande de pessoas ciganas, no entanto, segundo ele, esse grupo cigano já teria deixado a cidade após o assassinato de um de seus membros. Esse grupo, bem como o referido bairro, já haviam sido citados pelo Calon Jean de Porto Nacional/TO.

Contato com órgãos públicos municipais e fornecimento de dados públicos sobre a população cigana

No CRAS da cidade, a equipe foi recebida na entrada pela recepcionista Gabriele e por pessoas idosas que participavam, enquanto artesãs, de uma Oficina de Pintura de panos de pratos. Em seguida, a equipe conversou com a coordenadora Antônia, a qual informou não existirem no município pessoas ciganas cadastradas no sistema CadÚnico. Tendo em vista que o grupo cigano em situação de *pouso*, mencionado pelos frentistas do posto de gasolina na entrada da cidade, não haviam sido atendidos pelo CRAS nos períodos em que estiveram em Paraíso do Tocantins. O que já sugere que o fato de não possuírem residência fixa, atrelado aos demais fatores como práticas discriminatórias e o isolamento delas decorrente, possa ter comprometido o atendimento dessas pessoas ciganas. Mas, isso não chega a ser problematizado pela coordenadora do CRAS, ainda que ela não tenha se apresentado atitudes discriminatórias frente a população cigana e nem desconhecimento da presença cigana na cidade e de seu pertencimento étnico. Ela mencionou conhecer uma família cigana, mas, como as pesquisadoras já suspeitavam pelas informações obtidas anteriormente, se tratava de pessoas ciganas com boas condições socioeconômicas. Antônia, então, compartilhou com a equipe o contato de Cléia, membro dessa família e esposa do Calon Bonfim – pessoas previamente indicadas pelos funcionários do posto.

Composição familiar e perfil socioeconômico

Apesar da família de Cléia e Bonfim não se enquadrar no perfil de vulnerabilidade social, a equipe fez contato telefônico e agendou um encontro rápido em frente a residência dos mesmos. De acordo com a esposa do cigano Bonfim, a família extensa do marido reside no município há alguns anos e residem em moradias próximas. A mesma também relatou que tanto ela quanto seu marido mantêm relações com o poder público local, tendo já sido funcionários da administração municipal em gestões anteriores – naquele momento, ela ressalta que sua família e o grupo político ao qual estavam vinculados constituíam oposição à gestão atual. Cléia, inclusive menciona uma série de situações de perseguição decorrentes de posicionamentos político-partidários dela e de seus familiares. Sua fala e as poucas informações por ela compartilhadas na rápida conversa, apontam para a diversidade de perfis socioeconômicos nas comunidades ciganas. Mas, também para a existência de um conjunto de lideranças ciganas no estado do Tocantins que estavam, até então, invisíveis

para o governo federal, ainda que atuantes e reconhecidas em seus contextos locais e regionais.

Redes familiares e comunitárias

Mais tarde, em janeiro de 2025, na ocasião da filmagem do documentário na cidade de Palmas, uma parte da equipe conheceu o grupo de Paraíso do Tocantins, incluindo Salomão Neto, cigano Calon Neto do falecido Sr. Salomão, que já era uma liderança cigana muito reconhecida na região, que havia sido citado anteriormente por outros grupos e na visita da equipe à sua cidade, mas que não havia sido encontrado na ocasião. Sua família é composta, majoritariamente, por ciganos comerciantes e não são atendidos pela assistência social local por não se enquadrarem em perfil de vulnerabilidade social. Em diálogo com esse grupo, Salomão Neto relatou às pesquisadoras que sua família possui relações de parentesco e amizade com os ciganos do município de São Valério/TO – família do Sr. Paulinho Cigano.

Feita a busca ativa na cidade de Paraíso do Tocantins e sem localização de mais famílias ciganas, tendo em vista que o grupo cigano, apontado como residente do bairro Nova Fronteira por alguns informantes, não fora localizado e, provavelmente, havia deixado o município após conflitos violentos, conforme mencionado. De lá a equipe seguiu para Divinópolis/TO.

Quadro 12 – Principais indicadores das famílias em Paraíso do Tocantins (TO)

Nº	Categorias	Situação local em Paraíso do Tocantins - TO
01	Nº de famílias	04 (quatro), apenas 02 (duas) famílias não estão em vulnerabilidade social
02	Nº de pessoas	15 pessoas: sendo 02 crianças, 04 adolescentes, 04 jovens, 05 adultos.
03	Tipo de moradia	Duas famílias com casas bem precárias, de alvenaria, alugada ou cedida com 03 cômodos, telhado com telhas de amianto, com reboco, muradas, com água encanada, com banheiro interno. Casa alugada. As outras duas famílias com boas casas, com boa infraestrutura. sendo casas próprias adquiridas a partir dos seus recursos.
04	Região	Duas famílias na região Periférica com pouca estrutura, ruas sem pavimentações. Outras duas famílias residem em região central com boa infraestrutura.
04	Saneamento básico	Não existe nem asfaltamento, nem esgoto encanado, apenas água encanada – no caso das famílias em vulnerabilidade social. As outras famílias são atendidas nesse aspecto.

05	Educação	A população adulta uma parte dela é atendida pela educação básica e a outra não possui acesso, mas as crianças, jovens e adolescentes encontram-se matriculados na Educação Básica na rede pública de ensino.
06	Segurança Pública	Não procuram ou possuem pouco acesso, haja vista que quando precisaram não foram atendidos como gostariam. Percebem um certo distanciamento nesse setor. Reconhecem que estão vulneráveis nesses aspectos e sentem-se desprotegidos.
07	Saúde	Quando necessitam procuram atendimento na UPA, mas não se identificam como ciganos. O município tem apenas um hospital municipal e um posto de saúde com atendimento deficitário e precário.
08	Assistência Social	Apenas uma pessoa da família recebe o benefício do bolsa-família.
09	Trabalho	Dois famílias trabalham na informalidade com trabalhos domésticos e duas famílias são microempresários e trabalham com comércio formal.
10	Situação econômica	02 famílias vivem em vulnerabilidade social, sem assistência e sem renda fixa. E duas famílias possuem situação econômica boa e conseguem suprir suas necessidades básicas.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.1.8.7. Divinópolis

Processo de busca e localização

A equipe chegou em Divinópolis/TO às 11h00min do dia 05/09/2024 e fez sua primeira parada num posto de gasolina em busca de informações sobre a presença cigana no município. O frentista Jefferson informou sobre a presença de ciganos no bairro Setor Sol Nascente. Dali, a equipe se dirigiu à unidade do CRAS no município a fim de tentar localizar o endereço dessas possíveis famílias apontadas pelo frentista.

Contato com órgãos públicos municipais, fornecimento de dados público e especialização dos serviços prestados a população cigana

A equipe foi recebida pela Coordenadora Elaine que não possuía registros organizados do cadastramento de pessoas ciganas no CadÚnico que permitissem fazer uma checagem de dado – a sede do CRAS estava, inclusive, passando por reformas e a unidade estava, provisoriamente, funcionando em outro espaço. Ainda assim, ela confirmou a presença de algumas famílias ciganas em Divinópolis/TO e o atendimento de algumas delas pela assistência social local. Elaine foi bastante solícita com a equipe e demonstrou

bastante interesse em se instrumentalizar acerca dos povos ciganos e suas especificidades. Ela, sem dúvida, foi uma das poucas funcionárias da administração municipal que manifestou preocupação com a situação das pessoas ciganas e empenho em atendê-las, no entanto, também reconheceu não dispor dos instrumentos necessários para tal.

Elaine reforçou a importância e a necessidade de formação e preparo para lidar com as famílias ciganas de forma mais efetiva, reconhecendo suas próprias limitações – a funcionária chegou a questionar a equipe sobre a existência de materiais formativos como cartilhas direcionadas para orientação dos atendimentos no CRAS. As limitações e dificuldades levantadas pela mesma vão desde os entraves na comunicação, na compreensão entre assistidos e funcionários e servidores, a criação de uma linguagem comum sobre a estrutura burocrática estatal e o fluxo de funcionamento de seus serviços, até a gestão de conflitos envolvendo as famílias – sobretudo, moradoras do Setor Sol Nascente.

Na conversa, uma das pesquisadoras da equipe – Alice, cigana da etnia Calon – salientou que os ciganos precisam, em suas palavras, de uma boa “tradução” e que essa dificuldade dos não-ciganos em dialogar com pessoas ciganas ocorre pela falta dessa tradução. Ela também reforçou, o que a funcionária do CRAS já havia testemunhado à equipe a partir de sua própria experiência, que as instituições públicas carecem de compreensão acerca das formas de organização social dos grupos ciganos. Por fim, destacou que isso só é possível mediante a escuta dos relatos e das experiências das pessoas ciganas, bem como da observação das especificidades culturais dos grupos ciganos. Aqui, cabe ressaltar que este tipo de problemática exige um tipo de trabalho que o campo da Antropologia já tem feito há algum tempo na mediação das relações entre comunidades tradicionais e Estado. Qual seja, o trabalho de tradução da linguagem estatal para o universo simbólico dos ciganos e também o movimento oposto, das questões destes últimos para a estrutura estatal e seus operadores.

Elaine forneceu dados de 03 (três) famílias atendidas pelo CRAS, as quais possuem relações de parentesco, visto se tratar de 03 irmãs. Ela tentou, imediatamente, entrar em contato com elas no intuito de levar a equipe até o domicílio. A equipe acompanhou Elaine até a residência de uma das irmãs, no Setor Fernandinho, um bairro que carece de saneamento básico e pavimentação. No local, a equipe foi recebida por Aucilene. A entrada da equipe na residência foi facilitada pela mediação da funcionária da prefeitura, mas Aucilene manifestou cuidado em saber exatamente a motivação da visita. Após a devida

apresentação da equipe e da pesquisa, a mesma iniciou um relato sobre sua história de vida.

Composição familiar, fluxos migratórios, rotas e processo de fixação

Aucilene, de 34 anos de idade, é casada com um homem não-cigano, Aucilene tem três filhas: uma de 19 anos, outra de 17 e a mais nova com 12 anos de idade – também teve uma filha que, segundo ela, nasceu com algum tipo de deficiência e veio a falecer aos 5 anos de idade. Sua primeira gestação se deu aos 14 anos de idade. Ela informa ser filha de pai Calon e de mãe “moradeira”, ou seja, “moradora” (não-cigana) – a entrevistada informa, ainda, que a mãe é natural de Marabá. Neste momento acrescentou que para muitas pessoas ela é considerada cigana legítima, pois segundo suas tradições, é o homem quem porta a ciganidade/ciganidade. Mesmo pontuando este aspecto, Aucilene reconhece o peso da herança materna e diz à equipe que, se sua mãe fosse cigana “puxava ainda mais (acentuava a ciganidade), pois o sangue da mãe é mais forte”. Ela relata ter nascido em Altamira (PA) e ter sido criada pelo pai e a avó paterna, complementa dizendo que suas duas irmãs, Suelen e Rita, também residentes em Divinópolis (TO), nasceram em Santarém (PA) e Manaus (AM), dadas as andanças da família. Reforçando este elemento, Alcilene diz ter morado acampada em quase todo o estado do Pará, antes de fixar moradia no Tocantins.

A equipe observou durante as visitas haver uma rota migratória e um fluxo constante de deslocamento de grupos ciganos entre os estados do Tocantins e Pará, bem como redes de parentesco e aliança que se estendem entre os dois estados. Essas redes incluem contatos via aplicativos de mensagens e redes sociais, como Whatsapp – segundo Alcilene há um grupo no Whatasapp que reúne ciganos do Brasil inteiro. Ela confirma a presença de 4 (quatro) domicílios no bairro, pois além dela, suas irmãs Suelen e Rita, sua filha mais velha e também uma prima moram no setor Sol Nascente. A funcionária do CRAS, Elaine, já havia compartilhado com a equipe as dificuldades no atendimento de Suelen que, nas palavras de Alcilene “é mulher solteira da vida” – fala em tom descontrado. A equipe fez contato por telefone com Suelen, porém, a mesma não pôde receber as pesquisadoras em sua casa em virtude de estar ausente, em ocupações laborais. Alcilene também informou ter uma tia, de nome Branca, residindo em Paraíso do Tocantins.

Perfil socioeconômico, condições de moradia e acesso a políticas e serviços públicos

A residência onde Alcilene reside com o marido e duas de suas três filhas na cidade de Divinópolis é alugada, com estrutura em alvenaria e com fornecimento de energia elétrica e sistema de água encanada – a filha maior de idade já reside em casa separada localizada no mesmo setor. Alcilene disse não ter estudado e que, atualmente, trabalha como auxiliar de serviços gerais, no setor de limpeza, do Mercado Municipal da cidade. As filhas estão matriculadas na escola, mas ela relata que a filha do meio tem perdido aulas por estar frequentando bares e fazendo uso de bebida alcoólica – o que tem deixado a mãe visivelmente chateada e preocupada.

Em relação às questões de emprego e renda, Alcilene informou à equipe já ter trabalhado com vendas de artesanatos e “panos de prato” e, ainda, como empregada doméstica – em suas palavras: “na cozinha dos outros”. Acerca do acesso às políticas públicas, serviços e equipamentos públicos, a entrevistada reforça as dificuldades que pessoas ciganas enfrentam em função de seu pertencimento étnico e nos aponta como a etnia se torna um marcador que acentua os processos de marginalização e exclusão. Ela cita o exemplo das políticas públicas de moradia, denunciando que os responsáveis pelos projetos “só dão lote para quem não precisa”. Sobre o acesso à assistência social, ela relata ser cadastrada no CadÚnico e beneficiária do Programa Bolsa Família.

Saúde e demandas por atendimentos especializados para mulheres ciganas

Quanto aos serviços de saúde, Alcilene considera o acesso e atendimento bons, mas ressalta que não permite que profissionais do sexo masculino lhe atendam. Este foi um aspecto recorrentemente enfatizado pelas mulheres ciganas que, por sua vez, também denunciaram as dificuldades em ter sua demanda por atendimento com profissionais do sexo feminino respeitada, compreendida e aceita. O que, novamente, demonstra os impactos da falta de letramento e preparo dos funcionários e operadores da gestão pública em todos os níveis. Alcilene também apresenta uma demanda por serviços públicos que ainda não havia sido mencionada nem prospectada pelas próprias equipes de pesquisa e coordenações deste projeto. Trata-se de demanda referente às questões de mobilidade, sobre as quais a entrevistada sugere a criação de políticas que garantam passagens para pessoas ciganas – algo parecido ao que já é praticado nos transportes terrestres como no

caso de idosos e jovens – em suas palavras: “deveria ter uma carteirinha para quando nós viajar, nós ter passagem”.

Identidade cigana e marcadores culturais (língua e vestimentas tradicionais)

No que se refere às questões mais diretamente ligadas às manifestações culturais ciganas, Alcilene enfatiza que a comunicação na língua tradicional cigana só se dá entre ela e suas irmãs, em espaços privados, nunca em público. Ela também mostra, com satisfação, à equipe as vestimentas tradicionais da filha mais nova, mas relata que suas filhas não se identificam publicamente como ciganas. Ela relata, ainda, que a filha mais nova é chamada, fora de casa, de “cigana” a tem desagradado. Observa-se que, se por um lado, a negação da identidade cigana opera um processo de desidentificação e desumanização, por outro, a homogeneização sob o rótulo “cigana/o” destitui o sujeito de sua individualidade. Já Alcilene sempre torna pública sua identidade cigana, mas relata que isso não se dá de forma pacífica, assinalando o tratamento discriminatório que recebe ao manifestar seu pertencimento étnico. Em suas palavras: “tem gente que pensa que cigano é coisa de outro mundo, tem preconceito”.

Identidade cigana e discriminação

Nesta visita as questões que mais sobressaíram, ao longo da entrevista, foram as relativas às violências sofridas pela população cigana e ao estigma social, nas palavras de Alcilene: “tem muito cigano no meio do mundão sofrendo”. A entrevistada enfatizou que suas filhas não gostam de ser chamadas de ciganas e que isso se deve ao fato de já terem passado por muitas situações de preconceito e discriminação. Por esse motivo, tanto as jovens quanto a mãe, não fazem uso das vestimentas tradicionais e evitam falar a língua cigana em público. O maior medo de Alcilene é que suas filhas sejam assassinadas por serem ciganas, em suas palavras: “tenho medo delas usar e o povo meter bala nelas”, e completou: “nós não tem muita alegria não, sabe lá quando chega alguém e atira em todo mundo”.

Conflitos internos e dispersão territorial

Ela comenta, ainda, que sua família abandonou o comércio por meio de vendas e trocas depois do assassinato de um primo seu, ocorrido no estado do Mato Grosso. O caso desencadeou revanches e acertos de contas, o que gerou as mortes de mais 3 (três) pessoas – entre tios e primos de Alcilene – e o assassinato do filho de seu primo na cidade de Santarém. Sobre o caso ocorrido em Mato Grosso, ela relata que a família foi até a polícia, mas que a investigação do caso não avançou e, até o momento, não houve julgamento. Já no caso das mortes no Pará, ela informou que a polícia havia prendido 3 (três) suspeitos, entre eles um policial.

De acordo com Alcilene, a motivação dessa sequência de crimes teria sido a vingança decorrente de acertos de contas entre famílias ciganas. Segundo ela, a primeira esposa de seu primo havia se casado com outro homem cigano, mas dizia ao novo marido ainda ter sentimentos pelo primeiro parceiro, o que ocasionou o feminicídio desta mulher, cometido pelo atual marido que, na sequência, cometeu suicídio. Ainda, segundo Alcilene, a família deste cigano – segundo casamento da ex-mulher de seu primo – teria tomado conhecimento desse contexto e, com isso, culpabilizado seu primo e promovido um “acerto de contas” que ocasionou a morte de seu primo – e, posteriormente, dos demais parentes. Em resposta, de acordo com seu relato, membros de sua família extensa assassinaram mais 3 (três) pessoas da família rival. Este caso é relatado aqui, com muita fidelidade ao relato da entrevistada, para que os gestores públicos possam ter a dimensão da complexidade e da gravidade deste tipo de situação.

Houve entrevistas nas quais as próprias pessoas ciganas sugeriram que a inação do poder público – quanto às intervenções nessa problemática e desenvolvimento de políticas de gestão de conflitos e assistência jurídica próprios para comunidades ciganas – também funciona como estratégia de apagamento e mesmo de genocídio. A negligência e abandono por parte das polícias e do sistema judiciário são vistos como formas promover este genocídio de forma indireta ou se enquadraria no que, dentro da teoria social crítica, se nomeia atualmente como necropolítica.

Encerrada a entrevista e retorno das demais famílias ciganas que residiam no bairro, a equipe retornou para a cidade de Palmas, visto que já se aproximava o fim do dia e havia um encontro agendado com lideranças.

Quadro 13 – Principais indicadores das famílias em Divinópolis (TO)

Nº	Categorias	Situação local em Divinópolis - TO
----	------------	------------------------------------

01	Nº de famílias	05 (cinco)
02	Nº de pessoas	13 pessoas: sendo 04 crianças, 03 adolescentes, 02 jovens, 04 adultos.
03	Tipo de moradia	Casas alugadas e cedidas de alvenaria, com pouco reboco, na média de 04 cômodos, pouca infraestrutura.
04	Região	Região Periférica com pouca estrutura, ruas precárias e sem pavimentações.
04	Saneamento básico	Não existe nem asfaltamento, nem esgoto encanado, apenas água encanada.
05	Educação	A população adulta uma parte dela é atendida pela educação básica e a outra não possui acesso, mas as crianças, jovens e adolescentes encontram-se matriculados na Educação Básica na rede pública de ensino.
06	Segurança Pública	Possuem pouco acesso, haja vista que não se sentem muito à vontade, quando precisam não são atendidos como gostariam. Percebem um certo distanciamento desse setor. Reconhecem que estão vulneráveis e Sentem-se desprotegidos. Tentam resolver essas pendências entre eles mesmos.
07	Saúde	Precisam de assistência médica e quando necessitam procuram atendimento na UPA, mas não se identificam como ciganos. No município o atendimento é lento, deficitário e precário.
08	Assistência Social	Duas das mulheres/mães adultas recebem o benefício do bolsa-família.
09	Trabalho	As irmãs trabalham na informalidade com trabalhos domésticos e um homem adulto trabalha num órgão público do município.
10	Situação econômica	Às famílias encontram-se em vulnerabilidade social, com pouca assistência e sem renda fixa. Todas as famílias demonstram carências e até insegurança alimentar.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.1.8.8. Novo Alegre

Processo de busca e localização

Após conversas com estudantes da Universidade Federal do Tocantins |UFT campus Arraias, integrantes da equipe de pesquisa obtiveram contatos telefônicos de duas mulheres ciganas que residiriam em Novo Alegre (TO) - há 50 Km de Arraias. Foi agendado um encontro para o dia seguinte, no dia 29 de outubro de 2025 às 8h, com saída de Arraias (TO), uma parada para abastecimento em Campos Belos, em Goiás – município localizado há 23 km de Arraias e onde Ana Cléia, liderança residente em Taquaralto (TO) disse morarem duas tias também ciganas. Nesta parada, as pesquisadoras já abordaram os frentistas para sondar sobre a presença cigana na região, mas os mesmos não souberam informar. De Campos Belos foi feito novo contato com as irmãs ciganas Calin a fim de combinar um ponto de referência para o encontro.

Composição familiar, perfil socioeconômico e acesso a políticas e serviços públicos

A família cigana recebeu as pesquisadoras de forma bastante receptiva. A equipe apresentou a pesquisa e falou da sua importância para a construção de políticas públicas. Feito isso, as mulheres apresentaram suas casas, suas famílias, animais de estimação e trouxeram seus questionamentos e demandas. Cada uma delas é casada, com 02 (dois) e 03 (três) filhos em idade escolar e matriculados em escolas locais. As famílias moram em casas de alvenaria, alugada, com água encanada e energia elétrica. As irmãs finalizaram o Ensino Médio, mas não chegaram a cursar o Ensino Superior. Uma delas trabalha como servidora pública municipal, trabalhando em um posto de saúde local. A outra está desempregada e trabalha como dona de casa. A mesma relatou conviver com problemas graves de saúde (fibromialgia), que a impedem de trabalhar fora de casa e limitam suas condições de execução dos afazeres domésticos – ainda assim ela diz realizar a maior parte dessas tarefas sozinha e garantir a organização da casa. Ela alega que através do SUS não consegue realizar o tratamento completo que sua doença exige – que incluiria ser assistida por uma equipe multidisciplinar. A mulher não declarou à equipe receber qualquer tipo de auxílio financeiro governamental.

Neste caso, as pesquisadoras puderam perceber que o problema residia menos no fato de não ter acesso a um tratamento de saúde adequado por ser uma pessoa cigana e mais em decorrência de questões socioeconômicas e infraestruturais, visto que a própria rede municipal não dispõe de todos os serviços médicos que seu diagnóstico demanda.

Esta é uma realidade bastante comum no estado do Tocantins, sobretudo quando se trata de pequenas cidades interioranas. Constitui uma fragilidade generalizada quando se analisa a disponibilidade de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, apresentando um imenso gargalo no setor da saúde pública. O leque de serviços – incluindo variedade de especialidades médicas, equipamentos, leitos – é bastante limitado se comparado, por exemplo, com regiões e cidades de pequeno porte do Sul e Sudeste do país. Percebe-se, portanto, que as precariedades e vulnerabilidades pelas quais a população cigana já passa, em função de seu pertencimento étnico, são agravadas pela falta de infraestruturas urbanas ou precarização e fragilidade das mesmas que constituem um problema estrutural no Norte do país. É possível presenciar casos em que atendimentos básicos, como parto natural, não

encontram condições mínimas para serem realizados em alguns municípios do Tocantins, sendo encaminhados para cidades vizinhas – muitas delas há duas horas de distância.

Identidade cigana, marcadores culturais e discriminação

As irmãs embora guardem suas vestimentas tradicionais e falem o chibe entre elas, preservando suas tradições culturais, relataram à equipe que preferem não se identificar como ciganas no município, em decorrência da discriminação sofrida. Seus os filhos e filhas também não manifestam publicamente seu pertencimento étnico, mesmo no ambiente escolar por conta ofensas e violências sofridas. Uma das mulheres apresentou à equipe seu companheiro, que também é um cigano Calon. Seguindo as redes de parentesco, afinidade e aliança entre famílias ciganas, as pesquisadoras obtiveram o contato de uma tia e uma prima dessas irmãs que residem na cidade de Combinado (TO) - há aproximadamente 30 km de Novo Alegre. Foi realizado contato telefônico prévio com a família e a equipe seguiu viagem para mais uma visita.

Quadro 14 – Principais indicadores das famílias em Novo Alegre (TO)

Nº	Categorias	Situação local em Novo Alegre TO
01	Nº de famílias	03 (três)
02	Nº de pessoas	12 pessoas: sendo 03 crianças, 03 adolescentes, 03 jovens, 03 adultos.
03	Tipo de moradia	Casa simples alugada, de alvenaria, com 04 cômodos, telhado com telhas comuns de cerâmica, com reboco, com muro, água encanada, energia elétrica com banheiro interno.
04	Região	Central na entrada da cidade, rua asfaltada e iluminação pública.
04	Saneamento básico	Com acesso a saneamento básico
05	Educação	A população adulta acessou a educação básica, as crianças, jovens e adolescentes encontram-se matriculados na Educação Básica na rede pública municipal de ensino
06	Segurança Pública	A cidade é tranquila e elas ainda não percebem a necessidade, a ausência ou presença desse atendimento e assistência..
07	Saúde	Uma das irmãs, uma mulher cigana tem sérios problemas de saúde física. O município tem apenas um hospital municipal e um posto de saúde com atendimento reduzido e precário.
08	Assistência Social	Apenas uma mulher da família recebe o benefício do bolsa-família.
09	Trabalho	Apenas uma mulher da casa trabalha com emprego formal, ela é funcionária pública do município. Os demais são desempregados, ou realizam trabalho informal.
10	Situação econômica	Vivem em vulnerabilidade social, a maioria sem renda fixa, sem apoio do governo e de forma precária realizam com dificuldades suas refeições e necessidades básicas familiar.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.1.8.9. Combinado, Taguatinga e Dianópolis

Composição familiar e perfil socioeconômico

Em Combinado (TO), ainda no dia 29 de outubro de 2024, a família cigana já estava aguardando a equipe. Uma senhora idosa, sua filha casada e 02 netas. Elas também são ciganas Calin e já moram no município há mais de 20 anos. A casa é própria, pequena e simples, ainda em construção, mas com água encanada, energia elétrica e saneamento básico. De modo geral, a maioria das residências visitadas era pequena, de aspecto simples, algumas delas sem acabamento ou em processo de construção, com quintais e plantas – com exceção da residência da família do senhor Bonfim em Paraíso do Tocantins (TO) que, já da fachada, se percebia ser uma casa de grande porte e com acabamentos mais sofisticados.

A moça, prima das ciganas de Novo Alegre (TO), relata que engravidou logo que concluiu o Ensino Médio e, depois disso, não foi adiante com seus estudos, não buscando ingressar no Ensino Superior – apesar de, segundo ela, ainda nutrir esse desejo. Ela tem uma filha, matriculada na escola. O marido é comerciante, dono de uma oficina mecânica no município. A família relatou sofrer bastante muitos preconceitos e situações de discriminação em Combinado e outras cidades pelas quais passaram antes de fixar moradia ali.

Redes familiares e comunitárias

O Sr. Wanderley da Rocha, liderança cigana Calon de relevância no cenário nacional e que dava suporte à equipe naquele momento, já havia mediado por telefonado o contato com a família, informando sobre a seriedade e importância do trabalho. A senhora e sua filha informaram às pesquisadoras terem dois primos residentes no município de Aurora, há mais ou menos 40 km de Combinado. Ao chegar em Aurora, a equipe não conseguiu encontrar os rapazes que trabalham com venda ambulante e, ao que tudo indica, não se encontravam nas redondezas.

Diante disso, a equipe seguiu para Taguatinga (TO), onde visitou o CRAS, a UBS, postos de gasolina e comércio, na busca por informações sobre a presença de povos

ciganos no município. No entanto, em todos esses espaços, as pesquisadoras não obtiveram nenhuma indicação sobre a existência de famílias ciganas ali. No comércio falou-se de passagens pontuais de grupos ciganos pelo município em tempos de festividades locais, por conta das vendas ambulantes. Tal aspecto foi ressaltado em muitos lugares, apontando a presença de pessoas ciganas no comércio ambulante durante festejos do calendário municipal, incluindo ciganos com residência fixa e não só grupos itinerantes. Posteriormente, chegou ao conhecimento da equipe de que podem haver famílias ciganas residindo em Taguatinga em pontos mais afastados, fora do perímetro urbano ou mesmo em localidades rurais. A equipe seguiu viagem até Dianópolis, há 160 km, para realização de uma parada para descanso até retomar a rota para o próximo destino. Nos percursos pela cidade as pesquisadoras buscaram informações sobre a presença de ciganos, contudo, também não tiveram sucesso, observando a mesma atmosfera de animosidade e repulsividade em relação às pessoas ciganas, presente também em outras cidades do Tocantins.

Quadro 15 – Principais indicadores das famílias em Combinado (TO)

Nº	Categorias	Situação local em Combinado TO
01	Nº de famílias	02 (duas)
02	Nº de pessoas	08 pessoas: sendo 02 crianças, 01 adolescente, 03 jovens, 02 adultos e 01 idoso.
03	Tipo de moradia	Casa própria, simples, de alvenaria, com 05 cômodos, telhado com telhas comuns, ainda em processo de construção, sem reboco, com muro, com piso grosso de concreto, com água encanada, com banheiro interno. Casa adquirida com recursos próprios.
04	Região	Dentro da cidade.
04	Saneamento básico	Rua sem asfaltamento, sem acesso à rede de esgoto.
05	Educação	A população adulta e idosa não possuem acesso, mas as crianças, jovens e adolescentes encontram-se matriculados na Educação Básica na rede pública de ensino. Os adultos manifestaram interesse em fazer EJA – educação de Jovens e Adultos.
06	Segurança Pública	Não têm acessos, Sentem-se um pouco desprotegidos.
07	Saúde	A idosa encontra-se com a saúde frágil, necessitando medicamentos e cuidados médicos. O município tem apenas um hospital municipal e um posto de saúde.
08	Assistência Social	Apenas uma pessoa da família recebe o benefício do bolsa-família. A senhora idosa não recebe o benefício da aposentadoria.
09	Trabalho	Apenas um adulto da casa trabalha com emprego formal numa oficina mecânica e os demais são desempregados, ou realizam trabalho informal de vendas.
10	Situação econômica	Vivem em vulnerabilidade social, a maioria sem renda fixa, sem apoio do governo e de forma precária, mas conseguem realizar pelo menos duas refeições diárias.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.1.8.10. Paranã

Processo de busca e localização

No dia 30 de outubro de 2024, às 8 horas, a equipe traçou mais algumas estratégias de busca ativa na cidade de Dianópolis. Novos percursos pelas ruas e comércio local, visita ao CRAS, a UBS e postos de gasolina. Na feira, as pesquisadoras foram informadas que alguns grupos ciganos que moravam na região, haviam deixado a cidade durante a pandemia, em 2020. Diante das buscas frustradas, a equipe seguiu para o município de Paranã (TO), passando por Natividade (TO).

Em Paranã, a equipe procurou pelo CRAS que encontrava-se fechado. As pesquisadoras buscaram por uma escola pública na qual receberam informações sobre o endereço da residência da coordenadora do CRAS, a senhora Márcia. No entanto, a mesma não foi encontrada no domicílio. Circulando pela vizinhança e consultando moradores sobre a presença de famílias ciganas na cidade, obtendo informação com um entregador de gás de que haveria duas mulheres ciganas no município, as quais o mesmo conhecia. O rapaz conduziu as pesquisadoras até a casa de uma jovem mulher cigana Calin. A equipe se apresentou e informou a entrevistada sobre os objetivos da pesquisa.

Composição familiar, perfil socioeconômico e condições de moradia

A família mora em casa própria, que estava ainda em construção. O bairro de residência é periférico, com precária infraestrutura, sem ruas pavimentadas e tratamento de esgoto. A jovem é filha de um cigano Calon, falecido há 8 (oito) anos e do qual ela apresentou à equipe uma fotografia. A jovem cigana tem 3 (três) filhos, os quais estavam presentes na residência no momento da visita, e informou também ter uma irmã cigana, que não estava presente e não foi encontrada pelas pesquisadoras. Relatou à equipe que tanto ela quanto a irmã cursaram o Ensino Médio completo e têm interesse em ingressar no Ensino Superior, no entanto, não há universidades e faculdades no município. Os filhos também manifestaram o desejo de fazerem graduações e poderem ingressar em universidades públicas. A mulher trabalha com estética e beleza, tem um salão e é umbandista, seus filhos muito ligados a arte e a cultura cigana, tocam e participam

ativamente da vida familiar. A família se dedica a preservar e manter os aspectos centrais da cultura cigana, mas isso não ocorre sem que tenham que enfrentar os preconceitos a hostilidade local.

Quadro 16 – Principais indicadores das famílias em Paranã (TO)

Nº	Categorias	Situação local em Paranã TO
01	Nº de famílias	02 (duas) – contabilizando-se as famílias das duas irmãs
02	Nº de pessoas	08 pessoas: sendo 02 crianças, 02 adolescentes, 02 jovens, 02 adultos.
03	Tipo de moradia	Casa simples de alvenaria, com 04 cômodos, telhado com telhas de amianto, sem reboco, sem muro, apenas com cerca de arame, sem piso, com água encanada, com banheiro interno. Casa adquirida com recursos próprios.
04	Região	Periférica com pouca estrutura, ruas sem pavimentações.
04	Saneamento básico	Não há asfaltamento, nem esgoto encanado.
05	Educação	A população adulta tem acesso, as crianças, jovens e adolescentes encontram-se matriculados na Educação Básica na rede pública de ensino.
06	Segurança Pública	Não têm acessos, haja vista que estão expostos à violência e quando acontecem conflitos os policiais deixam que eles mesmos se resolvam entre si, não são acolhidos, nem ouvidos com legitimidade. Sentem-se desprotegidos.
07	Saúde	O município tem apenas um posto de saúde com atendimento deficitário e precário.
08	Assistência Social	Apenas uma pessoa da família recebe o benefício do bolsa-família.
09	Trabalho	As duas irmãs, são mães solas, trabalham informalmente por conta própria com estética no salão de beleza dentro da casa de uma delas.
10	Situação econômica	Vivem em vulnerabilidade social, sem renda fixa, sem apoio do governo e de forma simples e com dificuldades financeiras realizam pelo menos duas refeições por dia.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.1.9. Registros fotográficos da pesquisa de campo

4.1.9.1. Registro das entrevistas com os membros das famílias visitadas

Todas as fotografias aqui compartilhadas foram feitas pelas pesquisadoras integrantes da equipe e autorizadas pelas famílias visitadas, mediante assinatura de termo de consentimento e consulta livre – ressalta-se, entretanto, que seu compartilhamento é restrito à prestação de contas do trabalho realizado e visa, estritamente, fornecer elementos visuais aos agentes públicos para orientação das políticas e ações voltadas para pessoas ciganas. Há municípios que foram visitados, mas que não contam com registros fotográficos.

a) Porto Nacional (TO)



b) Silvanópolis (TO)



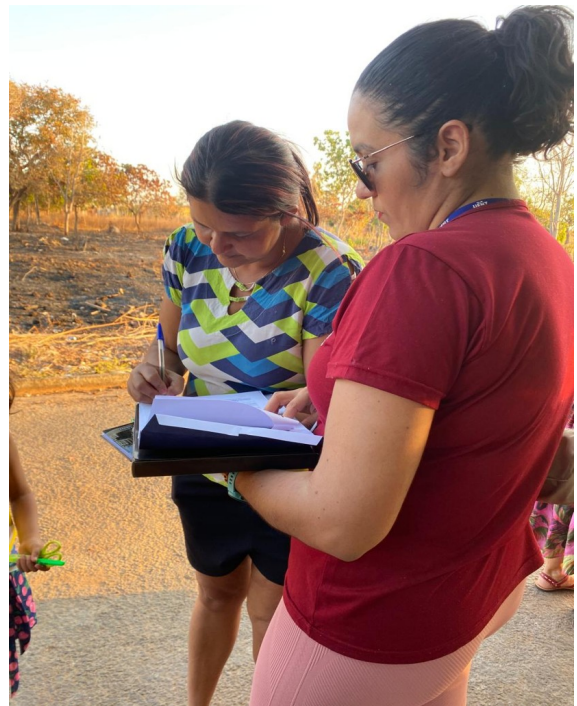
c) Divinópolis (TO)



d) Paraíso do Tocantins (TO)



e) Gurupi (TO)





f) Palmas (TO)



g) Novo Alegre (TO)



h) Combinado (TO)



i) Paranã (TO)



4.1.9.2. Registros das residências e bairros

a) Porto Nacional (TO)



b) Silvanópolis (TO)



c) Divinópolis (TO)



d) Gurupi (TO)



4.2. PARÁ

4.2.1. Identificação e caracterização geral do estado

O Pará destaca-se como a segunda maior unidade federativa em extensão territorial, integrando a Amazônia legal e compondo um dos principais eixos político-administrativos, econômicos e ambientais da região amazônica brasileira. Antes da colonização europeia, o território era ocupado por ampla diversidade de povos indígenas, dotados de sistemas sociopolíticos próprios, manejo territorial tradicional e redes de circulação fluvial que estruturavam as formas de uso do espaço e organização produtiva. O processo histórico de colonização engendrou profundas transformações sociais, marcadas por genocídios, tráfico de escravos, escravização e catequização de povos originários, imposição de assimilação pela miscigenação, deslocamentos forçados, reconfiguração sociocultural regional e expropriação de riquezas locais.

Numa trajetória de formação sócio-histórica e política atravessada por conflitos e projetos de integração nacional e desenvolvimento regional, o Pará consolidou uma identidade marcada pela coexistência de matrizes culturais indígenas, afro-brasileiras, luso amazônicas, caboclas e de centenas de comunidades tradicionais ribeirinhas, quilombolas e rurais. Configurando, assim, uma identidade paraense como síntese de dessas múltiplas matrizes.

Marcada pelo ciclo da borracha e outros projetos que estabeleceram as bases de uma economia extrativista e que também definiram dinâmicas territoriais constituídas por conflitos e disputas agrárias, a economia paraense apresenta atualmente forte especialização em setores primários de grande escala, como:

- mineração (ferro, bauxita, cobre, manganês) como principal motor das exportações;
- agropecuária comercial (soja, milho e pecuária bovina de corte) em expansão;
- extrativismo tradicional e pesca, fundamentais para a economia de subsistência e renda comunitária;
- logística hidroviária e portuária de exportação, com localização estratégica voltada ao Atlântico.

Apesar de elevado peso comercial no cenário nacional, persistem contrastes como a forte concentração de riqueza em cadeias de exportação mineral e agrícola e as desigualdades intermunicipais significativas em renda, escolaridade e infraestrutura. Além

da estruturação e manutenção da dependência histórica da produção de commodities que vulnerabiliza a economia local frente as oscilações do mercado global. Assim, a redução das desigualdades regionais, com ampliação de serviços, infraestrutura e oportunidades no interior rural e ribeirinho associada ao fortalecimento das políticas de gestão fundiária e governança ambiental, com integração entre órgãos federais, estaduais e autoridades locais, se fazem imprescindíveis para enfrentamento desses desafios históricos. A valorização de culturas tradicionais e o fortalecimento de economias de base comunitária, como alternativa ao modelo concentrador – baseado exclusivamente em commodities – também tem se tornado urgente, sobretudo, diante do aprofundamento da crise climática global.

Atualmente, a pluralidade cultural e étnico-racial do estado do Pará se manifesta em tradições religiosas como o Círio de Nazaré, na culinária baseada em alimentos amazônicos – açai, tucupi, peixe, mandioca –, na música de forte influência regional e nas formas de sociabilidade ancoradas nos rios. A cultura regional se reproduz e se renova na tensão entre globalização e territorialidade local, preservando elementos ancestrais em diálogo com aspectos da modernização que são incorporados a partir de uma lógica própria.

4.2.2. Formação histórica e política

A formação histórica do Pará é marcada pela articulação de processos coloniais, econômicos, demográficos e culturais que distinguem sua trajetória regional dentro da construção do Estado brasileiro. Antes da chegada europeia, a região era ocupada por uma extensa diversidade de povos indígenas – como Tupinambá, Nheengabás, Aruãs, Munduruku, Kayapó e outros – organizados em sistemas sociopolíticos próprios, com redes de mobilidade fluvial, manejo ambiental avançado e produção agrícola regionalizada. Esses grupos constituíam sociedades complexas, cuja presença moldou a paisagem cultural e ecológica amazônica, sobretudo, no período pré-colonial.

A ocupação europeia no século XVII inseriu o território na lógica expansionista da Coroa portuguesa, inicialmente impulsionada pelos interesses geopolíticos de controle da Amazônia frente a outras potências coloniais. A fundação de Belém, em 1616, estabeleceu o núcleo administrativo e militar da conquista, promovendo guerras de submissão contra populações indígenas e o estabelecimento do sistema missionarista – inicialmente jesuítico e, mais tarde, estendido a outras ordens religiosas. Tal processo resultou não apenas em

reconfiguração territorial, mas também em profundas transformações sociais, com deslocamentos forçados, escravização indígena, miscigenação e formação de grupos mestiços que dariam forma aos futuros segmentos populares urbanos e ribeirinhos da região.

No período colonial e início do Império, a economia da região esteve baseada no extrativismo vegetal – as chamadas drogas do sertão, cacau, canela, pimenta, castanha, madeiras, entre outros –, na produção agrícola regional e no controle das rotas fluviais. Entretanto, a centralização política metropolitana e a limitada integração econômica com o restante da colônia alimentaram tensões locais. A criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão (século XVIII) consolidou um aparato político-administrativo autônomo em relação ao restante da colônia, reforçando identidades regionais distintas, inclusive com maior presença direta da administração portuguesa e do comércio atlântico.

Durante o século XIX, o Pará observou um dos movimentos sociopolíticos mais marcantes da história brasileira: a Cabanagem (1835–1840). Originada do acúmulo de tensões étnicas, sociais e econômicas – envolvendo indígenas, negros, mestiços, camadas populares urbanas e segmentos médios locais –, a revolta expressou a insatisfação com a continuidade de estruturas coloniais após a independência, questionando a exclusão política e o controle oligárquico. Sua dimensão social e simbólica marca um ponto central na formação da cultura política amazônica, manifestando a presença de conflitos por autonomia, reconhecimento identitário e redistribuição do poder, cujos efeitos se projetaram por décadas na dinâmica regional e se estenderam para além do estado do Pará.

A partir da segunda metade do século XIX, o Pará experimentou transformações estruturais com o ciclo da borracha, que integrou definitivamente a região ao capitalismo internacional. Belém e Manaus tornaram-se centros urbanos cosmopolitas, receptores de investimentos públicos, infraestrutura urbana moderna – teatros, bondes, sistema elétrico – e intenso fluxo migratório nacional e estrangeiro em seus territórios. Contudo, esse crescimento ocorreu de forma socialmente seletiva, concentrando riqueza nas mãos das elites extrativistas e ampliando desigualdades socioeconômicas e políticas. Uma dinâmica que permanece operante após o colapso do ciclo da borracha na década de 1910.

No século XX, com a criação de programas federais de ocupação e integração territorial, como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953 e, posteriormente, os grandes projetos de infraestrutura e mineração orientados pelo regime militar – com destaque para Carajás, rodovias e hidrelétricas –, o

Pará foi reinserido no cenário desenvolvimentista nacional. Esse período aprofundou a integração com o mercado global, intensificou fluxos migratórios para o sudeste e oeste do estado e estimulou o surgimento de novas cidades e frentes agrícolas. Paralelamente, multiplicaram-se conflitos fundiários, registrou-se o avanço do desmatamento e disputas pelo uso dos recursos naturais, envolvendo empresários, colonos, populações indígenas, comunidades tradicionais e agentes estatais – este, infelizmente, segue sendo o retrato do cenário do jogo de forças e interesses políticos e econômicos na região.

Dessa maneira, pode-se sistematizar o percurso de formação histórica do estado do Pará a partir de alguns marcos centrais:

- Processo colonial violento, com expropriação territorial indígena e construção de redes de controle fluvial e missionário;
- Construção de identidades políticas regionais próprias, reforçadas por experiências como a Cabanagem e por longos períodos de relativa autonomia administrativa;
- Evolução econômica cíclica e dependente de produtos primários, como drogas do sertão, borracha e minérios, alternando fases de expansão e colapso;
- Integração tardia e seletiva ao território nacional, intensificada por políticas desenvolvimentistas do século XX;
- Diversidade cultural e sociopolítica persistente, que se reproduz em povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, populações urbanas e novos contingentes migratórios.

Trata-se de uma trajetória singular que compreende a formação de um estado cujas dinâmicas históricas permanecem centrais para compreender os desafios contemporâneos de governança territorial, desenvolvimento sustentável, equidade e valorização sociocultural.

4.2.3. Organização territorial e demográfica atual

O estado do Pará possui uma extensão territorial de O território estadual ocupa cerca de 1.245.828,829 km², com 144 municípios distribuídos irregularmente em sua vasta extensão territorial. O estado faz divisa com: Amapá (N); Suriname e Guiana (N, fronteira internacional); Roraima (N); Amazonas (O); Mato Grosso (S); Tocantins (SE); Maranhão (E). Possui um extenso litoral banhado pelo Oceano Atlântico (a nordeste), onde se destaca a Baía de Guajará e a Ilha do Marajó, a maior ilha fluviomarina do mundo. Nas últimas décadas, o ordenamento territorial tem sido reorganizado para fins estatísticos e de planejamento por: a) regiões intermediárias e imediatas; b) territórios de desenvolvimento; c)

áreas de proteção ambiental e terras indígenas. No que diz respeito à distribuição geográfica da população, a dinâmica demográfica caracteriza-se por:

- Forte concentração urbana na Região Metropolitana de Belém, que concentra administração pública, serviços e centros históricos;
- Crescimento de centros urbanos emergentes no sudeste paraense, associados à mineração e logística de exportação;
- Extensa presença de comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas no interior, com baixa densidade populacional e forte dependência da infraestrutura fluvial.

O Pará é o segundo maior estado do Brasil em extensão territorial e sua organização territorial reflete tanto sua vasta dimensão quanto sua diversidade geográfica e econômica. Assim como outros estados, o Pará utiliza a divisão geográfica oficial estabelecida pelo IBGE em 2017, que substituiu as antigas Mesorregiões e Microrregiões. O estado está dividido em 7 Regiões Geográficas Intermediárias, que representam os grandes centros de atração e os eixos de desenvolvimento:

1. Belém: Concentra a capital e sua área metropolitana, sendo o principal polo administrativo e de serviços.
2. Castanhal: Abrange a área do nordeste paraense, com forte vocação agrícola e pecuária.
3. Marabá: Importante polo no sudeste, ligado à mineração e à metalurgia.
4. Redenção: Localizada no sul do estado, é um centro significativo para a pecuária e mineração.
5. Santarém: Polo logístico e de serviços na região do Baixo Amazonas.
6. Altamira: Abrange a vasta região do Xingu, marcada por grandes projetos de infraestrutura (como a Usina de Belo Monte) e áreas de preservação.
7. Breves: Concentra a maior parte do Arquipélago do Marajó e suas áreas adjacentes.

As Regiões Intermediárias, por sua vez, se subdividem em 28 Regiões Geográficas Imediatas. Estas são unidades menores, focadas na rede urbana e nos fluxos cotidianos entre as cidades, garantindo uma delimitação mais precisa para o planejamento. A Região Metropolitana de Belém (RMB) constitui a principal aglomeração urbana do estado, incluindo a capital e municípios vizinhos, como Ananindeua e Marituba, para o planejamento integrado de transporte, saneamento e desenvolvimento. O estado utiliza subdivisões específicas para a gestão ambiental, fiscal e de desenvolvimento econômico, como as áreas de influência da Transamazônica e da Mineração de Carajás.

O Pará é, portanto, um estado de contrastes, onde a organização territorial busca equilibrar a gestão de vastas áreas de floresta, grandes projetos de desenvolvimento e a concentração urbana em polos regionais. Essas características resultam em acentuados contrastes no acesso a serviços públicos, indicadores sociais, conectividade territorial e oportunidades econômicas.

Quadro 17 – Mesorregiões e microrregiões geográficas do estado do Pará (IBGE)

	Região Geográfica Intermediária (Nova Mesorregião)	Número de Municípios	Regiões Geográficas Imediatas (Novas Microrregiões)	Cidades-Sede (Principais Polos)
1.	Belém	23	Belém (15 municípios)	Belém, Ananindeua
			Cametá (4 municípios)	Cametá
			Abaetetuba (4 municípios)	Abaetetuba
2.	Castanhal	39	Castanhal (14 municípios)	Castanhal
			Bragança (6 municípios)	Bragança
			Capanema (9 municípios)	Capanema
			Paragominas (6 municípios)	Paragominas
			Capitão Poço (4 municípios)	Capitão Poço
3.	Marabá	23	Marabá (13 municípios)	Marabá
			Parauapebas (4 municípios)	Parauapebas
			Tucuruí (6 municípios)	Tucuruí
4.	Redenção	15	Redenção (8 municípios)	Redenção
			Tucumã-São Félix do Xingu (3 municípios)	Tucumã, São Félix do Xingu
			Xinguara (4 municípios)	Xinguara
5.	Santarém	19	Santarém (6 municípios)	Santarém
			Itaituba (7 municípios)	Itaituba
			Oriximiná (6 municípios)	Oriximiná
6.	Altamira	9	Altamira (7 municípios)	Altamira
			Almeirim-Porto de Moz (2 municípios)	Almeirim
7.	Breves	16	Breves (10 municípios)	Breves
			Soure-Salvaterra (6 municípios)	Soure, Salvaterra
Total Geral do estado		144	21 Regiões Imediatas	24 Cidades-Sede (Polos)

Fonte: Elaborado pela própria equipe a partir da nova divisão do IBGE (2017).

Quanto ao perfil demográfico o estado do Pará apresenta uma população total de 8.120.131 habitantes, de acordo com o Censo de 2022, e uma estimativa populacional de 8.711.196 habitantes para 2025. Com seu vastíssimo território, a densidade demográfica é bastante baixa, perfazendo 6,52 hab./km². Esse baixo valor reflete a grande extensão territorial e a população relativamente distribuída – há disparidade grande entre regiões densamente povoadas, como em Belém, e áreas remotas da Amazônia. A urbanização tende a se concentrar em grandes centros – Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas –, enquanto muitas regiões interioranas, sobretudo ribeirinhas, mantêm características rurais ou de baixa densidade.

O crescimento populacional do Pará entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022, segundo dados do IBGE, foi de 7,06%. Isso representa um acréscimo de mais de meio milhão de habitantes no período. No que diz respeito à distribuição populacional no território, a Região Metropolitana de Belém concentra parcela significativa da população total, com densidades elevadas, enquanto regiões como o Baixo Amazonas e Xingu apresentam densidade populacional extremamente baixa, refletindo grandes extensões territoriais com ocupação esparsa.

Em relação ao perfil étnico-racial, a composição populacional do Pará segue a diversidade típica de estados amazônicos. A maior parte da população autodeclara-se parda/multirracial, um padrão que se estende por toda a Região Norte do país. Essa diversidade reflete processos históricos de miscigenação entre populações indígenas, afrodescendentes e europeias, bem como a presença de comunidades tradicionais na região. Também houve um crescimento na autodeclaração das populações preta e, principalmente, indígena.

O tamanho médio dos domicílios – ou densidade domiciliar – no Pará apresentou uma redução significativa de 2010 para 2022, seguindo a tendência nacional. Essa redução reflete uma diminuição do tamanho das famílias e o aumento no número de domicílios com menos moradores – como pessoas morando sozinhas ou casais sem filhos. O envelhecimento familiar atrelado à redução de tamanho de domicílio pode indicar transições demográficas importantes, com potenciais impactos sobre demanda por habitação, políticas sociais e planejamento urbano. A distribuição desigual entre regiões urbanas densas e áreas remotas exige políticas de desenvolvimento territorial que considerem tanto a densificação nas cidades quanto a interiorização de investimentos nas regiões menos povoadas.

4.2.4. Características ambientais, biogeográficas e econômicas

O Pará insere-se majoritariamente no bioma Amazônia, com florestas tropicais densas, várzeas e igapós; rios de grande porte, pertencentes à bacia amazônica; grande diversidade faunística e florística; atrelados a processos ecológicos de alta complexidade. O rio Amazonas e seus tributários estruturam a organização territorial, logística e sociocultural da população que se dá, majoritariamente, por mobilidade fluvial. Além, disso, o estado abriga amplos mosaicos de Unidades de Conservação federais e estaduais; Terras Indígenas demarcadas; e Reservas Extrativistas e demais áreas de manejo comunitário. O estado abriga parte significativa da Bacia Amazônica, abarcando os seguintes rios: Rio Amazonas, Rio Tocantins, Rio Xingu, Rio Tapajós. Assim, a navegabilidade constitui elemento central de transporte, integração e economia regional.

O Pará compõe o núcleo central da Amazônia e apresenta floresta ombrófila densa; campos de várzea; áreas estuarinas e litorâneas; ecossistemas de mangue de alta biodiversidade. Todos esses territórios participam de forma central da conservação da biodiversidade, segurança climática e reprodução social de povos indígenas, pescadores e extrativistas. Entre os principais desafios ambientais encontram-se: desmatamento associado à expansão agropecuária e ocupação desordenada; impactos decorrentes de grandes empreendimentos minerários e hidroenergéticos; conflitos socioambientais relacionados ao uso da terra e dos recursos naturais; necessidade de fortalecimento da governança territorial, monitoramento ambiental e controle de ilegalidades.

4.2.5. Quadro geral dos municípios visitados

4.2.5.1. Mapeamento territorial e alguns indicadores socioeconômicos dos municípios visitados

Conforme já mencionado, no estado do Pará foram visitados 3 (três) municípios: Belém, Ananindeua e Castanhal. Nesse sentido, as informações sobre o estado são apresentadas aqui de forma focada nesses municípios e agrupadas nos quadros abaixo a fim de fornecer dados gerais sobre o perfil socioeconômico da população de cada um dos municípios visitados.

Quanto ao mapeamento territorial do estado do Pará, podemos localizar os municípios visitados nesta pesquisa conforme o quadro abaixo:

Quadro 18 – Divisão territorial do estado do Pará por municípios visitados

Municípios	Área da unidade territorial	Região de Influência	Região intermediária	Região imediata	Mesorregião	Microrregião
Ananindeua	190,590 km ²	Arranjo Populacional de Belém/PA - Metrôpole (1C)	Belém	Belém	Metropolitana de Belém	Belém
Belém	1.059,458 km ²	Arranjo Populacional de Belém/PA - Metrôpole (1C)	Belém	Belém	Metropolitana de Belém	Belém
Castanhal	1.029,300 km ²	Arranjo Populacional de Belém/PA - Metrôpole (1C)	Castanhal	Castanhal	Metropolitana de Belém	Castanhal

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em agosto de 2025.

b) Meio ambiente

Destaca-se que as questões ambientais estão diretamente ligadas à ocupação do território, à saúde pública, às condições de vulnerabilidade social e à qualidade de vida de modo geral. Nesse sentido, elas contemplam também o mapeamento de determinados serviços e equipamentos públicos no que diz respeito aos sistemas de saneamento básico e gestão de resíduos e limpeza urbana. Quanto às questões ambientais, taxas de urbanização e bioma dos territórios, os municípios paraenses possuem discrepâncias que podem ser observadas abaixo. Apesar de todos comporem a região metropolitana do estado, o município de Castanhal apresenta uma baixa cobertura de rede de esgoto e mesmo a capital, Belém, não apresenta uma cobertura satisfatória. O que demonstra que as questões ambientais podem se configurar de forma ainda mais crítica nos grandes centros urbanos.

Quadro 19 – Indicadores sobre meio ambiente nos municípios visitados do estado do Pará

Municípios	Esgotamento sanitário adequado	Bioma	Área urbanizada
Ananindeua	30,64 %	Amazônia	62,75 km ²
Belém	59,43 %	Amazônia	147,35 km ²

Castanhal	17,15 %	Amazônia	44,28 km ²
-----------	---------	----------	-----------------------

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em agosto de 2025.

c) População, emprego e renda.

Aqui, as variáveis de emprego e renda estão atreladas aos índices de mensuração do desenvolvimento humano (IDH) e à riqueza produzida nos municípios. Considerando, portanto, a distribuição dessa riqueza e sua relação direta com as condições materiais de vida e possibilidades de desenvolvimento da população. Quanto às questões relacionadas a emprego e renda, tem-se no quadro abaixo a correlação entre os indicadores do PIB, IDH e salário médio – considerando os trabalhadores formais – no município visitado. Cabe ressaltar que, com relação a boa parte da população cigana, esses indicadores podem não refletir a realidade visto que as bases governamentais contabilizam os vínculos formais de empregabilidade, enquanto parte significativa dos povos ciganos vive do comércio informal.

Quadro 20 – Indicadores sobre população, emprego e rendimento nos municípios visitados do estado do Pará

Município	IDHM*	PIB per capita (R\$)	População censo (2022)	População estimada (2025)	Densidade demográfica (hab/km ²)	Salário médio mensal dos trabalhadores formais
Ananindeua	0,718	18.672,00	478.778 hab	509.227 hab	2.512,20	1,9
Belém	0,746	22.216,33	1.303.403 hab	1.397.315 hab	1.230,25	3,6
Castanhal	0,673	22.897,75	192.256 hab	209.126 hab	186,78	1,8

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em agosto de 2025.

d) Educação

O foco, aqui, recai sobre as infraestruturas de serviços e equipamentos públicos no campo educacional. Quanto aos índices educacionais, os dados sobre taxa de escolarização não necessariamente refletem os níveis de qualidade do ensino ofertado. O quadro abaixo apresenta o quantitativo de instituições de Ensino Básico nos municípios, apontando para a concentração de instituições de ensino na região metropolitana e

confirmando o padrão de maior disponibilidade de serviços e equipamentos públicos nas zonas centrais dos estados.

Quadro 21 – Indicadores sobre educação nos municípios visitados do estado do Pará

Municípios	Número de estabelecimentos de ensino fundamental	Número de estabelecimentos de ensino médio	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade
Ananindeua	219 escolas	71 escolas	97,53 %
Belém	526 escolas	177 escolas	98,08 %
Castanhal	111 escolas	31 escolas	98,45 %

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em agosto de 2025.

e) Saúde

Quanto ao campo da saúde, sobretudo às políticas universais e atendimentos básicos, são apresentados abaixo o quantitativo de unidades de atendimento do SUS e as taxas de mortalidade infantil – enquanto índice que funciona como um importante marcador das condições de vida em determinada localidade. Aqui, se observa uma alta oferta de serviços públicos de saúde na região metropolitana paraense, contrastando com um índice ainda significativo de óbitos por nascidos vivos – o que demonstra que, para além da oferta de serviços e equipamentos públicos a altura da demanda, é necessário que os atendimentos prestados tenham qualidade e efetividade na melhoria da saúde pública. Observa-se, novamente, a discrepância na oferta de serviços públicos de saúde entre a capital, Belém, e as outras duas cidades de sua região metropolitana.

Quadro 22 – Indicadores sobre saúde nos municípios visitados do estado do Pará

Municípios	Estabelecimentos de Saúde SUS	Mortalidade Infantil
Ananindeua	64 estabelecimentos	11,72 óbitos por mil nascidos vivos
Belém	168 estabelecimentos	15,52 óbitos por mil nascidos vivos
Castanhal	53 estabelecimentos	14,75 óbitos por mil nascidos vivos

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em agosto de 2025.

4.2.6. Breve histórico e caracterização dos municípios visitados na pesquisa de campo do estado do Pará

4.2.6.1. Belém

A formação histórica da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, está profundamente vinculada ao avanço da ocupação portuguesa na Amazônia e à consolidação da soberania lusitana sobre a região nos séculos XVII e XVIII. Fundada em 12 de janeiro de 1616 com o estabelecimento do Forte do Presépio às margens da Baía do Guajará, Belém nasceu como um núcleo militar estratégico destinado a proteger os interesses da Coroa diante da presença estrangeira de holandeses, ingleses e franceses, que exploravam o comércio das chamadas drogas do sertão e disputavam o controle das rotas fluviais amazônicas. A fundação do forte e o posterior surgimento do povoado que se tornou Feliz Lusitânia marcaram o início de uma política de interiorização da ocupação europeia, que envolveria expedições militares, implantação de missões religiosas, alianças e conflitos com populações indígenas e formação de rotas de circulação comercial pelas vias fluviais.

No século XVII, a cidade evoluiu lentamente como entreposto mercantil e base militar, expandindo-se a partir do núcleo inicial no Largo do Palácio, onde se instalaram a administração colonial, os primeiros equipamentos públicos, a Igreja e as moradias dos colonizadores. Belém tornou-se ponto obrigatório do escoamento dos produtos extrativos amazônicos para exportação, como cacau, cravo, baunilha, castanha, salsaparrilha e outras espécies vegetais valorizadas no mercado europeu. Esse ciclo mercantil consolidou a importância econômica da cidade dentro da estrutura colonial portuguesa e permitiu o surgimento de um quadro administrativo mais robusto, reforçado com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, que colocou Belém como centro governamental de uma vasta área da Amazônia. Nesse período, políticas pombalinas buscaram reorganizar a economia regional, modernizar a exploração dos recursos naturais e fortalecer o controle político sobre a região, o que promoveu reformas administrativas, impulsionou expedições e intensificou a urbanização inicial.

No século XIX, Belém consolidou-se como o principal centro urbano, político e econômico da Amazônia brasileira, acompanhando o processo nacional de independência e as transformações administrativas decorrentes. Após a emancipação do Brasil, a cidade passou por tensões sociais relevantes, destacando-se a Cabanagem (1835–1840), uma das revoltas populares mais importantes da região, marcada pelo protagonismo de segmentos indígenas, negros, pobres livres e mestiços, que, por um período, chegaram a controlar o

governo provincial. O conflito, embora posteriormente sufocado, revelou a complexidade das relações sociais e econômicas do Grão-Pará e teve efeitos duradouros na organização do poder político local.

A partir da segunda metade do século XIX, Belém experimentou profundas transformações com o advento do ciclo da borracha, que redefiniu sua economia e paisagem urbana. A crescente demanda internacional pelo látex levou a um período de crescimento acelerado, acompanhado por forte urbanização, modernização dos serviços públicos e embelezamento arquitetônico. A cidade recebeu iluminação elétrica, bondes, praças ajardinadas, novos edifícios públicos e espaços monumentais, como o mercado do Ver-o-Peso, que se consolidou como símbolo da identidade econômica e cultural local. O enriquecimento da elite urbana permitiu a importação de produtos e estilos arquitetônicos europeus, dando origem a uma paisagem urbana moderna e cosmopolita que marcou profundamente a identidade de Belém. No entanto, o declínio do ciclo da borracha nas primeiras décadas do século XX levou à retração econômica, ao abandono de projetos modernizadores e a uma reorganização produtiva que retomou o caráter extrativista e exportador em bases mais simples.

No século XX, Belém assumiu novas funções na estrutura federativa brasileira. Tornou-se centro administrativo, comercial e cultural da região Norte, recebeu universidades, institutos de pesquisa e consolidou sua vocação como porta de entrada para a Amazônia. A partir das políticas de integração nacional do governo federal, especialmente após a década de 1960, a cidade atraiu fluxos migratórios de diferentes estados brasileiros, ampliando sua malha urbana, diversificando seu tecido social e pressionando sua infraestrutura. Esse processo contribuiu para o crescimento desordenado de bairros periféricos, aumento das desigualdades socioespaciais e desafios permanentes para gestão urbana, sobretudo no campo do saneamento, mobilidade, habitação e serviços públicos.

Na contemporaneidade, Belém articula sua herança histórica, arquitetônica e cultural com um papel estratégico na formulação de políticas para a Amazônia. A cidade abriga importantes centros científicos, órgãos públicos federais e estaduais, instituições culturais e uma economia multifacetada que combina comércio, serviços, atividades portuárias e dinâmica turística baseada em sua gastronomia, mercados tradicionais e patrimônio histórico. Ao mesmo tempo, mantém uma identidade diretamente ligada à floresta, às populações tradicionais e às expressões culturais regionais, revelando uma formação

histórica marcada pela confluência entre ocupação colonial, ciclos econômicos sucessivos, transformação territorial e pluralidade cultural que se desdobram até o presente.

Belém (PA) configura-se como um município de elevada densidade urbana, distribuído em uma extensa malha administrativa que compreende oito distritos oficiais, um grande número de bairros e várias ilhas fluviais. Engloba 71 bairros e cerca de 39 ilhas sob sua jurisdição administrativa, distribuídas entre os distritos metropolitanos do município. A configuração geográfica de Belém é fortemente marcada pelo relevo fluvial, com grande parte de sua área influenciada pelos rios e igarapés amazônicos, o que contribui para a sua configuração territorial mista entre áreas continentais e insulares. Possui extensão territorial de 1.059,458 km², população de 1.303.403 habitantes e uma altíssima densidade demográfica de 1.230 hab./km², sobretudo, para os padrões da Região Norte – a estimativa populacional para 2025 é de 1.397.315 habitantes (CENSO, 2022). Seguindo a tendência do estado e da região, a maioria da população declara-se parda.

A cidade de Belém se insere em uma rede urbana maior como núcleo principal da Região Metropolitana de Belém (RMB). Essa condição metropolitana reforça a centralidade socioeconômica de Belém no Pará, tanto como polo de serviços públicos, culturais e acadêmicos, quanto como motor demográfico capaz de atrair fluxos migratórios internos e demandar infraestrutura urbana complexa. Assim, o município de Belém apresenta hoje um perfil territorial e populacional marcado por forte urbanização, densidade elevada, com quase total concentração urbana. A combinação de sua estrutura geográfica — com ilhas, distritos e bairros integrados por vias terrestres e fluviais — e sua relevância metropolitana fazem de Belém um epicentro demográfico e administrativo no contexto do Pará, com desafios e oportunidades inerentes à sua condição de capital amazônica.

4.2.6.2. Ananindeua

A formação histórica da cidade de Ananindeua, no Estado do Pará, insere-se no contexto de expansão territorial e demográfica da capital Belém e na ocupação da Região Metropolitana ao longo do século XX, marcada por transformações socioeconômicas, políticas e urbanísticas significativas na Amazônia Oriental. A origem do município está associada ao antigo povoado de Águas Lindas, área composta inicialmente por sítios e propriedades rurais que abasteciam Belém com produtos agrícolas e extrativistas. A dinâmica de ocupação inicial foi caracterizada por uma estrutura territorial dispersa, com

baixa densidade populacional e forte vínculo com atividades agropecuárias tradicionais. O nome Ananindeua deriva do termo tupi, “Anani” (nome de uma espécie arbórea da região, semelhante ao ingá), acompanhado do sufixo “-ndeua”, significando “lugar onde há anani”, refletindo a relação da paisagem original com elementos da flora amazônica e com a presença de populações indígenas que historicamente habitaram o território.

A consolidação administrativa do local ocorreu de forma gradual. Ao longo da primeira metade do século XX, a expansão urbana de Belém e o desenvolvimento de estradas de ligação entre a capital e áreas vizinhas intensificaram o processo de ocupação. O núcleo tornou-se distrito de Belém em 1943, no contexto de reorganização político territorial promovido pelo governo federal durante o Estado Novo, processo que fortaleceu estruturas locais de administração pública e contribuiu para o crescimento populacional. Seu desmembramento e elevação à categoria de município ocorreram em 3 de dezembro de 1961, por meio de lei estadual, reconhecendo a crescente autonomia urbana e econômica e institucionalizando seus limites administrativos próprios. Nesse período, o desenvolvimento de vias de circulação, sobretudo a BR-316, consolidou Ananindeua como área de expansão urbana complementar a Belém, facilitando o fluxo diário de pessoas, mercadorias e serviços e estimulando a urbanização acelerada.

A partir da década de 1970, ocorreram profundas transformações sociais e territoriais resultantes de políticas federais de incentivo à ocupação e integração da Amazônia, bem como do crescimento demográfico acelerado da Região Metropolitana. A oferta limitada de terras e moradias em Belém impulsionou fluxos migratórios internos para Ananindeua, levando ao rápido adensamento de bairros, expansão de loteamentos, formação de conjuntos habitacionais e ocupações espontâneas. Como resultado, o município deixou progressivamente sua condição rural para assumir caráter urbano marcado por alta densidade populacional, intensa verticalização habitacional e ampliação de infraestrutura pública, ainda que muitas vezes de forma mais lenta que a demanda social. Nesse processo, Ananindeua consolidou-se como cidade-dormitório para grande parcela da população trabalhadora que se deslocava diariamente para atividades econômicas em Belém, ao mesmo tempo em que passou a desenvolver seu próprio setor comercial e de serviços, transformando-se em importante polo urbano regional.

A modernização do equipamento público acompanhou o aumento populacional, com a criação e fortalecimento de unidades administrativas municipais, escolas, serviços de saúde, equipamentos culturais e sistemas de transporte e mobilidade urbana. Desde o final

do século XX, o município passou por uma série de obras públicas e investimentos urbanísticos que visaram estruturar espaços de convivência, ordenar o uso do solo, ampliar a capacidade de circulação e integrar áreas anteriormente isoladas. Esse processo contribuiu para o surgimento de centralidades urbanas próprias, consolidando uma dinâmica econômica mais diversificada e reduzindo gradualmente a dependência direta de Belém. Ao mesmo tempo, desafios estruturais típicos de municípios de expansão rápida persistiram, como desigualdades socioespaciais, vulnerabilidade ambiental, déficit habitacional e necessidade contínua de ampliação dos serviços públicos essenciais.

No século XXI, Ananindeua tornou-se o segundo município mais populoso do Pará e um dos maiores da Amazônia, desempenhando papel estratégico na Região Metropolitana de Belém. Seu processo de formação revela uma trajetória profundamente ligada à urbanização regional, às mudanças socioeconômicas impulsionadas pela industrialização tardia, à intensificação da mobilidade metropolitana e à expansão de fronteiras urbanas sobre áreas anteriormente rurais e florestais. A cidade reúne uma população socialmente diversa, marcada por forte presença de migrantes oriundos tanto do interior do estado quanto de outras regiões brasileiras, cujo crescimento consolidou uma identidade local associada simultaneamente à metropolização e às raízes históricas da ocupação amazônica. Essa trajetória de formação histórica, político-administrativa e sociocultural reflete a evolução da própria dinâmica urbana da Amazônia contemporânea na qual, municípios como Ananindeua, emergem como centros urbanos dinâmicos que expressam as transformações socioeconômicas, territoriais e demográficas em curso na região Norte do país.

A ocupação territorial atual de Ananindeua, município situado no Estado do Pará, revela uma configuração urbana bastante consolidada e densamente povoada. Com extensão territorial de cerca de 190,590 km², segundo o Censo de 2022, a cidade faz parte da Região Metropolitana de Belém e está fortemente integrada ao tecido urbano da capital. Núcleos como o bairro Cidade Nova, que possui vários conjuntos habitacionais, são exemplos da ocupação planejada e da verticalização residencial que caracterizam o crescimento urbano de Ananindeua. O perfil demográfico do município registrou uma população de 478.778 habitantes, resultando em uma densidade demográfica extremamente alta, de 2.512,20 hab/km², um dos mais elevados dentre os municípios paraenses, superando até mesmo a capital, Belém – a estimativa populacional para 2025 é de 509.227 habitantes (CENSO, 2022).

4.2.6.3. Castanhal

A formação histórica da cidade de Castanhal, no Pará, reflete um processo de ocupação ligado diretamente à expansão ferroviária, à colonização agrícola e à mobilização migratória do Nordeste brasileiro. A origem do município está associada à construção da Estrada de Ferro de Bragança, passo fundamental para o surgimento de núcleos de povoamento na chamada Zona Bragantina. Quando os trilhos da ferrovia chegaram ao local onde se planejava construir uma estação, havia ali uma castanheira frondosa, e foi justamente essa árvore que deu nome ao povoado. O desenvolvimento inicial da localidade ocorreu por meio da instalação de lotes agrícolas destinados a imigrantes cearenses, incentivados pelo governo estadual para colonizar a região e transformar os campos em áreas produtivas. Com a chegada da ferrovia, trabalhadores nordestinos se instalaram em torno da estação ferroviária, cultivaram terras e criaram uma pequena vila que abastecia Belém com produtos agrícolas.

Somente em 15 de agosto de 1899, essa vila passou a ter status formal, e décadas depois, por meio do Decreto Estadual nº 600, de 28 de janeiro de 1932, o distrito de Castanhal foi elevado à condição de município, sendo instalado em fevereiro daquele ano. No decorrer de seu percurso histórico, Castanhal sofreu reconfigurações territoriais, pois, inicialmente o município era composto por distritos como Anhangá, Apéu e Inhangapi, mas alguns desses foram desmembrados ao longo das décadas seguintes. Paralelamente, foi-se consolidando uma identidade local marcada por valores rurais, agrícolas e coloniais, com agricultores nordestinos, especulação fundiária e plantações nas cercanias da ferrovia. Um elemento menos visível, mas fundamental para entender a formação social de Castanhal, é a presença de comunidades quilombolas, como a do Quilombo São Pedro, cuja história oral aponta para descendentes de escravizados que habitaram a região ainda nos primórdios da formação municipal.

Com o passar dos anos, Castanhal transitou de município agrícola e ferroviário para uma cidade-polo do nordeste paraense. Sua posição geográfica favoreceu o crescimento: conectada pela rodovia BR-316, a localidade tornou-se importante corredor logístico para escoamento de produção agrícola e comercialização regional. A partir da segunda metade do século XX, a economia local diversificou-se, incorporando atividades de comércio e, mais recentemente, indústrias têxteis e de bens de consumo, o que contribuiu para transformar

Castanhal em uma das cidades mais dinâmicas da região. No plano cultural, a formação de Castanhal inclui a construção de praças simbólicas, como a Praça do Cristo e a Praça Matriz, que ao longo do século XX foram palco de encontros sociais, manifestações religiosas e estratégias de afirmação identitária. A Igreja tornou-se elemento central no cotidiano da vila, reforçando laços comunitários e ajudando a moldar a paisagem urbana. De modo que Castanhal emerge de sua origem como estação ferroviária e zona agrícola para assumir papel de destaque no Pará contemporâneo.

A ocupação territorial atual do município de Castanhal (PA) envolve uma área de aproximadamente 1.029,300 km², segundo o Censo de 2022. Apesar de sua extensão significativa, Castanhal apresenta um perfil urbano consolidado: sua localização estratégica é reforçada pela presença da rodovia federal BR-316, que cruza o município e conecta-o a Belém e outras cidades paraenses, facilitando o fluxo de pessoas, mercadorias e serviços. Castanhal integra a Região de Integração (RI) Guamá do Pará, conforme classificação de planejamento regional. O território do município combina áreas planas, clima equatorial úmido com alta pluviosidade média anual (~ 2.200 mm) e baixas altitudes, em torno de 41 metros acima do nível do mar. No que se refere ao perfil demográfico, Castanhal registrou 192.256 habitantes e uma densidade demográfica de 186,78 hab./km² que, comparada a Belém e Ananindeua, pode ser considerada baixa – a estimativa populacional do município em 2025 é de cerca de 209.126 habitantes (CENSO, 2022).

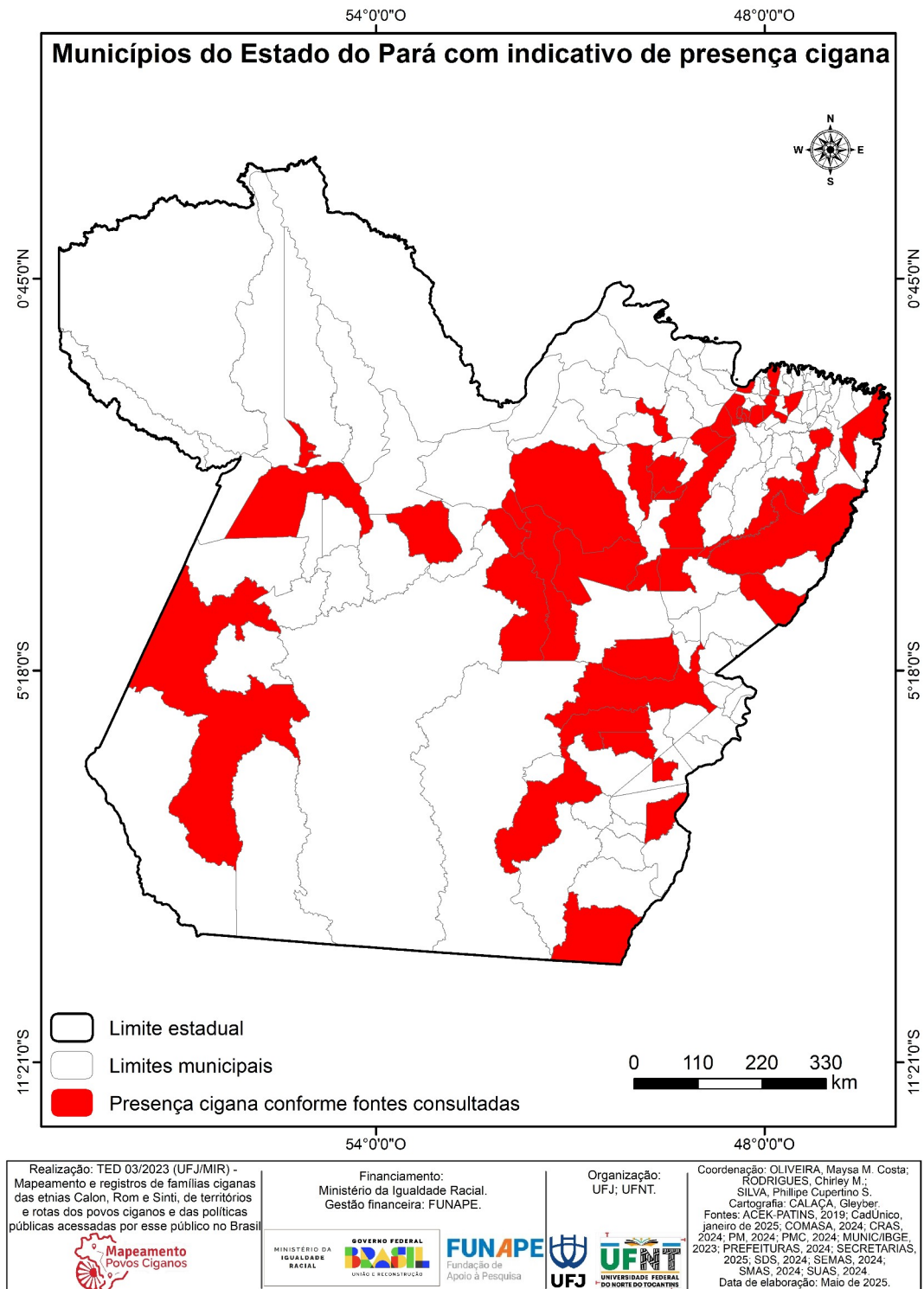
4.2.7. Presença cigana no estado do Pará

O mapa abaixo apresenta a distribuição de famílias ciganas de acordo com as bases de dados governamentais – nomeadamente da Base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CECAD/CadÚnico (2024). As bases de dados registram 42 (quarenta e dois) municípios, no estado do Pará, com presença cigana – identificados no mapa abaixo. Durante a pesquisa de campo foram visitados 3 (três) municípios – Belém, Ananindeua e Castanhal. Dentre estes, os/as pesquisadores/as visitaram uma pessoa do grupo étnico Rom na cidade de Belém, cuja família possui seis membros (os demais membros da família não foram entrevistados). Nas demais, não foram localizadas famílias ciganas, apesar dos órgãos governamentais a nível municipal, estadual e federal apontarem presença cigana. Em Belém consta presença de 19 (dezenove) famílias de acordo com as bases de dados da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) do

Estado do Pará, que foi visitada pela equipe que conversou diretamente com seu diretor. Em Ananindeua consta presença de 1 (uma) família de acordo com as bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CECAD e da SEASTER. Em Castanhal consta presença de 3 (três) famílias de acordo com as bases de dados do CECAD.

Observando o mapa abaixo, nota-se que, a despeito da negação e desconhecimento da presença cigana no estado tanto por parte da população quanto dos órgãos públicos locais, os dados apontam para uma forte presença cigana distribuída ao longo de quase todo território. No entanto, a extensão territorial do estado demanda um robusto investimento para realização de levantamentos mais amplos e detalhados que permitam a realização de buscas por municípios de difícil acesso.

Mapa 5 – Municípios do estado do Pará com indicativo de presença cigana



Fonte: Elaborado por Gleyber Silva (2025)

4.2.8. Registros das visitas de campo por município

Nesta seção apresenta, de forma descritiva, a realização das visitas de campo e levantamento dos dados de pesquisa, dando enfoque para o trabalho de busca ativa, localização e identificação de famílias ciganas nos municípios visitados no estado do Pará. As descrições elaboradas apresentam detalhes referentes a um conjunto de elementos-chave para um retrato preliminar da situação da população cigana na região norte, tais como:

- ambiente e condições infraestruturais das localidades visitadas;
- condições de moradia das famílias;
- composição dos grupos familiares;
- abordagem das equipes e recepção por parte das famílias;
- relações com outras famílias, comunidades e grupos ciganos;
- compartilhamento, por parte das famílias visitadas, de informações sobre a presença de outras famílias ciganas na região;
- condições de deslocamento e itinerância;
- condições de fixação e sedentarização;
- condições gerais de vida, com enfoque nas questões socioeconômicas e acesso a serviços e equipamentos públicos (moradia, saneamento, saúde, educação, emprego, cultura, justiça);
- relações das famílias ciganas com os órgãos públicos locais, nomeadamente com a administração municipal, e com a população não cigana;
- situações de discriminação e violência;
- demandas das famílias por ações governamentais, políticas e serviços públicos.

Os relatos descritivos também apresentam reproduções de falas e expressões nativas a fim de oferecer elementos para o aprofundamento da compreensão do universo da cultura cigana e conhecimento de suas formas de concepção da realidade que os circunda – como nomeiam fatos, eventos e situações; como classificam, definem e qualificam pessoas, situações e acontecimentos; como se localizam na realidade em que estão inseridos; em que termos expressam saberes e fazeres de sua cultura; de que maneira posicionam a estrutura estatal e seus agentes; como ressignificam sua história e atualizam seus conhecimentos.

As descrições também veem acompanhadas de observações e breves análises e recomendações para os gestores e demais interessados, que serão sistematizadas ao final deste relatório. Cabe, aqui, destacar que alguns municípios foram visitados pela equipe de pesquisa, mas neles não foram encontradas famílias e grupos ciganos a partir do instrumento de busca ativa e da solicitação de informações junto aos órgãos do poder público local.

No estado do Pará, conforme já registrado, foram visitados os municípios de Belém, Ananindeua e Castanhal, todos situados na região metropolitana. Os registros das buscas ativas e entrevistas nas cidades de Belém e Ananindeua encontram-se reunidas em um único tópico, seguido dos registros do trabalho de campo realizado em Castanhal. Os quadros que acompanham as descrições registram apenas os dados referentes às famílias entrevistadas.

4.2.8.1. Belém e Ananindeua

Processo de busca e localização em Belém

Na cidade de Belém, o trabalho de campo teve início na manhã do dia 23 de fevereiro (domingo), com a equipe realizando percursos a pé pela feira da Praça da República, que acontece todos os domingos e em alguns feriados, no horário de 8hs às 14hs – nela são vendidos uma variedade de produtos, tais como: artesanato, roupas, livros, brinquedos e comidas. A feira havia sido indicada como um possível lugar onde mulheres ciganas circulavam fazendo trabalho de leitura de mãos (quiromancia) e, seguindo essa indicação, a equipe circulou pela feirinha buscando por essas mulheres, mas também por mulheres ciganas vendendo panos de prato – um item comumente comercializado pelas mulheres ciganas, conforme já mencionado em visitas realizadas em outros municípios.

A equipe também conversou com alguns vendedores das barraquinhas, a fim de saber se os mesmos tinham conhecimento da presença de pessoas ciganas na cidade de Belém e se já haviam visto pessoas ciganas pela feira. Algumas dessas pessoas chegaram a dizer já terem visto pessoas ciganas em Belém, em especial mulheres, mas há muito tempo. Outros ambulantes e transeuntes indicavam que, às vezes, um grupo de mulheres ciganas frequentava a praça aos domingos, mas que já não as viam há algum tempo, e outras pessoas confundiam pessoas hippies com ciganos. Aqui temos um elemento

interessante a ser observado, visto que associação, feita pelas pessoas, entre ciganos e hippies não parece trivial. Além da posição de marginalidade em que ambos os grupos são situados pela sociedade, parece haver uma associação, sobretudo, pautada na questão do nomadismo e da ocupação de ruas, espaços públicos mais movimentados, para comercialização. Pode-se associar também a relação que ambos os grupos têm com as artes e trabalhos manuais, artesanais, e a comercialização dos mesmos.

Nesse mesmo dia, a equipe de campo visitou o mercado Ver-o-Peso, que foi outro local indicado como um ponto onde haveria a possibilidade de encontrar mulheres ciganas realizando o trabalho de leitura de mãos. Assim, a equipe circulou pela área do mercado e conversou com alguns feirantes para obter informações sobre a presença de famílias ciganas na cidade de Belém. Nas abordagens, a equipe também questionou se já haviam visto pessoas ciganas, em especial mulheres, circulando pela feira, comercializando mercadorias como panos de prato ou fazendo leitura de mãos. As respostas foram semelhantes às obtidas na feira, de que havia algumas mulheres, mas que, há algum tempo, não eram mais vistas por ali ou que ciganos só foram vistos na cidade há muitos anos e que, atualmente, não haveria mais presença cigana em Belém. No período da tarde, dois membros da equipe retornaram ao mercado Ver-o-Peso, em uma segunda tentativa de localizar as mulheres mencionadas, mas obtiveram as mesmas respostas.

Invisibilidade das populações ciganas, discriminação e hostilidade, estratégia de anonimato

Cabe assinalar que esse tipo de resposta, um tanto evasiva até, não pode passar sem algumas observações do ponto de vista analítico. Foi recorrente, ao longo das visitas de campo, ouvir da população não-cigana local que teria havido momentos pontuais de concentração de grupos ciganos ou mesmo expressões como: “antigamente tinha muito cigano aqui, hoje não tem mais”, até mesmo num certo tom que sugeria que, agora, a cidade estaria “livre” de ciganos. A equipe também ouviu, muitas vezes, que em outros tempos era comum ver pessoas ciganas transitando pelas ruas, em grupos, na venda ambulante e que “hoje em dia já não se vê mais”. O mesmo é válido quando se interroga sobre a presença de acampamentos e grupos maiores. Do ponto de vista analítico, é possível fazer algumas ponderações. Primeiro, há que se considerar o próprio fator da discriminação, repulsividade e hostilidade aos povos ciganos que ainda impera na

mentalidade do senso comum da população não-cigana e que se reproduz nas políticas locais de gestão urbana que têm por padrão adotar critérios higienistas e aporofóbicos em relação não só às populações ciganas como também a outros grupos minoritários – pessoas em situação de rua, artistas itinerantes, entre outros.

Nesse sentido, as falas dos moradores refletem essa atmosfera e se traduzem numa lógica de que, antigamente, isso não estava sob controle. Elas também parecem ser demonstrativos dos efeitos de políticas públicas, que têm se reproduzido há algum tempo nos municípios de todo país, que proíbem e/ou criminalizam a estruturação de acampamentos em áreas urbanas – dado apontado em diálogo com a literatura especializada na introdução deste relatório. De modo que, é preciso considerar com certo cuidado as afirmações de que não há mais ciganos nas cidades, ainda que, em muitos casos, tenham se confirmado relatos de fuga ou migração de um conjunto de famílias ou grupos inteiros por conta do envolvimento em situações de conflito, violência e criminalidade – como também já foi relatado aqui.

Estigma social e criminalização da presença cigana nos espaços públicos

Outra questão a ser considerada é o próprio processo de sedentarização das populações ciganas – que não deixa de estar conectada com a proibição dos acampamentos, mas que também decorre de outros fatores – que pode estar sendo expressa numa paisagem urbana com menos presença de ciganos nos espaços públicos e menos presença de grupos ciganos circulando juntos pelas cidades. Logo, é possível que se tenha aqui um padrão sobre como a população não-cigana “aprendeu”, historicamente, a identificar pessoas ciganas e sua presença nas cidades e que, diante dessas novas configurações, pode sugerir uma falsa impressão de que não há mais ciganos nas cidades. Essa imagem também pode estar sendo reforçada pelo fato das pessoas ciganas estarem recorrendo a estratégias de camuflagem e anonimato em decorrência das discriminações, violências e perseguições sofridas por seu povo, como também como resultado da atmosfera de hostilidade se impõe em muitas cidades e regiões que a equipe pôde visitar.

Portanto, a aparente ausência de povos ciganos nas cidades da Região Norte do país como um todo, seja em cidades grandes ou pequenas, pode ser um reflexo de todas essas questões que estão entrelaçadas entre si. E, ao longo dessa pesquisa, esta “ausência aparente” mostrou que há, na verdade, uma imensa dificuldade em localizar grupos e

famílias ciganas diante da falta de registros nas bases de dados governamentais e do próprio interesse por parte de alguns deles de não serem encontrados. Apontando a necessidade de um trabalho complexo, e que conjugue diversas frentes, no sentido de criar ambientes seguros para as pessoas ciganas viverem. O que inclui eliminar práticas discriminatórias e promover letramento da população não-cigana e dos agentes e gestores públicos – sobretudo, no âmbito da administração municipal; assegurar acesso a direitos fundamentais; desenvolver políticas de acolhimento e inclusão; impedir medidas higienistas na estruturação dos espaços públicos das cidades – para que elas possam acomodar os modos de vida e práticas dos povos ciganos e inseri-los na paisagem urbana, diversificando-a e não a padronizando; alinhar políticas e protocolos voltados para os povos ciganos entre todos os entes, setores e âmbitos da administração pública.

Processo de busca e localização em Ananindeua

Na segunda-feira, dia 24 de fevereiro, logo pela manhã, a equipe de campo se deslocou à cidade de Ananindeua, que fica a 19,3 km da capital Belém. O ponto de partida foi um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) localizado no centro da cidade. Chegando lá, a equipe conversou com a assistente social Socorro, que informou que naquele CRAS não havia demanda de famílias ciganas e que a equipe deveria se dirigir às unidades que atendiam famílias ciganas, como também à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho (SEMCAT). A equipe se deslocou a SEMCAT, chegando lá foram expostos os objetivos do trabalho e questionou-se sobre o registro de famílias ciganas no CadÚnico. Ao que o assistente social Amaury Silva (Assessor Técnico), Coordenador da Proteção Básica, respondeu que, naquele exato momento, estava ocorrendo uma reunião com as Coordenadoras dos de todas as unidades do CRAS do município. Assim, logo que soube do objetivo da visita da equipe de pesquisa, perguntou às coordenadoras se suas unidades atendiam famílias ciganas. No entanto, as coordenadoras presentes na reunião informaram que não tinham demanda de famílias ciganas.

Contato com órgãos públicos municipais e fornecimento de dados públicos sobre a população cigana

Este também foi um padrão de resposta que a equipe ouviu recorrentemente dos agentes e gestores públicos, nomeadamente, de funcionários dos CRAS, UBSs e Secretarias Municipais de Assistência Social: “não há demanda”. Aqui, cabem também algumas ponderações. Primeiro, observa-se haver um cenário parecido nos estados do Pará e Tocantins. Por um lado, repetem-se alguns elementos acerca da situação geral das populações ciganas nas cidades – discriminação, perseguição, consequente anonimato e encobrimento dos símbolos de pertença étnica que possam identificá-las, marginalização, perfil de morador e ausência de identificação étnica nos atendimentos recebidos dentro dos espaços de serviços públicos básicos, seja porque a própria pessoa atendida/assistida não deseja se identificar, seja pela própria falta de instrumentos de registro nas instituições. Por outro lado, repete-se também um padrão de estruturação das práticas institucionais, protocolos de atendimento e gestão das políticas públicas na administração municipal. Este padrão não só se mostra alheio às especificidades de povos tradicionais como os ciganos – especificidades estas que demandam novos protocolos e tipos de atendimento –, como também reprodutor de uma lógica do cidadão como cliente, o que destoa completamente do caráter universal das políticas públicas de assistência social, saúde e educação.

A expressão “não há demanda” demonstra que não há iniciativas, por parte dos órgãos públicos locais, em buscar pelas populações ciganas, tão pouco políticas e ações de priorização de grupos minoritários e populações tradicionais nos atendimentos ofertados, além de revelar uma postura e uma perspectiva de que a população é que deve ir até o Estado e não o contrário. Ocorre que, no caso de populações acometidas por processos históricos de exclusão, é o Estado que precisa ir até elas. Aqui, o ponto não é responsabilizar, individualmente, assistentes sociais e outros profissionais, mas apontar para uma distorção na própria estruturação da oferta de serviços e equipamentos públicos, ou mesmo para uma fragilidade maior das estruturas municipais. Algo que exige atenção dos gestores públicos do governo federal que atuam na melhoria de políticas públicas universais e específicas para determinados grupos sociais.

Interpelando o assistente social, Sr. Amaury, a coordenadora da pesquisa de campo questionou se no formulário de cadastro das famílias há algum campo para registro da etnia cigana. Ele informou não haver e as famílias só são cadastradas no atendimento das unidades do CRAS caso procurem por seus serviços, porém, no caso das famílias ciganas já se sabe que estas, no geral, não procuram as unidades e assistente social confirmou essa informação ao falar das unidades da cidade de Ananindeua. Ele completa dizendo já

ter havido casos de famílias que procuraram o CRAS para solicitar ou tirar alguma dúvida em relação a algum benefício, mas que, em seguida, elas se mudaram da cidade. Ou seja, o próprio funcionário da instituição reconhece que o público cigano não procura as unidades de assistência social, mas não considera que este tipo de situação configuraria um problema a ser sanado por meio de busca ativa dessas famílias. Foi recorrente, nas visitas de campo, ouvir dos servidores e funcionários da assistência social que as famílias ciganas não procuram os serviços das unidades, um dado que chega de forma bastante naturalizada, mas que configura um problema facilmente sanável em cidades pequenas e em pequenas escalas como no alcance dos bairros ou regiões e setores atendidos por cada unidade.

Amaury também informou a equipe que, semanas antes, havia algumas mulheres ciganas fazendo leitura de mãos na passarela de acesso à rodovia, que fica no centro de Ananindeua e próximo a um local de comércio. A partir dessa informação a equipe se dirigiu à passarela para tentar encontrar essas mulheres, no entanto, ao chegar ao local da passarela não foram localizadas pessoas ciganas. Em conversa com vendedores de algumas lojas no local, a equipe tomou conhecimento de que a última vez que se teve notícia de mulheres ciganas por ali havia sido no mês de dezembro de 2024.

No dia seguinte, 25 de fevereiro, para otimizar os trabalhos, a estratégia adotada foi dividir a equipe, para que uma parte da equipe cobrisse Belém e a outra se dirigisse à cidade de Castanhal. Assim, a parte da equipe que ficou em Belém no período da manhã foi à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), com a finalidade de obter dados acerca do quantitativo de famílias ciganas no Estado do Pará e também na cidade de Belém. A equipe foi atendida pelo Sr. Ricardo, da Diretoria de Renda, Cidadania e Combate à Pobreza (DRCCP). Em conversa breve, o diretor informou à equipe que, recentemente, o Ministério Público havia solicitado à secretaria informações sobre a existência de políticas públicas direcionadas à população cigana no Estado. Em seguida, o diretor encaminhou as pesquisadoras à equipe responsável pelos dados do CadÚnico. Esta forneceu alguns dados quantitativos relativos às famílias ciganas no Estado do Pará (Anexo VI). Em breve conversa, a Sr^a. Adriana informou já ter identificado algumas famílias ciganas atendidas, porém, não houve continuidade no atendimento, o que dificultou o acompanhamento.

Processo de busca e localização

Ainda no dia 25 de fevereiro, no fim da manhã e início da tarde, duas das pesquisadoras, que já haviam feito contato telefônico prévio com uma mulher cigana, foram ao seu encontro no hall do hotel Grão Pará. Neste caso, assim como com os ciganos de Palmas, não houve visita ao domicílio, por escolha da entrevistada que definiu o local para a conversa com as pesquisadoras.

Composição familiar e perfil socioeconômico

Rebecca se identificou como cigana da etnia Rom, residente na cidade de Belém com sua família. Durante a conversa, ela disse ser neta de uma cigana Calin e de um cigano Rom, sendo que sua mãe, cigana e filha deste casal, se uniu a um homem não cigano. Ou seja, Rebecca é filha de um pai gajon e, segundo ela, por conta disso muitos ciganos, principalmente da etnia Calon, por vezes colocam em dúvida a autenticidade da sua ciganidade. Ela relatou participar de eventos ciganos e que, nesses espaços, já teve seu pertencimento étnico questionado por outros grupos, o que lhe trouxe alguns desconfortos. Rebecca possui o ensino superior completo, cursou pós-graduação e já ocupou espaços públicos de poder e de fala com bastante visibilidade. É uma pesquisadora que debate gênero na perspectiva do casamento infantil no Brasil, onde a mesma declara que tem se posicionado contrária a tais práticas e em defesa dos direitos das mulheres.

Redes familiares e comunitárias, a presença cigana em Belém e a estratégia de anonimato

Rebecca faz parte de uma família numerosa, composta por pai, irmãos, sobrinhos e sobrinhas, que se identificam como ciganos entre si, nos espaços privados, familiares e dentro da própria comunidade cigana. Externamente, eles preferem não se apresentar como ciganos, ficam na hibridez. Segundo ela, a identidade cigana é publicizada quando se sentem seguros, mas evitam se expor por temerem passar por discriminações e preconceitos. Rebecca mencionou, ainda, uma família de mulheres – por volta de 05 (cinco) mulheres ciganas da etnia Rom –, no entanto, ressaltou que elas não estão muito abertas a falar por priorizarem manter-se no anonimato. Este, um dos elementos que têm dificultado o contato com famílias ciganas na Região Norte e estabelecimento de interlocução. Segundo ela, esse grupo de mulheres não estaria em situação de vulnerabilidade social.

Ela também disse ter conhecimento de 3 (três) irmãs ciganas, residentes em Belém, que praticam a cartomancia. Todas são casadas com maridos ciganos e com filhos (que ela não soube precisar a quantidade), mas que também não se encontram em situação de vulnerabilidade. O que demonstra que, apesar do histórico de exclusão, marginalização e vulnerabilidade das populações ciganas no Brasil, trata-se de um povo com perfil socioeconômico, situações e condições de vida variadas – como já foi apontado aqui também na sistematização dos dados do estado do Tocantins. De um ponto de vista mais geral, em relação ao estado do Pará, Rebeca nos informou ter conhecimento da presença cigana na cidade de Santarém, onde haveria um bairro com maioria de residentes da etnia Calon. Ela mencionou, ainda, que há uma comunidade cigana na cidade de Igarapé-açu e um acampamento cigano na cidade de Marabá – este último próximo a prefeitura. Além disso, ela afirma ser comum a vinda de um circo à Belém e que o mesmo costuma se estabelecer nos bairros mais periféricos e nas cidades da região metropolitana. Segundo ela, esse grupo circense é composto de pessoas ciganas vindas do estado da Paraíba.

De acordo com Rebeca, que é historiadora, Belém foi o primeiro lugar, na Região Norte, com presença de comunidades ciganas. Ela relata, inclusive, que no Museu de Arte do Estado há várias imagens que fazem referência à presença cigana na cidade de Belém e no Estado do Pará. Conta, ainda, que há um bairro em Belém chamado bairro da cigana, cuja origem do nome teria se dado em função de aquele local ter sido uma antiga parada para acampamentos cigano. Segundo ela, a história popular sobre o bairro conta que um comerciante libanês, que ali residia, se encantou por uma mulher cigana e com ela se casou. Este homem teria mandado fazer uma pintura em sua homenagem, a qual colocou em um lugar de destaque em seu comércio. Assim, diz-se que, por conta da pintura da cigana, o local ficou conhecido como bairro da cigana. Ela contou, também, que havia em Belém um bairro com muitos ciganos, mas, em decorrência de situações de racismo e perseguição, já fazia algum tempo este grupo havia deixado a cidade.

Pode-se levantar a hipótese de que este grupo, possivelmente, seja um dos grupos mencionados pela população não-cigana nas ruas. Essas pessoas acabam identificando a presença cigana a partir dos grupos que se expõem e se apresentam como ciganos nos espaços públicos, o que por sua vez, também intensifica hostilidades e práticas discriminatórias, gerando até mesmo perseguições que desencadeiam a saída desses ciganos para outras cidades e estados. É possível que, como a população cigana que fica, geralmente, é aquela que tem mantido certo anonimato, a população não-cigana acabe

acreditando que com a partida de alguns grupos não haja mais ciganos na cidade. Já que o objetivo de algumas famílias ciganas é, justamente, passarem despercebidas.

Fluxos de mobilidade regional e sazonalidade da presença cigana

Rebecca também compartilhou com a equipe algumas informações acerca da presença sazonal de mulheres ciganas na cidade de Belém. Tais mulheres, segundo ela, costumam aparecer nas épocas das festividades, para fazerem a “buena dicha”, ou seja, para trabalharem com a leitura de mãos e vendas ambulantes. Estas mulheres, as quais ela se refere como primas, são cerca de 10 mulheres Calin, que ocupam esses espaços públicos sempre acompanhadas de pelo menos 1 homem, e que residem na cidade de Camaçari (BA). Nos períodos festivos, como no Círio de Nazaré e nas festas de fim de ano, elas se deslocam da Bahia para Belém, pois, tratam-se de ocasiões em que a capital paraense tem mais pessoas e turistas circulando. Aqui, temos uma movimentação interessante que, no estado do Tocantins, só foi verificada pela equipe em distâncias menores, como entre municípios dentro do próprio estado ou microrregiões próximas como as cidades dos estados limítrofes. Nesse caso, temos um deslocamento entre regiões do território nacional distantes, mas que mobilizam uma rede de comércio que se dá por meio também da rede de parentesco.

Perfil socioeconômico e discriminação étnico-racial

A partir do perfil socioeconômico da família de Rebecca e das famílias por ela mencionadas, observa-se que há famílias com boa situação financeira, que desfrutam de condições materiais confortáveis, mas que vivenciam processos excludentes de outra maneira – visto também serem vítimas dos estigmas sociais que recaem sobre os povos ciganos de maneira geral. A vida no anonimato é um tipo de marginalização que se notou ser bastante comum no meio cigano na Região Norte. Outra informação fornecida por Rebecca foi a de que é comum, entre famílias ciganas residentes em Belém, ocorrer a troca de sobrenome para evitar situações de discriminação e perseguição. Assim como também evitam utilizar elementos muito marcantes da cultura material cigana. Obviamente, as vulnerabilidades sociais agravam a situação discriminatória existente e reproduzem ciclos de

exclusão material e simbólica, mas esta última também recai sobre os grupos não vulnerabilizados.

Encerrada a entrevista, a equipe contabilizou no quadro abaixo as informações referentes ao grupo familiar desta entrevistada que foi a única pessoa cigana com a qual foi possível o contato nesta visita à Belém (PA).

Quadro 23 – Principais indicadores das famílias em Belém (PA)

Nº	Categorias	Situação local em Belém - PA
01	Nº de famílias ciganas (ROM)	03 (três)
02	Nº de pessoas	Por volta de 13 pessoas: sendo 02 crianças, 02 adolescentes, 04 jovens, 04 adultos, 01 idoso.
03	Tipo de moradia	Segundo relato de Rebecca, moram todos em casas e aptos confortáveis e próprios, comprados com seus recursos materiais.
04	Região	Região urbana e com boa infraestrutura.
04	Saneamento básico	São todas contempladas nesse aspecto.
05	Educação	Todos da família tiveram e continuam tendo acesso e permanência na educação. Inclusive todos os adultos e o homem idoso (pai) possuem curso superior.
06	Segurança Pública	O pai de Rebecca é aposentado do setor de Segurança Pública. A entrevistada não relatou problemas com a polícia ou justiça.
07	Saúde	Quando necessitam procuram atendimento na UPA, mas não se identificam como ciganos. Mas, alguns membros da família possuem plano de saúde privado.
08	Assistência Social	Nenhuma das famílias encontra-se em situação de vulnerabilidade social. O idoso recebe aposentadoria, mas as filhas e filhos não acessam serviços públicos da assistência social no momento.
09	Trabalho	Como possuem escolarização, todos acessam o direito ao trabalho formal. Uma das mulheres trabalha também com cartomancia.
10	Situação econômica	As famílias possuem situação econômica boa e conseguem suprir suas necessidades básicas.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.2.8.2. Castanhal

Processo de busca, contato com órgãos públicos locais e fornecimento de informações sobre a presença cigana

No dia 25 de fevereiro, logo pela manhã, uma parte da equipe se dirigiu à cidade de Castanhal, que fica na região metropolitana de Belém, a cerca de 75 km de distância da capital Belém. No dia anterior, foi enviado um e-mail à Secretaria de Assistência Social do Município, informando do trabalho de Mapeamento da População Cigana da Região Norte e

solicitando as informações dos CRAS que atendem famílias identificadas como ciganas. Os membros da equipe se dirigiram à Secretaria de Assistência Social e conversaram com dois técnicos, Ana e Mateus, que informaram que os dados solicitados seriam encaminhados ao e-mail que havia realizado a solicitação. Foram encaminhadas “A Folha Resumo Cadastro Único” de cada família constando 3 famílias se identificando como ciganas. De posse dos registros a equipe se dirigiu aos endereços informados para entrar em contato com as famílias, no entanto, os pesquisadores relataram não terem localizado os endereços informados. Diante disso, nenhuma família cigana foi visitada na cidade de Castanhal.

Mas, de acordo com os dados da Folha Resumo de Cadastro Único disponibilizados, a cidade de Castanhal tem pelo menos 3 famílias ciganas em situação de vulnerabilidade social. Sendo 2 (duas) famílias compostas cada uma por 1 (uma) mulher e 1 (uma) criança; 1 (uma) família composta por 1 (uma) mulher, 1 (um) homem e 2 (duas) crianças. Totalizando, portanto, 4 (quatro) adultos e 4 (quatro) crianças, somados os membros das 3 (três) famílias. De acordo com os dados presentes nos registros do CRAS de Castanhal, tem-se o quadro abaixo.

Quadro 24 – Principais indicadores das famílias em Castanhal (PA)

Nº	Categorias	Situação local em Castanhal - PA
01	Nº de famílias Ciganas Calon	03 (três)
02	Nº de pessoas	08 pessoas: sendo 04 crianças, 03 adultos.
03	Tipo de moradia	Casas alugadas ou cedidas de alvenaria.
04	Região	Região Periférica com pouca estrutura, ruas precárias e sem pavimentações.
04	Saneamento básico	Não foi possível coletar a informação in loco.
05	Educação	Consta nos registros que as crianças se encontram matriculados na Educação Básica na rede pública de ensino.
06	Segurança Pública	Não foi possível coletar a informação in loco.
07	Saúde	Não foi possível coletar a informação in loco.
08	Assistência Social	03 mulheres/mães adultas recebem o benefício do bolsa-família.
09	Trabalho	Trabalho informal de acordo com os registros.
10	Situação econômica	As famílias encontram-se em vulnerabilidade social e, considerando-se o perfil de trabalhadores informais, pode-se aferir que não possuem renda fixa.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025.

4.2.9. Registros fotográficos da pesquisa de campo

Todas as fotografias aqui compartilhadas foram feitas pelas pesquisadoras integrantes da equipe e autorizadas pelas famílias visitadas, mediante assinatura de termo de consentimento e consulta livre – ressalta-se, entretanto, que seu compartilhamento é restrito à prestação de contas do trabalho realizado e visa, estritamente, fornecer elementos visuais aos agentes públicos para orientação das políticas e ações voltadas para pessoas ciganas. Há municípios que foram visitados, mas que não contam com registros fotográficos.

a) Belém





b) Ananindeua



c) Castanhal



4.3. Amazonas

4.3.1. Identificação e caracterização geral do estado

O Estado do Amazonas, localizado na Região Norte do Brasil e dotado de uma das maiores extensões territoriais do mundo cobertas por floresta tropical contínua, constitui um espaço geopolítico, demográfico e cultural central para a compreensão da formação histórica e do desenvolvimento da Amazônia brasileira. Sua configuração resultou de processos complexos, envolvendo disputas internacionais, ocupação missionária, exploração econômica cíclica e reestruturações político-administrativas que moldaram seu perfil institucional, social e produtivo ao longo dos séculos. A formação histórica e geopolítica do Amazonas reflete processos cumulativos de ocupação colonial, exploração econômica cíclica e reestruturações administrativas que posicionaram o estado como núcleo estratégico da Amazônia brasileira. A trajetória regional evidencia uma transição de economia extrativista dispersa para um modelo industrial urbano centralizado em Manaus, ao mesmo tempo em que a vastidão florestal e a forte presença de comunidades indígenas e ribeirinhas reforçam a singularidade sociocultural e a complexidade dos desafios de gestão territorial contemporânea.

Historicamente, o Amazonas desempenhou papel central na ocupação da Amazônia brasileira, tanto na defesa das fronteiras internacionais (séculos XVII–XIX) quanto na consolidação administrativa do território nacional, com os processos de interiorização, e na projeção geopolítica amazônica sobre debates ambientais e estratégicos no século XX e XXI. Na Região Norte, o Amazonas destaca-se, sobretudo, por sua extensão territorial e cobertura florestal, visto que a território da floresta amazônica é, historicamente, um espaço de disputas econômicas e alvo de projetos e políticas controversas – em sua maioria de exploração predatória e ameaça à vida dos povos indígenas e de outras populações tradicionais. O Amazonas também desempenha papel estratégico dentro da Região Norte em função da Zona Franca de Manaus (ZFM) que traz uma concentração industrial para toda a região – além de seu destaque como centro logístico e administrativo.

Com uma diversidade étnico-racial e uma pluralidade de grupos e populações tradicionais, que se cruzam com o histórico exploratório da região, o Amazonas compartilha com outros estados amazônicos alguns desafios estruturais, como: dificuldade de integração territorial plena; assimetrias no acesso à infraestrutura; dependência de modelos produtivos

sensíveis à conjuntura global; pressão sobre ecossistemas e populações tradicionais e conflitos territoriais, agrários e socioambientais. As dificuldades e fragilidades infraestruturais e de integração territorial também estão ligadas à própria geografia local e seu atravessamento por um conjunto de rios e igarapés, o que impõe alguns desafios logísticos, principalmente, em fazer chegar até a população alguns equipamentos e serviços públicos essenciais. Tais desafios, por sua vez, aprofundam desigualdades regionais e municipais internas que impactam as condições materiais de vida da população, sobretudo, por se tratar também de um território atravessado pela fronteira agrícola e pela extração de madeira que desencadeia violentos processos que pressionam, sobretudo, povos tradicionais locais.

O Amazonas tornou-se centro de debates internacionais relacionados às mudanças climáticas, conservação da floresta, direitos de povos tradicionais, soberania e fronteiras, bioeconomia, ecoturismo e conhecimento tradicional. A presença de territórios indígenas, Unidades de Conservação e vastas áreas de floresta torna o Amazonas ponto-chave da política ambiental brasileira, integrando questões ecológicas, econômicas e geopolíticas de escala global. A ambiguidade reside no fato de que, justamente, porque elementos que representam potencialidades para o estado são também vetores de exploração e expropriação de grandes corporações e alvo de interesses econômicos e políticos a nível global. O que faz com que o Amazonas permaneça como território-chave para a compreensão da política amazônica brasileira em frentes como soberania nacional, desenvolvimento sustentável, políticas ambientais e integração sul-americana.

4.3.2. Formação histórica e política

Antes da chegada europeia, o território amazônico era ocupado por dezenas de povos indígenas de diferentes matrizes linguísticas, como: Tukano, Arawak, Maku, Yanomami, Tikuna, Mura, Munduruku, Sateré-Mawé, entre outros. Essas sociedades possuíam formas complexas de organização territorial, com domínio sofisticado da navegação fluvial, manejo ambiental, redes de intercâmbio, agricultura itinerante e produção cerâmica desenvolvida. A paisagem florestal e ribeirinha era manejada por técnicas tradicionais como hortas florestais, castanhais artificiais, domesticação vegetal, sistemas de ocupação em malhas fluviais. A ocupação europeia da região que atualmente corresponde ao Amazonas inicia-se no século XVII, em meio às disputas territoriais entre portugueses,

espanhóis, ingleses e holandeses no interior amazônico. A partir de 1637, com a expedição de Pedro Teixeira, Portugal consolidou sua presença no vale amazônico, reinterpretando o Tratado de Tordesilhas e ampliando fronteiras de fato mediante a ocupação física e alianças com povos indígenas.

Assim como no estado do Pará, a política colonial portuguesa definiu também a configuração do estado do Amazonas, tendo sido o mesmo uma das regiões de influência da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755). O padrão de ocupação, exploração e dominação portuguesa estruturou-se de formas semelhantes nos dois estados. Pode-se resumir essa estrutura a partir das fundações militares e povoados ribeirinhos, destinados à defesa territorial; das missões religiosas jesuíticas, franciscanas e carmelitas, que atuaram como instrumentos de pacificação, catequese e reorganização sociocultural indígena; e dos sistemas de aldeamentos e coleta de “drogas do sertão”, também verificado no Pará, - como cacau, cravo, salsaparrilha e castanha – voltados para abastecimento do mercado metropolitano. Essa economia extrativista marcou profundamente a estrutura social e o sistema produtivo regional, estabelecendo bases de dependência do mercado externo que se reproduziram em ciclos posteriores.

O estado também foi marcado pela construção de fortes e povoações, entre elas o Forte da Barra (1669), núcleo original da futura Manaus, e postos militares ao longo da calha do Rio Amazonense. Tais estruturas visavam garantir a soberania portuguesa e controlar os fluxos indígenas e comerciais. Paralelamente, as missões também funcionavam como instrumentos de controle da população local e regional, como também do próprio território, e atuavam como representantes do próprio governo colonial. Por meio dos aldeamentos de catequese, da coleta de tributos e produção extrativista e da imposição de normas europeias de trabalho, moradia e religiosidade, as missões consolidaram formas perversas de controle das populações amazonenses, sobretudo, dos povos originários. Nesse sentido, as missões funcionavam, na prática, como núcleos administrativos, criando as bases da estrutura municipal que se instauraria posteriormente.

Em 1750, o Tratado de Madri formalizou grande parte da ocupação portuguesa na Amazônia. A ascensão das reformas pombalinas, especialmente a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755), centralizou a economia regional, ampliou o fluxo comercial e incentivou a migração de colonos, artesãos e mercadores europeus. As reformas pombalinas aboliram parte da estrutura missionária, transformaram aldeamentos em vilas portuguesas, implantaram a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755),

incentivaram a migração civil europeia e fortaleceram o controle estatal. O território integrou o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com capital em Belém, e sua administração era fortemente centralizada. A partir de 1823, o território integrou o Império do Brasil, sendo desmembrado do Grão-Pará e elevado à categoria de Província do Amazonas em 1850, com sede em Manaus. A criação provincial refletia o interesse geopolítico do Império em fortalecer o controle sobre a calha do Rio Amazonas e estimular formas mais permanentes de urbanização e administração pública.

Após a independência, o Amazonas permaneceu sob controle político do Grão-Pará, o que gerou tensões entre Manaus e Belém. O período foi marcado também pela Cabanagem (1835–1840), importante revolta da população pobre, indígenas, negros e mestiços contra o controle luso-brasileiro, que teve profundas repercussões na região do atual Amazonas. O movimento expressou resistência ao centralismo político, reivindicações de autonomia, conflitos racializados e étnicos, disputa pelo poder regional. Mesmo derrotada militarmente, a Cabanagem acelerou o debate sobre autonomia administrativa – esse evento está também descrito no tópico sobre o estado do Pará. A pressão geopolítica e administrativa resultou na elevação do território a Província do Amazonas em 1850, com sede em Manaus, um marco que operou a transferência do centro de decisões para o interior amazônico, o fortalecimento da ocupação administrativa, a expansão da malha urbana ribeirinha e que também a organização de assembleia legislativa e aparato de governo próprio.

O ciclo econômico da borracha (1870–1912) – que também impactou o estado do Pará, promoveu a mais profunda transformação estrutural do território amazonense no século XIX. O aumento mundial da demanda por látex colocou Manaus como um dos principais centros comerciais do país, integrando a região ao capitalismo industrial internacional. Dentre algumas das transformações do período, tem-se: a rápida urbanização e implementação de reformas urbanísticas – incluindo instalação elétrica, saneamento e modernização viária; a intensificação dos fluxos migratórios, nacional e estrangeiro, alterando a composição demográfica e introduzindo novos padrões culturais; a transformação de Manaus em capital econômica e administrativa da Amazônia, com forte centralidade política regional. Apesar da modernização, a riqueza concentrou-se em poucas mãos. Nos seringais, trabalhadores enfrentavam condições de semiescravidão por dívida – sistema de aviamento –, populações indígenas foram deslocadas e violentadas, com intensa mortalidade por doenças e conflitos. O declínio desse ciclo após 1912, devido à

concorrência asiática, conduziu a uma estagnação econômica profunda que se prolongou durante grande parte do século XX.

Durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1942–1945, o governo brasileiro incentivou nova extração de borracha para abastecer os Aliados, trazendo novamente migrantes nordestinos. Ao fim da guerra, muitos foram abandonados na floresta, sedimentando novos núcleos ribeirinhos e seringais permanentes. Depois, com o regime militar foram implementadas políticas de integração da Amazônia cujo marco decisivo foi a criação da Zona Franca de Manaus (1967). Contando com incentivos fiscais federais, a ZFM promoveu a instalação de um dos maiores polos industriais da América Latina. A partir disso, instaura-se um processo de atração de grandes empresas de eletroeletrônicos, informática e bens de consumo, bem como de transformação da cidade de Manaus em um centro industrial, administrativo e político da região. Tais processos, por sua vez, geraram uma série de impactos estruturais, dentre eles a intensificação da urbanização e do crescimento demográfico da capital; o desencadeamento de novos ciclos migratórios internos; o aprofundamento e a ampliação das desigualdades entre o centro e os interiores; e o estabelecimento de uma estruturação econômica altamente dependente da logística industrial da ZFM.

Todos esses processos históricos também impactaram e definiram a identidade sociocultural amazonense que resulta da interação de matrizes indígenas, europeias, nordestinas e internas – em decorrência de processos migratórios, especialmente intensificadas nos ciclos da borracha e a partir da industrialização da ZFM. A cultura ribeirinha, estruturada na dinâmica dos rios, no manejo florestal e na organização comunitária fluvial também constitui um traço importante da identidade amazonense. A vida social e cultural apresenta forte relação com a geografia aquática e florestal, que molda práticas de subsistência, deslocamento, comunicação, sociabilidade e organização territorial.

4.3.3. Organização territorial e demográfica atual

O Estado do Amazonas, constitui a maior unidade federativa do país em área, com aproximadamente 1.558.706,127 km² – segundo dados oficiais do IBGE – e situa-se integralmente dentro da Amazônia Legal. Caracteriza-se por uma vastíssima extensão territorial coberta por floresta tropical contínua, redes hidrográficas densas e baixa

densidade demográfica. Administrativamente, o Amazonas é composto por 62 municípios distribuídos ao longo de rios, lagos e igarapés, o que condiciona historicamente a estrutura de circulação, transporte e provisão de serviços públicos. O desenvolvimento territorial do estado depende fortemente da navegação fluvial, ainda hoje o principal meio de integração entre Manaus, a capital estadual, e as demais localidades urbanas e rurais concentradas no interior, muitas delas de difícil acesso rodoviário.

No que se refere ao perfil demográfico, os dados mais recentes do Censo de 2022 apontam que o Amazonas possui uma população de 3.941.613 habitantes, com estimativa populacional de 4.321.616 habitantes para 2025. A densidade demográfica média é de aproximadamente 2,53 hab./km², o que reforça a configuração espacial de ocupação rarefeita e fortemente concentrada em áreas urbanas centrais. O grande tamanho do território e a dispersão das populações configuram desafios estruturais para a gestão pública e para o planejamento regional. Em muitos municípios, o custo de transporte, a distância dos centros de referência e a ausência de ligações terrestres permanentes exigem soluções de infraestrutura adaptadas à realidade amazônica, o que engloba o uso de embarcações para o transporte de pessoas, medicamentos, alimentos, insumos educacionais e toda forma de assistência governamental. Esses fatores fortalecem a dependência da presença estatal contínua e de políticas que priorizem a interiorização de serviços essenciais, como saúde, educação, segurança pública e assistência social.

Manaus, como único grande núcleo metropolitano do estado, concentra mais da metade da população total, consolidando-se como centro político, administrativo, econômico e social do território, enquanto grande parte dos demais municípios apresenta baixa população e grande extensão territorial. Do ponto de vista étnico-racial, o Amazonas segue o padrão da Amazônia Legal, com predominância de população autodeclarada parda e crescimento registrado da população indígena, tanto em termos numéricos quanto de reconhecimento estatístico. Esse aspecto reforça a relevância de políticas que integrem diversidade cultural, direitos territoriais, pluralidade linguística e participação social, considerando a presença histórica e contemporânea de povos originários e de comunidades ribeirinhas distribuídas ao longo dos principais rios do estado. Esses elementos definem não apenas os desafios atuais, mas também as oportunidades de planejamento sustentável, gestão descentralizada e fortalecimento da presença estatal nos municípios do interior, assegurando maior equidade territorial e melhores condições de vida para a população amazonense.

Historicamente, o Amazonas foi subdividido em 4 mesorregiões: Norte Amazonense, Centro Amazonense, Sudoeste Amazonense e Sul Amazonense. Essas mesorregiões serviam para agrupar municípios com características socioeconômicas ou geográficas semelhantes, facilitando a análise estatística, o planejamento territorial e a coordenação de políticas públicas regionais. Dentro dessas mesorregiões, o Amazonas tinha 13 microrregiões, que são grupos de municípios mais próximos geograficamente e com interdependência maior, especialmente sob o ponto de vista de mobilidade, economia e gestão local. Essas divisões meso e microrregionais permitiam ao Estado identificar áreas com particularidades econômicas — como regiões de extrativismo, produção florestal ou áreas mais urbanas — e alocar recursos públicos ou estruturar políticas de desenvolvimento considerando essas especificidades. No entanto, desde a nova regionalização do IBGE (2017), essas mesorregiões e microrregiões foram oficialmente substituídas por regiões geográficas intermediárias e imediatas, como parte de um esforço para adaptar a divisão territorial para fins de planejamento moderno e análise estatística. Conforme o quadro abaixo:

Quadro 25 – Mesorregiões e microrregiões geográficas do estado do Amazonas (IBGE)

	Região Geográfica Intermediária (Nova Mesorregião)	Número de Municípios	Regiões Geográficas Imediatas (Novas Microrregiões)	Cidades-Sede (Principais Polos)
1.	Manaus	8	Manaus	Manaus, Iranduba, Rio Preto da Eva
		5	Itacoatiara	Itacoatiara, Nova Olinda do Norte
		4	Manacapuru	Manacapuru, Novo Airão
2.	Parintins	5	Parintins	Parintins, Nhamundá
		5	Coari	Coari, Codajás
		5	Tefé	Tefé, Alvarães
		6	Lábrea	Lábrea, Humaitá
3.	Tefé	5	Tabatinga	Tabatinga, Atalaia do Norte
		3	São Gabriel da Cachoeira	São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro
4.	Humaitá	6	Eirunepé	Eirunepé, Envira
		3	Boca do Acre	Boca do Acre, Pauini
		4	Manicoré	Manicoré, Apuí
		3	Juruá	Guajará, Ipixuna
Total Geral do estado		62	13 Regiões Imediatas	27 cidades-sede (polos)

Fonte: Elaborado pela equipe com base na nova divisão territorial do IBGE (2017)

4.3.4. Características ambientais, biogeográficas e econômicas

O Estado do Amazonas apresenta um dos mais complexos e extensos sistemas ambientais do planeta, compondo o núcleo central da Amazônia brasileira. Seu território é predominantemente coberto por floresta tropical densa, com clima equatorial úmido, temperaturas médias anuais entre 24°C e 32°C e índices pluviométricos elevados distribuídos ao longo do ano. A rede hidrográfica é dominada pelo rio Amazonas e seus principais afluentes, constituindo a maior bacia hidrográfica do mundo e definindo diretamente formas de ocupação, produção e circulação de pessoas e mercadorias.

A biodiversidade registrada no estado está entre as maiores do planeta, com elevada presença de ecossistemas aquáticos e terrestres interligados, incluindo várzeas, igapós, terra firme e formações de transição, que sustentam milhares de espécies de fauna e flora, muitas delas endêmicas. A disponibilidade de recursos hídricos e a presença de áreas protegidas em grande extensão, incluindo terras indígenas, reservas de desenvolvimento sustentável e unidades de conservação federais e estaduais, consolidam o Amazonas como área estratégica para políticas de conservação, manejo e mitigação de mudanças climáticas em escala global.

A economia do Amazonas possui uma conformação híbrida, articulando atividades tradicionais, economia urbana industrializada e crescente expansão de setores associados à bioeconomia e serviços. O Polo Industrial de Manaus constitui o principal núcleo econômico do estado, responsável pela maior parcela do PIB estadual e pela concentração de mão de obra formalmente empregada. Trata-se de um polo com incentivos fiscais federais, operando em segmentos como eletroeletrônicos, duas rodas, linha branca, informática e bens de consumo duráveis, configurando Manaus como uma das principais plataformas produtivas da região Norte.

Paralelamente, o interior do estado apresenta predominância de atividades primárias, como pesca, extrativismo vegetal, produção agrícola de pequeno porte, criação de animais e processamento de produtos florestais. A logística predominantemente fluvial influencia diretamente a dinâmica econômica, encarecendo fluxos produtivos, mas, ao mesmo tempo, preservando o papel dos rios como eixos estruturantes de mercado, abastecimento e circulação social. O perfil produtivo contemporâneo caracteriza-se por:

- Setor industrial robusto, concentrado no Polo Industrial de Manaus;

- Extrativismo vegetal e pesqueiro ainda relevantes em municípios do interior;
- Crescimento do setor de serviços, associado à urbanização e ao mercado consumidor regional;
- Ecoturismo e economia verde emergindo como eixos de diversificação produtiva, condicionados pela presença da maior floresta tropical contínua do planeta.

Apesar dos avanços, desigualdades socioeconômicas persistem entre a capital e regiões ribeirinhas e indígenas, revelando assimetrias históricas de distribuição de renda, acesso à infraestrutura e presença do Estado.

4.3.5. Quadro geral dos municípios visitados

4.3.5.1. Mapeamento territorial e alguns indicadores socioeconômicos dos municípios visitados

Conforme já mencionado, no estado do Amazonas foi visitada apenas a cidade de Manaus. Nesse sentido, as informações sobre o estado são apresentadas aqui de forma neste município e agrupadas nos quadros abaixo a fim de fornecer dados gerais sobre o perfil socioeconômico da população do município de Manaus.

a) Território

Como já exposto neste relatório o território é um elemento de extrema importância para os povos ciganos. Obviamente, as geografias e cartografias traçadas pelos deslocamentos e fluxos migratórios diversos não necessariamente leva em conta divisões de ordem administrativa. No entanto, é importante observar a organização territorial oficial no sentido de entender não só os processos históricos de constituição dos municípios como também qual a dinâmica de “vizinhança” de cada região, considerando que, a depender das relações históricas, políticas, econômicas e socioculturais estabelecidas entre os municípios, haverá uma configuração específica de mobilidade entre eles. Quanto ao mapeamento territorial do estado do Amazonas, podemos localizar o município de Manaus, nesta pesquisa, conforme o quadro abaixo:

Quadro 26 – Divisão territorial do estado do Amazonas por municípios visitados

Município	Área da unidade territorial	Região de Influência	Região intermunicipal	Região imediata	Mesorregião	Microrregião
Manaus	11.401,002 km ²	Manaus - Metrópole (1C)	Manaus	Manaus	Centro Amazonense	Manaus

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em agosto de 2025.

b) Meio ambiente

Destaca-se que as questões ambientais estão diretamente ligadas à ocupação do território, à saúde pública, às condições de vulnerabilidade social e à qualidade de vida de modo geral. Nesse sentido, elas contemplam também o mapeamento de determinados serviços e equipamentos públicos no que diz respeito aos sistemas de saneamento básico e gestão de resíduos e limpeza urbana. Quanto às questões ambientais, taxas de urbanização e bioma dos territórios, o município de Manaus possui a seguinte configuração, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 27 – Indicadores sobre meio ambiente nos municípios visitados do estado do Amazonas

Município	Esgotamento sanitário adequado	Bioma	Área urbanizada
Manaus	49,19 %	Amazônia	277,09 km ²

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em agosto de 2025.

c) População, emprego e renda.

Aqui, as variáveis de emprego e renda estão atreladas aos índices de mensuração do desenvolvimento humano (IDH) e à riqueza produzida no município. Considerando, portanto, a distribuição dessa riqueza e sua relação direta com as condições materiais de vida e possibilidades de desenvolvimento da população. Quanto às questões relacionadas a emprego e renda, tem-se no quadro abaixo a correlação entre os indicadores do PIB, IDH e salário médio – considerando os trabalhadores formais – no município visitado. Cabe ressaltar que, com relação a boa parte da população cigana, esses indicadores podem não refletir a realidade visto que as bases governamentais contabilizam os vínculos formais de empregabilidade, enquanto parte significativa dos povos ciganos vive do comércio informal.

Quadro 28 – Indicadores sobre população, emprego e rendimento nos municípios visitados do estado do Amazonas

Município	IDHM *	PIB per capita (R\$)	População do censo (2022)	População estimada (2025)	Densidade demográfica (hab/km ²)	Salário médio mensal dos trabalhadores formais
Manaus	0,737	45.782,75	2.063.689 hab	2.303.732 hab	181,01	2,9

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em agosto de 2025.

d) Educação

O foco, aqui, recai sobre as infraestruturas de serviços e equipamentos públicos no campo educacional. Quanto aos índices educacionais, os dados sobre taxa de escolarização não necessariamente refletem os níveis de qualidade do ensino ofertado. O quadro abaixo apresenta o quantitativo de instituições de Ensino Básico no município, apontando para a concentração de instituições de ensino na capital e confirmando o padrão de maior disponibilidade de serviços e equipamentos públicos nas zonas centrais dos estados.

Quadro 29 – Indicadores sobre educação nos municípios visitados do estado do Amazonas

Município	Número de estabelecimentos de ensino fundamental	Número de estabelecimentos de ensino médio	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade
Manaus	787	192	96,55 %

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em agosto de 2025.

e) Saúde

Quanto ao campo da saúde, sobretudo às políticas universais e atendimentos básicos, são apresentados abaixo o quantitativo de unidades de atendimento do SUS e as taxas de mortalidade infantil – enquanto índice que funciona como um importante marcador das condições de vida em determinada localidade. Aqui, se observa uma alta oferta de serviços públicos de saúde na capital, Manaus, contrastando com um índice ainda significativo de óbitos por nascidos vivos – o que demonstra que, para além da oferta de

serviços e equipamentos públicos a altura da demanda, é necessário que os atendimentos prestados tenham qualidade e efetividade na melhoria da saúde pública.

Quadro 30 – Indicadores sobre saúde nos municípios visitados do estado do Amazonas

Município	Estabelecimentos de Saúde SUS	Mortalidade Infantil
Manaus	363	15,17 óbitos por mil nascidos vivos

Fonte: Elaborado com dados retirados do Portal IBGE Cidades. Consultado em agosto de 2025.

4.3.6. Breve histórico e caracterização dos municípios visitados na pesquisa de campo do estado do Amazonas

4.3.6.1. Manaus

Manaus, fundada em 24 de outubro de 1669 à beira do rio Negro, emergiu originalmente como um pequeno povoado militar e comercial no interior da Amazônia, exercendo papel estratégico na consolidação da presença colonial portuguesa na vasta bacia amazônica. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o município evoluiu de simples entreposto para um centro administrativo, privilegiado por sua localização fluvial e pela conexão com os principais rios da região. A formação histórica de Manaus está diretamente vinculada ao processo de interiorização da colonização portuguesa na Amazônia, em meados do século XVII, nomeadamente à instalação do Forte de São José da Barra do Rio Negro, em 1669, que marca o núcleo inicial de ocupação do que mais tarde se tornaria a capital amazonense. A construção do forte não se deu como iniciativa isolada, mas como parte das estratégias militares e geopolíticas da Coroa portuguesa, que buscava assegurar a posse da região diante da presença de missões religiosas europeias, entradas comerciais estrangeiras e da resistência indígena.

Em seu primeiro século de existência, o povoado cresceu ao redor do forte com funções essencialmente defensivas, missionárias e extrativistas, articulando a exploração de recursos naturais — como cacau, especiarias, drogas do sertão e produtos vegetais nativos — dentro de uma economia rudimentar de coleta e escambo sob controle metropolitano. Durante os séculos XVIII e XIX, o núcleo urbano passa a assumir funções administrativas mais amplas, principalmente após a criação da Capitania de São José do Rio Negro (1755), que conferiu à localidade papel institucional na gestão territorial da região. No entanto, foi ao

longo do século XIX que Manaus experimentou seus primeiros ciclos significativos de crescimento e expansão. Em 1833, o local foi elevado à categoria de vila, e em 1848 conquistou o título de cidade, adotando oficialmente o nome de Manaus, em homenagem ao povo indígena Manaó, tradicional habitante da região. Dois anos depois, em 1850, com a elevação do Amazonas a província autônoma, Manaus assumiu definitivamente as funções de capital regional, concentrando poder político, fiscal e administrativo. Esse período foi marcado pela intensificação das rotas fluviais de navegação, maior presença de comerciantes e a chegada de pequenas manufaturas, fatores que contribuíram para a urbanização incipiente. A transformação decisiva do cenário socioeconômico ocorreu com o advento do ciclo da borracha, entre o final do século XIX e início do século XX. A alta demanda internacional pelo látex amazônico converteu Manaus em um dos principais polos exportadores da matéria-prima, secundada pelo Porto de Belém. Com a ascensão do ciclo da borracha, Manaus conheceu sua “Belle Époque”, tendo em vista que a extraordinária riqueza gerada proporcionou reformas modernizadoras inéditas no contexto brasileiro da época. A implantação de iluminação pública a gás (posteriormente elétrica), saneamento urbano, construção de sistemas de bonde, importação de móveis e materiais de construção europeus e uma arquitetura que introduziu elementos neoclássicos e art nouveau no centro urbano, foram algumas das modernizações operadas.

O florescimento econômico provocado pela extração e exportação de látex, que permitiu o surgimento de uma urbanização sofisticada, marcada por construções imponentes como o Teatro Amazonas, palacetes, ruas calçadas, iluminação pública e infraestrutura moderna, em sintonia com capitais europeias da época. O Teatro Amazonas, inaugurado em 1896, tornou-se o principal símbolo desse período de prosperidade e aspiração cosmopolita. Durante esse período, a capital amazonense atraiu fluxos migratórios nacionais e estrangeiros, que trouxeram não apenas trabalhadores, mas também comerciantes, investidores e intelectuais, promovendo uma recomposição social e cultural bastante cosmopolita. A queda brusca do valor da borracha na segunda década do século XX, em virtude da concorrência asiática, provocou forte retração econômica em Manaus. O fim da acumulação de capitais levou à deterioração da estrutura urbana construída no auge da riqueza, e muitos empresários deixaram a cidade. A administração pública enfrentou longos períodos de dificuldades financeiras, e a economia regional retornou ao extrativismo e ao pequeno comércio. Após retração econômica enfrentada no declínio da borracha, Manaus reencontrou seu papel por meio da política de

industrialização regional no século XX. Com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), a cidade transformou-se em polo industrial de grande relevância, recebendo incentivos fiscais federais para abrigar fábricas de eletroeletrônicos, motocicletas, bens de informática e outros segmentos. Essa estratégia de desenvolvimento permitiu que Manaus se consolidasse como motor econômico não apenas do Amazonas, mas de toda a Região Norte, atraindo novos contingentes populacionais e intensificando a urbanização.

No plano político-administrativo, Manaus, como capital do estado do Amazonas, exerce papel de liderança regional. A cidade organiza-se em diversas zonas geográficas (Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro-sul, Centro-oeste e rural), integrando estruturas institucionais de governo local que dialogam permanentemente com os órgãos estaduais e federais. Essa articulação institucional é essencial para gerir os desafios urbanos típicos de uma metrópole amazônica: a provisão de serviços públicos, a infraestrutura hídrica, a mobilidade fluvial, a segurança e a adaptação ao ambiente natural florestal.

Socioculturalmente, Manaus representa um caldeirão de identidades amazônicas. A sua população é formada por uma mistura entre povos indígenas, migrantes das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, descendentes de europeus e de outros grupos étnicos. A cidade guarda um rico patrimônio cultural — que vai desde a arquitetura histórica até festivais, música, artesanato e gastronomia — profundamente marcado pela relação com a floresta e com os rios. O Teatro Amazonas, hoje símbolo da capital, reflete tanto o esplendor do ciclo da borracha quanto o desejo de afirmação local como metrópole. Ao mesmo tempo, Manaus se mantém como centro científico, artístico e de pesquisa ambiental, sendo ponto de convergência para estudos sobre a Amazônia, bem como para iniciativas culturais que valorizam a herança indígena e ribeirinha.

Geograficamente, o município de Manaus ocupa uma área de aproximadamente 11.401,002 km², representando uma fração relativamente pequena do território total do Amazonas. Sua localização privilegiada está à margem esquerda do rio Negro, próximo à sua confluência com o rio Solimões, o que historicamente favoreceu a cidade como entreposto comercial e estratégico para a navegação fluvial. Seus limites físicos se estendem aos municípios vizinhos de Presidente Figueiredo ao norte, Iranduba e Careiro da Várzea ao sul, Itacoatiara e Rio Preto da Eva a leste, e Novo Airão a oeste. A configuração urbana e rural é distribuída em sete zonas geográficas oficiais pela administração municipal, integrando uma malha de distritos e servindo tanto uma população densamente urbana quanto áreas mais remotas e ribeirinhas.

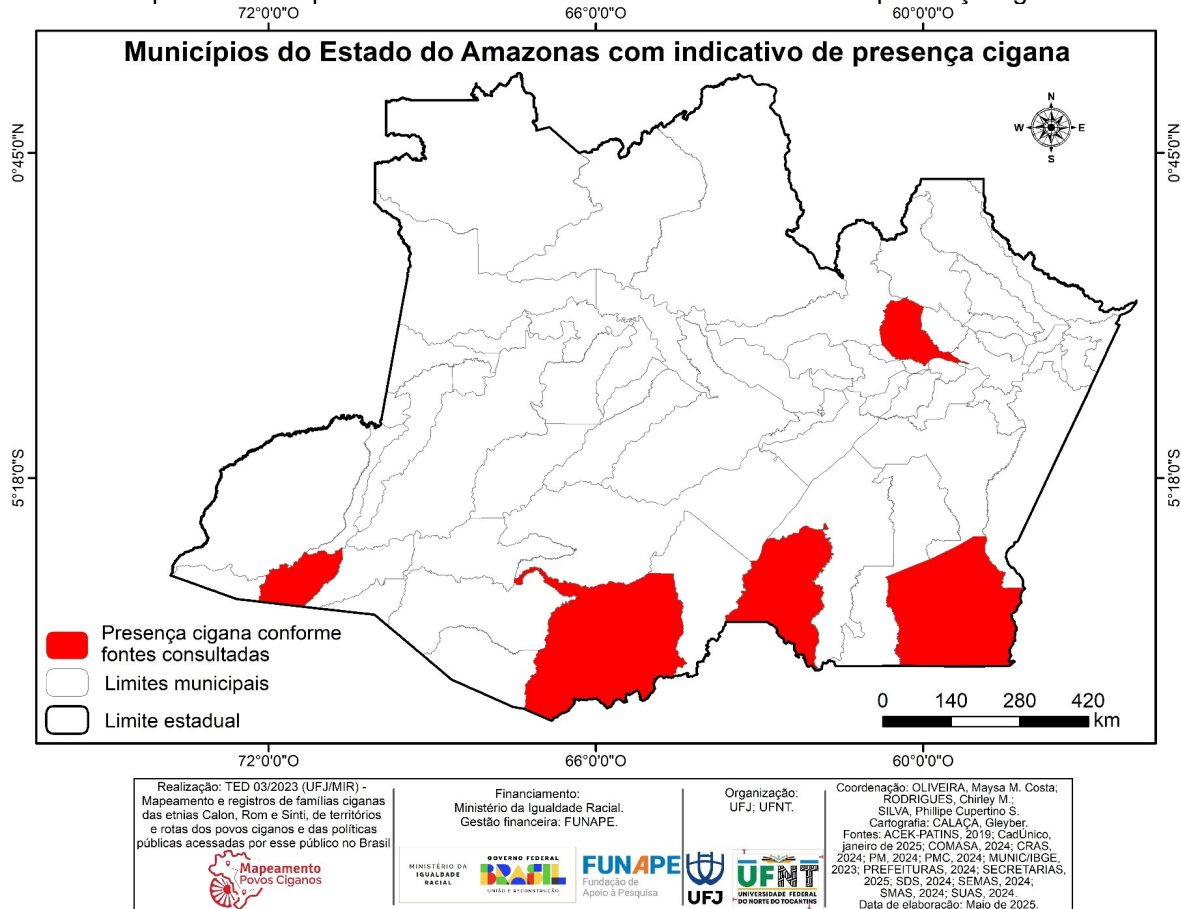
Demograficamente, Manaus possui uma população, de acordo com o Censo de 2022, de 2.063.689 habitantes (2025) – com estimativa populacional para 2025 de 2.303.732 habitantes –, o que faz dela a capital mais populosa da Região Norte e uma das mais populosas do país. Essa população se concentra, majoritariamente, na zona urbana, perfazendo uma densidade demográfica de 181,01 hab./km² – considerada elevada em comparação com a média estadual, o que evidencia a centralidade demográfica da capital frente ao vasto e pouco povoado interior amazônico. Em termos de composição racial, segundo dados de estimativas anteriores, prevalecem pessoas autodeclaradas pardas, seguidas por brancos, negros e, em menor proporção, indígenas. Além disso, Manaus abriga uma parte significativa da população indígena do Amazonas, sendo importante ponto urbano para esses grupos, o que reforça a diversidade cultural e étnica da cidade.

O crescimento populacional recente da capital também ressalta seu papel de polo de atração migratória, gerando importantes demandas por habitação, mobilidade, infraestrutura social e sustentabilidade urbana num contexto amazônico. No século XXI, a cidade passou a assumir papel estratégico em debates globais sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e o futuro da Amazônia. A coexistência entre herança histórica, polo industrial moderno, capital multiétnica e centro de estudos socioambientais faz de Manaus um caso singular no panorama urbano brasileiro e internacional. Atualmente, sua formação histórica evidencia uma sucessão de ciclos econômicos, transformações institucionais e arranjos populacionais que se materializaram na paisagem urbana, na identidade cultural e no papel central que exerce na gestão e no desenvolvimento da Amazônia brasileira.

4.3.7. Presença cigana no estado do Amazonas

O mapa abaixo apresenta a distribuição de famílias ciganas de acordo com as bases de dados governamentais – nomeadamente da Base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CECAD/CadÚnico (2024). As bases de dados registram um total 7 (sete) municípios onde foram identificados presença cigana no estado – Coari, Apuí, Humaitá, Ipixuna, Jutai, Lábrea, Manaus. A equipe de pesquisa visitou 1 (um) município – Manaus – tendo localizado e entrevistado uma única família.

Mapa 6 – Municípios do estado do Amazonas com indicativo de presença cigana



Fonte: Elaborado por Gleyber Silva (2025)

4.3.8. Registros das visitas de campo

Nesta seção apresenta, de forma descritiva, a realização das visitas de campo e levantamento dos dados de pesquisa, dando enfoque para o trabalho de busca ativa, localização e identificação de famílias ciganas nos municípios visitados no estado do Amazonas. As descrições elaboradas apresentam detalhes referentes a um conjunto de elementos-chave para um retrato preliminar da situação da população cigana na região norte, tais como:

- ambiente e condições infraestruturais das localidades visitadas;
- condições de moradia das famílias;
- composição dos grupos familiares;
- abordagem das equipes e recepção por parte das famílias;

- relações com outras famílias, comunidades e grupos ciganos;
- compartilhamento, por parte das famílias visitadas, de informações sobre a presença de outras famílias ciganas na região;
- condições de deslocamento e itinerância;
- condições de fixação e sedentarização;
- condições gerais de vida, com enfoque nas questões socioeconômicas e acesso a serviços e equipamentos públicos (moradia, saneamento, saúde, educação, emprego, cultura, justiça);
- relações das famílias ciganas com os órgãos públicos locais, nomeadamente com a administração municipal, e com a população não cigana;
- situações de discriminação e violência;
- demandas das famílias por ações governamentais, políticas e serviços públicos.

Os relatos descritivos também apresentam reproduções de falas e expressões nativas a fim de oferecer elementos para o aprofundamento da compreensão do universo da cultura cigana e conhecimento de suas formas de concepção da realidade que os circunda – como nomeiam fatos, eventos e situações; como classificam, definem e qualificam pessoas, situações e acontecimentos; como se localizam na realidade em que estão inseridos; em que termos expressam saberes e fazeres de sua cultura; de que maneira posicionam a estrutura estatal e seus agentes; como ressignificam sua história e atualizam seus conhecimentos.

As descrições também veem acompanhadas de observações e breves análises e recomendações para os gestores e demais interessados, que serão sistematizadas ao final deste relatório. Cabe, aqui, destacar que alguns municípios foram visitados pela equipe de pesquisa, mas neles não foram encontradas famílias e grupos ciganos a partir do instrumento de busca ativa e da solicitação de informações junto aos órgãos do poder público local.

No estado do Amazonas, a única cidade visitada pela equipe foi a capital Manaus, na qual foram realizadas as buscas ativas e entrevistas que estão registradas abaixo. Registre-se que, em decorrência da indisponibilidade dos/as pesquisadores/as para realização das viagens, das questões logísticas e dos atrasos na liberação de contratos e recursos pela gestora, o número de visitas a este estado ficou comprometido. Os quadros que acompanham as descrições registram apenas os dados referentes às famílias entrevistadas.

4.3.8.1. Manaus

Composição familiar, perfil socioeconômico, condições de moradia, acesso a políticas e serviços públicos

Saindo de Brasília dia 17/02/2025 e seguindo orientações da liderança cigana Calon, presidente da ANEC, Sr. Wanderley da Rocha – então consultor da equipe da Região Norte – uma das pesquisadoras da equipe partiu para Manaus, com a indicação de uma família cigana residente na capital. Tratava-se do casal Thiago e Samanta, ciganos calon que vivem em Manaus há 4 (quatro) anos. A pesquisadora não visitou o domicílio da família, por escolha dos entrevistados, e, por isso, o encontro se deu no horário de almoço em um restaurante. Thiago e Samanta levaram consigo suas 3 (três) filhas – Maria Ísis, Maria Júlia e Maria Vitória. O casal relatou que, antes de fixarem residência em Manaus, viveram em Formosa (GO) e em Teresina (PI). Mas, destacaram que nenhum desses deslocamentos foi motivado por qualquer tipo de perseguição.

Thiago é filho de pai cigano e mãe não cigana. A família materna vive em Manaus enquanto a paterna se divide entre o Piauí e outro estado da região Nordeste. Samanta, cigana calin, tem família no Piauí e, ao unir-se a Thiago, mudou-se com ele de lá. Suas duas filhas mais velhas, Maria Júlia e Maria Ísis, estão matriculadas na escola. A casa onde residem fica localizada num condomínio fechado, numa zona próxima ao aeroporto de Manaus. Samanta concluiu o Ensino Médio, no entanto, não ingressou no ensino superior, manifestando interesse em cursar uma graduação. Thiago possui graduação em Direito, tendo sido recém-aprovado no exame da Ordem dos Advogados (OAB). Mas, até o momento, ainda não advoga, atuando em outra área na qual trabalha embarcado.

Presença cigana no Amazonas

Apesar de já viverem há 4 (quatro) anos em Manaus, ambos disseram não conhecerem outros ciganos no Amazonas. Eles mesmos observam que a própria configuração territorial e geográfica do estado do Amazonas produz uma dinâmica específica de ocupação cigana, marcada pelo difícil acesso a grupos e famílias residentes nas cidades interioranas ou mesmo em itinerância – dado o condicionamento da mobilidade

pelas vias fluvial e aérea. O que talvez explique, em partes, o próprio desconhecimento do casal acerca de famílias e grupos ciganos na região.

Busca ativa, contato com órgãos públicos municipais e a invisibilidade cigana

Na tentativa de buscar informações sobre a presença de outras famílias ciganas na cidade de Manaus, entre os dias 18/02/2025 e 21/02/2025, a pesquisadora realizou percursos nos espaços públicos da cidade – como o Mercado Adolpho Lisboa – e visitou órgãos públicos como unidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nas seguintes localidades: Centro Sul, Betânia, Cachoeirinha. Na unidade Centro Sul, a pesquisadora foi recebida pelos funcionários Guilherme e Lorena, ambos assistentes sociais. Apesar de terem demonstrado interesse em colaborar com a pesquisa, comunicaram que, até aquele momento, nunca haviam atendido pessoas ciganas. Lorena, chegou a salientar a realização de muitos trabalhos fora da unidade, nos quais conhecia muitas pessoas e grupos da comunidade local, mas que em nenhum deles teve contato com ciganos. Quando perguntada sobre o funcionamento desses atendimentos, Lorena explicou que realiza entrevistas com as pessoas que seriam atendidas pela unidade ou que já estavam em atendimento. Foi sugerido, então, que ela introduzisse a pergunta a respeito do grupo étnico durante suas entrevistas, salientando-se que, raramente, pessoas ciganas manifestam voluntariamente que são ciganas.

Na unidade Betânia, a pesquisadora foi recepcionada pela assistente social Ducileide, conhecida como Leide. A mesma confirmou com outra funcionária a informação de que já haviam atendido ciganos há, aproximadamente, 3 (três) ou 4 (quatro) anos, mas, ao que tudo indica, não foi dada continuidade ao atendimento ou realizado acompanhamento. De modo que as funcionárias perderam o contato com as famílias. Leide declarou que ela, diretamente, nunca atendeu população cigana ao longo de seu tempo de atuação como assistente social.

Na unidade Cachoeirinha, o primeiro contato da pesquisadora foi feito com a recepcionista, que mencionou o Mercado Adolpho Lisboa como um dos locais que aglutinava ciganos que estariam por lá vendendo brincos e cordões. Em seguida, as coordenadoras Sônia e Vânia comunicaram não disporem de informações sobre ciganos, pois, estes não faziam parte do público atendido pela unidade. Elas também afirmaram não ter conhecimento da presença de famílias ciganas na cidade de Manaus. Entretanto, essas

funcionárias compartilharam o mesmo tipo de informação recebida na unidade Betânia, a de que havia ciganos na região por volta de 3 (três) a 4 (quatro) anos atrás. Porém, segundo ela, mesmo neste período, não foi prestado atendimento a este público cigano.

Busca ativa, sazonalidade e oscilação da presença cigana nos espaços públicos urbanos, marcadores identitários e estereótipos coletivos

Entre as recomendações de possíveis espaços públicos em que pessoas ciganas poderiam ser encontradas, foi mencionado, novamente, o Mercado Adolpho Lisboa e o sambódromo Amadeus Teixeira, visto que este estava vinculado a uma escola de samba conhecida como “Andanças Ciganas” - Grêmio Recreativo Social Escola de Samba Andanças de Ciganos (GSRES). Nos arredores e dentro do Mercado Adolpho Lisboa foi realizada busca ativa por meio da abordagem de pessoas que transitavam no local e dos próprios vendedores. No entanto, a maioria afirmou nunca ter visto ciganos naquela região. Insistindo em explorar mais um pouco o fluxo de pessoas no mercado, a pesquisadora encontrou o Sr. Antônio Jacaré, que trabalha no Adolpho Lisboa há mais de 20 (vinte) anos e que se dispôs a ajudar nas buscas naquele espaço. Juntos, percorreram vendas e barracas nas quais o contato com os trabalhadores era facilitado pelo fato do Sr. Antônio conhecer a todos ali. Ele abordava os conhecidos dizendo: “Esta moça, pesquisadora cigana, tá fazendo uma pesquisa sobre ciganos” e questionava se os companheiros de mercado tinham alguma informação a respeito de pessoas ciganas na cidade. Mas, todos alegavam não conhecer ou ter visto pessoas, grupos e famílias ciganas por ali.

Do lado de fora do Mercado dois vendedores de cordões dourados foram abordados, mas um deles declarou não ter informações sobre ciganos e o outro associou as pessoas ciganas aos hippies – algo que foi bastante comum tanto em Belém quanto em Manaus. O mesmo chegou a dar uma indicação de uma igreja na qual os hippies faziam suas vendas, mas, à medida que a pesquisadora foi fazendo tentativas de distinguir este grupo do povo cigano e tentar explicar, em linhas gerais, quem são as pessoas ciganas, foi percebendo que o rapaz, efetivamente, não conseguia identificar grupos ciganos. O que demonstra, também, uma certa homogeneização de determinados grupos que ocupam as ruas e que trabalham com venda de artesanato.

Já a Sr^a. Dalva e Sr. João, vendedores de uma loja de tecidos na frente do Mercado, compartilharam a informação de que algumas mulheres ciganas apareciam de vez em

quando para comprar tecidos ali, para costurarem suas vestes – o que parece sugerir um outro ponto possível de busca ativa em municípios de difícil localização da população cigana. Segundo eles, algumas vendiam lenços no Mercado e na Feira do Índio – esta logo à frente – e costumavam também fazer leitura de mãos. E, por indicação de Dalva, a pesquisadora dirigiu-se ao armazém Tropical onde, segundo ela, seria o comércio onde as mulheres ciganas “compram moedinhas para as roupas” – referindo-se aos adornos e adereços bordados nas vestimentas tradicionais ciganas. No estabelecimento, as vendedoras informaram que pessoas da Escola de Samba “Andanças de Ciganos”, citada anteriormente, ou por pessoas que trabalham com artesanato buscavam a loja para compra de materiais. Perguntadas sobre onde a pessoa pesquisadora poderia encontrar os comerciantes de artesanatos, as mesmas não souberam informar.

Em seguida, foi visitado outro armazém ao lado do Tropical, na Feira do Índio, próximo a Igreja ao lado do Relógio Municipal. Dona Benedita, vendedora de vestidos, disse que ciganos costumam aparecer em dias de eventos e festividades para levantar dinheiro com suas vendas, embora não tenha especificado o tipo de mercadoria. Infelizmente, na altura da pesquisa não foi registrada a realização de eventos nesses espaços públicos que permitissem realizar buscas a partir dessas informações. Posteriormente, a pesquisadora se dirigiu à Escola de Samba “Andanças Ciganas” e, ao chegar no espaço, uma moça atendente a recepcionou e foi perguntada sobre a relação da agremiação com grupos ciganos locais. No entanto, observou-se que a moça não dispunha de informações básicas sobre a fundação da agremiação e seus membros, ainda que o nome da escola faça menção direta aos ciganos e à itinerância. Ainda na tentativa de ajudar a pesquisadora, a mesma telefonou para o presidente da agremiação, mas a chamada não foi atendida. Ela, então, compartilhou com a pesquisadora o contato telefônico de duas moças que fazem parte da comunicação da escola, Andressa e Sabrina, considerando que as mesmas poderiam ter informações sobre as origens da escola e a respeito das razões para ter recebido o nome “Andanças Ciganas”. Contudo, a pesquisadora não registrou se houve contato direto com as duas pessoas indicadas.

Observou-se que esta agremiação carrega um nome bastante emblemático quando se pensa em traços fundamentais da identidade cigana, como a itinerância, e seu próprio brasão da escola traz estampada a imagem do rosto de um homem de perfil que pode ser associado às imagens e à estética, atribuída ao povo cigano, que habita o imaginário popular. No entanto, observando a atividade da agremiação em suas páginas nas redes

sociais e informações disponíveis em páginas eletrônicas, a equipe acredita que a referida escola de samba não possui relações diretas com grupos ciganos, ao menos não atualmente. De acordo com essas informações, as origens da escola – que foi fundada na década de 70 – e o nome assumido podem remeter ao fato de que o bairro Cachoeirinha, onde está situada sua sede, teria sido um espaço de concentração de acampamentos ciganos durante este período.

Seguindo indicações recebidas na unidade do CRAS do bairro Compensa, a pesquisadora seguiu, posteriormente, para o bairro Ponta Negra. Como a pesquisadora se dirigiu logo cedo para o local, as vias públicas ainda e espaços de comercialização ainda estavam vazios. Havia ocorrido uma forte chuva e isso também contribuiu para o esvaziamento das ruas. Ainda com baixo movimento no local, a pesquisadora buscou estabelecer contato com três jovens vendedores ambulantes que ocupavam um espaço na areia. Wellington, Robson e Bruno, disseram já terem visto mulheres ciganas fazendo leitura de mãos no local, algo que, segundo eles, era bastante recorrente por volta de 6 (seis) meses a 1 (um) ano atrás. Diante disso, os rapazes acreditavam que esses ciganos haviam se mudado, pois há tempos não os viam por ali. Sem obter novos contatos no bairro, a pesquisadora encerrou o percurso.

Em mais um percurso no centro de Manaus e abordagens de vendedores locais, a pesquisadora conversou com o Sr. Osório, um vendedor que relatou ter tido, outrora, uma vizinha, de nome Lia, que era cigana. Ele a conheceu quando vivia com seu irmão e, naquela altura, a mulher morava em Aparecida – um bairro da cidade de Manaus. Ele acreditava que ela certamente conhecia comunidades ciganas do Amazonas e, imediatamente, fez uma chamada para o seu irmão a fim de ter notícias da cigana Lia. Contudo, o irmão lhe informou sobre a mudança da mulher para, possivelmente, Boa Vista (RR), indicando que sua filha talvez ainda estivesse vivendo em Manaus. Entretanto, o irmão do Sr. Osório não tenha o contato desta filha. Sr Osório ainda fez uma tentativa com o irmão para que este conseguisse o contato da moça, mas o homem disse que não sabia como conseguir o número da antiga vizinha, ao menos não naquele momento. Diante disso, foi repassado ao Sr. Osório o contato telefônico do pesquisador Cícero para o caso de vir a ter informações sobre o paradeiro de Lia.

Em percurso realizado na rodoviária, próximo ao Relógio Municipal, a pesquisadora abordou duas vendedoras de tacacá, um vendedor ambulante, e passou por algumas lojas de roupas e tendas, mas, além da vendedora de tacacá, ninguém tinha informações a

respeito da presença de grupos ciganos por ali. A comerciante, Dani, relatou ter tido uma cliente cigana, com os cabelos bem pretos e compridos, que aparecia com frequência naquele espaço, mas já não a via a pelo menos 6 (seis) meses. Como ela não possuía nenhum contato da mulher cigana, a pesquisadora trocou com a vendedora contato telefônico para o caso de haver alguma notícia da mulher posteriormente.

Os Centros de Referência da Assistência Social e a invisibilidade cigana

Finalizando as visitas, a pesquisadora se dirigiu a mais duas unidades do CRAS, a de São Raimundo e a do bairro Compensa. Nesta última, a pesquisadora foi atendida pela funcionária Sueli, que a encaminhou à assistente social Ester. Esta notificou nunca ter atendido grupos e pessoas ciganas em todo seu tempo de atuação naquela unidade, mas que tenha conhecimento da presença de ciganos “lendo mão em Ponta Negra, mais à noite”, ou vendendo algo no centro. Sem maiores informações, a visita na unidade foi encerrada. Já na unidade São Raimundo, o assistente social Paulo apresentou os assistentes sociais Daniel e Patrícia que, de saída, comunicaram não ter conhecimento de pessoas ciganas na cidade e no bairro e que não os haviam atendido. Diante disso, a pesquisadora foi encaminhada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SESMAC) para que pudesse conversar diretamente com o secretário Gabriel que é um antropólogo atuante no campo dos povos tradicionais em Manaus. O deslocamento da pesquisadora foi feito pelo veículo institucional da unidade do CRAS de São Raimundo e a mesma se dirigiu à SESMAC com um pedido de encaminhamento redigido pela assistente social Patrícia.

Chegando à secretaria, que era bem próxima ao CRAS, o Sr. Gabriel recebeu a pesquisadora e expôs algumas explicações a respeito da ausência de ciganos no Amazonas – não relatadas pela pesquisadora. Segundo ele, há informações sobre uma possível comunidade vivendo em um dos “ramais”, ou seja, em localidades no interior do estado, mas que já havia tomado conhecimento de que o grupo não queria estabelecer contato. Sua fonte era um senhor conhecido como “gringo”, um Sírio-Libanês que, ao que tudo indica, conhece e tem contato direto com esta comunidade. Com o auxílio do Sr. Gabriel, a pesquisadora fez tentativa de contato com o informante via telefone, contudo, não obtiveram êxito. Encaminhando a visita para o fim, o mesmo manifestou certa frustração por trabalhar cotidianamente com um público pertencente a diversos povos tradicionais e não ter tido contato com povos ciganos até então.

O quadro abaixo registra informações gerais da única família cigana entrevistada em Manaus.

Quadro 31 – Principais indicadores das famílias em Manaus (AM)

Nº	Categorias	Situação local Manaus - AM
01	Nº de famílias Ciganos Calon	01 (uma)
02	Nº de pessoas	04 pessoas: sendo 02 crianças, 02 adultos. (01 casal com duas filhas.
03	Tipo de moradia	Moram em casa própria, comprados com seus recursos materiais.
04	Região	Região urbana e com boa infraestrutura.
04	Saneamento básico	São todas contempladas nesse aspecto.
05	Educação	Todos da família tiveram e continuam tendo acesso e permanência na educação. Inclusive os adultos possuem curso superior e as crianças cursam o ensino Fundamental da Educação Básica.
06	Segurança Pública	São atendidos normalmente. Eles nunca tiveram problemas nesse aspecto.
07	Saúde	Quando necessitam procuram atendimento na UPA, hospital público ou privado.
08	Assistência Social	Não acessam nem aparecem na tabulação desse órgão público, porque não estão em vulnerabilidade social.
09	Trabalho	Como possuem escolarização, todos acessam o direito ao trabalho formal.
10	Situação econômica	As famílias possuem situação econômica boa e conseguem suprir suas necessidades básicas.

Fonte: Elaborado pela equipe região norte, 2025

4.3.9. Registros fotográficos da Pesquisa de Campo

Todas as fotografias aqui compartilhadas foram feitas pelas pesquisadoras integrantes da equipe e autorizadas pelas famílias visitadas, mediante assinatura de termo de consentimento e consulta livre – ressalta-se, entretanto, que seu compartilhamento é restrito à prestação de contas do trabalho realizado e visa, estritamente, fornecer elementos visuais aos agentes públicos para orientação das políticas e ações voltadas para pessoas ciganas. Há municípios que foram visitados, mas que não contam com registros fotográficos.

a) Manaus





5. Desafios e dificuldades enfrentadas para a realização da pesquisa

Os desafios e dificuldades enfrentadas pela equipe da região norte estão pautadas em três aspectos:

1) a complexidade do trabalho e as dimensões da pesquisa que envolve um volume muito grande de dados de diferentes fontes e formatos, bem como os desafios para realização do trabalho de campo em contextos de difícil acesso dessas populações;

2) as inúmeras interrupções e atrasos pelos quais o fluxo do trabalho foi diretamente impactado, incluindo-se aqui, principalmente, questões de ordem logística, contratual e de gestão dos recursos por parte da fundação gestora;

3) estrutura para a realização do trabalho de campo.

Sobre o primeiro ponto, é preciso salientar que esta pesquisa consiste no primeiro levantamento sobre populações ciganas no Brasil promovido pelo Governo Federal e que, portanto, as equipes estão diante de um certo vazio de dados, principalmente em certas regiões do país, como o norte, e ausência de registros confiáveis e disponíveis nos órgãos públicos da administração municipal e estadual, o que, por sua vez, demanda um esforço maior e um volume maior de trabalho para concatenar um conjunto de informações dispersas, fragmentadas e parciais a fim de compor o cenário da situação dos povos ciganos de cada região.

Cabe, ainda, destacar a diversidade de condições concretas de realização do trabalho de pesquisa, bem como de rastreamento e efetivo alcance das populações ciganas entre as regiões, nomeadamente, as condições específicas da região norte do país. No que diz respeito aos municípios da região norte, há que se destacar a complexa logística de deslocamento, tendo em vista as dimensões territoriais dos estados, a precariedade das infraestruturas de mobilidade e deslocamento (escassez de vôos e malha rodoviária) e das próprias cidades, sobretudo, interioranas.

Vale ressaltar que, durante a pesquisa, identificou-se que a forma de ocupação territorial “acampamento”, como aglomerado que reúne um conjunto de famílias, muitas vezes, dezenas delas, não é recorrente ou tão pouca majoritária na região norte, o que cria uma dinâmica de pulverização e dispersão dessas populações que exige mais tempo de trabalho de busca ativa, rastreamento e alcance de famílias e grupos ciganos. Ou seja, as próprias especificidades do trabalho de busca, rastreamento, mapeamento, coleta e registro de dados, exigiu mais tempo do que o previsto na proposta inicial do projeto. O que,

consequentemente, colocou em atraso as demais etapas subsequentes, como a elaboração dos produtos.

Quanto ao segundo ponto, as dificuldades e restrições elencadas acima foram acentuadas por inúmeros atrasos em processos como: solicitação e liberação de passagens e diárias; renovação de contratos e prestação de contas. Processos estes que foram e continuam sendo marcados por entraves burocráticos, falta de planejamento, prospecção e execução de demandas, falta de comunicação eficiente dos gestores e contratantes quanto à gestão dos recursos e questões procedimentais, no caso do primeiro, e em relação à condução das atividades e especificação das demandas por produtos, no caso do segundo. O atendimento de demandas relativas à gestão administrativa do projeto, principalmente, foi marcado por grande morosidade, ausência de respostas e retornos em tempo hábil, ausência de orientações detalhadas e completas. Essas questões comprometem, demasiadamente, o fluxo das atividades da pesquisa como um todo e geraram atrasos na realização do trabalho de campo, em alguns casos, inclusive inviabilizando a própria realização do mesmo.

O terceiro ponto, de uma perspectiva estrutural, para um mapeamento dessa magnitude seria necessário uma equipe numericamente muito maior e com profissionais especializados e com conhecimento técnico próprio para realização de pesquisas com base em trabalho de campo assentado em metodologia qualitativa, bem como treinados na manipulação de bancos de dados e elaboração de peças técnicas e relatórios institucionais. Um levantamento com propósito de mapear, ou seja, fazer a cobertura de uma área de tais proporções, demandaria, ainda, disponibilidade de estruturas e equipamentos para a realização do trabalho, como: veículo institucional – com mecânica adequada para percursos de difícil acesso; motorista; seguro de vida para os passageiros e identificações oficiais dos pesquisadores.

Ademais, visitas em territórios tão vastos e difícil acesso para alcançar uma população não registrada por meio de busca ativa, demanda jornadas de campo de, no mínimo, duas semanas ininterruptas, o que, por sua vez, exige que os pesquisadores que estarão diretamente ligados a este trabalho tenham disponibilidade para uma quantidade grande de viagens com estadias longas – preferencialmente com dedicação exclusiva.

Também, seria importante um trabalho de alinhamento do próprio governo federal com os demais entes federados, principalmente com os municípios, para que os órgãos públicos, estaduais, municipais pudessem contribuir com a pesquisa, dada a dificuldade de

resposta desses órgãos e o conhecimento e comprometimento quase inexistente com a pauta.

6. Considerações Finais

A pesquisa na Região Norte apontou para alguns elementos centrais no diagnóstico da situação da população cigana e para formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas específicas para esta população. Aqui serão apresentados esses elementos a partir dos setores e áreas de atuação do Estado sobre os quais foi solicitada investigação, acrescidos daqueles que emergiram como campos críticos que exigem a intervenção de políticas públicas. O diagnóstico apresentado abaixo está acompanhado de avaliações sobre a situação das famílias ciganas visitadas – que também foram feitas ao longo do relatório – e de recomendações aos gestores públicos a partir do cenário investigado.

6.1. Cultura e reconhecimento étnico

Observou-se um padrão, nas visitas realizadas nos estados do Tocantins, Pará e Amazonas, em torno das questões relativas à cultura e identidade ciganas. As discriminações e violências sofridas em decorrência da etnicidade cigana e as demandas por reconhecimento e proteção à cultura cigana configuram elementos comuns a todas as famílias independente da classe social. As experiências individuais e familiares, paralelamente aos cenários encontrados nos municípios estão atravessados por:

1- atmosfera de hostilidade, discriminação e invisibilização por parte da população não-cigana;

2- discriminação, invisibilização e negligência por parte dos gestores e funcionários públicos;

3- temor, constrangimento, distanciamento da população não-cigana e anonimato por parte de pessoas ciganas – desde jovens a adultos e idosos;

4- encobrimento da identidade étnica cigana e de seus traços marcantes como estratégia de evitação de situações discriminatórias, vexatórias e violentas – entre tais estratégias inclui-se não uso da língua e das vestimentas tradicionais em público, mudança de sobrenome ou ocultação do sobrenome de família, não identificação como pessoa cigana;

5- vigilância em torno de suas práticas tradicionais de comércio, de suas festividades e de sua presença nos espaços públicos;

6- negação de postos de trabalho em função do pertencimento étnico;

7- tratamento de suspeição dispensado às pessoas ciganas em decorrência de seu pertencimento étnico;

8- criminalização de suas práticas tradicionais de ocupação territorial, como acampamentos, das práticas de quiromancia (leitura de mãos) e dos casamentos tradicionais;

9- hostilidade e práticas discriminatórias nos ambientes escolares frequentados pelos adolescentes e nas relações de vizinhança;

10- exotização, estigmatização e desqualificação das práticas culturais ciganas.

A partir da avaliação do cenário específico da Região Norte, sobretudo do Tocantins, do histórico dos povos ciganos no Brasil e das questões pautadas e demandas levantadas pelas pessoas ciganas entrevistadas, entende-se como urgentes e recomendáveis:

1- criação de políticas e programas de letramento étnico e de campanhas de valorização da cultura cigana e de suas contribuições para o país;

2- treinamento das equipes de servidores, funcionários contratados e terceirizados dos órgãos públicos em todas as esferas, mas sobretudo, no âmbito municipal;

3- criação e implementação de canais de denúncia de situações discriminatórias e violências direcionadas à população cigana;

4- criação e implementação de protocolos de acolhimento e escuta, bem como de ouvidorias especializadas;

5- alinhamento de políticas e ações de visibilização e representatividade dos povos ciganos entre as administrações federal, estadual e municipal;

6- inclusão das pessoas ciganas, sobretudo de seus coletivos organizados, em políticas, programas e editais na área cultural para difusão da cultura cigana e inclusão da mesma no patrimônio cultural do país;

7- inclusão das populações ciganas, de seus grupos organizados e dos trabalhadores no comércio de rua nas festividades locais dos municípios – permissão para que comercializem seus produtos nesses eventos e garantia de espaços nas programações dos eventos para apresentação de seu patrimônio artístico-cultural, de seus saberes e fazeres;

8- políticas de valorização e fomento das artes, saberes e fazeres dos povos ciganos – incluindo as comunidades e artistas circenses, mas também cantores e artesãos;

9- criação de leis de incentivo à difusão da cultura cigana em âmbito nacional;

10- reconhecimento da cultura material e imaterial, das artes, práticas circenses, saberes e fazeres dos povos ciganos como patrimônios culturais do país pelas instituições de gestão de patrimônio a nível estadual e nacional;

11- programas e ações voltados especificamente para os espaços escolares para conscientização sobre práticas discriminatórias contra povos ciganos, valorização da cultura cigana e inserção de sua história e modos de vida nos currículos escolares.

6.2. Educação

A partir da literatura especializada e dos diálogos com as famílias ciganas nas visitas de campo, observou-se algumas dificuldades na inserção de crianças e jovens nas escolas e fragilidades nos processos de inclusão dessa população nas instituições de ensino. Destacou-se, ainda, a lacuna geracional existente nos que diz respeito aos níveis de escolaridade, sobretudo quando se considera o ensino superior. Verificou-se, de forma consideravelmente recorrente, que muitos adolescentes abandonam a vida escolar, tanto em decorrência da acentuada discriminação – e, conseqüentes, dificuldades de adaptação ao ambiente escolar –, quanto em virtude dos constantes deslocamentos das famílias ou de parte delas para outros municípios, estados e regiões do país. E, ainda, em função da dinâmica dos casamentos dentro das famílias ciganas, visto que eles, muitas vezes, ocorrem antes das pessoas completarem a maioridade e, portanto, de concluírem o ensino básico.

O que termina por interromper o percurso escolar de jovens de ambos os sexos que passam a assumir outras responsabilidades em seus grupos e agregados familiares. Também é possível observar a interrupção dos estudos em função do engajamento de jovens em atividades laborais e necessidade de colaboração com a renda familiar. A interrupção e abandono dos estudos também pode ser um dos fatores que condicionam o baixo acesso da população cigana ao ensino superior. As experiências individuais e familiares, paralelamente aos cenários encontrados nos municípios estão atravessados por:

1- analfabetismo entre as gerações mais velhas e/ou grau de escolaridade baixo ou incompleto;

2- dificuldades de permanência no ambiente escolar por parte dos jovens;

3- baixo ingresso dos recém-concluintes do ensino médio e dos adultos em cursos de graduação – acentuado por fatores socioeconômicos, questões financeiras, ausência ou baixa oferta de instituições de ensino no âmbito local, hostilidade e práticas discriminatórias e excludentes nos espaços educacionais.

A partir da avaliação do cenário específico da Região Norte, sobretudo do Tocantins, do histórico dos povos ciganos no Brasil e das questões pautadas e demandas levantadas pelas pessoas ciganas entrevistadas, entende-se como urgentes e recomendáveis:

1- criação e implementação de mecanismos de mapeamento de ingresso e permanência de estudantes ciganos nas escolas públicas;

2- criação e implementação de mecanismos de acompanhamento de jovens ciganos/as em seu percurso escolar a fim de mapear suas possíveis dificuldades, tanto nos processos de inserção e adaptação ao ambiente escolar, quanto ao desempenho e aproveitamento acadêmico;

3- desenvolvimento de ações para inclusão de crianças e jovens ciganos no ambiente escolar;

4- oferta de treinamento qualificado para docentes e corpo técnico das escolas públicas com base no letramento étnico e em aspectos relevantes da cultura e dos modos de vida de populações ciganas – com objetivo de promover acolhimento de estudantes ciganos, aperfeiçoamento das atividades de ensino, melhoria na gestão de conflitos no ambiente escolar e combate a práticas discriminatórias;

5- reestruturação dos currículos escolares e dos materiais didáticos a fim de incluir o ensino de aspectos relevantes da cultura cigana e suas contribuições para a história e cultura brasileira – com o objetivo de promover o letramento e conscientização de estudantes e da comunidade escolar, criar espaços de reparação histórica e representatividade das etnias ciganas nos conteúdos disciplinares;

6- diversificação dos acervos das bibliotecas escolares e comunitárias com disponibilização de materiais sobre povos ciganos, incluindo obras já existentes sobre povos ciganos no Brasil (livros, TCCs, dissertações e teses);

7- criação e implementação de políticas de ações afirmativas para ciganos/as no ensino superior, por meio do dispositivo das cotas étnico-raciais, nos níveis de graduação e pós-graduação (uma demanda apresentada pelos próprios ciganos, nestes termos);

8- articulação de políticas de permanência no ensino superior por meio da implementação de assistência estudantil específica para populações ciganas;

9- criação de programas específicos para subsidiar bolsas de estudos para pesquisadores/as pertencentes a etnias ciganas, incluindo parcerias institucionais a nível nacional e intercâmbios a nível internacional;

10- realização de atividades e eventos científicos que promovam visibilidade, valorização e representatividade da cultura cigana no ambiente escolar e universitário.

6.3. Emprego e renda

Observou-se um padrão, nas visitas realizadas nos estados do Tocantins, Pará e Amazonas, em torno das questões relativas a emprego e renda. Por um lado, os ciclos de marginalização, vulnerabilidade social e de baixa escolaridade limitam as condições de empregabilidade. Por outro, as discriminações e violências sofridas em decorrência de sua identidade étnica afastam a população cigana do mercado formal de trabalho, comprometendo, conseqüentemente, a geração de renda e condições materiais de vida das famílias. As experiências individuais e familiares, paralelamente aos cenários encontrados nos municípios estão atravessados por:

1- negação de postos de trabalhos a pessoas ciganas em função de sua identidade étnica por meio da exclusão de processos seletivos e recusa de empregadores em empregá-las;

2- restrição de oportunidades de trabalho em decorrência da associação da população cigana a estereótipos de suspeição como furto, fraude, trapaça, desconfiança e mesmo crimes;

3- ambientes de trabalho de vigilância e discriminação que obrigam as pessoas ciganas a esconderem sua pertença étnica e produzem um cotidiano laboral estressante que os conduz ao abandono do emprego;

4- manutenção de uma parcela majoritária dos membros das famílias em trabalhos informais ou empregos formais precarizados e de baixa remuneração;

5- reprodução das práticas tradicionais ciganas de vendas, trocas e comércio ambulante e itinerante sem que haja reconhecimento dessas práticas pelas instituições governamentais e sua devida regulamentação para o asseguramento de direitos sociais básicos dos trabalhadores;

6- dificuldade de acesso a melhores postos de trabalho em decorrência da falta de acesso à profissionalização – sobretudo por meio do ingresso no ensino superior.

A partir da avaliação do cenário específico da Região Norte, sobretudo do Tocantins, do histórico dos povos ciganos no Brasil e das questões pautadas e demandas levantadas pelas pessoas ciganas entrevistadas, entende-se como urgentes e recomendáveis:

1- garantia de inserção de pessoas ciganas no mercado de trabalho por meio de políticas de incentivo à contratação no setor privado;

2- implementação de programas específicos para pessoas ciganas inseridas no mercado informal que garantam acesso a direitos sociais – sobretudo, previdenciários;

3- criação de políticas de cotas no serviço público para pessoas ciganas e;

4- valorização e respeito das/às práticas comerciais dos povos ciganos e garantia de espaços seguros para seu exercício;

5- criação e implementação de programas de combate às discriminações contra a população cigana no ambiente de trabalho e de protocolos contra assédio.

6.4. Assistência social e previdência

Observou-se um padrão, nas visitas realizadas nos estados do Tocantins, Pará e Amazonas, em torno das questões relativas a assistência social e previdência apontando para o que parece ser um verdadeiro apagão de registro da população cigana nos serviços de assistência social da Região Norte. Como já apontado nos dados apresentados aqui, há lacunas profundas na cobertura do atendimento de pessoas e famílias ciganas nas unidades dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e na inclusão dos grupos ciganos em políticas sociais básicas como os programas de transferência de renda, por exemplo. Observou-se, ainda, que algumas especificidades do modo de vida cigano e diversos aspectos da situação dos povos ciganos no Brasil, impõem dificuldades para essa inclusão e alcance da população cigana pelas políticas públicas e programas sociais governamentais.

Tem-se, por um lado, o fato de que profissionais dos órgãos da assistência pública e gestores municipais não estão adequadamente instrumentalizados para atendimento da população cigana e de que os instrumentos para registro e inclusão desse público nos bancos de dados também não estão adequados para incluí-los e mapeá-los. Por outro lado, a hostilização e discriminação direcionadas aos povos ciganos leva-os a não se

identificarem etnicamente e mesmo a adotarem uma série de estratégias de encobrimento de sua pertença étnica, como por meio do anonimato. Nesse sentido, emergem ao menos duas frentes centrais de trabalho para os governos, em todos os níveis da administração pública, para sanar este apagão da população cigana dos registros em suas bases de dados e no efetivo acesso aos serviços e equipamentos públicos, ao menos na Região Norte do país. Também foi identificada uma postura de atuação desses órgãos pautada pela “espera pela demanda” que, por sua vez, inviabiliza a localização de famílias ciganas e a aproximação entre estas e as instituições. As experiências individuais e familiares, paralelamente aos cenários encontrados nos municípios estão atravessados por:

1- baixíssimo índice de cadastramento das famílias ciganas no sistema CadÚnico e de inserção no Programa Bolsa Família na Região Norte;

2- encobrimento da identidade e pertença cigana na busca de atendimento nas unidades municipais da assistência social;

3- inadequação de formulários e sistemas de registros de dados para devida identificação das famílias ciganas nos municípios – acentuado pelas práticas de encobrimento de pertença étnica e anonimato das famílias;

3- práticas discriminatórias por parte de gestores, agentes e funcionários públicos contra povos ciganos;

4- invisibilização da população cigana e negação de sua presença pelas administrações municipais – marcada por certa hostilização e padrões discriminatórios históricos que se manifestam pela limitação de seus acessos às cidades (moradia, mobilidade, ocupação de espaços públicos urbanos);

5- falta de letramento étnico-racial e de treinamento dos profissionais da assistência social para abordagem do público cigano e compreensão de suas especificidades socioculturais;

6- exclusão da população cigana do sistema de previdência social em virtude de sua majoritária inserção em atividades laborais informais – comércio ambulante e trocas;

7- exclusão da população cigana de benefícios sociais e políticas e programas de assistência social em função da falta de documentação de registro civil;

8- exclusão da população cigana de benefícios sociais e políticas e programas de assistência social vinculados ao emprego formal – como seguro desemprego, FGTS, auxílio-reclusão, auxílio-doença; BPC e a própria aposentadoria, entre outros.

Com base no cenário específico da Região Norte, sobretudo do Tocantins, mas também nas experiências de campo nos estados do Pará e Amazonas que denunciam a invisibilidade cigana – conforme se pode verificar nas descrições das visitas realizadas – e nas demandas apresentadas pelas famílias entrevistadas, entende-se como urgentes e recomendáveis:

1- desenvolvimento de políticas públicas, programas e ações governamentais a nível federal para garantia de acesso à previdência social e direitos trabalhistas a pessoas ciganas inseridas no mercado de trabalho informal;

2- reformulação das regras de acesso ao auxílio-reclusão para contemplar famílias de pessoas ciganas em situação de reclusão, mesmo que estas não tenham vínculo empregatício formal;

3- implementação efetiva da oferta de serviços e atendimento, de forma irrestrita, as pessoas ciganas desprovidas de documentos de registro civil;

4- adequação dos instrumentos de registro e identificação das famílias ciganas nos bancos de dados do CadÚnico e no Sistema Universal de Assistência Social (SUAS);

5- priorização do atendimento das famílias ciganas em situação de vulnerabilidade social nos CRAS e CREAS da Região Norte com realização de mutirões e trabalhos de busca ativa nos bairros;

6- oferta de treinamentos para gestores, agentes, servidores e funcionários públicos para letramento em questões étnico raciais, abordagem, acolhimento e inclusão de pessoas ciganas – tanto na concepção das políticas e ações das administrações municipais quanto no atendimento direto ao público;

7- alinhamento das políticas públicas para populações ciganas entre as administrações públicas federal, estadual e municipal e criação de protocolos padronizados de atendimento.

6.5. Saúde

Observou-se um padrão, nas visitas realizadas nos estados do Tocantins, Pará e Amazonas, em torno das questões relativas aos serviços públicos de saúde e acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) – sobretudo, na realidade tocantinense na qual o funcionamento do SUS é extremamente precário em termos de infraestruturas. Mesmo em capitais como Manaus e Belém, e na região metropolitana desta última, os números

apontam que a alta disponibilidade de equipamentos e serviços públicos não se reflete, necessariamente, em alcance e qualidade dos atendimentos. Ademais, o mesmo cenário de invisibilidade da população cigana encontrado na assistência social, se repete no campo da saúde. As experiências individuais e familiares, paralelamente aos cenários encontrados nos municípios estão atravessados por:

1- situações discriminatórias sofridas pela população cigana ao buscar atendimento nas unidades de prestação de serviços de saúde – sejam na atenção básica quanto em atendimentos de alta complexidade;

2- falta de registro das famílias ciganas nos bancos de dados da atenção primária e saúde de família – a equipe foi informada por funcionários de alguns postos de saúde de que não há campo para identificação de pessoas ciganas nos formulários de cadastro;

3- escassez de visitas de agentes de saúde aos domicílios de famílias ciganas;

4- inexistência de trabalho de busca e mapeamento de famílias ciganas e sua inclusão na atenção primária básica, uma vez que a atuação das unidades é baseada na “espera pela demanda” – os funcionários dos postos de saúde sequer têm conhecimento da existência de famílias ciganas nos municípios e os órgãos tão pouco desenvolvem ações de mapeamento da população dos bairros;

5- falta de oferta de atendimentos especializados para mulheres ciganas, voltados para a atenção de necessidades culturais específicas – foi recorrente o relato de mulheres que não buscam os atendimentos públicos de saúde por não poderem escolher serem atendidas por profissionais do sexo feminino.

Com base no cenário específico da Região Norte, sobretudo do Tocantins, e nas demandas apresentadas pelas famílias entrevistadas, entende-se como urgentes e recomendáveis:

1- disponibilização de profissionais do sexo feminino (médicas e enfermeiras) para atendimento de mulheres ciganas, em função de questões culturais que estabelecem que os corpos de mulheres não podem ser tocados por homens – demanda expressamente apresentada por diversas mulheres ciganas entrevistadas;

2- adequação de formulários e sistemas cadastrais para devido registro e identificação de pertencimento étnico com inclusão da pertença cigana na estrutura dos instrumentos e documentos de levantamento e registro;

3- criação de programas de treinamento e letramento étnico-racial para servidores e funcionários do setor da saúde, acompanhados de levantamento da situação da população

cigana local, para oferta de serviços especializados para atender às especificidades dos povos ciganos – acolhimento e atenção a necessidades específicas da cultura cigana, combate de práticas discriminatórias;

4- priorização do atendimento das famílias ciganas nas UBSs da Região Norte com realização de mutirões e trabalhos de busca ativa nos bairros;

5- alinhamento das políticas públicas para populações ciganas entre as administrações públicas federal, estadual e municipal e criação de protocolos padronizados de atendimento.

6.6. Segurança pública, justiça e direitos humanos

Observou-se um padrão, nas visitas realizadas nos estados do Tocantins, Pará e Amazonas, em torno das questões relativas à relação das populações ciganas com os órgãos de segurança pública e justiça. Sobretudo no Tocantins, houve recorrência de situações de conflito, principalmente internas a comunidade cigana, que escancaram problemas históricos na relação dos povos ciganos com este campo do poder público. Como já destacado neste relatório, este histórico é marcado pela vigência de um imaginário de suspeição em torno da pessoa cigana e por uma postura do poder público pautada na criminalização e na vigilância. Nos relatos colhidos, observou-se, atualmente, que a atuação destes órgãos públicos, assim como em outras áreas da administração pública, tem sido estruturada por invisibilizações e negligências frente aos problemas enfrentados pelas comunidades ciganas. As práticas de justiça e o desencadeamento de ciclos de revanche entre famílias, que se agravam pela negligência do poder público na gestão dos conflitos da comunidade cigana, acabam por reforçar os estereótipos e o estigma social que associam pessoas ciganas ao crime, à criminalidade e à periculosidade. Diante dos inúmeros casos de conflitos internos violentos que desencadearam a migração de famílias inteiras e mesmo a vida no anonimato, das experiências individuais e familiares relatadas, tem-se um cenário – sobretudo, no Tocantins – atravessado por:

1- conflitos, principalmente entre homens ciganos, mas que, geralmente, envolvem famílias inteiras, em torno de desentendimentos sobre negócios praticados entre si;

2- conflitos desencadeados por situações envolvendo desavenças de cunho moral, quebra de normas socioculturais internas e de relações de confiança;

3- feminicídios cometidos por homens ciganos – que incluem não só parceiros diretos das vítimas, mas também parentes dos parceiros;

4- práticas de justiça e desencadeamento de ciclos de revanchismo em resposta a atos violentos e/ou criminosos;

5- falta de atendimento adequado por parte de forças policiais e delegacias – reportado pelas próprias famílias nas entrevistas;

6- falta de assistência jurídica adequada para acusados de crimes e suas famílias – situação igualmente reportada pelas próprias famílias, mas, notou-se haver, também, um desconhecimento acerca de serviços como os oferecidos pela defensoria pública;

7- dificuldades internas à comunidade cigana para organização coletiva em torno de uma cultura de paz e gestão própria dos conflitos.

Com base no cenário específico da Região Norte, sobretudo do Tocantins, e nas demandas apresentadas pelas famílias entrevistadas, entende-se como urgentes e recomendáveis:

1- criação de políticas públicas e programas dentro de instâncias do poder judiciário local (nos municípios), nomeadamente no âmbito da defensoria e do ministério público, a fim de implementar ações que garantam às pessoas ciganas o acesso aos serviços de assistência jurídica;

2- criação de programas de treinamento especializado para todos os profissionais das delegacias e políticas para atendimento adequado às pessoas ciganas envolvidas em conflitos e delitos e às suas famílias;

3- criação e implementação de programas e ações específicos para prover acolhimento e escuta qualificada para famílias ciganas vítimas de violência e/ou com membros da família em situação de reclusão, dentro das defensorias públicas dos estados;

4- criação e implementação de programas e ações voltados para o estabelecimento de uma cultura interna de paz e gestão interna dos conflitos nas comunidades ciganas – tais ações devem ser construídas em interlocução e parceria com as comunidades ciganas e com sua participação direta;

5- criação de delegacias especializadas em conflitos nos quais estejam envolvidos grupos étnicos e populações tradicionais;

6- criação de programas de treinamento especializado para todos os profissionais das delegacias da mulher e implementação de ações voltadas para as mulheres ciganas dentro dessas instituições;

7- desenvolvimento de programas de proteção especializados para pessoas ciganas vítimas de violência e suas famílias, tanto para as mulheres vítimas de violência doméstica e tentativas de feminicídio, quanto para pessoas ciganas que testemunharam crimes dentro de suas comunidades;

8- criação e implementação de programas e ações governamentais – no âmbito do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – voltados para combate à discriminação contra pessoas ciganas, tais como inclusão da população cigana nos serviços de disque denúncia;

9- tipificação da discriminação contra pessoas ciganas dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

6.7. Direitos das mulheres ciganas

Com base na análise das problemáticas já relatadas até aqui e considerando-se que a pesquisa na Região Norte abordou e ouviu, majoritariamente, mulheres, a equipe considera primordial chamar atenção para algumas especificidades da situação das mulheres ciganas dentro e fora de suas comunidades. As experiências individuais e familiares, bem como os cenários encontrados nos municípios estão atravessados por:

1- existência de número significativo de mulheres envolvidas no comércio de rua e em atividades laborais informais, bem como no cuidado familiar e na gestão do espaço doméstico, que não relataram realizar contribuição previdenciária;

2- situações de mulheres que ficaram desassistidas de atendimento médico diante da impossibilidade de receber atendimento de profissionais do sexo feminino;

3- situações de mulheres que não estão inclusas nos programas de assistência social e que não possuem fontes de renda.

Diante do cenário específico da Região Norte, sobretudo do Tocantins, e das demandas apresentadas pelas famílias entrevistadas, entende-se como urgentes e recomendáveis:

1- inclusão das especificidades culturais da situação das mulheres ciganas no Brasil nas ações governamentais para enfrentamento das diversas formas de violência e discriminação por elas sofridas;

2- criação e implementação de programas e ações de incentivo, financiamento e regularização de suas atividades comerciais;

3- criação e implementação de programas e ações específicos que viabilizem o acesso das mulheres ciganas à previdência e assistência social, com priorização do atendimento às mesmas;

4- garantia de oferta de atendimento especializado que contemple as suas especificidades culturais nos serviços de saúde;

5- mapeamento e inclusão das mulheres ciganas em situação de vulnerabilidade nos programas de assistência social.

6.8. Regularização fundiária e acesso à moradia

Com base nos dados levantados na Região Norte, especificamente, no estado do Tocantins, acerca das questões de moradia e ocupação territorial, observou-se haver um padrão de limitação dos espaços públicos ocupados pela população cigana que têm culminado na extinção de acampamentos e ocupações coletivizadas, bem como demandas por moradia de famílias residentes em casas alugadas e cedidas. Também ouviu-se sobre a necessidade de espaços amplos e seguros para a realização de festividades, eventos e ações coletivas entre as comunidades ciganas, a fim de promover o fortalecimento da vida coletiva e fortalecer os laços sociais. As experiências individuais e familiares, bem como os cenários encontrados nos municípios estão atravessados por:

1- impacto de políticas municipais higienistas sobre a ocupação territorial, circulação e itinerância dos grupos ciganos;

2- predominância de residências em regiões periféricas e de edificações com pouca infraestrutura;

3- moradias oriundas de ocupações de terrenos não regularizados;

4- demanda por espaços coletivos que, ainda que não sejam utilizados para moradia, possam servir de ponto de encontro, suporte e realização dos eventos das comunidades ciganas.

Diante do cenário específico da Região Norte, sobretudo do Tocantins, e das demandas apresentadas pelas famílias entrevistadas, entende-se como urgentes e recomendáveis:

1- criação e implementação de políticas públicas de reconhecimento e descriminalização dos acampamentos e de regularização dos terrenos ocupados

coletivamente, mediante consulta das demandas das populações ciganas locais e interlocução com os grupos ciganos;

2- criação e implementação de políticas públicas e programas específicos para povos ciganos do Brasil que efetivem o seu reconhecimento enquanto povos tradicionais, equiparando seus direitos territoriais aos já reconhecidos e regulamentados para povos indígenas e quilombolas;

3- criação e implementação de programas e ações governamentais, articulando os três níveis, municipal, estadual e federal, viabilizem a regularização dos terrenos já ocupados por famílias e grupos ciganos;

4- inclusão de condições especiais para as populações ciganas no acesso a programas de financiamento à moradia como “Minha casa, minha vida”;

5- viabilização de acesso a terrenos que possam servir de ranchos para funcionar como pontos de encontro, festejos, eventos e reuniões para famílias ciganas moradoras, como também para acolhimento e pouso de famílias em itinerância/rota.

6.9. Representação política e participação institucional

Na escuta de lideranças ciganas, a equipe identificou algumas demandas por representação política e participação nas instâncias governamentais e suas discussões e processos decisórios, para além da representação padrão por meio voto. Nesse sentido, entende-se ser possível a criação de instâncias consultivas e participativas específicas para a comunidade cigana, recomendando-se:

1- criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais de escuta, consulta às populações ciganas e de efetivação de sua participação na formulação das políticas públicas voltadas para os povos ciganos;

2- inclusão de representações ciganas em programas de orçamento participativo;

3- criação de fóruns regionais com lideranças ciganas para condução da política nacional para povos ciganos – tendo em vista a diversidade regional dos povos ciganos no Brasil e de suas condições de vida;

4- abertura de espaços institucionais para participação e atuação das associações ciganas e outras organizações coletivas para representação de suas comunidades junto ao poder público.

Buscou-se, aqui, realizar um breve diagnóstico a partir das situações encontradas nas visitas de campo e dos relatos das famílias visitadas sobre suas próprias trajetórias e condições de vida atuais, como as das famílias ciganas na sua região de um modo geral. A tentativa nesse relatório foi de observar, também, as fragilidades, limitações e desafios gerais dos estados e municípios da Região Norte, a partir de seus históricos particulares. Entende-se que, ao considerar as fragilidades infraestruturais da oferta de serviços e equipamentos públicos que afetam a população como um todo e que produziram um déficit histórico nessa região, também se pode compreender como tais problemas impactam as populações ciganas em suas especificidades.

A equipe apresenta, portanto, uma avaliação técnica acerca de uma série de situações e problemáticas vivenciadas em campo que se mostram entraves até mesmo para um mapeamento preciso e detalhado da população cigana, como também para que os serviços públicos cheguem até as famílias ciganas. Parte-se do princípio de que é o próprio Estado que precisa chegar até o cidadão e oferecer condições de acesso a serviços e equipamentos públicos, como também garantir seus direitos sociais, civis e humanos fundamentais. Aqui também foram priorizadas demandas manifestadas pelas próprias famílias e lideranças ciganas e cuja implementação precisa ser avaliada pelos gestores públicos em diálogo com a comunidade cigana.

Espera-se que pesquisas focadas na Região Norte do país possam ser realizadas a fim de priorizar um conhecimento real desta região por parte dos gestores públicos em todos os âmbitos da administração pública, de reparar desigualdades históricas em relação aos demais territórios da federação e de restituir a distribuição de recursos e infraestruturas necessárias para que as políticas públicas pensadas e formuladas em Brasília sejam efetivamente implementadas em benefício dos cidadãos. Assim, importa, antes de mais nada, as pessoas ciganas sejam vistas e tratadas como cidadãs e parte dessa constitutiva dessa nação.

7. Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

Brasil. Ministério da Saúde. **Subsídios para o Cuidado à Saúde do Povo Cigano/ Ministério da Saúde**. – Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2016.

Brasil. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília (DF): MPF, 2020.

CAMPOS, Juliana Miranda Soares; FOTTA, Martin. Ciganos no Brasil: relações entre continuidade, mudança e diferença. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, p. e44457, 2023.

COSTA, Elisa; ROLIM, José Daniel J. **Redução das Desigualdades em Saúde nas Comunidades Ciganas no Brasil: subsídios para discussão**. Brasília (DF): AMSK/Brasil, 2014.

COSTA, Elisa; CAVALCANTE, Lucimara. “O direito de existir. Seguindo na trilha da geração de dados”. In: Brasil. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília (DF): MPF, 2020.

COSTA, Jemima Gonçalves; DA SILVA, Sidinea Faria Gonçalves. Tratamento constitucional à minoria étnica: a situação do cigano brasileiro. **ANAI DO SCIENCULT**, v. 1, n. 1, 2010.

DANTAS, José A. “Ciganos, escola e trabalho: uma histórica violação de direitos”. In: Brasil. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília (DF): MPF, 2020.

DOLABELA, Helena. Ciganos como povos e comunidades tradicionais: reconhecimento e direitos territoriais. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, p. e43113, 2023.

_____. “Direitos ciganos e tradução etnográfica: uma experiência de atuação antropológica na defesa de territórios da diversidade”. In: Brasil. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília (DF): MPF, 2020.

FERREIRA, Millene R.; BATISTA, Mércia Rejane R. “Os ciganos calon do estado da Paraíba: um estudo sobre demandas por acesso aos direitos”. In: Brasil. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília (DF): MPF, 2020.

FONSECA, J. J. da. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Educator, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRALDIN, Odair. Catequese e civilização: os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 18, p. 27-42, 2002.

GODOY, Priscila Paz. **O Povo invisível: Os Ciganos e a emergência de um direito libertador**. São Paulo: Editora D’Plácido, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02/08/2025.

KARPOWICZ, Débora Soares. Ciganos no Brasil: o olhar dos viajantes do século 19 e início do século 20. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, p. e43086, 2023.

LEITE, Watilla C. **“Nós re-existimos!”: o estigma nas relações de poder e resistências entre os calon e os gajon em Estreito/MA**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Humanas (FCH), Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD), Dourados (MS), 2023.

LIMA, Eduardo José Silva. Chegando e ocupando: História Oral, cotidiano e disputas fundiárias na construção da capital do Tocantins. **Revista Crítica Histórica**, v. 14, n. 27, p. 9-30, 2023.

MACIEL, Dulce Portilho; DE CARVALHO, Lígia Maria; LEMES, Fernando. Integração nacional no Brasil: as grandes rodovias da Amazônia (1970-1979). **Dimensões: Revista de História da UFES**, n. 44, p. 89-120, 2020.

MEDEIROS, Jéssica C. de; GOLDFARB, M^a Patrícia L. “Os ciganos do nordeste em Sousa (PB): estratégias de visibilização e representação” In: Brasil. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. 6^a Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília (DF): MPF, 2020.

MONTEIRO, Edilma do N.; FIGUEIREDO, Marcilânia G. Alcântara. “Teoria e experiência em dialogo: perspectivas para pensar o direito a escolarização entre ciganos”. In: Brasil. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. 6^a Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília (DF): MPF, 2020.

NETTO JUNIOR, Eduardo, A. D. “Povos ciganos: entre o preconceito e uma afirmação de direitos que tarda em chegar”. In: Brasil. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. 6^a Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília (DF): MPF, 2020.

PAIXÃO, Letícia S. da. **Povos ciganos e a educação no Brasil: caminhos e desafios**. Feira de Santana (BA), 2024.

ROTHENBURG, Walter C.; STROPPIA, Tatiana. “Estatuto dos Povos Ciganos no Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015”. In: Brasil. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília (DF): MPF, 2020.

SANTOS, Sinara Sousa. **Mergulho nas águas claras: reflexões sobre a culpa e a tradição no casamento cigano de menores em Utinga-BA**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito) – Colegiado de Direito, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Itaberaba (BA), 2025.

SILVA, Phillipe Cupertino Salloum. “Um presente de Deus”: a correlação entre memória e identidade no processo legislativo do Estatuto do Cigano. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, p. e-43110, 2023.

TEIXEIRA, Rodrigo C. **História dos ciganos no Brasil**. Recife (PE): Núcleo de Estudos Ciganos, 2008, 127pp.

VASCONCELOS, Marcia; RIBEIRO, José; COSTA, Elisa. **Dados oficiais sobre os povos romani (ciganos) no Brasil–2013**. Brasília (DF): AMSK/Brasil, 2013.

VASCONCELOS, Natasha Castello Branco de. **Os “Ciganos” não existem: representações dos Romã no cinema**. 2018. 76 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Artes Plásticas) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília (UnB), Brasília (DF), 2014.

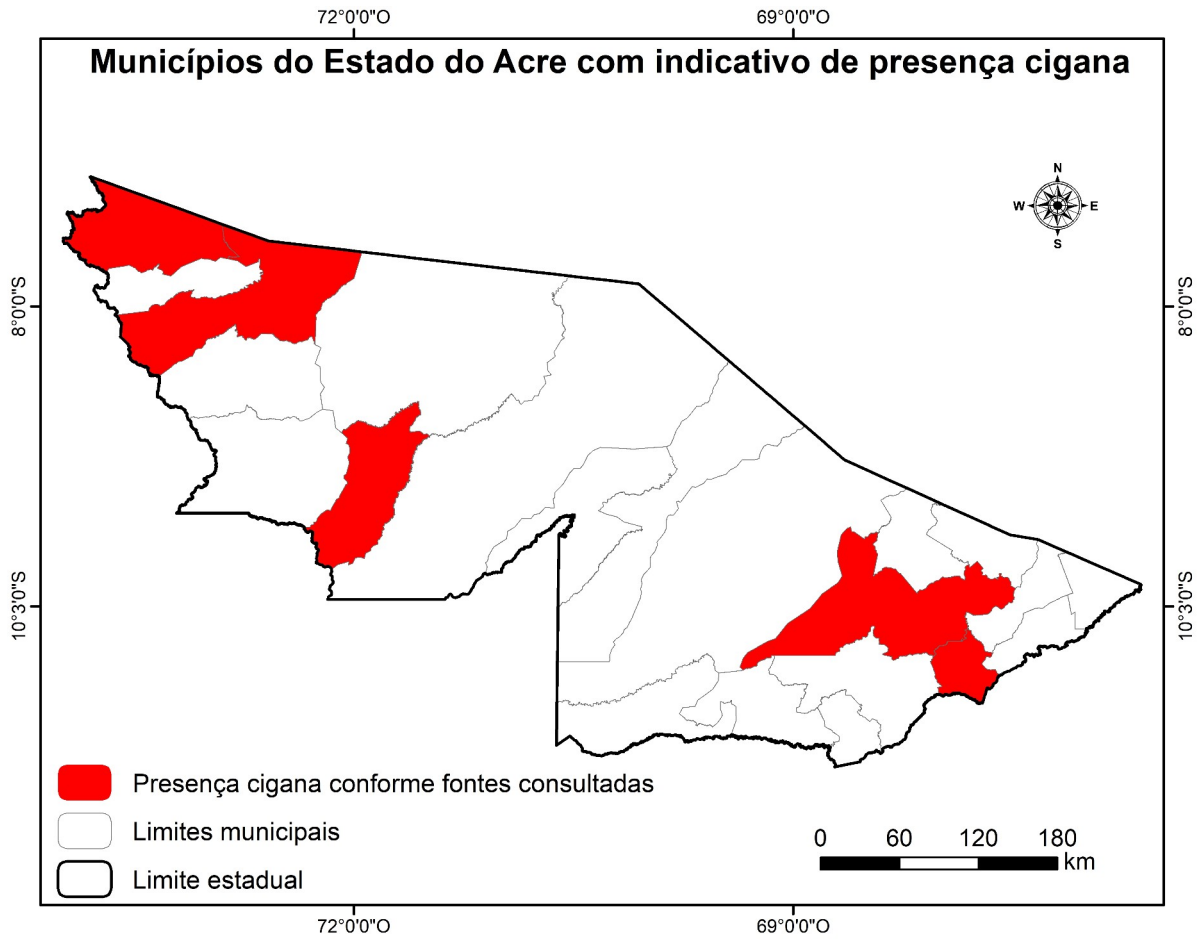
VEIGA, Felipe B.; MELLO, Marco Antônio da S. “A culpa e dos ciganos’: o caso Giovanna dos Reis Costa (2006-2012) e a incriminação da diferença”. In: Brasil. Ministério Público Federal. Coletânea de artigos. **Povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília (DF): MPF, 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

8. Anexos

ANEXO I – Mapa da presença cigana no estado do Acre

Mapa 7 – Municípios do estado do Acre com indicativo de presença cigana

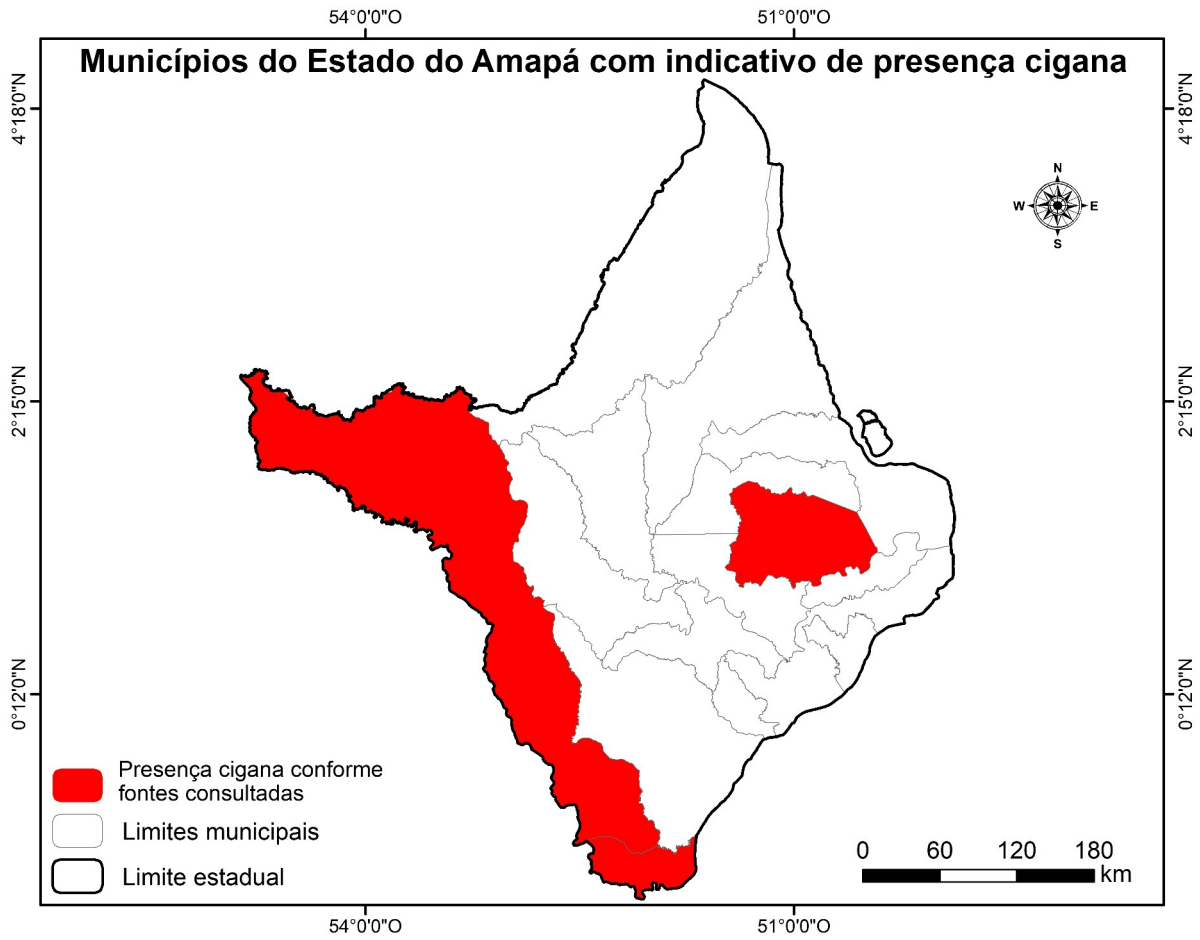


<p>Realização: TED 03/2023 (UFJ/MIR) - Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil</p> 	<p>Financiamento: Ministério da Igualdade Racial. Gestão financeira: FUNAPE.</p> 	<p>Organização: UFJ; UFNT.</p> 	<p>Coordenação: OLIVEIRA, Maysa M. Costa; RODRIGUES, Chirley M.; SILVA, Philippe Cupertino S. Cartografia: CALAÇA, Gleyber. Fontes: ACEK-PATINS, 2019; CadÚnico, janeiro de 2025; COMASA, 2024; CRAS, 2024; PM, 2024; PMC, 2024; MUNIC/IBGE, 2023; PREFEITURAS, 2024; SECRETARIAS, 2025; SDS, 2024; SEMAS, 2024; SMAS, 2024; SUAS, 2024. Data de elaboração: Maio de 2025.</p>
---	--	---	--

Fonte: Elaborado por Gleyber Silva (2025)

ANEXO II – Mapa da presença cigana no estado do Amapá

Mapa 8 – Municípios do estado do Amapá com indicativo de presença cigana

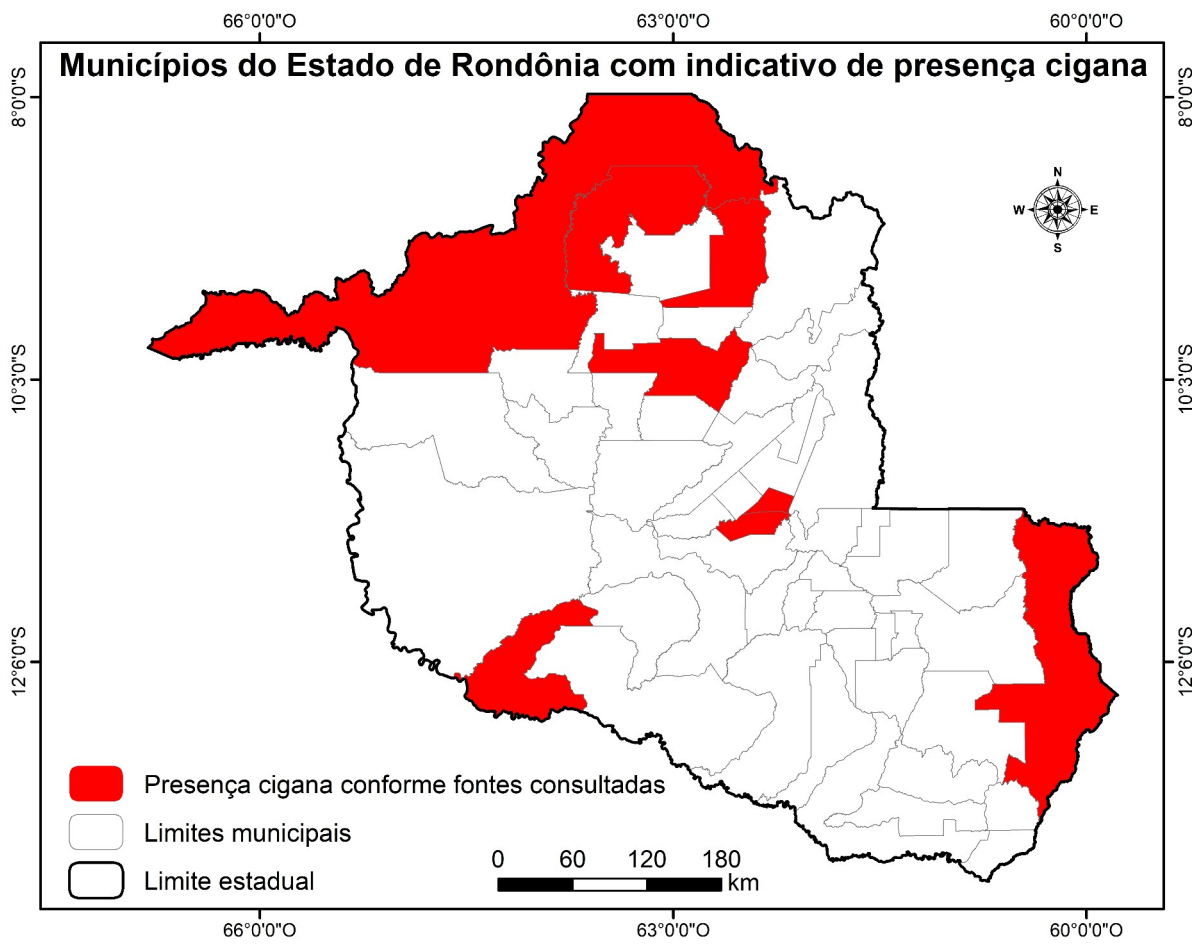


<p>Realização: TED 03/2023 (UFJ/MIR) - Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil</p> 	<p>Financiamento: Ministério da Igualdade Racial. Gestão financeira: FUNAPE.</p> 	<p>Organização: UFJ; UFNT.</p> 	<p>Coordenação: OLIVEIRA, Maysa M. Costa; RODRIGUES, Chirley M.; SILVA, Philippe Cupertino S. Cartografia: CALAÇA, Gleyber. Fontes: ACEK-PATINS, 2019; CadÚnico, janeiro de 2025; COMASA, 2024; CRAS, 2024; PM, 2024; PMC, 2024; MUNIC/IBGE, 2023; PREFEITURAS, 2024; SECRETARIAS, 2025; SDS, 2024; SEMAS, 2024; SMAS, 2024; SUAS, 2024. Data de elaboração: Maio de 2025.</p>
---	--	---	--

Fonte: Elaborado por Gleyber Silva (2025)

ANEXO III – Mapa da presença cigana no estado de Rondônia

Mapa 9 – Municípios do estado de Rondônia com indicativo de presença cigana



<p>Realização: TED 03/2023 (UFJ/MIR) - Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil</p> 	<p>Financiamento: Ministério da Igualdade Racial. Gestão financeira: FUNAPE.</p> 	<p>Organização: UFJ; UFNT.</p> 	<p>Coordenação: OLIVEIRA, Maysa M. Costa; RODRIGUES, Chirley M.; SILVA, Philippe Cupertino S. Cartografia: CALAÇA, Gleyber. Fontes: ACEK-PATINS, 2019; CadÚnico, janeiro de 2025; COMASA, 2024; CRAS, 2024; PM, 2024; PMC, 2024; MUNIC/BGE, 2023; PREFEITURAS, 2024; SECRETARIAS, 2025; SDS, 2024; SEMAS, 2024; SMAS, 2024; SUAS, 2024. Data de elaboração: Maio de 2025.</p>
---	--	---	---

Fonte: Elaborado por Gleyber Silva (2025)

ANEXO IV – Termo de registro de consulta livre, prévia e informada aos povos, comunidades e famílias ciganas – Região Norte

TERMO DE REGISTRO DE CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA AOS POVOS, COMUNIDADES E FAMÍLIAS CIGANAS - REGIÃO NORTE

O presente instrumento para **Registro de Consulta Livre, Prévia e Informada** tem por objetivo registrar e formalizar o processo de consulta livre prévia e informada, bem como a anuência dos povos, comunidades, grupos, famílias e indivíduos pertencentes às etnias ciganas Calon, Rom e Sinti ocupantes de territórios situados nos estados brasileiros da região Norte do país, para a realização das atividades de pesquisa inseridas no âmbito das ações de implementação e execução do Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre o Ministério da Igualdade Racial e a Universidade Federal de Jataí (UFJ), sob a coordenação geral do Prof. Dr. Phillipe Cupertino e que, por sua vez, estabeleceu Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), sob a coordenação regional da Profª. Drª. Maysa Mayara de Oliveira Costa, para execução do *Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil - TED 05/2023 (UFJ/MIR)*.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCESSO DE CONSULTA

Este instrumento estabelece um protocolo para a consulta dos sujeitos de pesquisa acima nomeados e está fundamentado nos princípios básicos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que discorrem sobre o direito de consulta livre, prévia e informada. Conforme orientações da OIT, os processos de consulta realizados no âmbito do TED 05/2023 (UFJ/MIR) serão pautados nos seguintes princípios:

- **Autoidentificação**

Todos os instrumentos de trabalho utilizados, práticas e técnicas de pesquisa envolvidas na coleta de dados e materiais de caráter público produzidos a partir do levantamento adotarão o critério da autoidentificação juntamente com elementos que diferenciam os povos e comunidades sob o ponto de vista social, cultural e histórico.

- **Não discriminação**

Todos os instrumentos de trabalho, práticas e técnicas de pesquisa envolvidas na coleta de dados e materiais de caráter público produzidos a partir do levantamento, estarão pautados na garantia de que os povos e comunidades possam gozar de todos os direitos e liberdades sem discriminação.

- **Medidas especiais**

Todos os instrumentos de trabalho, práticas e técnicas de pesquisa envolvidas na coleta de dados e materiais de caráter público produzidos a partir do levantamento, adotarão medidas especiais para salvaguardar os indivíduos, as instituições, os bens, o trabalho, as culturas e

o meio ambiente dos povos e comunidades, sem contrariar a vontade livremente expressa desses.

- **Especificidades culturais**

Todos os instrumentos de trabalho, práticas e técnicas de pesquisa envolvidas na coleta de dados e materiais de caráter público produzidos a partir do levantamento, deverão estar pautados e registrar o reconhecimento de que as culturas e identidades dos povos e comunidades fazem parte de suas vidas e, assim, aplicar formas de proteção de impactos aos modos de vidas, aos costumes, às tradições, às instituições e às formas de uso da terra e de organização social, que geralmente são diferentes da sociedade não cigana.

- **Consulta e Participação**

Todo o processo de desenvolvimento do trabalho de pesquisa em questão deverá garantir que os povos e comunidades ciganas sejam consultados sobre medidas que os afetem, por meio da participação livre e informada em discussões específicas sobre o projeto, os processos de levantamento e coleta de dados, bem como sobre todos os materiais de caráter público produzidos a partir do levantamento, mas também nas discussões mais amplas sobre políticas públicas e planos de desenvolvimento que os afetem.

- **Decisão sobre Prioridades para seu Desenvolvimento**

Todas as decisões do poder público federal decorrentes do estudo realizado deverão reconhecer que os povos e comunidades ciganas têm o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, bem-estar espiritual e terras, bem como de controlar seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

FORMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA

Este instrumento prevê que a consulta livre, prévia e informada seja executada segundo os seguintes critérios estabelecidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

- **Direito à Informação**

Estabelece que os povos e comunidades têm direito de receber informação prévia sobre as medidas em consulta, com tempo suficiente para discutir e formar opinião sobre esses fatos. Além de poderem constituir suas próprias fontes de informação, com assessoria técnica e jurídica escolhida por suas comunidades. As consultas aos povos e comunidades ciganas devem ser realizadas de boa-fé, com apresentação de informação verídica, completa e oportuna. Por fim, todo o processo de consulta deverá ser documentado, amplamente divulgado e os registros devem ficar disponíveis a todos os participantes.

- **Ampla e Qualificada Participação**

Os critérios da consulta e sua forma de realização deverão ser diversificados a fim de respeitar e atender às diferentes formas de organização e resolução de conflitos dos povos e comunidades ciganas. Desse modo, as consultas deverão ser realizadas em conformidade com as dinâmicas locais dos povos e comunidades e sua diversidade, e conduzidas por meio do diálogo. O direito ao diálogo interno às comunidades deve ser garantido, bem como o esclarecimento sobre como o trabalho de pesquisa poderá afetar os povos e

comunidades, suas terras e formas de organização. Os protocolos e regras que pautam a forma como as consultas serão realizadas deverão ser dialogados com os povos e comunidades ciganas, garantindo-lhes o direito de estabelecer seus próprios protocolos e as formas que julgarem ser adequadas à realização da consulta, a fim de que o Estado estimule e fortaleça processos de organização própria desses povos e comunidades. Nesse sentido, a consulta não será, necessária e obrigatoriamente, reduzida a um evento único, como, por exemplo, uma reunião, mas poderá se desenrolar processualmente na forma de vários encontros e reuniões que os povos e comunidades em questão julguem necessários para manifestar sua anuência para as atividades de pesquisa de que trata este instrumento, sendo responsabilidade do Estado garantir os meios e condições necessários para execução de todo o processo de consulta. As condições de realização do processo de consulta devem ser pactuadas entre as partes e transcorrer sem qualquer tipo de pressão política, econômica ou moral.

- **Avaliação Coletiva do Processo**

O processo de consulta livre, prévia e informada executado deve garantir espaço para que os povos e comunidades ciganas consultadas possam apresentar suas próprias análises e avaliações acerca dos impactos das medidas e ações sob consulta.

ORIENTAÇÕES GERAIS DA OIT

- **Pactuação do Plano para Processo de Consulta**

A OIT orienta que nos casos de planos e projetos específicos, em âmbito regional, os representantes de Governo devem pactuar com os povos e comunidades afetadas um plano para que o processo de consulta seja adequado, observando as particularidades dos grupos envolvidos.

- **Resultado do Processo de Consulta**

Com relação ao resultado da consulta, a OIT orienta que o consenso resultante do diálogo entre Estado e povos e comunidades, efetivado por meio da consulta livre, prévia e informada, deve ser considerado no processo de tomada de decisão final dos entes e órgãos estatais.

Nesse sentido, as ações envolvidas no trabalho de pesquisa para execução do TED 05/2023 (UFJ/MIR) só serão realizadas mediante anuência dos povos e comunidades ciganas consultados previamente.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O presente instrumento para **Registro de Consulta Livre, Prévia e Informada** aos povos, comunidades, grupos, famílias e indivíduos pertencentes às etnias ciganas Calon, Rom e Sinti ocupantes de territórios situados nos estados brasileiros da região Norte do país, foi elaborado pela equipe de trabalho da região norte – sob coordenação da Prof^ª. Dr^ª. Maysa Mayara Costa de Oliveira e supervisão da Prof^ª. Dr^ª. Chirley Rodrigues Mendes, servidoras públicas federais vinculadas em regime efetivo à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – e aprovado pela coordenação geral do TED 05/2023 (UFJ/MIR) sob responsabilidade do Prof. Dr. Phillipe Cupertino, servidor público federal vinculado em regime efetivo à Universidade Federal de Jataí (UFJ). Estando, portanto, autorizado seu uso

exclusivamente dentro das ações de pesquisa executadas no âmbito do **Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil – TED 05/2023 (UFJ/MIR)**, de modo que todas as ações realizadas junto aos povos, comunidades e famílias ciganas da região norte deverão, obrigatoriamente, aplicar este instrumento e seguir suas orientações e diretrizes para estabelecimento e registro de processo de consulta anterior ao início das atividades de pesquisa a serem desenvolvidas.

As equipes de pesquisa e seus pesquisadores estão autorizados a representar a coordenação da região nos **Processos de Consulta Livre, Prévia e Informada**, bem como a assinar quaisquer documentos deles decorrentes, incluindo este termo, e obrigados a prestar toda e qualquer informação relacionada ao **Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil - TED 05/2023 (UFJ/MIR)** que seja requisitada pelos povos, comunidades, famílias e indivíduos pertencentes às etnias ciganas consultados sobre a execução da pesquisa. Sendo de responsabilidade do/a(s) pesquisador/a(es/s) o registro das informações acerca do processo de consulta, o preenchimento deste termo e a coleta das assinaturas das partes.

O(s) povo(s), comunidades(s), família(s) e indivíduos(s) pertencentes às etnias ciganas consultados sobre a execução da pesquisa, e/ou seu(s)/sua(s) representante(s), deverão assinar o presente termo ainda que a decisão comunicada seja pela recusa a participar da pesquisa e a autorizar a realização do trabalho previsto no **TED 05/2023 (UFJ/MIR)** pelos/as pesquisadores/as, a fim de formalizar seu posicionamento junto à coordenação regional e geral do mapeamento e às instâncias do governo federal, nomeadamente, ao **Ministério da Igualdade Racial (MIR)**.

Este documento é composto de um anexo no qual deverá ser registrado as etapas do processo de consulta prévia, livre e informada e a anuência dos povos, comunidades, famílias e indivíduos para realização das ações de pesquisa previstas no **TED 05/2023 (UFJ/MIR)**.

ANEXO I

ATA DE REUNIÃO OU REGISTRO FORMAL DE PROCESSO DE CONSULTA, LIVRE E INFORMADA E COMUNICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO SOBRE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE PESQUISA NO ÂMBITO DO TED 05/2023 (UFJ/MIR).

Equipe executora do Processo de Consulta Livre, Prévia e Informada:

Às _____ horas do dia _____ de _____ de 2024, reuniram-se os representantes da equipe da região norte responsável pela execução do *TED 05/2023 (UFJ/MIR)*, listados acima, com representante(s) da(s) comunidade(s) cigana(s) pertencente(s) à(s) etnia(s) _____ ocupante(s) de território(s) localizado(s) no município de _____ no estado de/o _____, para realização de **Processo de Consulta Livre, Prévia e Informada** acerca das ações de pesquisa a serem executadas no âmbito do **Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil - TED 05/2023 (UFJ/MIR)**. Os presentes reconhecem e atestam por meio deste documento que foi realizado o referido processo de consulta em conformidade com os princípios, diretrizes e critérios estabelecidos pela **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)** e registrados neste documento, respeitadas as condições e termos que garantem espaço prévio para informação, discussão e manifestação livre das partes. Decorre, portanto, desse processo de consulta a seguinte decisão da(s) comunidade(s) e/ou família(s) sobre a realização das atividades e ações envolvidas no trabalho de pesquisa em seu(s) território(s) e junto aos indivíduos dele(s) ocupante(s):

() As equipes de pesquisa e seus/suas pesquisadores/as **estão AUTORIZADOS** pela(s) comunidade(s) e/ou família(s) a realizar as atividades e ações envolvidas no trabalho de pesquisa a ser executado no âmbito do **Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil - TED 05/2023 (UFJ/MIR)**.

() As equipes de pesquisa e seus/suas pesquisadores/as **NÃO estão AUTORIZADOS** pela(s) comunidade(s) e/ou família(s) a realizar as atividades e ações envolvidas no trabalho de pesquisa a ser executado no âmbito do **Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil - TED 05/2023 (UFJ/MIR)**.

Por serem verdadeiras as informações acima, firma-se o presente termo entre as partes.

Assinatura do/a representante da equipe regional
de pesquisa

Assinatura do/a representante cigano/a

ANEXO V – “IBGE Cigano 2019” (ACEK-PATINS)

Documento fornecido pela Associação dos Ciganos da Etnia Kalon de Palmas, Tocantins (ACEK-PATINS) – “IBGE CIGANO 2019”

A Associação dos Ciganos da Etnia Kalon de Palmas, Tocantins, com sede em Palmas, a capital do estado, fez um levantamento em 2019, através da solicitação da presidenta Ana Cléia Ribeiro Queiroz, em parceria com amigos ciganos e órgãos públicos. O levantamento indicou a presença de cerca de 4.500 ciganos da etnia Kalon no estado do Tocantins, totalizando 900 famílias, morando ou de passagem em vários municípios do estado. Distribuição das famílias:

Presença de Famílias Ciganas em Municípios do estado do Tocantins	
Município	Famílias
01 - Palmas:	280 famílias
02 - Araguaína:	225 famílias
03 - Gurupi:	60 famílias
04 - Silvanópolis:	40 famílias
05 – Paraíso do Tocantins:	35 famílias
06 – Colinas do Tocantins:	18 famílias
07 - Araguatins:	15 famílias
08 - Natividade:	13 famílias
09 - Angico:	12 famílias
10 - Pedro Afonso:	**12 famílias
11 - Brasilândia:	**10 famílias
12 - Pugmil:	**10 famílias
13 - Novo Jardim:	**10 famílias
14 - Taipas do Tocantins:	**10 famílias
15 - Buriti do Tocantins:	**3 famílias
16 - Wanderlândia:	**3 famílias
17 - Lagoa do Tocantins:	** 3 famílias
18 - Novo Acordo:	**3 famílias
19 - Taguatinga:	**3 famílias
20 - Dueré:	**4 famílias

21 - Guarai:	**4 famílias
22 - Barrolândia:	**4 famílias
23 - Porto Nacional:	**8 famílias
24 - Porto Alegre do Tocantins:	**8 famílias
25 - Sucupira:	**8 famílias
26 - Luzinópolis:	**8 famílias
27 - Chapada de Natividade:	**8 famílias
28 - Aliança do Tocantins:	**8 famílias
29 - São Valério:	**9 famílias
30 - Talismã:	**9 famílias
31 - Brejinho de Nazaré:	**6 famílias
32 - São Miguel do Tocantins:	**6 famílias
33 - Itaporã do Tocantins:	**5 famílias
34 - Oliveira de Fátima:	**5 famílias
35 - Darcinópolis:	**5 famílias
36 - Novo Alegre:	**5 famílias
37 - Rio da Conceição:	**5 famílias
38 - Alvorada:	**2 famílias
39 - Couto Magalhães:	**2 famílias
40 - Ponte Alta do Tocantins:	**2 famílias
41 - Tabocão:	**2 famílias
42 - Peixe:	**1 família
43 - Almas:	**3 famílias
44 - Lizarda:	** 3 famílias

Dificuldades e Desafios da Comunidade Cigana Kalon do Estado do Tocantins

Falta de políticas públicas: A comunidade cigana historicamente tem sido marginalizada, sem acesso a políticas públicas adequadas que garantam seus direitos fundamentais.

Educação: A falta de inclusão no sistema educacional, com poucas oportunidades de estudo e poucas iniciativas de inclusão escolar para as crianças e jovens ciganos.

Trabalho: A discriminação no mercado de trabalho é uma barreira enfrentada por adultos ciganos que buscam emprego, resultando em dificuldades econômicas.

Amparo escolar: A ausência de programas de apoio escolar para as crianças ciganas dificulta a manutenção e continuidade de seus estudos, perpetuando o ciclo de exclusão.

Identidade cultural: A falta de valorização da cultura cigana nas esferas públicas e a pressão para a assimilação fazem com que muitas tradições se percam com o tempo.

AS PRIORIDADES NAS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO ACEK-PATINS

Preservação cultural: Reavivar as tradições ciganas por meio de eventos culturais, como música, dança e celebrações típicas.

Rancho Cigano: Criação de um espaço físico em Palmas para acolher ciganos nômades em trânsito e realizar atividades comunitárias.

Suporte social e legal: Promover o acesso à saúde, educação e serviços públicos, com a criação de parcerias com órgãos governamentais.

Educação e trabalho: Lutar por cotas para ciganos nas universidades públicas e escolas, além de programas de incentivo à inserção no mercado de trabalho. É importante ressaltar que esse levantamento pode ter reações contrárias, uma vez que muitos membros do povo cigano da etnia Kalon frequentemente buscam melhores condições de vida, resultando em mudanças nas suas dinâmicas de moradia. Essa busca por melhorias pode levar a movimentações frequentes e à dispersão das comunidades, o que pode afetar a precisão dos dados coletados.

Palmas Tocantins, 25 de agosto de 2019.

ANEXO VI – Listagem de famílias ciganas inscritas no Cadastro Único no estado do Pará de acordo com Secretaria de Estado do Pará

FAMÍLIAS CIGANAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO POR MUNICÍPIO NO ESTADO DO PARÁ					
Nº	MUNICÍPIO	ESTAD O	FAMÍLIAS CIGANAS	REFERÊNCI A	FONTE
1	Abaetetuba	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
2	Abel Figueiredo	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
3	Acará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
4	Afuá	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
5	Água Azul Do Norte	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
6	Alenquer	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
7	Almeirim	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
8	Altamira	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
9	Anajás	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
10	Ananindeua	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
11	Anapu	Pará	2	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
12	Augusto Corrêa	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
13	Aurora Do Pará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
14	Aveiro	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
15	Bagre	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
16	Baião	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
17	Bannach	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
18	Barcarena	Pará	2	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
19	Belém	Pará	19	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
20	Belterra	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
21	Benevides	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
22	Bom Jesus Do Tocantins	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
23	Bonito	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
24	Bragança	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
25	Brasil Novo	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
26	Brejo Grande Do Araguaia	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
27	Breu Branco	Pará	3	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
28	Breves	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
29	Bujaru	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
30	Cachoeira Do Piriá	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
31	Cachoeira Do Arari	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
32	Cametá	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
33	Canaã Dos Carajás	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará

34	Capanema	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
35	Capitão Poço	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
36	Castanhal	Pará	3	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
37	Chaves	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
38	Colares	Pará	2	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
39	Conceição Do Araguaia	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
40	Concórdia Do Pará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
41	Cumaru Do Norte	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
42	Curionópolis	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
43	Curralinho	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
44	Curuá	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
45	Curuçá	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
46	Dom Eliseu	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
47	Eldorado Do Carajás	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
48	Faro	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
49	Floresta Do Araguaia	Pará	3	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
50	Garrafão Do Norte	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
51	Goianésia Do Pará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
52	Gurupá	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
53	Igarapé-Açu	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
54	Igarapé-Miri	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
55	Inhangapi	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
56	Ipixuna Do Pará	Pará	26	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
57	Irituia	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
58	Itaituba	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
59	Itupiranga	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
60	Jacareacanga	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
61	Jacundá	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
62	Juruti	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
63	Limoeiro Do Ajuru	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
64	Mãe Do Rio	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
65	Magalhães Barata	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
66	Marabá	Pará	9	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
67	Maracanã	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
68	Marapanim	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
69	Marituba	Pará	5	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
70	Medicilândia	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
71	Melgaço	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
72	Mocajuba	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
73	Moju	Pará	2	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
74	Mojuí Dos Campos	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará

75	Monte Alegre	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
76	Muaná	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
77	Nova Esperança Do Piriá	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
78	Nova Ipixuna	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
79	Nova Timboteua	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
80	Novo Progresso	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
81	Novo Repartimento	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
82	Óbidos	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
83	Oeiras Do Pará	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
84	Oriximiná	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
85	Ourém	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
86	Ourilândia Do Norte	Pará	2	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
87	Pacajá	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
88	Palestina Do Pará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
89	Paragominas	Pará	2	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
90	Parauapebas	Pará	2	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
91	Pau Darco	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
92	Peixe-Boi	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
93	Piçarra	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
94	Placas	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
95	Ponta De Pedras	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
96	Portel	Pará	2	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
97	Porto De Moz	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
98	Prainha	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
99	Primavera	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
100	Quatipuru	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
101	Redenção	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
102	Rio Maria	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
103	Rondon Do Pará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
104	Rurópolis	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
105	Salinópolis	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
106	Salvaterra	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
107	Santa Bárbara Do Pará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
108	Santa Cruz Do Arari	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
109	Santa Izabel Do Pará	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
110	Santa Luzia Do Pará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
111	Santa Maria Das Barreiras	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
112	Santa Maria Do Pará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
113	Santana Do Araguaia	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
114	Santarém	Pará	2	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
115	Santarém Novo	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará

116	Santo Antônio Do Tauá	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
117	São Caetano De Odiveias	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
118	São Domingos Do Araguaia	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
119	São Domingos Do Capim	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
120	São Félix Do Xingu	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
121	São Francisco Do Pará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
122	São Geraldo Do Araguaia	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
123	São João Da Ponta	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
124	São João De Pirabas	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
125	São João Do Araguaia	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
126	São Miguel Do Guamá	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
127	São Sebastião Da Boa Vista	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
128	Sapucaia	Pará	3	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
129	Senador José Porfírio	Pará	2	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
130	Soure	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
131	Tailândia	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
132	Terra Alta	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
133	Terra Santa	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
134	Tomé-Açu	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
135	Tracuateua	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
136	Trairão	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
137	Tucumã	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
138	Tucuruí	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
139	Ulianópolis	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
140	Uruará	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
141	Vigia	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
142	Viseu	Pará	1	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
143	Vitória Do Xingu	Pará	16	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
144	Xinguara	Pará	0	jan./2025	Secretaria de Estado do Pará
Total de Famílias Cadastradas no CadÚnico (PA)					127